

REVISTA

Vol. 03 | N.º 01 | 2022

CADERNOS DE

NEGÓCIOS

Administração e Ciências Contábeis

Foco e Escopo

A Revista de Negócios - UNIFESO, tem por objetivo divulgar os trabalhos científicos desenvolvidos pelos alunos dos Cursos de Administração e de Ciências Contábeis do UNIFESO.

Processo de Avaliação pelos Pares

Avaliação por pares e critérios de arbitragem: os originais serão submetidos à Revista de Negócios - UNIFESO que se reserva o direito de avaliar, sugerir modificações para aprimorar a estrutura, clareza e redação do texto e recusar artigos. Todas as informações prestadas pelos autores são de sua exclusiva responsabilidade.

Periodicidade

A Revista Cadernos de Negócios é uma publicação acadêmica com periodicidade semestral.

Política de Acesso Livre

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Endereço postal

Av. Alberto Torres 111,
Alto, Teresópolis/RJ
Brasil.

Contato Principal e Editor

Jucimar André Secchin
Telefone: 21 2641-7070
E-mail: jucimarsecchin@unifeso.edu.br

Formatação

Editora Unifeso

Contato para Suporte Técnico

E-mail: sistemas@unifeso.edu.br

EDITORIAL

VIRTUALIDADE, VAREJO E A PRODUÇÃO ACADÊMICA

Renato Felipe Cobo e Valéria de Oliveira Brites
Professores dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis do Unifeso e
Editores-chefes da Revista

Escrevemos a apresentação deste terceiro número da Revista Caderno de Negócios em um contexto muito particular da sociedade brasileira: o escândalo contábil de um grande varejista tornado público neste início de ano revelou, além de graves questões éticas, o difícil momento que atravessa o varejo brasileiro. Na esfera política, o Congresso brasileiro discute a proposta de um novo arcabouço fiscal sugerida pelo governo federal. Alguns artigos deste número guardam relação com os assuntos coletivos deste início de trimestre.

Não cabe aqui analisar as razões que contribuíram para as dificuldades atuais da varejista em particular e, de forma geral, do varejo nacional; mas certamente a crescente virtualidade vivida pela sociedade brasileira explica, ao menos, parte delas. Nesta perspectiva, é possível inserir o artigo de Gisele Januário Lima e Priscila Fernandes. As duas analisam os planos do Banco Central brasileiro de implementar o Real digital a partir do próximo ano. Como salientado no artigo, a versão digital da moeda brasileira não deve ser confundida com uma espécie de criptomoeda, mas como uma necessidade da autoridade monetária de acompanhar as transformações sociais em curso.

Escândalo de fraudes contábeis em empresas de capital aberto sempre traz ao debate público o papel da firma de auditoria. O artigo de Pedro Emanuel abordou as causas dos pareceres de auditoria com ressalva das empresas listadas na bolsa de valores brasileira no período 2017 a 2021. A dificuldade do auditor externo de avaliar a continuidade operacional de uma empresa foi o principal motivo para a emissão de pareceres com ressalva no período analisado, de acordo com o artigo. Neste momento de dificuldade econômica para o varejo brasileiro, uma leitura dos desafios e da subjetividade envolvida na avaliação da continuidade de uma empresa é fundamental para a compreensão do papel e dos limites da auditoria contábil externa.

O turismo é um setor econômico conhecido por ser intensivo em mão-de-obra. Os trabalhadores desse setor, por sua vez, necessitam de qualificação e de um nível educacional compatível com a atividade de acolher um visitante. Sarah Ferreira e Claudio procuraram criar um modelo metodológico de estudos de cenários prospectivos para o turismo capaz de estudar os futuros possíveis para auxiliar os tomadores de decisão a elaborar estratégias para lidar com essas possibilidades. A abordagem multidisciplinar necessária para a compreensão do turismo foi norteadora do modelo proposto pelos autores.

Apesar de ser antigo, o tratamento tributário para micro e pequenos negócios é um assunto sempre presente na agenda pública nacional. Neste momento político em que se discute um novo arcabouço fiscal para o país, a leitura do artigo de Eduarda Vicente traz revelações interessantes sobre o Simples Nacional. Alguns argumentos apresentados há cerca de 30 anos para justificar essa forma de tributação ainda não foram observados na realidade de micro e pequenos negócios, de acordo com a pesquisa da autora. Em determinadas situações, nem mesmo a redução da burocracia – argumento enfatizado no debate público brasileiro – foi verificado.

Ainda no campo tributário, mudanças trazidas pela lei 13.670/2018 e pela Instrução Normativa da Receita Federal 2005/2021 passaram a permitir a chamada compensação cruzada, ou seja, compensar créditos previdenciários com débitos fazendários (e vice-versa). Em tempos de endividamento e de crédito caro (a taxa Selic no patamar 13,75% no momento em que este editorial é escrito), essa mudança tem o potencial de afetar o caixa e, por consequência,

a situação financeira do contribuinte. Ao fazer um estudo de caso, Camila Rodrigues relata em seu artigo os efeitos dessa mudança sobre a situação financeira de um contribuinte.

Outro assunto sempre em pauta na agenda social brasileira é a habitação popular. O artigo de Matheus Camacho analisou a gestão pública no âmbito da formulação e execução de políticas públicas para reduzir o déficit habitacional em Teresópolis e concluiu que urbanizar os locais que possuem maior precariedade estrutural pode amenizar o déficit existente.

Ana Karolyna e Natiara Muniz verificaram o nível de aderência das demonstrações contábeis das companhias abertas do ramo de carnes e derivados nos anos 2020 e 2021 no tocante ao ativo biológico. Apesar do elevado nível de internacionalização dos frigoríficos brasileiros, o artigo identificou que as demonstrações contábeis estudadas cumpriram de forma parcial as solicitações citadas na norma contábil.

Por fim, o artigo da Glasielle da Silveira e do Rafael Menezes avaliou o planejamento de capacitação dos estudantes dos cursos dos Cursos de Administração e de Ciências Contábeis à luz da metodologia conhecida por ciclo PDCA (Plan, Do, Check e Act). Sugestões de melhoria são feitas aos responsáveis pelo Projeto Egresso dos Cursos a partir da análise pelo método PDCA.

Assuntos diversificados, alguns contemporâneos e outros “veteranos”, marcam, portanto, este número. Esperamos que a leitura deles seja capaz de proporcionar momentos de reflexão aos leitores.

Boa leitura!

SUMÁRIO

EDITORIAL	3
A INTRODUÇÃO DO REAL DIGITAL NA ECONOMIA BRASILEIRA: UM ESTUDO DE CASO.....	6
Gisele Januário Lima ¹ , Priscila Pereira Fernandes ²	
PARECERES COM RESSALVA: UM LEVANTAMENTO SOBRE AS CAUSAS DAS OCORRÊNCIAS NAS EMPRESAS DOS SETORES FINANCEIRO E DE BENS INDUSTRIAIS LISTADAS NA B3.....	22
CARVALHO, Pedro Emanuel da Silva ¹ , BRITES, Valéria de Oliveira ²	
MODELO METODOLÓGICO DE CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA O TURISMO.....	36
Sarah de Almeida Ferreira ¹ , Claudio Rodrigues Corrêa ²	
SIMPLES NACIONAL: UMA ABORDAGEM DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	48
VICENTE, Eduarda da Silva ¹ , BRITES, Valéria de Oliveira ²	
BENEFÍCIOS DA APLICAÇÃO DO MÉTODO DE COMPENSAÇÕES CRUZADAS NO PAGAMENTO DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS TRIBUTOS COM BASE NA DCTFWEB.....	60
SILVEIRA, Camila Rodrigues ¹ , BRITES, Valéria de Oliveira ²	
UM OLHAR SOBRE O DÉFICIT HABITACIONAL EM TERESÓPOLIS E SUAS IMPLICAÇÕES.....	71
Matheus Rodrigues Camacho ¹ , Jucimar André Secchin ²	
DIVULGAÇÃO E APURAÇÃO DO ATIVO BIOLÓGICO SOB O OLHAR DO CPC 29: UMA ANÁLISE DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS DO SEGMENTO DE CARNES E DERIVADOS EM 2020 E 2021.....	87
SOARES, Ana Karolyna Oliveira ¹ , MUNIZ, Natiara P. ²	
PLANEJAMENTO DE CAPACITAÇÃO DOS ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR – UMA ANÁLISE À LUZ DO MÉTODO PDCA SOBRE OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNIFESO.....	98
Glasielle Ferreira da Silveira ¹ , Rafael Cezar Menezes ²	

A INTRODUÇÃO DO REAL DIGITAL NA ECONOMIA BRASILEIRA: UM ESTUDO DE CASO

THE INTRODUCTION OF REAL DIGITAL IN THE BRAZILIAN ECONOMY: A CASE STUDY

Gisele Januário Lima¹, Priscila Pereira Fernandes²

¹Discente do Curso de Administração do UNIFESO, giselejanuariolima@gmail.com

²Pós Doutora em Administração e professora do Curso de Administração do UNIFESO, priscilafernandes@unifeso.edu.br

RESUMO

Tendo em vista que países estão estudando suas próprias moedas digitais emitidas por Bancos Centrais, do inglês Central Bank Digital Currency (CBDC) o Brasil está estudando a sua moeda digital própria, o Real Digital. Visto que essa moeda digital é inédita e tem previsão de ser lançada em 2024, esse estudo pesquisou sobre a introdução do Real Digital na economia do Brasil, a fim de descrever como o governo federal implantará o Real Digital na economia brasileira. Para tanto, foi necessário apresentar a evolução dos meios de troca ao longo do tempo dando ênfase nas moedas brasileiras; descrever o surgimento das criptomoedas como uma nova forma de moeda, enfatizando as diferenças entre estas e as moedas digitais; expor os pontos positivos e negativos do Real Digital na economia do Brasil; analisar as diretrizes do Real Digital fornecidas pelo Banco Central do Brasil e retratar a implantação do Real Digital no mercado brasileiro. Realizou-se então uma pesquisa exploratória, com finalidade básica, sob o método indutivo e com abordagem qualitativa, realizada com procedimentos bibliográficos e documentais e o meio utilizado foi um estudo de caso. Diante disso, verifica-se que o Real Digital será emitido pelo Banco Central do Brasil e distribuído por instituições financeiras e de pagamento, seu modelo será baseado em token e os bancos comerciais poderão emitir stablecoins, o que impõe a constatação de que a implantação do Real digital visa promover inclusão financeira, desenvolver inovações digitais, prevenir a lavagem de dinheiro e garantir a estabilidade financeira.

Palavras-chave: Real Digital. Moedas Digitais. CBDC.

ABSTRACT

Considering that countries are studying their own digital currencies issued by Central Banks, from the English Central Bank Digital Currency (CBDC), Brazil is studying its own digital currency, the Real Digital. Since this digital currency is unprecedented and is expected to be launched in 2024, this study researched the introduction of Real Digital in the Brazilian economy, in order to describe how the federal government will implement Real Digital in the Brazilian economy. Therefore, it was necessary to present the evolution of the means of exchange over time, emphasizing Brazilian currencies; describe the emergence of cryptocurrencies as a new form of currency, emphasizing the differences between these and digital currencies; expose the strengths and weaknesses of Real Digital in the Brazilian economy; analyze the Real Digital guidelines provided by the Central Bank of Brazil and portray the implementation of Real Digital in the Brazilian market. An exploratory research was then carried out, with a basic purpose, under the inductive method and with a qualitative approach, carried out with bibliographic and documentary procedures and the means used was a case study. In view of this, it appears that Real Digital will be issued by the Central Bank of Brazil and distributed by financial and payment institutions, its model will be based on tokens and commercial banks will be able to issue stablecoins, which imposes the verification that the implementation of the Real digital aims to promote financial inclusion, develop digital innovations, prevent money laundering and ensure financial stability.

Keywords: Real Digital. Digital Currencies. CBDC.

INTRODUÇÃO

Com o avanço da tecnologia motivada pela globalização fez-se necessário criar novos meios de lidar com o dinheiro. A tecno-

logia intermediada pela globalização e juntamente com os avanços tecnológicos ao longo do tempo dominou o meio em que vivemos. Esses fatores contribuíram para o aumento do

fluxo de compra entre os países e a partir disso, nasceu a necessidade de meios que facilitassem e tornasse mais rápido o setor financeiro e econômico, no fim, surgem as moedas digitais e virtuais (RODRIGUES *ET AL.*, 2019)

Dessa questão é discutido o conceito de moeda digital, no Brasil chamado de Real Digital. Ele será uma moeda digital, porém, muito se confunde o termo moeda digital com moeda virtual. A diferença é a seguinte:

A moeda digital é a forma que o dinheiro físico pode ser transformado para contas bancárias, cartões de crédito e dentre outros (digitalmente), exigindo a forma de conversão para o dinheiro físico para o dinheiro digital. Contudo a moeda virtual ela é criada nas redes, sendo exclusivamente da “internet”, que quando valorizada pode ser convertida em dinheiro físico como por exemplo as criptomoedas e outros modelos do mundo virtual (RODRIGUES *ET AL.*, 2019, p.50).

Portanto, já se entende que o Real Digital não será uma criptomoeda, uma vez que, de acordo com o Banco Central do Brasil (BCB), uma criptomoeda não tem todas as características para ser considerada uma moeda, como servir para meio de troca, reserva de valor e unidade de conta, além de não ser emitida por bancos centrais.

Com isso, indaga-se se o Real Digital virá para substituir o dinheiro físico e porque o BCB quer emitir sua própria moeda digital. É confirmado por ele que o Real Digital não vai substituir as notas físicas, ele será apenas uma opção adicional ao uso de cédulas, porém terá seu foco no uso online. Ademais, uma moeda digital só poderia substituir o dinheiro físico se fosse aceita de forma irrestrita pelo público. Sobre a principal razão do BCB criar o Real Digital, vemos que o mundo mudou e com isso foi necessário mudar a forma de utilizar as moedas, essa questão pode tirar das mãos dos bancos centrais o domínio da emissão delas, torna-se preocupante para os bancos centrais, evitar impactos negativos na economia global (ALVES; XAVIER & SOARES, 2020)

Com todas essas mudanças e transformações da tecnologia e consequências da globalização, fica evidente a necessidade de se entender como na economia do Brasil acon-

tecerá a criação de uma moeda digital e dará aos cidadãos uma nova opção de moeda. Nessa perspectiva, percebe-se a importância de se responder o seguinte problema de pesquisa: como o governo brasileiro pretende implantar o Real Digital na economia brasileira?

O objetivo geral da presente pesquisa foi descrever como o governo federal pretende implantar o Real Digital na economia brasileira.

Para atingir o objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- 1) Apresentar a evolução dos meios de troca ao longo do tempo dando ênfase nas moedas brasileiras;
- 2) Descrever o surgimento das criptomoedas como uma nova forma de moeda, enfatizando as diferenças entre estas e as moedas digitais;
- 3) Expor os pontos positivos e negativos do real digital na economia do Brasil;
- 4) Analisar as diretrizes do real digital fornecidas pelo Banco Central do Brasil;
- 5) Retratar a implantação do real digital no mercado brasileiro.

O mundo está cada vez mais revolucionando sua forma de lidar com o dinheiro e a adesão de uma moeda digital é assunto não só no Brasil. Os bancos centrais de todo o mundo têm voltado sua atenção para o tema moeda digital de banco central, (do inglês CBDC, Central Bank Digital Currency), quase a totalidade do PIB mundial, está estudando ou testando projetos e até mesmo explorando aspectos operacionais e a tecnologia de uma CBDC (BANCO CENTRAL DO BRASIL, s.d). Com essa realidade, espera-se que o Brasil também procure revolucionar seu modo de fazer existir a sua moeda.

O interesse pela criação de uma moeda digital não se dá de forma precipitada ou pouco planejada. Além dos expostos na introdução e no parágrafo anterior, de acordo com o BCB (s.d), teria grandes efeitos na eficiência do mercado de pagamentos do varejo, além de aumentar a inclusão financeira de pessoas que são inadequadamente atendidas pelos bancos tradicionais. Esses dois fatores seriam capazes de tornar mais rápido e simples as transações de pagamento, não ocupando tempo do cida-

dão e sem filas exorbitantes.

A princípio, é notório a falta de conhecimento sobre moedas digitais por parte de clientes, empresários e até mesmo do governo para uma aceitação e implementação no mercado brasileiro (RODRIGUES ET AL., 2019). Também é perceptível a falta de artigos e materiais de confiança para o aprofundamento no assunto. Por isso, fica evidente a necessidade de se buscar averiguar como o governo do Brasil vai ser capaz de aderir na economia esse novo tipo de moeda, razão da presente pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção são descritos a evolução dos meios de troca ao longo do tempo com ênfase nas moedas brasileiras; as moedas virtuais e digitais e o Pix como uma introdução ao Real Digital.

2.1 A Evolução dos Meios de Troca

Conhecer o passado torna compreensível os caminhos que o mundo está percorrendo, e conhecer como se dava as operações financeiras antigamente ajuda a entender como chegamos hoje a ter uma moeda digital sendo proposta para adentrar na economia do Brasil.

Sim, mas é preciso cautela, de um lado, com a tese, mais popular do que as pessoas gostam de admitir, que tudo o que aconteceu antigamente deixou de ter importância, e de outro, com o tempo desperdiçado em redescobrir coisas já sabidas, com fanfarra e novas designações. (FRANCO, 2020, p.1)

Para entender o conceito do que vem a ser uma moeda digital é necessário voltar ao passado e procurar definir o que é uma moeda no seu sentido mais amplo. A definição de uma moeda:

[...] em seu sentido mais amplo, pode ser adequadamente definida como um ativo que combina três funções essenciais: meio de troca, uma reserva de valor e unidade de conta. Ela é um meio de troca quando permite que os agentes econômicos a utilizem para trocar mercadorias por ela com base na convicção, de que a poderão trocar por outras mercadorias

distintas. A moeda é uma reserva de valor à medida que pode ser armazenada para trocas futuras, conforme interesse de seu proprietário, em teoria, sem perda de valor. Complementarmente, a moeda assume o papel de unidade de conta dada sua capacidade de servir de parâmetro único para a avaliação e comparação do valor de mercadorias distintas (CARVALHO, 2015 apud SANT'ANA; NETO, 2021, n.p.)

A moeda veio para facilitar e permitir maiores possibilidades de troca de desejos entre pessoas com interesses distintos. Ela substituiu o escambo, que visava a troca de mercadoria entre pessoas, mas que era um sistema difícil em alguns momentos devido a necessidade de haver dupla coincidência de desejos para que a troca fosse realizada, o que as vezes não ocorria. Porém, ainda nos dias atuais, o escambo acontece ainda que raramente (NEDEL FILHO, 2019). A moeda revolucionou a forma de realizar os desejos de consumo e constantemente ao longo do tempo vem evoluindo em sua forma e existência no espaço, hoje atualmente podendo existir de forma digital.

Com o crescimento da população ocorreu a escassez de alimentos, o comércio cresceu e o escambo se tornou restrito devido a necessidade de haver coincidência de desejos. Nesse momento, surge a moeda-mercadoria em que as pessoas podiam obter mercadoria dando em troca não outra mercadoria, mas sim uma moeda (SANTOS & PEREIRA, 2019). Então, a moeda ganha sua primeira função: ser um meio de troca.

Antes da moeda passar a existir, o escambo possuía vários tipos de unidade de medida, com isso era difícil estabelecer um padrão e até mesmo em certos aspectos obter trocas totalmente justas. Com a moeda como meio de troca tornou-se necessário estabelecer uma unidade padrão de medida, possibilitando o avanço e crescimento da atividade econômica, como sistema de preços, administração das unidades de produção e sistema de valorização (NEDEL FILHO, 2019). Surge, então, mais uma função para a moeda: ser uma unidade de medida.

Antigamente, muitos bens eram utilizados como reserva de valor, ou seja, sua utilização e troca eram transferidas para o futuro. Contudo, até nesse aspecto a moeda passou a ser de melhor utilidade e aceitação, principalmente porque a sua aceitação para conversão de outro ativo é aceita de forma imediata e também porque ela leva vantagem na guarda para o futuro de outros ativos não financeiros como mercadorias, alimentos e serviços. Isso ocorre pela imprevisibilidade do valor futuro dos mesmos citados (NEDEL FILHO, 2019). A moeda chega aqui na sua última função: ser uma reserva de valor.

Com o passar do tempo, houve uma diversificação da moeda, sendo a mesma produzida em madeira, em pedra e em metal para atender as necessidades de cada sociedade. Até que foi decidido produzir a moeda em papel pelos governos. Com todas essas diversificações a sua falsificação passou a ser recorrente e seu roubo também, e desse problema surgem os primeiros bancos. É estimulada a emissão de recibos e documentos que continham um valor ou eram feitos depósitos de jóias e até mesmo moedas. Os recibos e documentos evoluíram para o que depois foi chamado de papel moedas (NEDEL FILHO, 2019).

Em se tratando da economia do Brasil, a evolução dos meios de troca e da moeda, tem sua breve explicação a seguir:

No Brasil, em 1568, Dom João VI instituiu por decreto quais produtos se tornariam moedas mercadorias: o Pau Brasil, o açúcar e o Ouro. Moedas cunhadas entram em circulação no Brasil em 1645. A primeira casa da moeda é fundada em 1694 na Bahia. O Banco Central do Brasil é criado em 1967, com sede em Brasília e que continua com sua sede lá até hoje. (NEDEL FILHO, 2019, n.d)

Com esse breve relato, podemos entender como hoje estamos caminhando para as moedas digitais.

A Tecnologia e a Moeda

Conforme visto anteriormente, tivemos várias moedas até chegar no papel moeda. Essa diversidade continua, mas agora com

o uso da tecnologia. Primeiro tivemos o uso dos cartões de crédito e débito, que embora não sejam moeda, servem como meios de troca e muitas vezes substitui a moeda.

Atualmente, estamos na Era das Moedas virtuais. Por ser um assunto novo, ainda é bastante polêmico. Alguns economistas não consideram as criptomoedas moedas no seu sentido pleno, apenas um ativo financeiro e é esse viés que foi adotado neste trabalho. Sendo assim, dividiremos esse tópico em 2 subtítulos: as moedas virtuais ou criptomoedas e as moedas digitais.

Moedas Virtuais

Sobre a definição do termo “criptoativo”, ele é um englobador de outras representações digitais: “de valores/direitos contratuais armazenados e comercializados eletronicamente por redes descentralizadas do tipo *blockchain*, não só criptomoedas” (RAGAZZO & CATALDO, 2021, p.12).

Um dos movimentos para nascer as criptomoedas foi a crise financeira de 2008 que ocorreu nos EUA e se espalhou pelo resto do mundo, ela motivou a busca de alternativas para se realizar transações financeiras seguras. Pois, com o ocorrido houve uma enorme queda da confiança da população nas instituições financeiras. As pessoas passaram a querer alternativas que não estivessem associadas ao sistema bancário, autoridades governamentais e que houvesse privacidade para o usuário (RAGAZZO & CATALDO, 2021).

A crise de 2008 traçou um caminho e o momento em questão envolto em notáveis avanços tecnológicos tornou possível um pilar para viabilizar o desenvolvimento dessas moedas virtuais, como a criptografia, a DLT (*Distributed Ledger Technologies*) e o *blockchain*. A junção disso culminou na criação do *Bitcoin* que inaugurou o mercado de criptomoedas e permitiu uma opção de realizar transações financeiras sem a dependência dos bancos (RAGAZZO & CATALDO, 2021).

Vale a pena explicar os conceitos das tecnologias que as tornaram possíveis. Destacaremos 3: a criptografia; o DLT e o *blockchain* (RAGAZZO & CATALDO, 2021).

A criptografia é uma tecnologia que impede a leitura de dados armazenados e permite a transmissão de forma segura das informações. Essa segurança independe da segurança do canal de transmissão. Ela garante

confidencialidade, identidade e integridade dos dados (RAGAZZO & CATALDO, 2021).

A confidencialidade tem como necessidade que ninguém consiga entender a mensagem caso a veja. A garantia de identidade se relaciona com a capacidade de garantir que mesmo o conteúdo estando codificado, haja a possibilidade de saber quem mandou a mensagem e a integridade tem sua garantia quando a mensagem não pode ser modificada por terceiros (RAGAZZO & CATALDO, 2021). Basicamente, sem entrar em definições mais técnicas, essa é a explanação do conceito de criptografia.

O DLT traduzido livremente como “tecnologia de registros distribuídos”, é um banco de dados digital. Como explicado por Ragazzo e Cataldo (2021, p.9) “as informações são criptografadas e espalhadas geograficamente para vários “nós” que formam uma rede sem administrador central, diferente de outros tipos de bases de dados que ficam registradas em um servidor centralizado”.

Dentre as DLTs existentes, uma se destaca no âmbito de moedas virtuais e digitais, que é o *blockchain*. Sendo um tipo específico de DLT, sua base de dados é organizada em blocos encadeados sequencialmente. Ele é utilizado em criptomoedas e *stablecoins*. Um bloco novo adicionado a sequência faz com que o anterior se torne imutável, dessa forma nenhum usuário pode gastar duas vezes a mesma moeda (RAGAZZO & CATALDO, 2021).

Tratando-se de criptomoedas, esse assunto é de pouco conhecimento por parte da população em geral, e vale salientar que o foco da presente pesquisa, não são as criptomoedas, já que elas não se classificam como moedas, como mencionado na introdução dessa pesquisa. Todavia, foi desse conceito que os bancos centrais passaram a trabalhar para a criação de uma moeda digital própria.

Como definição de criptomoeda pode-se dizer que elas são moedas virtuais que utilizam um sistema de segurança em *blockchain*, impossível de ser corrompido até o momento e que tem como maior atrativo a sua capacidade de autogestão e praticidade para fazer transações espontâneas (ALVES; XAVIER; SOARES, 2020). Dada a complexidade e compreensão do processo de mineração e elevado grau de conhecimento computacional, não será discutido esses assuntos na pesquisa

em questão.

Mas por que entender o conceito de uma criptomoeda, se ela não se classifica como moeda e o Real Digital não será uma criptomoeda? De acordo com Alves, Xavier e Soares (2020), foi liberado em blocos de teste o uso das criptomoedas para se obter conhecimento de suas aplicações e poder haver ganho de novas possibilidades na realidade de cada país. O simples fato de uma criptomoeda não ser centralizada torna negativo a sua adesão por uma nação, além dos impactos de oscilação na economia devido a esse fato.

Moedas Digitais

As *Stablecoins* surgiram como uma nova paridade para um dos principais problemas das criptomoedas: a volatilidade dos preços. Ela é uma moeda digital que oferece estabilidade com ativos seguros, pode ser comparada a uma criptomoeda com que visa manter a estabilidade de algum ativo previamente definido (RAGAZZO & CATALDO, 2021).

As *Stablecoins* ganharam força em 2019, quando o Facebook anunciou o lançamento de uma *stablecoin* própria chamada Libra e que teria alcance global, posteriormente seu nome foi alterado para Diem. Essa situação trouxe consigo algumas indagações a respeito de uma possibilidade de substituir as moedas emitidas por Bancos Centrais, a validade de promessa de estabilidade dessa moeda e como classificar as moedas digitais para fins regulatórios entre outros (RAGAZZO & CATALDO, 2021).

Uma CBDC (*Central Bank Digital Currencies*) de acordo com Ragazzo e Cataldo (2021), não possui bem definido seu conceito, mas pode-se dizer que é uma moeda digital emitida por Bancos Centrais definida na unidade de conta nacional e representa um passivo da instituição, o seu objetivo é o de ser um equivalente digital do dinheiro físico podendo ser usada tanto no varejo quanto no atacado.

As CBDCs podem ser estruturadas de forma a atender as necessidades específicas e cada país vai definir o que é chamado de desenho de moeda. Cada Banco Central está estruturando seu desenho ideal de moeda (BARROSO, 2022).

Existem CBDCs baseadas em conta e baseadas em *tokens*. As baseadas em conta

representam uma relação jurídica contratual entre instituição financeira e o titular da conta. Com isso, direitos e obrigações são assegurados pelo contrato. Mesmo o dinheiro creditado em conta sendo chamado de “depósito”, a instituição não tem obrigação de guardá-lo, possuindo autorização para o usar e emprestar. O dinheiro depositado em conta corrente é chamado de “moeda escritural” e pode ser transferida por débito e crédito entre tais contas (BARROSO, 2022).

As CBDCs que são baseadas em *tokens*, não representam uma relação jurídica contratual, mas sim uma representação técnica contábil, podendo representar um ativo, passivo, receita ou despesa. Como não é contratual, não estabelece relação de direitos e obrigações entre a entidade financeira e o usuário. Embora represente um registro contábil gerenciado pelo Banco Central, não um saldo credor em conta corrente. Isso significa que não existe qualquer relação de contrato entre o usuário da CBDC e o Banco Central, com exceção para reivindicação incorporada no próprio *token* (BARROSO, 2022).

Entrando no mérito das CBDCs de atacado e de varejo, Barroso (2022), observa que em uma experiência entre um banco comercial e outra instituição financeira como o Banco Central, uma CBDC não teria impacto na experiência do cliente, já que a moeda que já circula entre essas instituições se assemelha a uma moeda digital interbancária para uso. As diferenças se dariam na infraestrutura e operação que passando por mudanças estruturais, transformaria todo o sistema financeiro.

Em relação ao tipo de transferência de uma CBDC, elas podem ser liquidadas em um banco de forma centralizada ou descentralizada. De forma centralizada, todos os participantes dependem de um agente central que guarda o registro. Esse agente tem autoridade sobre os dados podendo alterá-lo sem aviso prévio para outros agentes. É o que acontece com as contas bancárias, a rede é de forma centralizada, sendo o banco o centralizador de todas as informações e responsável por validar transações feitas pelos agentes e podendo também ajustar o saldo excedente (BARROSO, 2022).

De forma descentralizada, os participantes envolvidos guardam uma cópia do registro, o que reduz o poder dos agentes sobre os dados e gerando *accountability* em cima de

quem alterou e o movimentou. No universo da DLT, a autoridade central é trocada pelos múltiplos membros da rede, todo mundo com as mesmas informações, exercendo as mesmas funções de validação e liquidação por meio de processos de comparação chamados “mecanismos de consenso”. Com essa tecnologia, as transações podem ser realizadas seguramente apesar de não ter intermediários, e as informações não precisam ficar centralizadas em mãos de apenas uma instituição. A criptografia garante a segurança (BARROSO, 2022).

Sobre as propriedades de uma CBDC, o autor descreve 5: disponibilidade, anonimato, mecanismos de transferência, rendimento de juros e limites. Tratando da disponibilidade, uma CBDC pode estar disponível 24 horas por dia e 7 dias por semana. Será sempre possível disponibilizar uma CBDC permanente sem interrupções para acesso, isso independe dela ser de modelo baseado em conta ou em *token*.

O anonimato pode ser desenhado em diferentes graus se baseado em modelo *token*. Esse grau de anonimato em relação ao Banco Central é de interesse para a sociedade, pois, equilibra preocupações em relação a privacidade, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (BARROSO, 2022).

Como mecanismos de transferência, a CBDC se for do tipo baseada em *token*, poderá ser transferida de pessoa-a-pessoa (P2P), ou nada impede de também poder ser com um intermediário, podendo ser o Banco Central, banco comercial ou um agente terceiro. Se for baseada em conta, sempre estará sujeita a intermediação (BARROSO, 2022).

A quarta propriedade de rendimento de juros, pode-se pagar juros positivos ou negativos em CBDCs baseadas em conta ou em *tokens*. A taxa de juros pode ser igual a taxa existente relacionada a política monetária em execução ou ser fixada em um nível que visa encorajar ou desencorajar a demanda por este tipo de moeda. Ambas as bases (conta ou *token*), com ou sem juros poderão ser usadas para pagamentos no varejo ou no atacado (BARROSO, 2022).

A última propriedade discorre sobre limites, de posse ou de uso são mais facilmente aplicáveis em CBDCs baseadas em contas não anônimas. Os limites podem alterar a utilidade de pagamento de uma CBDC no atacado mais do que no varejo. Os limites são usados para

controlar implicações indesejáveis ou orientar alguma direção de uso (BARROSO, 2022).

Todas essas propriedades, podem ser adequadas ou alteradas de acordo com os objetivos perseguidos e necessários pelas autoridades monetárias de cada país. Se necessário, por exemplo, a disponibilidade pode ser alterada a depender do horário do dia. Com isso, percebe-se que a tecnologia digital permite diversificação e flexibilização ao uso da moeda (BARROSO, 2022).

Ragazzo e Cataldo (2021), destacam que o ponto mais importante de comparação conceitual entre as moedas digitais está em estabelecer qual dentre elas é a que pode ser classificada de fato como moeda, e as CBDCs são as únicas que possuem as três funções básicas de uma moeda. As criptomoedas não atendem bem as três funções e as *stablecoins* variam a depender do lastro em que está atrelada.

Vantagens e desafios das CBDCs

Além dos pontos já mencionados sobre a CBDC, aqui reiteramos que o Banco Central pode usá-la para promoção da inclusão financeira:

Além de ser usada como meio de pagamento digital eficiente, a CBDC pode ser um instrumento do Banco Central para promover a inclusão financeira e colocar a sociedade em direção ao *cashless* – sem dinheiro físico. Como já mencionado, o mundo já andava transacionando para pelo menos “*less cash*” (menos uso do dinheiro físico), mesmo assim, em muitos países — o Brasil inclusive —, ele ainda é o principal e preferido meio de pagamento. Assim como no caso dos pagamentos digitais, no entanto, a pandemia acelerou a queda do uso do dinheiro físico e escancarou algumas de suas limitações, como a dificuldade de fazer transferências do governo para a população em momentos de necessidade de distribuição de recursos de massa sem possibilidade de aglomeração (RAGAZZO & CATALDO, 2021, p.25).

As CBDCs ajudam a garantir o controle de políticas públicas e da estabilidade financeira, pois, evitam que cresça as opções de moedas privadas que conseguem ter as três funções da moeda, a CBDC seria capaz de competir com uma *stablecoin*, o que evitaria que o banco central perdesse sua principal função mais básica de garantir estabilidade

financeira (RAGAZZO & CATALDO, 2021).

Até o momento exposto, as CBDCs apresentam vantagens enquanto classificação como moeda, porém no estudo de Ragazzo e Cataldo (2021), foram apresentados 3 principais riscos e desafios impostos aos Bancos Centrais. Acredita-se que esses riscos e desafios estarão atrelados ao tipo de desenho de moeda escolhido pelo Banco Central para o país.

Sobre o primeiro, a desintermediação dos bancos, os autores relatam que os bancos comerciais atualmente dependem do depósito dos clientes para realizar suas atividades de intermediação e criação de moeda. Lançar uma CBDC que tem o mesmo valor de uma cédula com os mesmos atributos, poderá ficar depositada em uma conta direta entre o usuário e autoridade monetária, não haveria necessidade de fluxo de intermediação (RAGAZZO & CATALDO, 2021).

Como resultado, ocorreria a desintermediação financeira, se o cliente entender que ambas as moedas possuem garantia do Banco Central e que o mesmo enquanto autoridade monetária não se encontra sujeito à falência, poderia optar manter todo seu dinheiro em formato de CBDC em conta direta no Banco Central. Sem receber os depósitos dos clientes, o banco comercial ficaria prejudicado em todo processo multiplicador monetário, além de ter dificuldades de ofertar créditos (RAGAZZO & CATALDO, 2021).

O segundo problema se daria caso houvesse uma desconfiança do público de uma crise financeira, já que as CBDCs seriam vistas como uma alternativa sem riscos. Para que isso não ocorra Ragazzo e Cataldo (2021), sugerem que os Bancos Centrais, desenvolvessem uma CBDC que mitiguem esses riscos, como exemplos, eles sugerem impedir que as CBDCs tenham retorno de juros e limitar a quantidade de dinheiro que poderia ser alocada nesse formato de moeda (RAGAZZO & CATALDO, 2021).

O terceiro desafio exposto pelos autores, incita que pode haver um impedimento da emissão de uma CBDC pelo Banco Central, pois, é necessária uma estrutura legal robusta e ¼ dos Bancos Centrais não possuem autorização para fazer emissão e metade se encontra em incerteza jurídica. Porém, as CBDCs, criptomoedas e *stablecoins* são inovações muito recentes o que de certa forma faz

com que os instrumentos legais fiquem com dificuldades em acompanhar a velocidade de tais acontecimentos (RAGAZZO & CATALDO, 2021).

Barroso (2022) sugere que para minimizar possíveis impactos de uma CBDC na intermediação financeira e na disponibilidade de crédito, o desenho dela deve ser de forma híbrida de emissão, ou seja, ser emitida pelo Banco Central e distribuída ao público por outras instituições financeiras, quanto à sua forma, de modelo centralizado, com o banco centralizando todas as informações e sendo responsável pela validação de transações feitas pelos agentes e ajustando saldos excedentes, se de forma descentralizada, sendo através da tecnologia de DLT (BARROSO, 2022).

A partir dos expostos anteriores com notada compreensão histórica do momento vivido e dos motivos de tamanha necessidade de uma moeda digital, aqui com foco no Real Digital, resta saber os caminhos que o governo federal irá tomar para implantá-lo na economia. Os motivos para essa forma de análise para alcançar o resultado esperado dada a atualidade do tema pode ser defendido por:

[...]vale refletir sobre o fato de que toda História com algum ingrediente de atualidade é sempre prematura, pois os fatos parecem nunca estar totalmente acabados e compreendidos, portanto, a História escrita é sempre um relatório de andamento, parcial e tentativo por natureza, cuja provisoriedade é incômoda e inevitável, eis que o presente ainda não virou passado. De todo jeito, guias provisórios, indicações de obstáculos e diretrizes de contingência são sempre muito úteis para a navegação em mares revoltos, sobretudo quando os mapeamentos definitivos somente estarão disponíveis bem depois de a jornada terminar quando, então, terão pouca utilidade (FRANCO, 2020, p. 59).

A presente pesquisa tem grande contribuição para o entendimento da introdução do Real Digital na economia, além de ser, mais uma fonte de dados e materiais a disposição da sociedade.

O Pix

Existem motivações por trás da criação

do meio de pagamento chamado Pix, em fala do presidente do BCB transcrito pela Agência Brasil (2021, p.1) menciona que TED e DOC vão continuar sendo opção e o Pix não foi criado porque eles eram ineficientes: “Quando lançamos o Pix, a reação inicial era dizer que ele ia substituir TED e DOC. E eu dizia: se ele substituir TED e DOC é porque nós falhamos. A ideia não é essa...”

O presidente do BCB conforme relatado por Rodrigues repórter da Agência Brasil (2021) diz que o BCB preparou o Pix para evitar que ocorra fragmentação do mercado devido a várias opções de canais para efetuar pagamentos. Ele confirma que o BCB já está estudando a criação da moeda digital. Esses fatos mostram que o Pix está sendo para a população brasileira um avanço tecnológico nos meios de pagamento com facilidades, segurança e baixo custo e será no futuro algo a mais, servindo de estudo para o lançamento de uma moeda digital.

METODOLOGIA

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratória, dado o ineditismo do tema e, conseqüentemente, o pouco material disponível, de caráter qualitativo.

De acordo com o Cruz (2009), a pesquisa de abordagem qualitativa tem como foco penetrar no problema, buscar descobrir e não testar, fazer justiça à complexidade do objeto. A pesquisa foi realizada com procedimentos bibliográficos e documentais.

Quanto aos meios, trata-se de um estudo de caso, a saber, o caso da implantação do real digital, já que:

o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real “adequado quando” as circunstâncias são complexas e podem mudar, quando as condições que dizem respeito não foram encontradas antes, quando as situações são altamente politizadas e onde existem muitos interessados” (YIN, 2005 Apud FREITAS & JABBOUR, 2010, p. 5).

Como o estudo da presente pesquisa trata de aspectos exatamente mencionados acima, o estudo de caso é bastante viável para

um melhor aproveitamento e investigação do Real Digital.

Foram coletadas informações do BCB pela internet e seus webnários a respeito do Real Digital, além de artigos científicos para observar opiniões distintas e trazer visões diferentes acerca desse tema inédito.

ESTUDO DE CASO DO REAL DIGITAL

Nessa seção foram expostos os caminhos traçados para introduzir o Real Digital no Brasil; foram traçados os pontos positivos e negativos dessa moeda digital para a economia e houve uma análise das diretrizes do Real Digital e na quarta seção se deu a implantação do Real Digital no Brasil.

4.1 Introdução

O BCB tem pensado em uma moeda digital a um estimado tempo, o BCB (2021a), diz que foi feito um trabalho interno para acompanhar as tecnologias que dão suporte as moedas digitais. Foi afirmado que em 2016/2017 foi realizado alguns testes com tecnologia de blockchain, porém, ainda não estavam em uma situação madura o suficiente para avançar.

Em 16 de novembro de 2020 foi lançado o Pix. O BCB vê o Pix, o open banking e outras inovações tecnológicas, convergindo em direção ao Real Digital, que sendo uma forma de pagamento inteligente, abre as portas para novos serviços que a economia da informação ajuda a criar (BCB, 2021a).

Em 2020, foi feito pelo BCB um grupo de trabalho interno com o objetivo de discutir quais seriam as características de um Real Digital que seriam interessantes. Nessa discussão, chegou-se a conclusão que seria necessário abrir espaço na conversa para a sociedade para chamar os participantes (BCB, 2021a).

No dia 24 de maio de 2021, o BCB divulgou as diretrizes que nortearão o desenvolvimento da moeda brasileira chamada de Real Digital, com o objetivo de abranger as ineficiências estruturais e possibilitar o funcionamento da moeda digital.

Em 29 de julho de 2021 é promovido

uma série de sete webnários- o Real Digital, com o objetivo de discutir junto a sociedade as diretrizes do Real Digital, levantar casos de uso que haja benefícios da emissão de um Real Digital e as tecnologias que serão mais adequadas para sua implantação. (BCB, 2021).

Em 30 de novembro de 2021, foi lançado pelo Presidente do BCB, o LIFT Challenge Real Digital. O LIFT (Laboratório de Inovações Financeiras e Tecnológicas) de desafio do Real Digital. Com objetivo de avaliar casos de uso de uma moeda digital emitida pelo BCB, esse trabalho objetivou receber proposta de projetos de inovação tecnológicas, que devem ser elaborados dentro de padrões estabelecidos em chamada específica (BCB, 2021).

No dia 08 de setembro de 2022 foi dado início aos trabalhos do LIFT Challenge Real Digital (BARCELLOS, 2022). Esse trabalho atraiu 43 empresas, não somente do Brasil, como: Alemanha, Estados Unidos, Israel, México, Portugal, Reino Unido e Suécia. Houve 47 projetos apresentados, dentre esses, 9 foram selecionados para acompanhamento. Visando identificar características essenciais de uma infraestrutura para o Real Digital, essa infraestrutura, poderá dar apoio aos casos de usos que foram apresentados, que estejam maduros e que tragam valor para a sociedade brasileira (BCB, 2022). O Real Digital tem previsão de duração de 4 meses.

Os projetos pilotos começam de 2022, 2023 e boa parte de 2024, com eles operando e espera-se ter as bases necessárias para lançar de fato o Real Digital, com uma estimativa de ser lançado na segunda metade de 2024 (BCB, 2021a).

Como motivo para o Real Digital, o BCB (2021a) revela que o Real Digital é enxergado como uma ferramenta que o ajuda a cumprir no meio de um ambiente de economia cada vez mais digital, a sua missão: estabilidade financeira e monetária.

É ainda destacado que as motivações com o Real Digital seriam o desenvolvimento de modelos de negócios inovadores, que inclui tecnologias programáveis, smartcontracts (contratos inteligentes) que servem de métodos de liquidação para a internet das coisas

(IoT) (BCB, 2021a).

4.2 Pontos positivos e negativos do Real Digital na economia do Brasil

Queiroz (2021), acredita que discutir sobre a implantação do Real Digital é também compreender os impactos para a atual dinâmica do Sistema Financeiro Nacional, o autor elenca algumas possíveis vantagens e desvantagens do Real Digital aqui trabalhados como pontos positivos e negativos:

4.2.1 Pontos positivos

Para Queiroz (2021) os pontos positivos do Real Digital são:

Eficiência operacional: a transação digital simplificaria as trocas entre indivíduos e instituições se comparado ao dinheiro físico, reduzindo assim os custos de uma transação;

Segurança: se comparado ao dinheiro físico, o uso de carteira virtual e dinheiro digital reduz os riscos da segurança dos portadores;

Redução de custos: é custoso para o governo emitir notas e moedas físicas, no ambiente virtual vai ocorrer uma economia de escala, o custo de emissão da moeda tenderá a ser zero;

Inclusão financeira: a oferta de serviços bancários para pessoas que não possuem conta em bancos poderá estimular o desenvolvimento econômico;

Fortalecimento da política monetária: a política monetária poderia ser aplicada de forma direta através das contas em moeda do BCB do nível macro ao microeconômico, pois o governo poderia controlar a remuneração da taxa de juros na conta das pessoas;

Estímulo a demanda agregada: o governo poderia estimular o consumo dos usuários através de envios de remessa nas contas em Real Digital;

Aumento de competição: a criação desse novo modelo de moeda poderá incentivar agentes de bancos comerciais e provedores de serviço de pagamento (PSPs) a oferecerem as contas em Real Digital;

Facilitação de pagamentos internacionais: poderá ocorrer uma simplificação nas transações internacionais caso o desenvolvimento do Real Digital esteja alinhado com o de outros Bancos centrais.

4.2.2 Pontos negativos

Para Queiroz (2021) os pontos nega-

tivos do Real Digital são:

BCB competindo com instituições privadas: Se o governo optar por um modelo de gerenciamento direto, será o BCB assumindo a mesma responsabilidade dos bancos comerciais e dos PSPs, com isso, gerando uma competição na oferta de serviços de conta corrente e serviços de pagamento;

Aumento do preço do crédito privado: se as contas em Real Digital estiverem remunerando a taxa de juros vigente, poderá ocorrer um movimento de saldos em conta de bancos comerciais para as contas do BCB, o que levará os bancos privados a aumentarem as taxas de juros para empréstimos;

Risco de corrida bancária: os brasileiros poderão usar as contas de Real Digital como um ambiente seguro caso se existir o risco de falência de um banco comercial;

Risco reputacional: como o BCB passará a assumir novas responsabilidades como a de monitoramento e gerenciamento, caso ocorram falhas devido a erros humanos ou ataques cibernéticos, seria muito prejudicado a imagem do BCB.

Risco de dolarização: se o lançamento do Real Digital possibilitar transações internacionais com maior facilidade, pode ocorrer um processo de dolarização da economia. (QUEIROZ, 2021)

Elencado os pontos positivos e negativos da adoção do Real Digital como uma nova opção de moeda, foi analisado agora as diretrizes do Real Digital para entender se o BCB procura contornar essas lacunas que podem prejudicar uma eficiência no sistema financeiro nacional.

Análise das diretrizes do Real Digital

BCB, em avaliação preliminar e consideradas as discussões mantidas no Grupo de Trabalho Interdepartamental (GTI) criado pela Portaria nº 108.092, de 20 de agosto de 2020, destaca as diretrizes para o potencial desenvolvimento de uma moeda digital brasileira, que aqui serão analisadas em três aspectos sintetizados de acordo com Silva (2021) que são:

a) Inovações Tecnológicas:

- Ênfase na possibilidade de desenvolvimento de modelos inovadores a partir de evoluções tecnológicas, como contratos inteligentes (smartcontracts), internet

- das coisas (IoT) e dinheiro programável;
- Previsão de uso em pagamentos de varejo;
 - Capacidade para realizar operações online e eventualmente operações offline;
- b) **Jurídicos e regulatórios:**
- Emissão pelo BCB, como uma extensão da moeda física, com a distribuição ao público intermediada por custodiantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB);
 - Ausência de remuneração;
 - Garantia da segurança jurídica em suas operações;
 - Aderência a todos os princípios e regras de privacidade e segurança determinados, em especial, pela Lei Complementar nº 105, de 2001 (sigilo bancário), e pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
 - Desenho tecnológico que permita integral atendimento às recomendações internacionais e normas legais sobre prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, inclusive em cumprimento a ordens judiciais para rastrear operações ilícitas;
 - Adoção de padrões de resiliência e segurança cibernética equivalentes aos aplicáveis a infraestruturas críticas do mercado financeiro.
- c) **Integração internacional:**
- adoção de solução que permita interoperabilidade e integração visando à realização de pagamentos transfronteiriços.

Inovações tecnológicas

Silva (2021), observa que os aspectos de inovações tecnológicas das diretrizes, possibilitam que haja desenvolvimento de modelos inovadores em que o Real Digital poderá ser bastante útil como os contratos inteligentes, a internet das coisas e o dinheiro programável. Já a previsão de uso em pagamento em varejo vai estar de encontro com as demandas dos consumidores que poderão pagar suas compras com o Real Digital. Em relação as eventuais operações offline, essas operações

seriam bastante eficazes para pessoas desbancarizadas em que teriam uma carteira digital, para se verificar usos de transações sem acesso a internet, usos em situações de desastres naturais ou na ausência de eletricidade, etc. Um smartphone não é a realidade de todos os brasileiros, mas através da tokenização o Real Digital poderá ser guardado em um cartão que tenha chip, uma pulseira para crianças ou um *smartcard* que é um dispositivo que ajuda a ver o saldo na carteira (BCB,2021c).

Aspectos Jurídicos e regulatórios

Em relação aos aspectos jurídicos e regulatórios das diretrizes do real digital, de acordo com Silva (2021), o Real Digital apenas vai representar uma extensão da moeda física, ficando claro que ela não vai substituir o dinheiro físico em circulação. A ausência de remuneração nos diz que ela não vai render juros positivos ou negativos. O BCB (2021b, n.p) aponta que é necessário “manter o que funciona bem, melhorar o que não funciona e evitar criar novos problemas”, esses aspectos se vêem observados na adoção dos padrões de resiliência e segurança cibernética e no respeito, aderência e garantia de segurança e normas legais.

Integração internacional

O aspecto da integração internacional, deseja direcionar o Real Digital a fim de ser capaz de integrar serviços e operações capazes de serem efetuados pagamentos para outros países. A interoperabilidade aqui diz que o Real Digital tem que ser capaz de ser transformado em qualquer variedade em que as pessoas estão acostumadas a usar atualmente (BCB, 2021g). Em se tratando de múltiplas CBDCs, elas melhorarão o comércio internacional o tornando mais rápido, mais barato e poderá melhorar a liquidez entre os bancos centrais (BCB, 2021f).

Implantação do Real Digital

Dado, os pontos positivos e negativos do Real Digital e as análises das diretrizes, agora será possível retratar em cima dessas prerrogativas como se dará sua implantação na economia do Brasil.

Lima; Pereira; Bento (2021) descreveram o modelo de arquitetura do Real Digital a ser implantado no Brasil, onde o BCB fica

responsável pela emissão dessa moeda e sua circulação fica na responsabilidade dos intermediários. Essa forma de arquitetura permite que não ocorra sobrecarga no sistema digital o que garante que não ocorram mudanças drásticas no funcionamento do sistema monetário. Isso contribui para que a autoridade monetária continue com sua autonomia de realização de políticas monetárias, garantindo que não haja insegurança em relação ao seu valor, mantendo a operabilidade e fluidez dos sistemas de pagamento e conveniência de seu uso.

Para evitar que uma parcela da população que ainda não possuem contas em banco possa utilizar o Real Digital sem serem excluídas, o modelo se dá baseado em *token*, assim as pessoas não precisam abrir uma conta junto ao banco para utilizarem a moeda. Aliado a isso, as pessoas que não possuem acesso a dispositivos móveis para a utilização da moeda digital, podem também se beneficiar da tokenização, ao possibilitar que o Real Digital seja armazenado em chips, cartões ou outros meios tangíveis, promovendo inclusão financeira, segurança e confiança para os indivíduos menos informatizados (LIMA; PEREIRA e BENTO, 2021).

Em relação a legislação, ficou obrigatório que quando uma instituição de pagamento ou uma instituição financeira emitir o Real Digital, essa instituição deve recolher do Banco Central o mesmo montante de moeda. Logo, toda moeda eletrônica que for emitida por uma instituição de pagamento deve ter necessariamente o mesmo correspondente de montante no BCB (BCB, 2021e).

Sobre os pagamentos transfronteiriços, as CBDCs vão ser capazes de usar plataformas com o objetivo de fazer transações diretamente com os bancos centrais de outros países, essa ação não terá a necessidade de haver intermediários ou correspondentes. Também será mais fácil de fazer a conversão entre moedas estrangeiras, a experiência para os usuários será como a de realizar um Pix para outros países (BCB,2021f). Como as transações entre fronteiras possuem diferentes regras, deverá ser criado um padrão de regulamentos e dos controles técnicos nas plataformas de transação. Aqui percebe-se a interoperabilidade das moedas digitais.

O foco inicial do Real Digital será no pagamento de varejo para que essa moeda

possa chegar na mão do usuário final e se dará em ambiente online. O BCB tem trabalhado também com soluções offline, porém a tecnologia para isso é bem mais desafiadora, por isso o foco inicial se dará na fase online.

Em termos de remuneração, o BCB (2021a) pretende usar o Real Digital como uma ferramenta adicional de política monetária. Então o Real Digital apenas vai reproduzir as características do Real convencional que não possui remuneração se não for movimentado em investimentos ou empréstimos.

Para garantir que o Real Digital seja útil para a sociedade, é necessário garantir segurança jurídica, o BCB tem que garantir o sigilo bancário que é uma das propriedades de uma CBDC para garantir que não haja lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Também é necessário garantir a observância da LGPD e haver um paralelo do Real Digital com outras operações digitais, ou seja, interoperabilidade com os mecanismos de pagamento de liquidação que já possuímos (BCB,2021a).

Implantação no quesito funcionamento

Basicamente, é interessante entender como essa implantação funcionará na prática de um cidadão. Uma pessoa vai até o seu banco, uma instituição financeira ou de pagamento e escolhe ter seus recursos em Real Digital, feito a mudança o dinheiro é passado para sua carteira virtual e a partir desse momento, essa pessoa poderia fazer pagamentos em lojas que estão conectadas e quando no futuro estiver disponível o pagamento offline poderá ser feito pagamentos para vendedores que não estão conectados (BCB, 2021g).

A respeito do pagamento offline, o BCB (2021g) dá um exemplo de uma pessoa que quer comprar pipoca de um pipoqueiro que não tem acesso a internet na hora e essa pessoa não tem dinheiro físico no momento, ambas possuem Real Digital, é só ela transferir o dinheiro de sua carteira virtual para a carteira virtual do pipoqueiro, essa ação pode acontecer por meio de um *QRCode*, pelo *Bluetooth* ou *NFC*.

Do funcionamento do Real Digital em bancos, para evitar a retração da capacidade deles de gerar crédito, será possível que eles emitam *stablecoins* em cima de depósitos. Na prática, uma pessoa poderá ir a um banco e

pedir uma moeda digital do BCB, nessa situação o banco poderia dar opções, ele pode oferecer serviços melhores e mais vantajosos se a pessoa optar por usar a moeda digital que ele oferece. Então, esse banco emitiria uma versão tokenizada no depósito bancário daquela pessoa. Essa versão tokenizada seria uma *stablecoin* baseada no passivo bancário convencional (BCB, 2021a).

Implantação no quesito de aceitação

Apesar de ser objetivo do BCB com o Real Digital, promover a inclusão financeira, além de estabilidade financeira e econômica, ainda é necessário criar meios e oportunidades para que a sociedade venha aceitar o uso do Real Digital no seu cotidiano. Para isso foram sugeridas algumas propostas, como a adoção em massa pelo bolsa família para que ocorra uma adoção rápida (BCB, 2021g).

Quanto mais fácil uma pessoa perceber que a CBDC facilita a vida dela mais rápido vai aderir ao seu uso, também sendo de interesse da pessoa a necessidade de saber os riscos que ela corre. Para isso, é necessário criar campanhas de conscientização, de prevenção e de auxílio em como utilizar esse Real em formato digital (BCB, 2021b).

A chave para promover a aceitação da sociedade perante as CBDCs, também valendo para o Real Digital, é promover a liberdade de escolha para as pessoas. Enquanto elas puderem escolher se vão pagar com dinheiro físico ou CBDC haverá uma ampla aceitação, mas se for forçado uma mudança total para o CBDC haverá resistência e ceticismo em relação a tecnologia proposta (BCB, 2021c).

O BCB (2021d) discute a importância de haver uma parceria pública e privada, já que a tecnologia não é a área mais forte dos governos, então essa parceria permitiria avançar e evoluir para a realidade virtual, como a IoT, 4ª revolução industrial, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou essa pesquisa, constatou-se que o mundo estava mudando sua forma de lidar com o dinheiro, e com isso, vários países estavam estudando uma moeda digital própria emitida por banco central. Então, já era de se esperar que o Brasil também estudaria a sua própria moeda digital. Ape-

sar disso, era perceptível a falta de conhecimento sobre moedas digitais, além da falta de material de confiança para se aprofundar no assunto, por isso, foi importante estudar a introdução do Real Digital na economia brasileira. Ficou entendido que o Real Digital é uma moeda digital emitida por Banco Central, uma CBDC.

Com o Pix, foi possível entender que na verdade ele veio para abrir caminho no futuro para a criação do Real Digital. Serviu de base para um entendimento do BCB de que a população brasileira abraça muito rapidamente as novas tecnologias.

Ficou entendido que as motivações para criação dessa CBDC, era de servir como um auxiliador em um ambiente de economia cada vez mais digital, e que principalmente permite que as tecnologias como dinheiro programável, contratos inteligentes e internet das coisas possam de fato se desenvolver.

Como parte de uma pesquisa de tema atual, em relação aos pontos positivos, acredita-se que os de maior valor são os de inclusão financeira, fortalecimento da política monetária e facilitação nos pagamentos internacionais. Os outros pontos positivos podem ser enxergados como consequência da adoção dessa moeda digital, como a redução de custos, e aumento da competição, e os restantes como uma necessidade advinda da criação de uma moeda digital como a eficiência operacional, segurança e estímulo da demanda agregada.

Como parte dos pontos negativos, ao longo do estudo de caso, foi descoberto que no Brasil, para que o BCB não se torne um competidor das instituições privadas, os bancos e instituições de pagamento, poderão criar sua própria *stablecoin* no passivo do BCB. Outro ponto negativo, foi o aumento do preço do crédito privado, caso o Real Digital fosse remunerado, o que também não acontecerá, já que ele não terá remuneração. O terceiro ponto negativo citado foi o de risco de corrida bancária, de acordo com a premissa de um banco poder emitir sua própria moeda digital, é muito improvável que essa situação ocorra. O quarto ponto negativo de risco reputacional do BCB em relação a ataques cibernéticos, já está em discussão para não que aconteça, o BCB tem conversado com outros bancos centrais para o desenvolvimento de uma resiliência cibernética. O quinto e último ponto negativo, foi o risco de dolarização, de fato,

é o único ponto negativo até o momento que pode acontecer, visto que as CBDCs facilitam muito as transações internacionais e é uma das diretrizes do Real Digital facilitar os pagamentos transfronteiriços. É uma questão que deve ser analisada pelo BCB, já que no estudo de caso não foi identificado uma preocupação por parte do BCB com essa questão.

Analisando as diretrizes do Real Digital, foi possível entender que nas questões de inovação tecnológica, será possível com o Real Digital desenvolver as novas tecnologias como os *Smartcontract*, IoT e dinheiro programável, que permitirão futuramente pagamentos offline. Nas questões dos aspectos jurídicos e regulatórios, o Real Digital vai ser apenas uma extensão da moeda física, que não vai render juros e haverá aderência e garantia de segurança e normas legais, principalmente baseados na Lei Complementar nº 105, de 2001 sobre sigilo bancário e na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Já nas questões de integração internacional, a interoperabilidade foi bem discutida visto que múltiplas CBDCs melhorarão o comércio internacional, que poderá ter suas transações mais rápidas e fáceis

Como o tema é muito atual e as diretrizes e posicionamentos expostos até o presente momento ainda podem mudar, foi traçado uma possível resposta que direciona responder o problema da pesquisa e atingir o objetivo geral da mesma.

O Real Digital vai ser emitido pelo BCB e ele vai ser distribuído pelos intermediários sempre ligado a custódia da instituição financeira.

O modelo se dará baseado em *token*, que poderá ser transferida de pessoa para pessoa sem a necessidade de um intermediário. Com o Real Digital, será usado uma carteira digital que funcionará como utilizamos hoje nossa carteira que carregamos no bolso ou em bolsas, com a tokenização não é impedido que haja intermediários nas transações. Assim, se abrange uma quantidade maior de pessoas, principalmente as que não possuem contas em bancos e as que não tem acesso a dispositivos móveis, já que a tokenização permitirá que o Real Digital seja armazenado em chips, cartões ou outros meios tangíveis. O mesmo montante que for emitido nos bancos deverá ser obrigatoriamente recolhido do BCB.

Em relação a pagamentos internacio-

nais, o Real Digital, assim como outras CBD-Cs, deixará a conversão entre moedas estrangeiras mais fácil.

O Real Digital vai ser focado inicialmente no pagamento de varejo, em ambiente online, os pagamentos offline ainda serão trabalhados para futuramente ser mais uma opção disponível para os usuários.

O Real Digital não será remunerado e ele terá garantia de sigilo bancário.

Em relação ao seu funcionamento, é só o cidadão se dirigir ao BCB ou a uma instituição de pagamento e trocar seus recursos, que pode ser moedas, cédulas ou dinheiro em conta corrente por Reais Digitais, que serão passados para sua carteira digital e a partir disso, esse cidadão pode fazer seus pagamentos da mesma forma que fazia antes do Real Digital. Se uma pessoa optar por ter uma moeda digital de um banco comercial devido aos benefícios oferecidos, na verdade ela vai ter uma *stablecoin* baseada no passivo bancário convencional.

Para promover a implantação é necessário que o Real Digital seja aceito pela população brasileira, se sugere a criação de campanhas de prevenção aos riscos e de auxílio em como utilizá-lo, além de sempre promover a liberdade de escolha ao usuário, que poderá escolher se quer pagar com dinheiro físico ou Real Digital.

O Real Digital é o avanço que a economia dará para acompanhar a globalização e as inovações tecnológicas que demandam melhor arcabouço financeiro. O estudo de caso viabilizou o conhecimento da resposta do problema de pesquisa, assim como o objetivo geral pode ser alcançado através dele.

A partir da pesquisa obtida e das limitações encontradas, ficam aqui como recomendações de pesquisa futuras, o estudo das tecnologias que podem tornar possível, seguro e eficaz, realizar pagamentos em ambiente offline com o Real Digital. Um estudo mais aprofundado das funcionalidades, benefícios e estrutura das *stablecoins* baseadas no passivo bancário convencional. Também quais os meios de canais mais viáveis para uma base de informações que atinja o máximo possível de cidadãos brasileiros e quais seriam as técnicas (marketing) mais viáveis para informar aos mesmos de uma forma que pessoas mais leigas consigam entender o que é o Real Digital e como e vai funcionar.

Outras contribuições podem vir quando de fato o Real Digital for implantado na economia do Brasil, ficando como sugestão, um estudo da aceitação dos brasileiros em meio a uma moeda digital emitida por Banco Central, e como foi apresentado nessa pesquisa, analisar se está havendo ou se estará se tornando possível o risco da dolarização, uma consequência advinda da facilidade que as CBDCs vão tornar os pagamentos transfronteiriços.

REFERÊNCIAS

1. ALVES, Maykon Henrique; XAVIER, Murilo Fernando; SOARES, Maria Cecília. **As criptomoedas no Brasil sob as visões da receita federal e das normas brasileiras de contabilidade**: estudo introdutório. 2020. Toledo Prudente. Disponível em: <http://intertemas.toledo-prudente.edu.br/index.php/ETIC/article/download/8595/67649895> Acesso em: 16 de maio de 2022.
2. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Banco Central divulga as diretrizes gerais de uma moeda digital para o Brasil. BCB. 2021g. 1 p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17398/nota>. Acesso em: 24 de Abril de. 2022.
3. _____. BC lança LIFT Challenge para avaliar casos de uso do Real Digital. [S.l.]. BCB, 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/593/noticia> . Acesso em: 29 set. 2022.
4. _____. BC promove série de webinars “O Real Digital” a partir de julho. [S.l.]. BCB, 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17438/nota> . Acesso em: 26 set. 2022.
5. _____. CONEXÃO Real Entrevista #1 -: a Moeda Digital dos Bancos Centrais. [S. l.:s. n.], 2021a. 1 vídeo (23 min 37 seg). Publicado pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <https://youtu.be/ebEVeNllsUg> . Acesso em: 20 set. 2022.
6. _____. **Lift Challenge Real Digital seleciona 9 projetos**. [S.l.]. BCB, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17632/nota> . Acesso em: 29 set. 2022.
7. _____. **O que é pix?** BCB. S.I, 1 p. Disponível em:
8. <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix>. Acesso em: 23 jun.2022
9. _____. **O REAL DIGITAL: 2º Webnário - Cidadania, segurança de dados, sigilo e rastreabilidade**. [S. l.:s. n.], 2021b. 1 vídeo (1 h 06 min 24 seg). Publicado pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <https://youtu.be/cD-vzvyqVC4I>. Acesso em: 12 set. 2022.
10. _____. **O REAL DIGITAL: 3º Webnário - Operações Offline**. [S. l.:s. n.], 2021c. 1 vídeo (1 h 04 min 12 seg). Publicado pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <https://youtu.be/z9et-rdcYPg>. Acesso em: 13 set. 2022.
11. _____. **O REAL DIGITAL: 4º Webnário - Smart contracts, IoT e dinheiro programável**. [S. l.:s. n.], 2021d. 1 vídeo (1 h 15 min 08 seg). Publicado pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <https://youtu.be/YNJOmyfewg4>. Acesso em: 14 set. 2022.
12. _____. **O REAL DIGITAL: 5º Webnário - Emissão e Movimentação**. [S. l.:s. n.], 2021e. 1 vídeo (1 h 14 min 54 seg). Publicado pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <https://youtu.be/op7YMHGcNW0>. Acesso em: 15 set. 2022.
13. _____. **O REAL DIGITAL: 6º Webnário - Integração internacional**. [S. l.:s. n.], 2021f. 1 vídeo (1 h 11 min 38 seg). Publicado pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <https://youtu.be/Ub7oW5IGR1w>. Acesso em: 16 set. 2022.
14. _____. Perguntas e respostas – Real Digital. BCB. 2021. 1p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/real_digital_faq. Acesso em: 01 jun. 2022.
15. _____. Real Digital. BCB. s.d. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/real_digital. Acesso em: 01 jun. 2022.
16. BARCELLOS, Thaís. Banco Central dá início a trabalhos de laboratório do real digital. In: Gaucharzh. GZH economia. [S.l.]. 8 set. 2022. Disponível em: [https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2022/09/banco-central-da-inicio-a-trabalhos-de-laboratorio-do-real-digital-cl7t91qel000t01f83aqwevqr.html#:~:text=O%20Banco%20Central%20\(BC\)%20informou,segunda%2Dfeira%20\(5\)](https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2022/09/banco-central-da-inicio-a-trabalhos-de-laboratorio-do-real-digital-cl7t91qel000t01f83aqwevqr.html#:~:text=O%20Banco%20Central%20(BC)%20informou,segunda%2Dfeira%20(5)). Acesso em: 29 set. 2022.
17. BARROSO, Liliane Cordeiro. **Central Bank Digital Currency (CBDC): desenho de uma nova moeda**. 2022. Disponível em: <https://www.banconordeste.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/1170>. Acesso em: 22 jun. 2022
18. BREUNING, Leonardo Henrique. **Bitcoin: ativo financeiro ou moeda digital?** 2020. Disponível em: <http://repositorio.unisc.br:8080/js-pui/handle/11624/3094>. Acesso em: 28 abr. 2022.
19. CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes da. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: Equipe Casa de Idéias, 2009. 195 p.
20. FEBRABAN. **LIVE | CBDC e real digital: o que é e como será**. 2022a. 1 vídeo (1h 29min 45seg). Publicado pelo FEBRABAN. Disponível em: <https://youtu.be/mdo4Rt3O2YA> . Acesso em: 26 set. 2022.
21. FRANCO, Gustavo HB. O futuro do dinheiro. 2020. Disponível em: <http://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2020/12/O-futuro-do-dinheiro-3.docx.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.
22. FREITAS, Wesley Ricar-

- do; JABBOUR, Charbel José. O estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: fundamentos, roteiro de aplicação e pressupostos de excelência. Abrepeo. 2010. 14p. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2010_tnsto_122_790_15342.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.
23. KOSINSKI, Daniel Santos. A digitalização dos meios de pagamento: o pix e as central bank digital currencies em perspectiva comparada. Textos de Economia, v. 24, n. 1, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/uutanuawzfbunbsclud3jijjhm/access/wayback/https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/download/79020/46705> .Acesso em: 30 jun.2022
24. LIMA, Aldrin; PEREIRA, Rafael; BENTO, Vinicius. **O panorama atual a respeito das central bank digital currencies: possíveis impactos sobre o sistema monetário.** 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/18840> . Acesso em: 22 jun. 2022
25. NEDEL FILHO, José Alfredo. **A gênese do dinheiro.** Saber Humano: Revista Científica da Faculdade AntonioMeneghetti, [S.I.], n. 4. p. 156-173, abr. 2019. ISSN 2446-6298. Disponível em: <https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/381/374> . Acesso em: 31 mai. 2022.
26. QUEIROZ, Frederico. Moedas digitais emitidas por bancos centrais: um estudo de aplicação. 2021. 41 páginas. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de São Paulo. Osasco, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/61667>. Acesso em: 12 mai. 2022.
27. RAGAZZO, C; CATALDO, B. **Moedas digitais.** Instituto Propague, White Paper, setembro de 2021. Disponível em: <https://institutopropague.org/wp-content/uploads/2021/09/Moedas-digitais-entenda-o-que-sao-criptomoedas-stablecoins-e-CBDCs-White-Paper-Instituto-Propague.pdf> . Aceso em: 30 jun. 2022
28. RODRIGUES, Amanda et al. Ascensão da moeda digital e virtual: uma análise histórica e econômica. on-line tecnologia, gestão, humanismo, Guaratinguetá. 8 p, 2019. Disponível em: <http://www.fatecguaratingueta.edu.br/revista/index.php/RCO-TGH/article/download/266/254>. Acesso em: 12 mai. 2022.
29. RODRIGUES, Léo. Pix não foi pensado para substituir TED e DOC. Agência Brasil, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/pix-nao-foi-pensado-para-substituir-ted-e-doc-diz-presidente-do-bc>. Acesso em: 28 jun. 2022.
30. SANT'ANA, Tiago Antonio; NETO, José. Moeda digital brasileira: motivações e implicações. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UNICESUMAR. 2021. 5 p. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/anais-epcc-2021/wp-content/uploads/sites/236/2021/11/840.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.
31. SANTOS, F. R.; PEREIRA, C. S. **Do escambo ao pagamento por meio eletrônico: análise do mercado de cartões no Brasil.** In: Revista Geografia em Atos (Geoatos online), v.03, n.10, p.187-208, jan-abr., 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/6079/pdf> . Acesso em: 13 abr. 2022.
32. SILVA, Aleksander Bôvo. **Central bank digital currency: análise das diretrizes iniciais do banco central do Brasil.** 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/3856>. Acesso em: 30 junh.2022
33. YAMASHITA, Thiago Guimarães; JUNIOR, Otto Guilherme Gerstenberger. **Implementação do Pix e expectativas do mercado.** Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Otto-Gerstenberger-Junior/publication/360448151_Implementacao_do_Pix_e_expectativas_do_mercado/links/62768bf3107cae2919918de6/Implementacao-do-Pix-e-expectativas-do-mercado.pdf . Acesso em: 23 jun.2022

PARECERES COM RESSALVA: UM LEVANTAMENTO SOBRE AS CAUSAS DAS OCORRÊNCIAS NAS EMPRESAS DOS SETORES FINANCEIRO E DE BENS INDUSTRIAIS LISTADAS NA B3

CARVALHO, Pedro Emanuel da Silva¹, BRITES, Valéria de Oliveira²

¹pedro114x114@gmail.com, Discente do Curso de Ciências Contábeis do Unifeso

²Mestre em Ciências Contábeis e Professora dos Cursos de Administração e de Ciências Contábeis do Unifeso, valeriabrites@unifeso.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo geral identificar as causas dos pareceres de auditoria com ressalva das empresas listadas na B3 dos setores Financeiro e de Bens Industriais durante o período 2017 a 2021. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi a bibliográfica, descritiva e documental com abordagem quantitativa a fim de apresentar análises em cima dos dados coletados acerca dos relatórios de auditoria das empresas dos setores financeiro e bens industriais durante o período de 2017 a 2021. Observou-se que a maioria dos relatórios com algum tipo de parecer sobre as demonstrações se concentram no setor de bens industriais, cerca de 70% dos relatórios envolvidos na pesquisa foram deste setor. Ao fim, conclui-se que a causa de parecer que possui maior frequência é a de Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional.

Palavras-chave: Auditoria; demonstrações contábeis.

ABSTRACT

The purpose of this article is to identify the causes of auditing report with the exception of companies listed on B3 in the financial and the manufactured goods sectors during the period 2017 to 2021. The methodology used for the development of the research was bibliographical, descriptive and documental with a quantitative approach in order to present analyzes on top of the data collected about the audit reports of companies in the financial and industrial goods sectors during the period from 2017 to 2021. It was observed that most reports with some type of opinion on the statements are concentrated in the manufactured goods sector, around 70% of the reports involved in the survey were from this sector. In the end, it is concluded that the cause of opinion at has the highest frequency is that of significant uncertainty related to on going concern.

Keywords: auditing; financial statements.

INTRODUÇÃO

Observando o cenário empresarial, a Contabilidade possui grande influência na tomada de decisões para um gestor: ela gera informações que auxiliam nas decisões, projetando cenários e principalmente gerando as demonstrações contábeis que, segundo o IBRACON (2015) no Pronunciamento do IBRACON – NPC 27, item 7: “as demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data”. É justamente através dessas demonstrações que o público, de maneira geral, consegue ter conhecimento sobre o atual cenário de uma empresa.

As demonstrações contábeis possuem regras e padrões ao serem elaboradas: elas são elaboradas anualmente e sintetizam as consequências financeiras de tudo o que ocorreu na

empresa em um determinado ano, conforme indica a NBC TG 26(R5) (CFC, 2017). As empresas de capital aberto listadas na B3 possuem suas demonstrações contábeis abertas ao público e são obrigadas a se submeterem a auditoria por auditores independentes, de acordo com o § 3 do artigo 177 da Lei 6.404 de 16 de dezembro de 1976.

Conforme a Norma de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis – NBC TA 200 (R1), a auditoria independente classifica-se como a área contábil caracterizada pelo conjunto de procedimentos técnicos que têm por objetivo a emissão de relatório sobre a adequação das demonstrações contábeis, levando em consideração as normas brasileiras e internacionais de auditoria (CFC, 2016a). A NBC TA 500 (R1) informa que o objetivo do auditor é definir e executar procedimentos de auditoria que permitam ao auditor conseguir evidência de auditoria apropriada e suficiente

que lhe possibilitem obter conclusões razoáveis para fundamentar o seu parecer sobre as informações analisadas (CFC, 2016b).

Os tipos de relatórios dos auditores independentes são: relatório sem ressalva, relatório com ressalva, relatório com opinião adversa, relatório com abstenção de opinião, relatório com parágrafo de ênfase e relatório com parágrafo de outros assuntos (ALMEIDA, 2012).

O ideal é que os pareceres dos auditores sejam sem ressalvas, mas pode ocorrer que os relatórios dos auditores expressem opiniões com ressalva, o que significa que, para o auditor, algum aspecto relevante divulgado nas demonstrações contábeis não está em conformidade com os aspectos legais ou diverge da forma correta de apresentação da informação e, por conseguinte, é um ponto de atenção a se ter com este demonstrativo (SPEZIA, 2020).

Diante dos fatos apontados, esta pesquisa quer responder a seguinte situação problema: Existem muitas empresas de capital aberto listadas na B3 que apresentam pareceres com ressalvas? E quais são as causas dessas ressalvas?

O presente estudo tem o objetivo geral de identificar as causas dos pareceres de auditoria com ressalva das empresas listadas na B3 dos setores Financeiro e de Bens Industriais durante o período 2017 a 2021.

Para que este objetivo fosse alcançado, foram necessários os seguintes objetivos específicos: I) Expor sobre o que é auditoria nas demonstrações contábeis; II) Tratar dos principais exames realizados na auditoria; III) Discriminar quais são os tipos existentes de relatórios de auditoria; IV) Identificar a quantidade de empresas que possuem relatórios com ressalva; V) Analisar os dados coletados no site da B3, referente os relatórios de auditoria com ressalva, levantando as causas das ressalvas.

A escolha dos setores foi feita devido ao alto número de empresas existentes em ambos, fazendo com que o estudo englobe um conjunto de informações relevantes.

Este estudo mostra-se relevante por conta do tratamento dos dados levantados, sendo uma ferramenta a mais que possa auxiliar na tomada de decisão de investidores, administradores e demais profissionais da área contábil que tenham interesse específicos nesses dois setores abordados no estudo. Ao

mostrar as causas dos pareceres com ressalva, o leitor poderá ter uma noção de qual setor é mais equilibrado e qual precisa ter atenção, também terá ciência das principais causas das ressalvas nas empresas situadas nos setores abordados.

O estudo está organizado em cinco seções. A primeira seção é a introdução, onde se apresenta a contextualização do tema, os objetivos do estudo e sua justificativa. A segunda seção é o referencial teórico, onde se trata da parte técnica e científica do tema e é dividido em duas subseções, a primeira trata das normas relativas à auditoria das demonstrações contábeis e a segunda subseção aborda os tipos de pareceres de auditoria existentes. Em terceiro vem os aspectos metodológicos utilizados para realização deste estudo. A quarta seção aborda o tratamento e análise dos dados coletados dentro do site da B3. Por fim, a quinta e última seção são as considerações finais, onde se retrata o problema central do estudo, tendo um desfecho para respondê-lo, cumprindo os objetivos traçados no início do estudo; além de trazer sugestão de pesquisas futuras.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor compreensão da importância da contabilidade como meio de informação transparente, primeiramente vale ressaltar o que é a contabilidade gerencial. Ela caracteriza-se como a área da ciência contábil que reúne um conjunto de informações já existentes na contabilidade financeira, para Padoveze (2012, p. 11) “A Contabilidade Gerencial é necessária para qualquer entidade. O foco são os usuários internos em quaisquer níveis da administração que necessitam de informações contábeis para o processo de planejamento e controle das operações e a tomada de decisão”.

Já a contabilidade é definida por Marques (2011, p. 58) como “[...] a ciência que estuda e controla o patrimônio das empresas. Mas podemos também identificar esse conceito de contabilidade como a geração de informações [...]”.

Tendo em vista que a contabilidade é uma grande ferramenta geradora de informações, a fala de Muller e Oliveira (2002, p. 3), em Contabilidade Empresarial, complementa o raciocínio:

O gestor que sabe usar a informação contábil, e que conhece suas limitações, dispõe de um poderoso instrumental de trabalho que lhe permite tomar decisões visando o futuro com maior segurança, bem como conhecendo a situação atual e o grau de acerto e impropriedade de suas decisões anteriores.

Para Pereira (2018), a informação final que é gerada através do sistema de informações é espelhada nas demonstrações contábeis da empresa, porém não basta somente a geração de informações nas demonstrações para que os usuários dela tenha total segurança no que é reportado, diante disso, surge a necessidade de uma auditoria externa, como medida de afirmação e verificação dos fatos registrados.

A auditoria é um ramo contábil voltado a analisar a aplicação dos controles patrimoniais implantados, verificando as informações contidas nas demonstrações a fim de expressar um parecer sobre os dados conferidos (ATTIE, 2018).

Osni e Coelho (2017, p. 4) conceituam a Auditoria como “uma técnica contábil que consiste na verificação da exatidão e fidedignidade dos dados contidos nas demonstrações contábeis, por meio do exame minucioso dos registros de contabilidade e dos documentos que deram origem a eles”.

Conforme indica a NBC TA 200(R1), o objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável (CFC, 2016a).

Os procedimentos de auditoria representam um conjunto de técnicas que o auditor utiliza para colher as evidências sobre as informações das demonstrações financeiras. Os procedimentos podem incluir a inspeção, observação, confirmação, recálculo, reexecução, procedimentos analíticos e indagação, podendo ser utilizados em combinação, a fim de obtenção de evidências conforme o item A6 da NBC TA 500(R1) (CFC, 2016).

A NBC TA 500 (R1) (CFC, 2016) explica o que é cada uma dessas técnicas, a saber:

a) Inspeção - envolve a verificação de

documentos externos e internos, sejam papeis, arquivos digitais ou até mesmo o exame em ativo físico;

- b) Observação - consiste em acompanhar um exame realizado por outros, por exemplo, a observação do auditor em uma contagem de estoque feita por funcionários da entidade auditada;
- c) Confirmação - consiste em um documento assinado por um terceiro, alegando a veracidade ou não da informação abordada no documento;
- d) Recálculo - consiste na verificação dos cálculos matemáticos registrados, podendo ser de forma manual ou eletrônica;
- e) Reexecução - envolve a execução de procedimentos adotados internamente pela entidade, a fim de verificar a veracidade dos fatos;
- f) Procedimentos analíticos - avaliação das informações por meio de estudo das relações entre os dados financeiros e não financeiros;
- g) Indagação - consiste na busca de informações junto a pessoas com conhecimento, seja financeiro ou não, podendo ser de dentro ou fora da entidade.

Esses procedimentos devem ser aplicados aos principais elementos que compõem os demonstrativos contábeis, principalmente, o Balanço Patrimonial.

Normas relativas à auditoria das demonstrações contábeis

Para o auditor executar o exame de auditoria, é necessário obedecer e seguir as NBCs TA, atentando-se a essas normas para atingir os objetivos gerais da auditoria, que segundo a NBC TA 200 (R1) (2016, p. 3) são:

Obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, possibilitando assim que o auditor expresse sua opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável; e apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se como exigido pelas NBCs TA, em conformidade com as constatações do auditor.

Nesse contexto, as NBCs TA visam aumentar ainda mais a confiabilidade das demonstrações contábeis, através das opiniões dos auditores sobre as informações que foram repassadas nas demonstrações contábeis NBC TA 200(R1) (CFC, 2016).

O auditor deve seguir alguns requisitos durante o seu exame de auditoria, conforme preconiza a NBC TA 200(R1), que são: a) Requisitos éticos relacionados à auditoria das demonstrações contábeis; b) Ceticismo profissional; c) Julgamento profissional; d) Evidência de auditoria apropriada e suficiente e risco de auditoria; e) Condução da auditoria em conformidade com as NBCs TA. Esses requisitos e suas características podem ser visualizados no quadro 1, a seguir (CFC, 2016a).

Quadro 1 – Requisitos na realização do exame de auditoria

Requisitos	Características
Requisitos éticos relacionados à auditoria das demonstrações contábeis	Os princípios fundamentais de ética profissional: Integridade; Objetividade; Competência e zelo profissional; Confidencialidade; e Comportamento (ou conduta) profissional.
Ceticismo profissional	O ceticismo profissional é necessário para a avaliação crítica das evidências de auditoria.
Julgamento profissional	O julgamento profissional é essencial para a condução apropriada da auditoria. Isso porque a interpretação das exigências éticas e profissionais relevantes, das normas de auditoria e as decisões informadas requeridas ao longo de toda a auditoria não podem ser feitas sem a aplicação do conhecimento e experiência relevantes para os fatos e circunstâncias.

Evidência de auditoria apropriada e suficiente e risco de auditoria	A evidência de auditoria é necessária para sustentar a opinião e o relatório do auditor. Ela é de natureza cumulativa e primariamente obtida a partir de procedimentos de auditoria executados durante o curso da auditoria.
Condução da auditoria em conformidade com NBCs TA.	As NBCs TA tratam das responsabilidades gerais do auditor, assim como das considerações adicionais do auditor, relevantes para a aplicação dessas responsabilidades a tópicos específicos.

Fonte: NBC TA 200(R1) - CFC (2016a)

De acordo com a NBC TA 700, a formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, o auditor tem o propósito de formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, com base na avaliação das conclusões alcançadas através das evidências de auditoria obtidas e sempre expressando a sua opinião de forma clara e objetiva, por meio de relatório por escrito. Os principais assuntos de auditoria, segundo o julgamento profissional do auditor, são os mais consideráveis na auditoria das demonstrações contábeis do período auditado (CFC, 2016.c). Conforme a NBC TA 701 – Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente, Item 2: “A comunicação dos principais assuntos de auditoria visa tornar o relatório de auditoria mais informativo, ao dar maior transparência sobre a auditoria realizada” (CFC, 2016.d)

Tipos de relatórios ou pareceres

O parecer de auditoria é uma ferramenta onde o auditor manifesta a sua opinião levando em consideração as normas de auditoria, após realizar os procedimentos necessários para reunir evidências sobre as demonstrações contábeis da entidade analisada, o auditor expressa sua opinião sobre as informações em seu relatório de auditoria (ATTIE, 2018).

Os tipos de relatório de auditoria independente são os seguintes: relatório sem ressalva; relatório com ressalva; relatório com

opinião adversa; relatório com abstenção de opinião; relatório com parágrafo de ênfase; relatório com parágrafo de outros assuntos (ALMEIDA, 2012).

Conhecendo os tipos de relatórios, é importante saber qual a finalidade de cada um deles.

- a) **Parecer sem ressalva** – também conhecido como relatório sem ressalva, opinião sem ressalva ou como opinião não modificada é o parecer expresso pelo auditor quando ele conclui que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, consoante ao descrito no item 7 da NBC TA 700 (ATTIE, 2018).
- b) **Parecer com ressalva** – é gerado quando o auditor aponta que as informações obtidas pelas evidências são importantes, mas não possuem magnitude suficiente para se tornar um parecer adverso ou de abstenção de opinião (JUND, 2002).
- c) **Parecer com opinião adversa** – é quando o auditor obtém as evidências e conclui que as deformidades encontradas, sejam em conjunto ou individualmente são relevantes e generalizadas nas demonstrações contábeis da entidade (ALMEIDA, 2012).
- d) **Parecer com abstenção de opinião** – o auditor deve se abster de expressar uma opinião quando não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para respaldar sua opinião e ele concluir que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis, se houver, poderiam ser relevantes e generalizados (ATTIE, 2018).
- e) **Parecer com parágrafo de ênfase** – o auditor deve utilizar o parágrafo de ênfase quando for necessário chamar atenção para um assunto apropriadamente apresentado ou divulgado nas demonstrações financeiras que, segundo o julgamento do auditor, é de extrema importância para o entendimento dos próprios usuários das demonstrações. (NBC TA 706, 2016).
- f) **Parecer com parágrafo de outros assuntos** – o auditor utiliza o parágrafo

de outros assuntos quando a informação não for apresentada nem divulgada nas demonstrações contábeis, porém, segundo o seu julgamento, é relevante para o entendimento das informações. (NBC TA 706, 2016).

Conforme a NBC TA 705, o objetivo do auditor é expressar claramente uma “Opinião modificada” de forma apropriada sobre as demonstrações contábeis, que é necessária quando o auditor conclui, com base nas evidências de auditoria obtida, que as demonstrações contábeis, como um todo, apresentam distorções relevantes ou não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir que as demonstrações contábeis não apresentam distorções relevantes (CFC, 2016).

O quadro 2 demonstra um resumo dos tipos de pareceres ou relatórios e suas características.

Quadro 2 – Tipos de Relatórios de auditoria

Tipos de Relatórios	Característica
Sem ressalva	O relatório sem ressalva é um relatório normalmente denominado limpo, ou seja, sem exceção e sem qualquer parágrafo adicional.
Com ressalva	É emitido quando o auditor tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações financeiras; ou quando o auditor não consegue obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para suportar sua opinião, mas ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações financeiras poderiam ser relevantes, mas não generalizados.
Com opinião adversa	É utilizado quando o auditor tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações financeiras.
Com abstenção de opinião	É emitido quando o auditor se abstém de expressar uma opinião quando não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para suportar sua opinião e ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações financeiras poderiam ser relevantes e generalizadas.
Com parágrafo de ênfase	É emitido no relatório de auditoria quando o auditor quer passar uma informação referente a um assunto apropriadamente apresentado ou divulgado nas demonstrações financeiras que, de acordo com o julgamento dele, é de tal importância, que é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações financeiras.

Com parágrafo de outros assuntos	É emitido no relatório de auditoria quando o auditor quer passar uma informação que se refere a um assunto não apresentado ou não divulgado nas demonstrações financeiras e que, de acordo com o julgamento dele, é relevante para os usuários entenderem a auditoria.
----------------------------------	--

Fonte: Almeida (2012) – adaptado.

Através do quadro 2 acima, é possível ter uma melhor visualização dos tipos de pareceres ou relatórios apresentados pelos auditores no desenvolvimento do trabalho e suas principais características.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para delinear a presente pesquisa, essa caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, segundo Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Neste trabalho os dados serão analisados, registrados e interpretados, utilizando os dados recolhidos nas demonstrações contábeis das empresas listadas no *site* da Bolsa de Valores do Brasil - B3, para analisar os padrões de ressalva nos relatórios de auditoria.

A forma do estudo se caracteriza como bibliográfica, conforme Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, onde tem o intuito de reunir informações e dados que servirão de base para a construção do assunto abordado.

Quanto a abordagem do problema, classifica-se a pesquisa como quantitativa que, segundo Knechtel (2014) *apud* Rodrigues; Oliveira; Santos (2021), a pesquisa quantitativa é um modelo específico de pesquisa que opera em questão de um problema na área humana ou social. Fundamenta-se no teste de uma teoria e composta por variáveis quantificadas e registrados em números, as quais são avaliadas de modo estatístico, com o objetivo de determinar se as generalizações previstas na teoria se sustentam ou não.

Trata-se também de uma pesquisa documental, pois utiliza materiais que ainda

não sofreram tratamento analítico ou que podem ser reelaborados (GIL, 2002). Nesta pesquisa, os dados levantados nas demonstrações contábeis foram tratados com o emprego de métodos estatísticos.

O foco principal do estudo foi analisar os pareceres com ressalva demonstrando a ocorrência deles e suas causas, através da apresentação dos dados coletados no *site* da B3 através de tabelas. Nesse contexto, a pesquisa demonstrou a quantidade de empresas que possuíam algum tipo de modificação em seus relatórios, tendo como período os últimos 5 anos, a saber: de 2017 a 2021.

Esta pesquisa possui como limitação o período de tempo estudado, já que o levantamento dos dados foi feito com as demonstrações contábeis dos últimos cinco anos (2017 a 2021). Outra limitação é a população pesquisada, pois apenas as empresas de capital aberto, listadas na B3, nos setores Financeiro e de Bens Industriais foram analisadas.

Foram investigadas no presente estudo as demonstrações financeiras de um total de 162 empresas, possuindo variáveis de entrada e saída de empresas, variando de 76 a 86 empresas durante os 5 anos do setor Financeiro e variando entre 66 e 75 empresas do setor de Bens Industriais.

Foi realizado um estudo estatístico através da aplicação do Teste Z para duas proporções, que de acordo com Larson e Farber (2010, p. 377), quando se deseja testar a diferença entre duas proporções populacionais através de uma proporção amostral de cada população, deve-se utilizar uma variação do teste z para duas amostras independentes. A fórmula é retratada da seguinte maneira:

$$z = \frac{(\hat{p}_1 - \hat{p}_2) - (p_1 - p_2)}{\sqrt{\bar{p}\bar{q} \left(\frac{1}{n_1} + \frac{1}{n_2} \right)}}$$

Onde:

- Z = Teste de hipótese
- p^1 e p^2 = Proporções de amostra de sucessos;
- p^1 e p^2 = Proporções de população;
- p e q = Estimativa ponderada para p^1 e p^2
- x^1 e x^2 = Números de sucessos em cada amostra;
- n^1 e n^2 = Tamanho de cada amostra;

Através da aplicação do Teste Z foi possível verificar qual setor estudado possui, relativamente, maior número de relatórios ou pareceres desfavoráveis, ou seja, com algum tipo de ressalva. As hipóteses testadas foram:

H0: % de pareceres desfavoráveis do setor de bens industriais = % de pareceres desfavoráveis do setor financeiro

H1: os percentuais são diferentes

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção expõe os resultados da pesquisa realizada através do *site* da Bolsa de Valores do Brasil, a B3, com as análises dos relatórios de auditoria das demonstrações contábeis.

Empresas analisadas no estudo dos setores Financeiro e Bens Industriais

Neste momento, são apresentados os resultados do quantitativo de empresas que foram analisadas no período estudado, ou seja, período de 2017 a 2021 e que estão registradas na B3 como pertencentes ao setor Financeiro e ao Setor de Bens Industriais.

Durante o período analisado, foi levado em consideração todas as empresas que constavam dentro dos setores Financeiro e de Bens Industriais no período em que os dados foram levantados, na tabela abaixo é demonstrado o total de empresas encontradas por setor.

Tabela 1 – Empresas por Setor

SETOR	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Bens Industriais	66	46%	67	47%	70	47%	76	47%	75	47%
Financeiro	76	54%	76	53%	79	53%	86	53%	86	53%
TOTAL	142	100%	143	100%	149	100%	162	100%	161	100%

Elaborado pelo autor

Nota-se, observando a tabela 1, que com o decorrer dos anos, houve um aumento gradativo no número de empresas que foram analisadas em ambos os setores, considerando também que todo ano ocorre entradas e saídas de novas empresas na bolsa de valores, foi percebido uma pequena queda no último ano no setor de Bens Industriais durante o período da pesquisa, onde reduziu em 1 a quantidade de empresas na amostragem. O setor Financeiro sempre se destacou com o maior número de empresas, tendo sua totalidade de 86 empresas, enquanto o setor de Bens Industriais, o maior número de empresas foi de 76.

As empresas do setor de Bens Industriais representam em média de 47% das empresas analisadas, enquanto o setor Financeiro representa aproximadamente 53% da totalidade das empresas analisadas durante o decorrer dos 5 anos.

Análise dos relatórios/pareceres das empresas pertencentes aos setores Financeiro e de Bens Industriais

Conforme estudado, o ideal é que as empresas apresentem seus pareceres de auditoria sem ressalvas, mas sabe-se da existência de pareceres que apresentam opiniões relevantes sobre as demonstrações.

Na tabela 2 pode ser analisado o quantitativo de pareceres sem ressalvas e com pareceres desfavoráveis.

Tabela 2 - Pareceres sem ressalva x Pareceres desfavoráveis

PARECERES	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	Total de Relatórios	% Frequência
Sem Ressalvas	131	92%	127	89%	134	90%	148	91%	153	95%	693	92%
Desfavoráveis	11	8%	16	11%	15	10%	14	9%	8	5%	64	8%
TOTAL	142	100%	143	100%	149	100%	162	100%	161	100%	757	100%

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme demonstrado na tabela 2, foram analisados 757 relatórios, distribuídos durante os 5 anos, totalizando uma média de aproximadamente 151 empresas por ano. Durante todo o período da pesquisa, é perceptível que se concentra um alto índice de relatórios Sem Ressalva, mostrando que 92% das demonstrações contábeis, foram analisadas e entendidas que estão de acordo com as práticas adotadas no Brasil, mas em contrapartida, todos os demais pareceres, foram denominados para esta tabela como sendo Desfavoráveis, que juntos, representam 8% do total da pesquisa, ou seja, pareceres que não estão totalmente de acordo com as práticas adotadas no Brasil.

A frequência anual dos pareceres Sem Ressalva, por mais que mostre uma queda nos anos de 2018 e 2019, a partir do ano de 2020 volta a subir, e em 2021 sua representatividade é bem maior, mostrando que mais empresas estão se regularizando de acordo com as normas brasileiras de contabilidade. Em contrapartida também podemos verificar que, a frequência anual dos pareceres Desfavoráveis

é exatamente o efeito oposto, nos anos de 2018 e 2019 mostram um aumento e a partir do ano de 2020 voltam a diminuir, finalizando em 2021 com uma queda, mostrando que os números de relatórios com pareceres Desfavoráveis vêm reduzindo conforme o passar dos anos analisados na pesquisa.

Em seguida, optou-se por demonstrar como esses pareceres se comportam em cada setor estudado, ou seja, no setor financeiro e de bens industriais. É o que se demonstra na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 - Pareceres sem ressalva x Pareceres desfavoráveis por setor

SETOR	PARECERES	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	Total de Relatórios	% Frequência
Bens Industriais	Sem Ressalvas	60	91%	55	82%	59	84%	66	87%	69	92%	309	87%
	Desfavoráveis	6	9%	12	18%	11	16%	10	13%	6	8%	45	13%
	Total	66	100%	67	100%	70	100%	76	100%	75	100%	354	100%
Financeiro	Sem Ressalvas	71	93%	72	95%	75	95%	82	95%	84	98%	384	95%
	Desfavoráveis	5	7%	4	5%	4	5%	4	5%	2	2%	19	5%
	Total	76	100%	76	100%	79	100%	86	100%	86	100%	403	100%
Total	Total Geral	142		143		149		162		161		757	

Elaborado pelo autor

Na tabela 3, é analisado os pareceres por setor, distribuídos durante os 5 anos. No começo da pesquisa em 2017, nota-se que no setor de Bens Industriais, os pareceres Sem Ressalva representavam 91% dos relatórios do setor, em 2018 ocorre uma queda brusca na quantidade de relatórios Sem Ressalva, caindo para 82% dos relatórios do setor naquele ano, se compararmos na mesma escala o setor Financeiro, em 2017, os pareceres Sem Ressalva representavam 93% dos relatórios do setor, em 2018, porém ao contrário do outro setor, ocorre um aumento na quantidade de pareceres Sem Ressalva, subindo para 95%, se demonstrando um setor mais linear neste começo da pesquisa, pois a frequência do setor Financeiro os pareceres Desfavoráveis são bem menores do que as frequências no setor de Bens Industriais.

No setor de Bens Industriais, no ano de 2019 até o ano de 2021, ocorre um aumento gradativo na quantidade de pareceres Sem Ressalva, porém não suficiente para superar o setor Financeiro, pois no fim da pesquisa representa somente 92% dos pareceres Sem Ressalva do setor, enquanto no Financeiro, os pareceres Sem Ressalva são representados por 98% do setor, em linhas gerais, o setor Financeiro se mostra um setor com menos necessidade de correções em suas demonstrações contábeis.

O maior número de relatórios Desfavoráveis mostraram-se concentrados no setor de Bens Industriais, visto que o total de relatórios indicados na tabela 3, foram em sua totalidade de 45 relatórios, enquanto no setor Financeiro, possui uma totalidade de 19 rela-

tórios, fazendo com que do total de 64 relatórios Desfavoráveis, cerca de 30% sejam do setor Financeiro, enquanto o restante se encontra no setor de Bens Industriais, representando aproximadamente 70% desses relatórios, um número elevado, demonstrando que esse setor em específico, se comparado com o Financeiro, possui um maior número de empresas com algum tipo de opinião relevante para que o relatório fosse emitido desta forma.

Durante o transcorrer dos anos analisados na pesquisa, houve um aumento gradativo na quantidade de empresas durante o período analisado, tendo registros de novas empresas em 2018, 2019, 2020 e 2021, também podemos levar em consideração que aconteceram casos em que empresas saíram da B3, em questões numéricas, temos o exemplo do ano de 2020 e 2021, possuía 162 empresas, e após 1 ano foi reduzido a quantidade de empresas em um, passando a ser 161 empresas.

Na tabela 3 foi utilizado a fórmula estatística denominada de Teste Z para duas proporções, a fim de verificar duas hipóteses possíveis, que são:

- H0: % de pareceres desfavoráveis de setor de bens industriais = % de pareceres desfavoráveis de setor financeiro; e
- H1: Os percentuais são diferentes.

Com a aplicação do Teste Z para duas proporções e, considerando o grau de confiança de 95%, encontra-se o $p = 0,084544254$ e o $z = 3,946251514$, ou seja, não há evidências para se aceitar H0 em que o % de pareceres desfavoráveis do setor de bens industriais é igual ao % de pareceres desfavoráveis do setor financeiro. Conclui-se que os percentuais entre os dois setores são diferentes, sendo a frequência de pareceres desfavoráveis das empresas de Bens Industriais maior do que a frequência de pareceres desfavoráveis do setor Financeiro.

Durante a coleta de dados, no fim da pesquisa, foi constatado em 2021 um total de 161 empresas e, a fim de entender o progresso delas, foi gerado a tabela 4, que se encontra abaixo. Esta tabela compara o início da pesquisa com os relatórios de 2017 e sua progressão até os relatórios de 2021, demonstrando agora, a abertura destes relatórios denominados desfavoráveis, se desrinchando em com ressalva e em abstenção de opinião.

Tabela 4 – Progressão de resultados do período estudado

RELATÓRIO	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021
Sem Ressalva	131	-3,05%	127	5,51%	134	10,45%	148	3,38%	153
Com Ressalva	8	62,50%	13	-23,08%	10	0,00%	10	-40,00%	6
Abstenção de Opinião	3	0,00%	3	66,67%	5	-20,00%	4	-50,00%	2
TOTAL DE RELATÓRIOS	142	-	143	-	149	-	162	-	161

Elaborado pelo autor

Ao analisar as 162 empresas em sua totalidade que são distribuídas em 757 relatórios conforme é apontado na tabela 1, durante o período de 2017 a 2021, temos a comparação de ano a ano, onde podemos perceber que, tendo em vista os dois setores juntos, os relatórios com ressalva e de abstenção de opinião, foram os que mais diminuíram em 2021 se comparado com os anos anteriores, em contrapartida, o único tipo de relatório que aumentou foi o relatório sem ressalva, que passou de 131 relatórios em 2017, para 153 em 2021, tendo um aumento de 16,79% se comparado com o começo da pesquisa, demonstrando que ao fim da pesquisa em 2021 as empresas vêm conseguindo ficar cada vez mais regulares com as normas adotadas no Brasil. E, em contrapartida, houve uma diminuição dos relatórios com ressalva, onde existiam 8 empresas em 2017 e no final da pesquisa apenas 6 empresas, uma redução de 25%. Também houve uma diminuição dos relatórios de abstenção de opinião, no começo da pesquisa eram em sua totalidade de 3 relatórios e ao fim em 2021 passaram a ser somente 2, representando uma redução de aproximadamente 33,33%

A quantidade de empresas com pareceres com ressalva e com abstenção de opinião o estudo já apontou. Agora é importante verificar quais são as empresas que possuem esses pareceres.

A seguir, na tabela 5, é demonstrado para o setor de Bens Industriais, o nome das empresas que possuem pareceres com ressalva e com abstenção de opinião, e a sua constância durante o transcorrer da pesquisa, sendo assim possível visualizar a frequência desses pareceres dessas empresas.

Tabela 5 – Nome das empresas – Bens Industriais - 2017 a 2021

EMPRESA	2017	2018	2019	2020	2021	Total Relatórios	%
TECNOSOLO ENGENHARIA S.A.	1	1	1	1	1	5	11,11
NORDON INDUSTRIAS METALURGICAS S.A.	1	1	1	1	1	5	11,11
INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUÇOES	1	1	1	1	1	5	11,11
ROMI S.A.	1	1	1	-	-	3	6,67
CCR S.A.	-	1	1	1	-	3	6,67
CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A	-	1	1	1	-	3	6,67
CONC SIST ANHANG-BANDEIRANT S.A. AUTOBAN	-	1	1	1	-	3	6,67
BARDELLA S.A. INDUSTRIAS MECANICAS	-	-	1	1	1	3	6,67
ETERNIT S.A.	1	1	1	-	-	3	6,67
CONC RODOVIAS DO TIETÉ S.A.	-	-	1	1	1	3	6,67
DTCOMI - DIRECT TO COMPANY S.A.	-	-	-	1	1	2	4,44
TPI - TRIUNFO PARTICIP. E INVEST. S.A.	-	1	1	-	-	2	4,44
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.	-	1	-	-	-	1	2,22
FERROVIA CENTRO-ATLANTICA S.A.	-	1	-	-	-	1	2,22
METALURGICA RIOSULENSE S.A.	-	-	-	1	-	1	2,22
WETZEL S.A.	1	-	-	-	-	1	2,22
ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.	-	1	-	-	-	1	2,22
Total de empresas - Bens Industriais	6	12	11	10	6	45	100,00

Fonte: Pesquisa. Elaborado pelo autor

Na tabela 5 que se refere ao setor de Bens Industriais descrita acima, verifica-se a totalidade de empresas que tiveram opiniões desfavoráveis em seus pareceres de auditoria durante o decorrer do período analisado na pesquisa, são 45 relatórios ao todo e foram separados por ordem decrescente, fazendo com que assim, seja perceptível a ordem das empresas que mais apareceram algum tipo de parecer desfavorável durante o transcorrer da pesquisa. Somente duas empresas tiveram seus relatórios denominados com ressalva durante todo o período pesquisado (5 anos), sendo elas: TECNOSOLO ENGENHARIA S.A. e NORDON INDUSTRIAS METALURGICAS S.A., juntas elas representam 22,22% dos relatórios encontrados durante a coleta de dados da pesquisa do setor de Bens Industriais, mostrando ser empresas que estão a no mínimo cinco anos tendo dificuldades de saírem da linha de parecer com ressalva. A empresa INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUÇOES também apresentou 5 relatórios com algum tipo de atenção, nos anos de 2017 e 2018 da pesquisa, possuíam seus relatórios com ressalva e em 2019 o relatório emitido foi de abstenção de opinião, nos anos de 2020 e 2021 a empresa voltou a apresentar o parecer com ressalva em seus relatórios de auditoria. Houve diversos casos de empresas que tiveram ressalvas só no começo da pesquisa, outras somente no fim e outras somente no meio, demonstrando que não existe um “ano” padrão para que aconteça esses tipos de relatórios, e sim que é de acordo como as empresas apresentam suas demonstrações.

Importante também é conhecer as causas desses pareceres. A seguir, demonstra-se através da Tabela 6, os principais motivos de ressalvas e abstenção de opinião encontrados no setor de Bens Industriais, mostrando a frequência que aparece cada parecer, e a quantidade por ano, sendo demonstrada por ordem decrescente em cada tipo de parecer.

Tabela 6 - Causas dos Pareceres Com Ressalva e Abstenção de Opinião - Bens Industriais – 2017 a 2021

	CAUSAS	2017	2018	2019	2020	2021	RELATÓRIOS	%
COM RESSALVA	Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional	2	4	3	5	5	19	42,22
	Ausência de totalidade de informações e documentação suporte	-	2	3	3	-	8	17,78
	Reversão da Provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS	1	-	1	-	-	2	4,44
	Investigações pelo Ministério Público Federal	-	2	-	-	-	2	4,44
	Acervo técnico	-	-	-	1	-	1	2,22
	Ausência de auditoria no investimento mantido nas companhias	1	-	-	-	-	1	2,22
	Critério para o reconhecimento contábil de um ativo não é atendido	-	1	-	-	-	1	2,22
	Investigações e outros procedimentos legais conduzidos por autoridades públicas	-	-	1	-	-	1	2,22
	Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão - Individual e consolidado	-	1	-	-	-	1	2,22
	Recálculo do REFIS 1 após exclusão do programa	1	-	-	-	-	1	2,22
ABSTENÇÃO	Recuperabilidade do ativo intangível de vida útil indefinida	-	1	-	-	-	1	2,22
	Incertezas relacionadas a aprovação do plano de recuperação judicial	1	1	1	1	1	5	11,11
	Ausência de evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os saldos iniciais foram aplicados de maneira uniforme nas demonstrações	-	-	1	-	-	1	2,22
	Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional	-	-	1	-	-	1	2,22
	TOTAL	6	12	11	10	6	45	100,00

Fonte: Pesquisa. Elaborado pelo autor

Conforme os dados da tabela 6, foi elencado as frequências das causas encontradas na pesquisa. As duas principais causas de ressalvas que se destacam nos relatórios das demonstrações contábeis das empresas do setor de Bens Industriais são de Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional, representando 42,22% dos relatórios analisados, e a segunda, Ausência de totalidade de informações e documentação suporte, sendo 17,78% dos relatórios, somente estas duas causas juntas, totalizam 60% das causas de ressalva e de abstenção de opinião nos relatórios das empresas do setor de Bens Industriais.

A principal causa nos relatórios com ressalva foi de Incerteza de continuidade operacional, se dá pelo fato de as empresas entrarem em processo de recuperação judicial, a fim de não entrar em processo de falência e tentar reverter a sua situação econômica. Segundo a NBC TA 570, as responsabilidades do auditor são de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação à base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações contábeis e concluir, com base nas evidências obtidas, se existe incerteza relevante sobre a capacidade de continuidade operacional da empresa. A maioria das empresas se encontram em recuperação judicial, vis-

to que possuem algum tipo de prejuízo considerado alto ou não estão cumprindo com suas obrigações financeiras. Através deste plano de recuperação judicial, se seguido da forma traçada, a empresa conseguirá liquidar suas obrigações e retornar ao mercado. Dentre esses 19 relatórios com incerteza na continuidade operacional, apenas 1 deles em específico cita a pandemia da corona vírus como causa para incerteza de continuidade, onde cita no parágrafo de base para opinião com ressalva “...a Companhia foi afetada pelos impactos decorrentes da pandemia do Corona Vírus, com redução do volume de suas operações e perda de contratos com clientes, resultando tanto na redução de sua receita operacional quanto na sua capacidade de gerar caixa para honrar seus compromissos”. (Relatório do Auditor Independente – com ressalva, DTCOM – DIRECT TO COMPANY S.A) (2021).

A segunda maior frequência dos relatórios com ressalva foi a de Ausência de totalidade de informações e documentação suporte, no parágrafo de base para opinião com ressalva é informado na maioria dos relatórios com essas causas a seguinte frase: “No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras.” (Relatório do Auditor Independente – com ressalva, CONCORD. OESTE SP VIAOESTE S.A) (2020).

A principal causa de abstenção de opinião nos relatórios das empresas do setor de bens industriais foi a de Incerteza relacionadas a aprovação do plano de recuperação judicial, representando 11,11% da totalidade dos relatórios com algum parecer desfavorável.

A análise do setor financeiro também foi efetuada e vem exposta abaixo.

A Tabela 7, a seguir, já demonstra o resultado do setor financeiro, também compreendendo o nome das empresas que possuem ressalvas, e a sua constância durante o transcorrer da pesquisa, sendo assim, possível visualizar a frequência dos pareceres nessas empresas.

Tabela 7 – Nome das empresas – Financeiro - 2017 a 2021

EMPRESA	2017	2018	2019	2020	2021	RELATÓRIOS	%
IGB ELETRÔNICA S/A	1	1	1	1	1	5	26,32
PDG COMPANHIA SECURITIZADORA	1	1	1	1	-	4	21,05
BCO AMAZONIA S.A.	1	1	1	-	-	3	15,79
BRADESCO LEASING S.A. ARREND MERCANTIL	1	1	1	-	-	3	15,79
FINANSINOS S.A.- CREDITO FINANC E INVEST	-	-	-	1	1	2	10,53
BNDES PARTICIPACOES S.A. - BNDESPAR	1	-	-	-	-	1	5,26
GP INVESTMENTS. LTD.	-	-	-	1	-	1	5,26
TOTAL DE EMPRESAS - FINANCEIRO	5	4	4	4	2	19	100,00

Fonte: Pesquisa. Elaborado pelo autor

Conforme demonstra a tabela 7 onde trata as empresas do setor Financeiro, em comparação com o setor de Bens Industriais, a quantidade de empresas existentes é menor, demonstrando que as empresas do setor Financeiro, estão apresentando suas demonstrações de maneira correta. As duas maiores frequências de ressalvas neste setor, são das empresas IGB ELETRÔNICA S/A e PDG COMPANHIA SECURITIZADORA, juntas representam 47,37% dos relatórios encontrados neste setor. Novamente, percebe-se que, como também foi no setor de Bens Industriais, não existe um ano padrão para se obter esses tipos de pareceres em seus relatórios, acontece de acordo com a forma de apresentação das demonstrações contábeis.

Foram pesquisadas também as causas das ressalvas desses pareceres. Demonstra-se através da Tabela 8, os principais motivos de ressalvas encontrados no setor financeiro, mostrando a frequência que aparece cada ressalva, e a quantidade por ano, sendo demonstrada por ordem decrescente de quantidade das ressalvas.

Tabela 8 - Causas dos Pareceres Com Ressalva e Abstenção de Opinião - Financeiro – 2017 a 2021

		CAUSAS					RELATÓRIOS	%
		2017	2018	2019	2020	2021		
COM RESSALVA	Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa - PCLD	1	1	1	-	-	3	15,79
	Valor líquido de passivo de benefício definido e demandas judiciais correlatas	1	1	1	-	-	3	15,79
	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-	1	1	2	10,53
	Mensuração do valor recuperável dos ativos financeiros	1	-	-	-	-	1	5,26
	Extinção do plano de recuperação extrajudicial	1	-	-	-	-	1	5,26
ABSTENÇÃO	Pedido de Recuperação Judicial pender de submissão e aprovação dos credores da Companhia	-	1	-	-	-	1	5,26
	Inconclusão se a utilização do pressuposto de continuidade operacional é apropriado	-	-	1	-	-	1	5,26
	Não efetuar o registro dos efeitos do novo plano de recuperação judicial nas demonstrações	-	-	-	1	1	2	10,53
	Dependência do êxito na execução do plano de recuperação judicial, a continuidade operacional ainda é incerta	1	-	-	-	-	1	5,26
	Situações que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade operacional da Companhia	-	1	1	1	-	3	15,79
Valor Justo dos Investimentos envolve um alto nível de julgamento por parte da Administração	-	-	-	1	-	1	5,26	
	TOTAL	5	4	4	4	2	19	100,00

Fonte: Pesquisa. Elaborado pelo autor

Como demonstra a tabela 8 acima, as principais causas dos pareceres com ressalva do setor financeiro, são as ressalvas de PCLD (Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa) e de Valor líquido de passivo de benefício definido e demandas judiciais correlatas, essas duas causas juntas representam 31,58% dos relatórios com algum tipo de parecer desfavorável do setor Financeiro.

A PCLD é criada para reconhecer na conta de resultado das empresas, as prováveis perdas no recebimento de clientes. Na tabela 8, os três relatórios com ressalva que possuíam essas causas, foram considerados relevantes devido ao alto valor dessas provisões.

Valor líquido de passivo de benefício definido e demandas judiciais correlatas conforme o CPC 33 (R1), é o *déficit* ou *superávit*, ajustado para refletir qualquer efeito da limitação de valor líquido de ativo de benefício definido ao teto de ativo (*asset ceiling*) para reconhecimento.

Nos relatórios de abstenção de opinião a principal causa encontrada nos relatórios foi de Situações que indicam a existência de incerteza relevante que pode levar dúvida significativa quanto a capacidade operacional da Companhia, representando 15,79% dos relatórios com algum tipo de parecer desfavorável do setor Financeiro.

Conclusão da análise dos relatórios/ pareceres de auditoria nas empresas dos setores financeiro e de bens industriais

Conclui-se com base nas análises apresentadas, que nos dois setores analisados, são encontrados pareceres com opiniões com ressalva e com abstenção de opinião, e em sua totalidade aparecem com mais constância no setor de bens industriais, totalizando 45 relatórios, enquanto o setor financeiro totaliza 19 relatórios. Com isso, as empresas do setor de bens industriais se demonstram com mais necessidade de se regularizarem perante as normas brasileiras de contabilidade. As principais causas de ressalva são de Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional e Ausência de totalidade de informações e documentação suporte para o setor de bens industriais; e Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa – PCLD, Valor líquido de passivo de benefício definido e demandas judiciais corre-

latas e Situações que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade operacional da Companhia para o setor financeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A auditoria exerce um papel importante na sociedade devido a confiabilidade que passa através de seus relatórios gerados após análise das demonstrações contábeis das empresas auditadas. Os administradores das empresas que precisam de informações fidedignas e corretas sobre a empresa, ou até mesmo investidores que queiram investir, ao olhar as demonstrações contábeis, tendo o relatório do auditor em suas demonstrações traz mais confiança maior para tomar uma decisão.

Para elaboração do artigo, foi realizada uma análise das principais causas encontradas nos relatórios das empresas de capital aberto dos setores de Bens Industriais e Financeiro, durante o período de 2017 a 2021, com o levantamento de dados através do *site* da B3, sendo possível a preparação de tabelas considerando a base de dados coletada para melhor entendimento da quantidade de empresas e relatórios que cada setor em específico possuía.

Em larga escala, tanto no setor de Bens Industriais quanto no setor Financeiro, o número de relatórios sem ressalva é absolutamente maior, mostrando que a maioria das empresas estão regulares com a apresentações de suas demonstrações. Tendo em vista que o foco do trabalho foi nas causas dos pareceres desfavoráveis, que se destrinchou em relatórios com ressalva e de abstenção de opinião, pode-se notar que ao todo foram encontrados 64 relatórios com esses tipos de parecer. Considerando apenas o setor de Bens Industriais, conclui-se que é o setor onde foram encontrados um percentual maior de relatórios com os dois tipos de pareceres informados, dos 64 relatórios mencionados, 45 são exclusivamente desse setor, fazendo com que mais de 70% dos relatórios vistos durante a pesquisa, representem esse setor na pesquisa. Tendo em vista este alto número, também possuímos uma quantidade alta de relatórios com a causa denominada “Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional”, ao todo são 42,22% pareceres com essa denominação no setor de bens industriais, demonstrando que é a causa destaque para as ressalvas encontradas, essas empresas, em sua maioria estão em

plano de recuperação judicial, a fim de obter uma superação de uma dificuldade ou crise financeira que a empresa está passando e traça um plano com objetivos de retornarem a exercer suas atividades normalmente e evitar a falência. E no setor financeiro as principais causas encontradas tendo um empate com a frequência foram os denominados “Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa – PCLD; Valor líquido de passivo de benefício definido e demandas judiciais correlatas; e Situações que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade operacional da Companhia” que juntos, representam cerca de 47,37% dos relatórios encontrados neste setor. Com essas informações, este artigo atinge seu objetivo geral de identificar as causas dos pareceres de auditoria com ressalva das empresas listadas na B3, dos setores Financeiro e de Bens Industriais, durante os últimos cinco anos (de 2017 a 2021).

Dentre os 64 relatórios encontrados em sua totalidade, 45 dos que foram encontrados são do setor de bens industriais, sendo 38 com ressalva e 7 de abstenção de opinião, enquanto no setor financeiro, dos 19 relatórios encontrados, 9 são com ressalva e 10 são de abstenção de opinião.

Um ponto de observação na principal causa que aparece no setor de Bens Industriais, em específico a empresa DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A., que possui seu segmento em Serviços Diversos, foi a única dentre as 19 que apareceram com a Causa de Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional, que citou a pandemia do Corona Vírus, como causa para tal ressalva, demonstrando que os impactos causados, como redução de volume de operações e perda de contrato com os clientes, reduziram sua receita operacional e sua capacidade de gerar caixa para honrar seus compromissos. Do outro lado, o restante das empresas que apresentaram esta causa, todas citaram o plano de recuperação judicial, a fim de evitar a falência e conseguir se reerguer no mercado em que atuam.

O setor Financeiro, em toda pesquisa, demonstra estar mais linear, a grande maioria das empresas deste setor, está de acordo com as normas adotadas no Brasil e está apresentando suas demonstrações de maneira correta, fazendo com que o auditor emita o seu relatório “limpo” ou como é mais conhecido, sem ressalva.

Conforme foi demonstrado no trabalho, foi utilizado o teste estatístico denominado de Teste Z para duas proporções na tabela 3 mencionada no resultado da pesquisa, a fim de dar ênfase na afirmativa de que o setor de Bens Industriais, possui maior fragilidade nas empresas ao apresentar suas demonstrações financeiras, pois cerca de 13% de todos os relatórios que compõem este setor, são considerados relatórios desfavoráveis,

enquanto no setor Financeiro, somente 5% dos relatórios possuíam esses relatórios desfavoráveis. Reforçando assim a tese de que o setor de Bens Industriais possui mais empresas que precisam se regularizar perante as normas brasileiras de contabilidade.

Após a elaboração desta pesquisa, fica a sugestão para pesquisas futuras com base no mesmo tema abordado, a fim de verificar a evolução dos relatórios com ressalva dos setores Financeiro e de Bens Industriais, podendo ser uma maneira comparativa a fim de entender o progresso das empresas destes setores, se estão ficando cada vez mais regulares ou irregulares perante as normas brasileiras de contabilidade, bem como verificar o que ocorre em outros setores de empresas listadas na B3.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: Um Curso Moderno e Completo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1sTBVNe3rquHG1K_js_kkH4r91Md-Vgbo/view?usp=sharing. Acesso em 13 ago 2022.
2. BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404conso1.htm#art176. Acesso em 30 abr 2022.
3. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS PRONUNCIAMENTO TÉCNICO; CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19 (IASB - BV 2012). Disponível em: https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/regulados/normascontabeis/cpc/CPC_33_R1_rev_08.pdf. Acesso em 13 ago 2022.
4. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TA 200(R1) – OBJETIVOS GERAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE E A CONDUÇÃO DA AUDITORIA EM CONFORMIDADE COM NORMAS DE AUDITORIA. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200(R1).pdf). Acesso em 24 mai 2022.
5. _____. NBC TA 500 (R1) – EVIDÊNCIA DE AUDITORIA. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA500\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA500(R1).pdf). Acesso em 24 mai 2022.
6. NBC TA 570 (R1) – CONTINUIDADE OPERACIONAL. Disponível em: _____. <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA570.pdf>. Acesso em 13 ago 2022.
7. _____. NBC TA 700(R1) – FORMAÇÃO DA OPINIÃO E EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

- SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA700.pdf>. Acesso em 21 jul 2022.
8. _____. NBC TA 701 – COMUNICAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA701.pdf>. Acesso em 23 jul 2022.
 9. _____. NBC TG 26(R5) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26 \(R5\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26 (R5).pdf). Acesso em 26 abr 2022.
 10. FIALLA, Cristiane. Relatório do Auditor Independente – com ressalva, DTCOM – DIRECT TO COMPANY S.A. Disponível em: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/fmGerenciaPaginaFRE.aspx?NumeroSequencialDocumento=113162&CodigoTipoInstituicao=1>. Acesso em 24 set 2022.
 11. FRAIHA, José. Relatório do Auditor Independente – com ressalva, CONC ROD. OESTE SP VIAOESTE S.A Disponível em: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/fmGerenciaPaginaFRE.aspx?NumeroSequencialDocumento=100688&CodigoTipoInstituicao=1>. Acesso em 24 set 2022.
 12. GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em 26 mai 2022.
 13. IBRACON. NPC N° 27: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÕES. Disponível em <http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm>. Acesso em 30 abr 2022.
 14. JUND, Sergio. Auditoria. Conceitos, Normas, Técnicas e Procedimentos, Elsevier Brasil, 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=p>
 15. t-BR&lr=&id=CdgxeiSNw4oC&oi=fnd&pg=PA1&dq=auditoria+jund&ots=aPpFWjmdBf&sig=2g-_C0UMz5Gfs-v8CA-kFZffk8gQ#v=onepage&q=auditoria%20jund&f=false. Acesso em 27 ago 2022.
 - 16.
 17. LARSON, R.; FARBER, B. Estatística Aplicada. 4. ed. São Paulo, Brasil: Pearson Prentice Hall, 2010. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1kxK1SvsV6Ws_Rrs-zRm1zu6uEn9JxDS_/view?usp=sharing. Acesso em 25 set 2022.
 18. RODRIGUES, T.; OLIVEIRA, G.; SANTOS, J. AS PESQUISAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS NA EDUCAÇÃO. Revista PRISMA, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1rAH71wcm_lxxEyE8Hhpm7fFfx-ja-Kmspi/view?usp=sharing. Acesso em 25 set 2022.
 19. MARQUES, Wagner Luiz. Contabilidade Geral. Clube de Autores, 2011. Disponível em : <https://books.google.com.br/books?hl=pBR&lr=&id=VrJxDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=contabilidade+geral&ots=3Eau33iPZZ&sig=1VAaeZiWzt1D-QMgz0RnW5Hkqhs0#v=onepage&q=conceito&f=false>. Acesso em 21 jul 2022.
 20. MULLER, Aderbal Nicolas; OLIVEIRA, Antonio Gonçalves. Contabilidade empresarial. Disponível em: <https://pericia.pro.br/Artigos/Contabilidade%20empresarial.pdf>. Acesso em 21 jul 2022.
 21. PADOVEZE, Clóvis Luis, Contabilidade Gerencial. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pBR&lr=&id=phJkhgva1_4C&oi=fnd&pg=PA7&dq=conceito+de+contabilidade&ots=1-ZIjANKTa&sig=QvKQayzKO_MCcfLUBnl3EoXl4NA#v=snippet&q=contabilidade&f=false. Acesso em 21 jul 2022.
 22. PEREIRA, Alexandre Demetrius. Auditoria das demonstrações contábeis. Saraiva Educação SA, 2018. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pBR&lr=&id=-4G-wDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT16&dq=auditoria+das+demonstra%C3%A7%C3%B5es+cont%C3%A1beis&ots=sr3_kuhI8X&sig=5bjqF6AJImkltv3jiSrf63FRs1Y#v=onepage&q=auditoria%20das%20demonstra%C3%A7%C3%B5es%20cont%C3%A1beis&f=false. Acesso em 27 ago 2022.
 23. RIBEIRO, Osni Moura; COELHO, Juliana Moura Ribeiro. Auditoria fácil. Saraiva Educação SA, 2017. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pBR&lr=&id=pSJrDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=Livro+de+auditoria&ots=tm_qR8fMVj&sig=LCj-CuE3phtIVIRdHu3ZR2u9H9Zw#v=onepage&q&f=false. Acesso em 21 jul 2022.
 24. PEZIA, Ricardo. Tipos de opinião no relatório de auditoria de fundos de investimento: opinião com ressalva. Postado em 19 de outubro de 2020. Disponível em <https://nextauditores.com.br/noticia/tipos-de-opinioao-no-relatorio-de-auditoria-de-fundos-de-investimento-opinioao-com-ressalva/>. Acesso em 21 ago 2022.
 25. WILLIAM, Attie. Auditoria: conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo: Atlas 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1OOZhyfHUiU-blJLHMxp7X7vcpCi-9X2oC/view?usp=sharing>. Acesso em 21 jul 2022.

MODELO METODOLÓGICO DE CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA O TURISMO

METHODOLOGICAL MODEL OF PROSPECTIVE SCENARIOS FOR TOURISM

Sarah de Almeida Ferreira¹, Claudio Rodrigues Corrêa²

¹Discente do Curso de Administração do UNIFESO
sarahalmeida013@gmail.com

²Doutor em Administração e professor do Curso de Administração do UNIFESO
claudiocorre@unifeso.edu.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho é propor um modelo metodológico de estudos de cenários prospectivos para o turismo. Por ser um fenômeno complexo e interdependente de várias áreas do conhecimento e ramos de negócios, o turismo está relacionado a variáveis de natureza, magnitude e intensidade diversas que podem causar grandes impactos (positivos ou negativos) tanto em aspectos socioeconômicos quanto ambientais. Desta forma, é necessário que acadêmicos e profissionais envolvidos no turismo sejam capazes de compreender mudanças locais e globais a partir de uma abordagem crítica e consciente dos prejuízos e benefícios futuros que podem ser causados por ações inadequadas à realidade interconectada desse fenômeno. Com base no referencial teórico e no estudo de três casos, o presente trabalho busca uma metodologia com abordagem multidisciplinar e propõe um arranjo metodológico participativo que permite estudar os futuros possíveis para auxiliar os tomadores de decisão a elaborar estratégias para lidar com essas possibilidades numa visão abrangente e de longo prazo. Por fim, recomenda como possíveis pesquisas futuras o estudo e aprimoramento do uso de cada uma das ferramentas apontadas especificamente para o turismo, a delimitação de critérios para seleção de especialistas em estudos prospectivos do turismo, bem como uma comparação entre práticas prospectivas para turismo além dos três casos trazidos.

Palavras-chave: Turismo. Planejamento. Cenários prospectivos.

SUMMARY

The objective of this work is to propose a methodological model of prospective scenario studies for tourism. As a complex phenomenon and interdependent on various areas of knowledge and business branches, tourism is related to variables of different nature, magnitude and intensity that can cause major impacts (positive or negative) in both socioeconomic and environmental aspects. Thus, it is necessary that academics and professionals involved in tourism can understand local and global changes from a critical and conscious approach of the future damages and benefits that can be caused by inappropriate actions to the interconnected reality of this phenomenon. Based on the theoretical framework and on the study of three cases, the present work seeks a methodology with a multidisciplinary approach and proposes a participatory methodological arrangement that allows the study of possible futures to help decision makers to elaborate strategies to deal with these possibilities in a comprehensive and long-term vision. Finally, it recommends as possible future research the study and improvement of the use of each of the tools pointed out specifically for tourism, the delimitation of criteria for the selection of specialists in prospective tourism studies, as well as a comparison between prospective practices for tourism beyond the three cases brought.

Keywords: Tourism. Long range planning. Prospective scenarios. Participatory methods.

INTRODUÇÃO

O turismo enquanto atividade econômica apresenta um grande potencial. Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2022), o turismo internacional chagaria a 65% dos níveis pré-pandêmicos até o final deste 2022, com estimativa de que 700 milhões de turistas viajariam internacionalmente entre janeiro e setembro, mais do que o dobro do número registrado no mesmo período de 2021. Tais resultados teriam sido impulsionados pela “procura reprimida, melhoria dos níveis de confiança e levantamento de restrições num número crescente de destinos”.

Tal conjuntura, além de outros fatores, ressalta a importância indicada por Dencker (2009) de acadêmicos e profissionais envolvidos no planejamento do turismo serem capazes de compreender mudanças desde a escala local até a global a partir de uma abordagem crítica, orientando os empreendedores e investidores a respeito dos prejuízos futuros que podem ser causados por ações inadequadas à realidade complexa do turismo.

Além disso, os fatores interconectados que impactam nas possibilidades de futuro, assim

como a velocidade com que as mudanças ocorrem, faz com que não se possa presumir que as forças que são influentes hoje serão as mesmas no longo prazo. Neste contexto de incertezas, os métodos prospectivos, que partem de uma abordagem multidisciplinar baseada em raciocínio lógico e criatividade para estimar possíveis futuros, mostram-se uma ferramenta capaz de fornecer subsídios para embasar a tomada de decisões (CORREA, 2011).

Considerando-se tal situação, o presente trabalho tem por objetivo propor um modelo de procedimentos metodológicos para estudo de cenários prospectivos em turismo. Para o atingimento deste objetivo geral, foram definidos os objetivos específicos a seguir:

- I. Reunir informações sobre o conceito de turismo, seus impactos socioeconômicos e como este fenômeno deve ser abordado;
- II. Estudar os métodos de prospecção de futuro aplicados em planejamento estratégico;
- III. Pesquisar práticas organizacionais de planejamento estratégico com cenários e outros métodos prospectivos para o setor de turismo.

Esta pesquisa se justifica pelo potencial socioeconômico do turismo e pela necessidade de seu estudo e planejamento serem adequados à complexidade desse fenômeno, permitindo que se tomem as decisões de modo a fazer um bom aproveitamento das oportunidades e diminuir os impactos das ameaças (CORREA et al, 2022).

REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo discorre sobre temas pertinentes encontrados na literatura relacionada ao tema da pesquisa. Em princípio, aborda-se o conceito de turismo, seus impactos socioeconômicos e como este fenômeno deve ser estudado e planejado. Sequencialmente, destaca-se a necessidade de o planejamento estratégico gerar alternativas para operar efetivamente em ambientes mutáveis. Por último, apresentam-se alguns dos métodos de estudo do futuro.

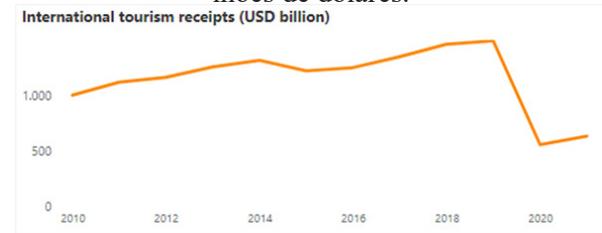
Turismo

Devido à complexidade do turismo, não é possível definir sua magnitude em apenas um conceito. Desta forma, existem na literatura diversos conceitos de turismo, a depender do contexto histórico e da perspectiva dos autores (IGNARRA, 2013). Nesse contexto, a fim de padronizar a definição de turismo entre seus países-membros, a OMT descreve o turismo como um fenômeno social, cultural e econômico relacionado ao deslocamento de pessoas para fora do seu local de residência, sendo o lazer a motivação habitual. Porém, é importante ressaltar que o turismo não se resume

ao lazer, podendo estar relacionado a peregrinação, saúde e até a estudos ou trabalho, desde que a atividade não esteja sendo remunerada (GIMENES et al, 2017).

No ano de 2015 o turismo foi a terceira categoria mundial em receita de exportação, representando 10% do PIB mundial, 30% das exportações de serviços e 1 em cada 10 empregos no mundo. Em 2019, a indústria do turismo chegou a movimentar mais de 1.493 bilhões de dólares em receita, mas com a pandemia da Covid-19 essa receita caiu drasticamente e, desde então, vem sendo um desafio para os stakeholders do turismo lidar com os impactos desse fenômeno (OMT, 2019).

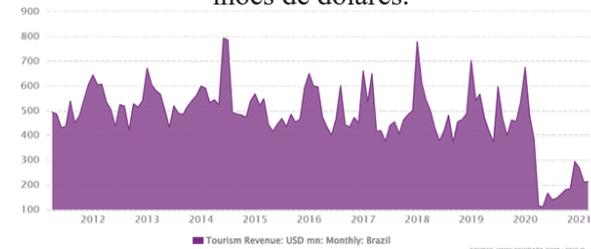
Figura 1 - Receita internacional do Turismo em bilhões de dólares.



Fonte: Organização Mundial de Turismo, s.d.

No Brasil, a receita chegou a quase 800 milhões de dólares em 2018 e, evidentemente, também teve uma queda estrondosa no ano de 2020, conforme mostrado na figura 2 a seguir.

Figura 2 - Receita do Turismo no Brasil em milhões de dólares.



Fonte: CEIC, 2022.

A pandemia da Covid-19 é apenas um dos exemplos de variáveis complexas com as quais o planejamento do turismo deve levar em consideração. Nos estudos prospectivos, esse fenômeno pode ser interpretado como uma variável curinga, devido ao seu grande impacto e sua imprevisibilidade (MARCIAL, 2015; LAURO et al, 2020).

Nesse contexto, planejar as atividades turísticas apenas sob o ponto de vista econômico torna-se extremamente prejudicial, considerando-se que o turismo está vinculado também a questões sociais, políticas, ambientais e culturais. Desta forma, o turismo pode impactar positivamente diversos aspectos da vida humana, porém um planejamento equivocado pode causar consequências indesejáveis, como o esgotamento de recursos, a

degradação ambiental, o rompimento cultural e a instabilidade social (DENCKER, 2004; RUSCHMANN, 2016; TRIGO, 2020).

Conceitos: cadeia de valores e tipos de turismo

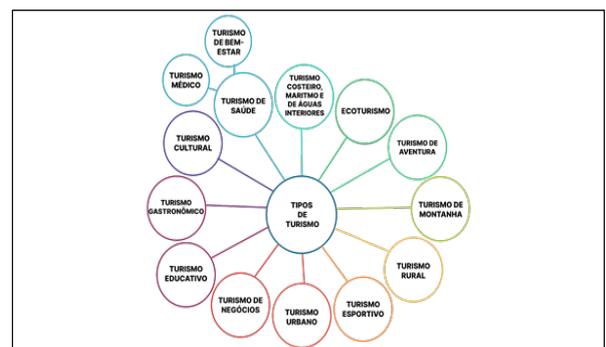
A OMT publicou em 2019 o documento “UNWTO Tourism Definitions” (Definições de Turismo da OMT), com o objetivo de fornecer aos países-membros e outras partes interessadas uma estrutura conceitual abrangente e concisa, operacional, aplicável e globalmente relevante sobre alguns tipos de turismo e conceitos utilizados em sua cadeia de valor, os quais são descritos a seguir:

- Cadeia de valor do turismo: refere-se à sequência de atividades primárias e de apoio, interligadas, que são estrategicamente fundamentais para o desempenho do setor de turismo.
- Destino turístico: é o espaço físico, com ou sem limites administrativos e/ou analíticos, no qual um visitante pode pernoitar; ou seja, é o cluster de produtos, serviços, atividades e experiências ao longo da cadeia de valor do turismo, representando uma unidade básica de análise do turismo.
- Organização de gestão/marketing de destino (DMO): é uma entidade organizacional que pode abranger diversas autoridades públicas e/ou privadas, partes interessadas e profissionais, cujo papel fundamental é iniciar, coordenar e gerenciar certas atividades relacionadas ao destino turístico.
- Produtos turísticos: são uma combinação de elementos tangíveis e intangíveis, como recursos naturais, culturais e artificiais, atrações, instalações, serviços e atividades em torno de um centro de interesse específico que representa o núcleo do mix de marketing do destino e proporciona ao visitante uma experiência turística.
- Qualidade de um destino turístico: é o resultado de um processo que implica a satisfação de todas as necessidades de produtos e serviços turísticos, requisitos e expectativas do consumidor a um preço aceitável, além de fatores implícitos como segurança, higiene, acessibilidade, comunicação, infraestrutura e equipamentos e serviços públicos, aspectos de ética, transparência e respeito ao meio ambiente humano, natural e cultural.
- Inovação no turismo: caracteriza-se

pela introdução de um componente novo ou melhorado que visa trazer benefícios tangíveis e intangíveis para as partes interessadas do turismo e a comunidade local, melhorar o valor da experiência turística e as competências essenciais do setor do turismo e, assim, aumentar a competitividade e/ou sustentabilidade de um destino.

- Competitividade de um destino turístico: representa a capacidade do destino de usar seus recursos naturais, culturais, humanos e capitais de forma eficiente para desenvolver e fornecer produtos e serviços turísticos de qualidade, inovadores, éticos e atraentes, a fim de alcançar um crescimento sustentável dentro de seus objetivos estratégicos, aumentar o valor agregado, melhorar e diversificar seus componentes de mercado e otimizar a sua atratividade e benefícios tanto para os visitantes como para a comunidade local.
- Quanto aos tipos de turismo, podem ser classificados de acordo com as atrações, os produtos tangíveis e intangíveis de um destino turístico os quais o turista está motivado a aprender, descobrir, experimentar e consumir durante uma viagem (Figura 3). Tais classificações não são uma delimitação exata de todos os tipos existentes de turismo, mas sim uma convenção dos conceitos mais utilizados, para que haja maior entendimento entre as partes interessadas da área de turismo. Além disso, em uma mesma viagem, costuma-se combinar atividades relacionadas a diversos tipos de turismo (OMT, 2019).

Figura 3 - Tipos de turismo.



Fonte: Elaborado pela autora com base nas definições da OMT (2019)

Impactos socioeconômicos do turismo

O turismo tem papel importante na economia dos destinos, bem como na vida das comunidades anfitriãs e dos turistas, porém está relacionado a variáveis de natureza, magnitude e intensidade diversas que podem causar grandes impactos (positivos ou negativos) tanto nos aspectos socioeconômicos quanto ambientais (RUSCHMANN, 2016; EUSÉBIO; CARNEIRO, 2012).

Entre as repercussões favoráveis que o turismo pode causar nos aspectos sociais e econômicos, estão a valorização do artesanato e da herança cultural, o orgulho étnico, melhor qualidade de vida dos habitantes locais, intercâmbio cultural, eventos e atividades recreativas disponíveis para a população local, a movimentação de capital, entre outros. Por outro lado, a exploração equivocada do turismo acarreta diversas consequências indesejáveis, como poluição ambiental e sonora, coleta e destruição da vegetação e outros recursos naturais, descaracterização de tradições e costumes, aumento da inflação etc. (RUSCHMANN, 2016; GIMENNES et al, 2017; EUSÉBIO; CARNEIRO, 2012).

Um estudo realizado com 600 pessoas de idade entre 15 e 64 anos, residentes da cidade de Aveiro em Portugal, relatou diversos impactos positivos e negativos da atividade turística na localidade como indicado na figura 4 a seguir.

Figura 4 - Percepção dos residentes de Aveiro dos impactos socioculturais do Turismo.



Fonte: EUSÉBIO; CARNEIRO (2012)

De acordo com a OMT, o turismo pode e deve desempenhar um papel significativo contribuindo, direta ou indiretamente, para o atingimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável, tendo em vista as interações desse fenómeno com os aspectos ambientais, económicos e sociais.

Para alcançar tais objetivos, é necessário que a atividade turística seja capaz de utilizar os recursos ambientais de maneira ecológica, preservando o património natural e a biodiversidade; conservar o património cultural e tradições das comunidades anfitriãs, contribuindo para o respeito entre culturas; assegurar operações económicas

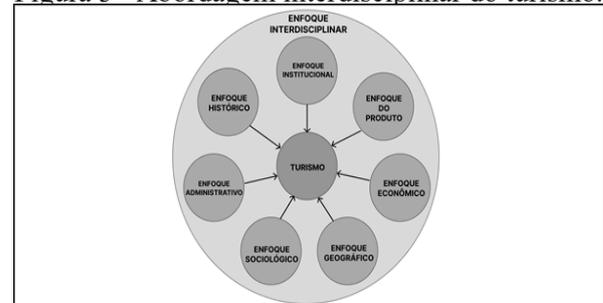
viáveis e de longo prazo, incluindo emprego estável e oportunidades de geração de renda e serviços sociais para os habitantes do destino turístico (OMT, s.d.)

Estudo e planejamento do turismo

Ignarra (2013) afirma que o turismo pode ser estudado sob diversos enfoques (enfoque do produto, que aborda a produção, comercialização e consumo dos produtos turísticos; enfoque institucional, que estuda as instituições relacionadas direta ou indiretamente às atividades turísticas; enfoque histórico, que analisa os fenómenos turísticos do ponto de vista evolutivo; enfoque geográfico, que estuda os espaços turísticos, como são realizados os deslocamentos e os impactos das atividades turísticas no ambiente; enfoque económico, que lida com oferta e demanda, multiplicadores e desenvolvimento económico; enfoque administrativo, que trata das atividades necessárias para gestão de organizações relacionadas ao turismo; enfoque sociológico, cujo foco são as questões sociais que envolvem os turistas e residentes), sendo que normalmente os estudos sobre turismo adotam uma abordagem interdisciplinar.

No entanto, para o autor (2013, p. 12), o turismo deveria ser abordado sob o enfoque sistemático, trabalhando-se com “grupos de elementos interrelacionados para formar um todo unificado e organizado a fim de atingir um conjunto de objetivos.”

Figura 5 - Abordagem interdisciplinar do turismo.



Fonte: Elaborado pela autora com base nas definições de IGNARRA (2013)

O desenvolvimento adequado do turismo depende de uma abordagem interdisciplinar, em que académicos e profissionais envolvidos nesse processo sejam capazes de compreender mudanças locais, passando pelas escalas regional e nacional até a escala global, a partir de uma abordagem crítica e consciente dos prejuízos futuros que podem ser causados por ações inadequadas à realidade complexa desse fenómeno. Além disso, é importante um planejamento participativo, com o envolvimento efetivo da população, o que seria um processo longo e adaptável, visto que as metodologias não podem simplesmente ser im-

portadas de outros contextos (DENCKER, 2004; DALL'AGNOL, 2012).

Planejamento estratégico

Após a Segunda Guerra Mundial, os conceitos tradicionais de planejamento estratégico que surgiram no contexto militar começaram a ser incorporados no contexto empresarial. Sujeitas às transformações do entorno socioeconômico, as ferramentas de planejamento estratégico passaram, ao longo do tempo, por diversos questionamentos, transformações e adaptações, de modo que hoje fazem-se indispensáveis para que as organizações sobrevivam a um ambiente cheio de mudanças cada vez mais aceleradas e uma concorrência cada vez maior (CHIAVENATO, 2004).

Planejamento estratégico é uma forma sistemática e contínua de tomada de decisão. As atividades necessárias à sua implementação devem ser organizadas com o maior conhecimento possível de seus impactos futuros e é crucial avaliar os resultados obtidos diante do que foi planejado.

Além disso, é necessário que os gestores adotem uma abordagem capaz de integrar quatro formas de ver e compreender o mundo organizacional, a fim de alcançar uma visão estratégica abrangente: (i) visão sistêmica ou holística, ou seja, a capacidade de compreender a totalidade e como se relacionam seus componentes; (ii) visão periférica, que trata-se de visualizar o ambiente externo à organização e como se dá a relação entre ambos - ambiente e organização; (iii) visão antecipatória, que significa estar consciente das tendências e dos impactos que as ações do agora podem causar no futuro; (iv) insight e intuição para entender a situação atual, o que é necessário e como fazer para alcançar seus objetivos (DRUCKER, 1974; CHIAVENATO, 2020).

O atual contexto de aceleradas mudanças e abundantes incertezas, no entanto, faz com que alguns gestores tenham uma visão que pouco ultrapassa os limites de projetar o presente de maneira progressiva. Tal abordagem mostra-se inadequada às necessidades de sobrevivência das organizações, visto que para obter sucesso no planejamento é preciso “ser capaz de antecipar a forma das incertezas futuras, gerar alternativas para operar efetivamente em ambientes mutáveis e implementar novos planos rápida e efetivamente”. (CORRÊA, 2011)

Métodos prospectivos

Dada a complexidade dos fatores interconectados e a velocidade com que as mudanças ocorrem, não se pode presumir que as forças que são influentes hoje serão as mesmas no futuro. Com base nessa premissa, os estudos prospectivos partem de uma abordagem multidisciplinar que, em vez de buscar previsões do futuro, utiliza raciocínio lógico e criatividade para analisar tendên-

cias, identificar relações de causa e efeito e estimar possíveis futuros, permitindo aos tomadores de decisão elaborar estratégias para lidar com essas possibilidades (MARCIAL, GRUMBACH, 2002; LAURO, CORRÊA, 2022).

Diversas são as metodologias empregadas em estudos de futuro e diferentes formas de classificação foram propostas por estudiosos do assunto. Entre eles está Popper (2008), que mapeou os métodos de prospecção classificando-os quanto à sua natureza (quantitativa, semi quantitativa, qualitativa) e quanto à sua capacidade de reunir e/ou processar informações baseando-se em: (i) criatividade, que seria o pensamento original e imaginativo de artistas, ‘gurus’ da tecnologia ou participantes de sessões de brainstorming, por exemplo; (ii) expertise, ou seja, o conhecimento de pessoas que tenham acesso privilegiado a informações relevantes e/ou muitos anos de experiência de trabalho em uma área de domínio; (iii) interação, que consiste em desafiar especialistas e não especialistas que fazem parte do grupo de interessados a articularem seus conhecimentos entre si; e (iii) evidência, que trata-se de explicar e/ou prever fenômenos com o apoio de documentação confiável e meios de análise de estatísticas e diversos tipos de indicadores de medição, por exemplo.

Para o autor, tais atributos de capacidade não são exclusivos ou restritivos, mas apresentam-se com maior ou menor intensidade e juntos compõem as características de cada método. Na figura 6, está exemplificada a classificação de alguns métodos de acordo com os atributos mencionados:

Figura 6 - Atributos de capacidade dos métodos de prospecção mais comumente utilizados.



Fonte: Adaptado de POPPER (2008)

Método de Cenários

No método de construção de cenários, descreve-se possíveis situações futuras relacionadas a um determinado sistema, bem como os acontecimentos que se desencadearam rumo a tais situações, permitindo apontar as tendências e sinais de ruptura e auxiliando na elaboração de planos de ação frente a cada contexto traçado (GODET, 2000; LEAL, 2007).

Para construir cenários, é necessário antes construir uma base sólida: delimitar um foco estratégico com questões que sejam relevantes para os tomadores de decisão e, considerando este

foco, identificar variáveis, tendências e agentes-chave do sistema em questão por meio de estudos retrospectivos e da atualidade. Após a construção da base, o objetivo é reduzir as incertezas, refinando as informações obtidas sobre as variáveis, tendências e agentes-chave para, então, elaborar os cenários, os quais devem ser pertinentes, coerentes, verossímeis, importantes e transparentes, mas também precisam ser divergentes entre si (GODET, 2000; LEAL, 2007). A Figura 7, a seguir, ilustra as etapas da construção de cenários de acordo com o método proposto por Godet (2000).

Figura 7 - Etapas da construção de cenários.



Fonte: Adaptado de GODET (2000)

Método Delphi

O método Delphi surgiu no início dos anos 1960, na RAND Corporation, quando as pesquisas tratavam principalmente do potencial militar da tecnologia futura e de questões políticas. Nessa época, os métodos quantitativos eram pouco viáveis, já que a tecnologia era limitada, e por esse motivo eram mais utilizados métodos qualitativos ou semiquantitativos para abordar questões de prospecção (GORDON, 2003).

Nos dias de hoje, após passar por diversas fases até ser reconhecida pela comunidade científica como relativamente estável, a técnica Delphi continua válida, tendo em vista que é necessário ir além dos dados quantitativos para lidar com a complexidade e variabilidade das ações humanas em meio a mudanças cada vez mais velozes (CORRÊA, 2011).

Especialistas, principalmente quando concordam, têm mais probabilidade do que os não especialistas de estarem corretos a respeito das questões em seu campo de conhecimento. Porém, quando se reúne pessoas para debater determinado assunto, é muito provável que uma influencie diretamente a opinião da outra, o que pode prejudicar a pesquisa. Partindo dessa ideia, o método Delphi se aplica de modo que os participantes não tenham contato direto entre si, mas sejam interrogados individualmente, intercalando rodadas de questionários com feedback e apresentação das opiniões emitidas anonimamente. (GORDON, 2003; POPPER, 2008; CORRÊA, 2011).

Impactos Cruzados

Muitos eventos, aparentemente diversos e sem conexão entre si, relacionam-se com as forças internas e externas, permitindo ou causan-

do desdobramentos que compõem um fluxo interconectado. Diante disso, o método de impactos cruzados é uma abordagem analítica que procura identificar, em um conjunto de eventos, o grau de influência de um evento sobre as probabilidades de ocorrência dos outros (CORRÊA, 2011; GORDON, 2003).

A primeira etapa em uma análise de impactos cruzados é definir os eventos a serem incluídos no estudo, os quais se pode selecionar com base em pesquisas bibliográficas, entrevistas a especialistas em áreas relacionadas à pesquisa e métodos como Delphi, por exemplo (CORRÊA, 2011; GORDON, 2003).

Uma vez selecionados os eventos, combinam-se aqueles que são muito semelhantes e eliminam-se do estudo os que são pouco relevantes no contexto em questão, enquanto que os eventos críticos são analisados mais profundamente. Após esse processo de refinamento das variáveis, julga-se a probabilidade de cada evento ocorrer de forma isolada. Na etapa seguinte, são formados pares de eventos e para cada um desses pares responde-se à questão "Se o evento 'a' ocorrer, qual é a nova probabilidade do evento 'b'?" e é com base nessas respostas, também chamadas "probabilidades condicionais", que finalmente é gerada a matriz de impactos cruzados. (JANICK et al, 2021; CORRÊA, et al, 2021).

Análise Morfológica

A análise morfológica é um método para estruturar e investigar a consistência do relacionamento entre variáveis de um sistema, podendo ser tratado como um modelo de inferência e apresentando relacionamentos altamente complexos na forma de informações visuais e compreensíveis. Inicialmente, são identificadas e definidas as variáveis do sistema a ser investigado, às quais são atribuídos conjuntos de estados possíveis. Elaboram-se, então, um campo morfológico em que se dispõe as variáveis e seus respectivos estados possíveis umas contra as outras em um espaço de configuração n-dimensional. A partir desse campo morfológico, examina-se as combinações que são consistentes, possíveis, viáveis, práticas, interessantes etc, eliminando-se todas as condições mutuamente contraditórias (GODET, 2000; GORDON, 2003).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo utilizou como método a pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa. Quanto aos fins, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, pois as produções científicas que abordam cenários prospectivos especificamente para o turismo não são abundantes (VERGARA, 1990).

Foram realizadas buscas em sites como Google Acadêmico, sciELO, periódicos da Capes,

UFPR (Universidade Federal do Paraná), Revista de Turismo Contemporâneo da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Programa de Pós-graduação em Turismo da USP (Universidade de São Paulo), entre outros, utilizando-se as palavras-chave: turismo; cenários prospectivos. Os resultados dessa busca incluíram diversos artigos, monografias, dissertações e teses abordando métodos prospectivos e/ou elaborando cenários, porém poucos desses estavam relacionados ao turismo.

Dentre os resultados encontrados, foram selecionados aqueles que atenderam por completo aos seguintes critérios:

- Elaboração de cenários prospectivos sobre um sistema turístico – não apenas uma instigação, atividade ou tipo específico de turismo;
- Recorte territorial com abrangência de um destino, município ou região do Brasil;
- Tese, dissertação, artigo científico ou monografia de pós-graduação lato sensu.

Por conseguinte, buscou-se identificar nos estudos selecionados: qual o perfil dos participantes das pesquisas; quais as metodologias utilizadas para a construção dos cenários; e, por fim, quais as variáveis levantadas pelos estudos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A utilização de cenários prospectivos no Brasil se dá desde meados da década de 1980, quando empresas estatais começaram a aderir a esses métodos para basear a tomada de decisões a longo prazo. Desde então, vêm sendo realizados alguns estudos de futuros, tanto no âmbito organizacional quanto no âmbito acadêmico, os quais são muitas vezes caracterizados por uma descontinuidade no acompanhamento das instituições que patrocinam esses trabalhos (BARROS, 2008; CORREA, 2011).

Além disso, apesar da utilização de estudos prospectivos no Brasil, são poucos os existentes na literatura que estejam relacionados ao setor de turismo. Desta forma, houve dificuldade de encontrar pesquisas que atendessem aos critérios definidos para o presente trabalho, de modo que foram selecionados três estudos cujo foco foi a elaboração de cenários prospectivos para o sistema turístico de determinados destinos turísticos brasileiros, os quais estão listados no Quadro 1.

Quadro 1 - Estudos selecionados.

Estudo	Título	Publicação
Estudo 1	Turbulências na Lagoa Azul: prospecção de cenários para o setor turístico de Franca (SP) e região, 2017-2021	Artigo publicado na Revista Pesquisa, Desenvolvimento e Gestão (ISSN 2316-3402), do Centro Universitário Municipal de Franca
Estudo 2	Cenários e planejamento estratégico para o município de Pirenópolis no período 2007-2020	Monografia de conclusão de pós-graduação Lato Sensu – Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília
Estudo 3	Cenários para o Setor Turístico no Estado do Ceará (Brasil) para o período de 2013 a 2023	Artigo publicado na Revista Turismo e Sociedade (ISSN 1983-5442) do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná

Fonte: Elaborado pela autora com base nos artigos selecionados

Quanto ao perfil dos autores, um estudo foi realizado por dois autores (uma mestra em Desenvolvimento Regional e um doutor em Administração); outro estudo foi desenvolvido por um autor, graduado em Administração e pós-graduando em Turismo e Desenvolvimento Sustentável; por fim, o terceiro estudo foi desenvolvido por seis autores, sendo duas mestrands, três mestras e um doutor em Administração de Empresas.

Já entre os participantes entrevistados nas pesquisas, incluem-se profissionais da área de turismo tanto do setor público como do setor privado, proprietários e gerentes de empresas relacionadas ao trade turístico dos destinos estudados, bem como professores e estudantes da área de turismo. Os autores e perfis de participantes estão listados por estudo no Quadro 2.

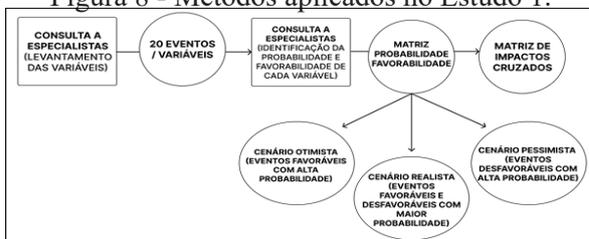
Quadro 2 - Perfil dos autores e dos participantes

Estudo	Autores	Outros participantes
Estudo 1	Rosana Branquinho, Mestra em Desenvolvimento Regional; Alfredo José Machado Neto, Doutor em Administração.	Prefeito municipal, secretários de turismo, gestores de circuitos turísticos, proprietários de pousadas, dono de hotel, proprietário de bares e restaurantes, professores universitários, agentes de viagens, especialista em marketing, presidentes de associações de classe, consultor técnico.
Estudo 2	Róbison Gonçalves de Castro, pós-graduando em Turismo e Desenvolvimento Sustentável.	Profissionais da área de turismo do setor público e privado, empresários e gerentes do trade turístico local.
Estudo 3	Camilla Cruz de Carvalho e Joyce da Silva Albuquerque (mestrandas em Administração de Empresas), Raissa Karen Leitinho Sales, Márcia Lopes Cardoso e Rosângela Queiroz Souza Valdevino (Mestres em Administração de Empresas) e Sérgio Henrique Arruda Cavalcante Forte, Mestre e Doutor em Administração de Empresas.	Estudantes, entre mestrandos e doutorandos, professores e coordenadores de faculdades de turismo, gestores de hotéis, proprietários de agências de turismo.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos artigos selecionados

No Estudo 1, as variáveis são definidas por meio de consulta aos participantes. Após a definição das variáveis, os participantes são consultados novamente quanto à probabilidade de ocorrência e o grau de favorabilidade de cada uma delas. A partir da matriz de probabilidade e favorabilidade, elaboram-se os cenários: otimista, considerando a ocorrência de variáveis com alto grau de favorabilidade e alta probabilidade; realista, englobando as variáveis com maior grau de probabilidade, sejam favoráveis ou desfavoráveis; pessimista, abrangendo variáveis desfavoráveis e com alta probabilidade de ocorrência. Em tal estudo, os autores realizaram uma análise de impactos cruzados como complemento aos cenários construídos e não como etapa anterior à construção dos cenários, como pode ser observado na Figura 8 a seguir.

Figura 8 - Métodos aplicados no Estudo 1.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos artigos selecionados

Os cenários construídos no Estudo 1 demonstraram um grande otimismo por parte dos participantes, visto que apenas uma variável enquadrava-se no cenário pessimista, como demonstrado na Figura 9.

Figura 9 - Cenários construídos no Estudo 1.

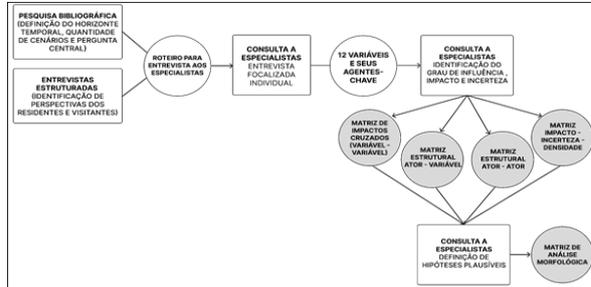
	Evento	Probabilidade	Favorabilidade
Cenário otimista	Incremento do turismo em Ribeirão Preto (SP)	6,0	7,4
	Investir na divulgação dos atrativos da região	6,0	7,0
	Franca e região: identidade difusa	6,0	6,4
Cenário realista	Instalação de Grande Centro de Convenções	6,0	6,0
	Investimentos da Área Pública	6,0	5,5
	Implantar o Franca e Região Convention and Visitors Bureau	7,0	5,8
Cenário pessimista	Restrição dos voos comerciais no Aeroporto de Franca	8,0	2,0
	Variação cambial com alta do dólar	5,0	6,0
	Taxas de juros subsidiadas para o setor de turismo	4,0	4,0
	Linhas de Crédito especiais para o Turismo	5,0	4,5
	União e articulação do setor público e privado	5,0	4,0
	Articulação Regional	3,0	4,0
	Plano Diretor Regional do Turismo	5,0	6,8
	Mapeamento da Infraestrutura de Franca e Região	5,0	5,0
	Inclusão de programa de City Tour na rede de ensino	3,5	4,4
	Políticas Públicas menos poluentes	4,0	3,3

Fonte: Adaptado de BRANQUINHO; MACHADO, 2019.

Já no Estudo 2, a primeira etapa consiste em pesquisa bibliográfica com estudo retrospectivo e da atualidade para identificar tendências e questões pertinentes ao sistema turístico estudado. Além disso, é feita uma pesquisa por meio de questionário estruturado aplicado a residentes e visitantes da região, como complemento. Com base nessas pesquisas, é elaborado um roteiro para entrevistar pessoal e individualmente os participantes. Os resultados das entrevistas são sintetizados a fim de identificar variáveis relevantes e atores-chave e é feita nova consulta aos especialistas, cujo objetivo é: obter o grau de influência das variáveis sobre cada uma das outras; identificar o grau de influência de cada ator-chave sobre as variáveis mais influentes; obter o grau de influência de cada ator-chave sobre os outros atores-chave. Após a sintetização de tais respostas, os especialistas são novamente consultados para definição de

hipóteses plausíveis, gerando uma Matriz de Análise Morfológica e possibilitando a construção dos cenários a partir desta, conforme indica a Figura 10.

Figura 10 - Métodos aplicados no Estudo 2.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos artigos selecionados

No Estudo 2, buscou-se descrever o comportamento das variáveis diante de cada um dos quatro cenários construídos, os quais são demonstrados na Figura 11.

Figura 11 - Cenários construídos no Estudo 2.

Variáveis	Cenários			
	Cluster Turístico	Crescimento induzido dependente do SP	Crescimento dependente do Capital	Desenvolvimento lento / estagnação
Problemas na infra-estruturas de transporte e local	Mínimos	Mínimos	Habituais	Grandes
Preços praticados nos serviços turísticos do município	Competitivos	Altos	Altos	Baixos
Aspectos regulatórios e ambientais	Sustentabilidade	Sustentabilidade	Risco de deterioração	Risco de deterioração
Sazonalidade	Reduzida	Igual	Menor	Maior
Atuais e novos entrantes - paisagens competitivas nos municípios da região	Associados	Associados	Competidores	Competidores
Organização local para o turismo	Otimizada	Apoiada no SP	Dominada pelas empresas	Rudimentar
Visão das lideranças políticas e empresariais locais	Comprometimento	Polinizada	Mercado	Desconfiança
O projeto Interpunitus	Efetivado	Dúvida	Dúvida	Insucesso
Evolução tecnológica, com ênfase nos métodos gerenciais e no atendimento	Otimizada	Moderada	Mercado	Decadência
Novos produtos e serviços (atuação em outros segmentos)	Sim	Dúvida	Dúvida	Não

Fonte: Adaptado de CASTRO, 2007.

Quanto ao Estudo 3, as variáveis e agentes-chave foram inicialmente identificadas por meio de pesquisa bibliográfica e observação indireta do sistema turístico e posteriormente foram validadas e refinadas em três rodadas de consulta aos especialistas. Após o refinamento, houve nova consulta aos participantes, desta vez para identificar o grau de influência de cada uma das variáveis sobre as demais. Os autores elaboraram, então, uma Matriz de Análise Morfológica. Os procedimentos são apontados na Figura 12.

Figura 12 - Métodos aplicados no Estudo 3.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos artigos

selecionados

Foram elaborados no Estudo 3 um cenário realista, considerando os impactos positivos e negativos das variáveis / eventos-chave, e um cenário pessimista, considerando que todas as variáveis tenham um comportamento desfavorável, os quais são indicados na Figura 13.

Figura 13 - Cenários construídos no Estudo 3.

CENÁRIOS	EVENTOS - VARIÁVEIS-CHAVE
Cenário A Realista	Aumento da quantidade de atrações turísticas
	Aumento da quantidade das rotas e diminuição dos preços das passagens nacionais e internacionais
	Aumento da quantidade de mix de serviços oferecidos pelas empresas locais
	Aumento da capacitação de mão de obra (profissionais políglotas, atendimento personalizado, relacionamento com o cliente)
	Melhoria no desempenho da economia brasileira
	Aumento da divulgação do turismo cearense nas mídias nacionais e internacionais
Cenário B Pessimista	Melhoria nos preços (hotel, alimentação, transporte, lazer)
	Redução da quantidade das atrações turísticas
	Redução da quantidade das rotas e aumento dos preços das passagens nacionais e internacionais
	Redução do mix de serviços oferecidos pelas empresas locais
	Redução da capacitação de mão de obra (profissionais políglotas, atendimento personalizado, relacionamento com o cliente)
	Piora no desempenho da economia brasileira
Redução da divulgação do turismo cearense nas mídias nacionais e internacionais	
	Aumento nos preços (hotel, alimentação, transporte, lazer)

Fonte: DE CARVALHO et al, 2014

UMA PROPOSTA DE MODELO PROSPECTIVO PARA TURISMO

Para cumprimento do objetivo geral deste trabalho é proposto um modelo metodológico para estudos prospectivos em turismo, tendo como base as recomendações encontradas no referencial teórico, bem como em alguns aspectos encontrados nos três casos de estudos prospectivos abordados na seção anterior.

Considerando-se o método de construção de cenários proposto por Godet (2000), é recomendável iniciar os estudos prospectivos com uma revisão de literatura, delimitando um foco estratégico com questões que sejam relevantes para os tomadores de decisão e fazendo uma pesquisa retrospectiva e da atualidade para observar aspectos positivos e negativos da cadeia de valor do sistema turístico a ser estudado. Em conjunto com a pesquisa bibliográfica pode ser feita também uma pesquisa de campo para conhecer a perspectiva da população local e também dos turistas, pois estes são alguns dos elementos-chave para compreensão do turismo enquanto fenômeno socioeconômico, como destacado por Dencker (2004) e Ruschmann (2016).

Outro ponto crucial apontado por Godet (2000) é a redução das incertezas. Para tanto, deve-se buscar especialistas em diversas áreas de conhecimento (institucional, histórico, geográfico, econômico, administrativo, sociológico etc), relacionadas direta ou indiretamente à cadeia de valor do turismo, de preferência com ideias divergentes entre si, pois desta forma será possível observar as variáveis sob pontos de vista diferentes para lidar com a realidade complexa do fenômeno estudado,

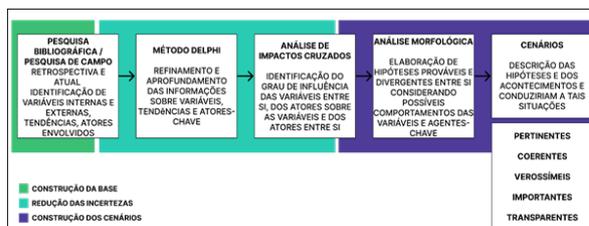
como é recomendado por Leal (2007) e Corrêa (2011). Os especialistas podem ser consultados a respeito das variáveis utilizando-se o método Delphi, a fim de obter mais informações sobre cada uma delas e filtrar aquelas que são mais relevantes para o sistema turístico em questão.

Ainda na fase de redução das incertezas, recomenda-se o uso do método de análise de impactos cruzados (JANICK et al, 2021), contando com a participação dos especialistas. Aqui o objetivo é identificar o grau de influência de cada variável sobre a probabilidade de ocorrência de cada uma das outras e, conseqüentemente, quais as variáveis mais motrizes e as mais dependentes. Além das variáveis, pode ser interessante também analisar o impacto de cada ator-chave sobre cada variável e sobre cada um dos outros atores, como Castro (2007) buscou fazer em seu estudo.

Para a construção de hipóteses consistentes, possíveis, viáveis, práticas, interessantes, como apontado por Gordon (2003), um bom método é a análise morfológica, considerando-se que cada uma das variáveis pode ter um determinado número de estados possíveis e que o comportamento de uma variável pode influenciar ou ser influenciado pelo estado das outras.

Por fim, a elaboração dos cenários prospectivos deve ser executada tendo em mente os parâmetros de pertinência, coerência, verossimilhança, importância e transparência ressaltados por Godet (2000) e descrevendo as diversas hipóteses plausíveis obtidas pela análise morfológica, bem como os acontecimentos que se desencadearam rumo a tais situações. Os cenários podem ser enriquecidos por outros aspectos identificados na etapa de pesquisa bibliográfica, para que estes fiquem ainda mais realistas, permitindo apontar as tendências e sinais de ruptura e auxiliando na elaboração de planos de ação frente a cada contexto traçado. O arranjo metodológico proposto está ilustrado na Figura 14 a seguir.

Figura 14 - Proposta de arranjo metodológico para estudos prospectivos em turismo



Fonte: Elaborado pela autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou reunir informações sobre o conceito de turismo, seus impactos socioeconômicos e como tal fenômeno deve ser abordado, além de estudar práticas organizacionais de

planejamento estratégico com cenários e outros métodos prospectivos para o setor de turismo.

Com base no referencial teórico, indicase enfaticamente que o turismo é um fenômeno complexo e que envolve diversos fatores interconectados, o que torna seu planejamento uma tarefa desafiadora. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de equipes interdisciplinares para que se possa realizar estudos sistemáticos do turismo. Além disso, salienta-se a importância de uma visão abrangente e de longo prazo para lidar com os impactos do turismo e com as variáveis que impactam essa atividade tão relevante social, econômica e culturalmente.

A partir dessa concepção é possível notar que uma abordagem prospectiva pode se encaixar muito bem no estudo e planejamento do turismo, haja vista o enfoque interdisciplinar e a possibilidade de estimar os impactos positivos e negativos do turismo no longo prazo. Desta forma, é proposto um arranjo metodológico que, embora busque atender aos requisitos apontados pelos autores para estudo e planejamento do turismo, precisa ser adaptado ao contexto, recursos, necessidades e objetivos de cada sistema turístico (DENCKER, 2004).

Nesse contexto, recomenda-se como possíveis pesquisas futuras o estudo e aprimoramento do uso de cada uma das ferramentas apontadas especificamente para o turismo, a delimitação de critérios para seleção de especialistas em estudos prospectivos do turismo, bem como uma comparação entre práticas prospectivas para turismo além dos três casos trazidos.

REFERÊNCIAS

- BRANQUINHO, Rosana; NETO, Alfredo José Machado. Turbulências na Lagoa Azul: prospecção de cenários para o setor turístico de Franca (SP) e Região, 2017-2021. FACEF Pesquisa-Desenvolvimento e Gestão. Franca, v. 20, n. 3, pp. 304-218, fev. 2018. Disponível em: <http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/facefpesquisa/article/view/1473/1090>. Acesso em: 12/09/2022.
- BRAZIL Tourism Revenue. CEIC, 2022. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/en/indicator/brazil/tourism-revenue>. Acesso em: 04 dez. 2022.
- CASTRO, Róbison Gonçalves de. Cenários e planejamento estratégico para o município de Pirenópolis no período 2007-2020. Monografia (especialização) — Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo. Brasília: 2007. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/316>. Acesso em: 10/09/2022.
- CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento Estratégico - Da Intenção aos Resultados. São Paulo: Grupo GEN, 2020.

- E-book. 9788597025705. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025705/>. Acesso em: 04 set. 2022.
5. CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações. Rio de Janeiro: Elsevier Ltda, 2004.
 6. CORREA, Claudio Rodrigues. Cenários prospectivos e aprendizado organizacional em planejamento estratégico: estudo de casos de grandes organizações brasileiras. UFRJ. Tese doutorado em Administração. Rio de Janeiro: COPPEAD-UFRJ, 2011.
 7. CORRÊA, Claudio Rodrigues; DA SILVA, Edilane Angelo; FERREIRA, Sarah de Almeida. Cenários prospectivos para o planejamento intersectorial do turismo em Teresópolis. Revista da JOPIC. Teresópolis, v. 7, n. 11, pp. 252-267, 2022.
 8. DALL'AGNOL, Sandra. Impactos do turismo x comunidade local. SEMINTUR-Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Turismo e Paisagem: relação complexa. Caxias do Sul, v. 16, pp. 01-15, nov. 2012.
 9. DENCKER, Ada de Freitas M. Planejamento e gestão em turismo e hospitalidade. São Paulo: Cengage Learning Brasil. São Paulo: Cengage Learning, 2004. E-book. 9788522128556. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522128556/>. Acesso em: 06 set. 2022.
 10. DE CARVALHO, Camila Cruz et al. Cenários para o Setor Turístico no Estado do Ceará (Brasil) para o período de 2013 a 2023. Turismo e Sociedade. Curitiba, v. 7, n. 2, pp. 248-270 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/33929/22943>. Acesso em: 15/09/2022
 11. EUSÉBIO, Celeste; CARNEIRO, Maria João. Impactos socioculturais do turismo em destinos urbanos. RPER, n. 30, p. 65-75, 2012. Disponível em: <https://www.review-rper.com/index.php/rper/article/view/355/274>. Acesso em: 04 dez. 2022.
 12. IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Turismo. 3 ed. São Paulo: Senac Rio, 2013.
 13. GIMENNES, Jacó; BEZERRA, Deise Maria Fernandes; ZARPELON, Marilda Keller. Orientação para Gestão Municipal do Turismo: Guia Prático para Dirigentes Públicos Municipais de Turismo. Curitiba, 2017. Disponível em: http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/Apostila_Gestao_Municipal.pdf. Acesso em: 30 set 2022.
 14. GODET, Michel et al. A caixa de ferramentas da prospectiva estratégica. CEPES–Centro de Estudos de Prospectiva e Estratégia. Lisboa. Lisboa, p. 76-79, 2000. Disponível em: <https://www.institutobrasilrural.org.br/download/20080615095245.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.
 15. GORDON, T. The Delphi Method / The Cross-compact method. Futures Research Methodology / Morphological Analysis. V. 2.0. The Millennium Project, American Council for the U.N. University. Washington, DC, 2003.
 16. LAURO, A., CORRÊA, C. R. Futures for the Maritime Domain: Signs and Trends that Shape Scenarios. In: Greg Kennedy, William S. Moreira. (Org.). Power and the Maritime Domain A Global Dialogue, 1, 286-301. 2022. Oxon, United Kingdom: Routledge. Disponível em <https://www.routledge.com/Power-and-the-Maritime-Domain-A-Global-Dialogue/Kennedy-Moreira/p/book/9781032288840>
 17. JANICK, V.; LEITE, J.; MARTINS, C. (Orgs). Explorando Futuros Possíveis. Alpheartz, 2021.
 18. LAURO, A., CORRÊA, C. R., HONORIO, T. J. The potential impacts of COVID-19 pandemic on international defense and security. Revista da Escola de Guerra Naval . nr 26, 579-607. 2020. Disponível em <https://revistadaegn.com.br/index.php/revistadaegn/article/view/979>
 19. LEAL, C. M. Construir Cenários – o Método da GBN. Departamento de Prospectiva e Planejamento e Relações Internacionais. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Lisboa, 2007.
 20. MARCIAL, Elaine Coutinho. Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
 21. MARCIAL, Elaine Coutinho. Megatendências mundiais 2030: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo? Contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil. Ipea, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5256>. Acesso em 04 dez. 2022.
 22. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Recuperação do turismo atinge 65% dos níveis pré-pandêmico. Organização Mundial do Turismo, 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/11/1806002#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20do%20Turismo,no%20mesmo%20per%C3%ADodo%20de%202021..> Acesso em: 06 abr. 2023.
 23. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). UNWTO Tourism Definitions. Organização Mundial do Turismo, 2019. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284420858>. Acesso em:

- 06 set. 2022.
24. POPPER, R. How are foresight methods selected? *Foresight*. vol. 10 no. 6. pp. 62-89. 2008.
 25. RUSCHMANN, Doris. Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente. Rio de Janeiro: Papyrus, 2016.
 26. SILVEIRA, Carlos Eduardo Eduardo et al. Transformações na sociedade e no mercado de trabalho: a inserção do profissional de turismo no cenário pós-pandemia do Covid-19. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, [S.l.], p. 106-130, dez. 2020. ISSN 1980-6965. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/6679/3348>. Acesso em: 04 set. 2022.
 27. TELES, Reinaldo. Fundamentos geográficos do turismo. Elsevier, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pBR&lr=&id==5-yffwLdTDkC&oi=fnd&pg=P1P&dq=geografia+do+turismo+escalas+geogr%C3%A1ficas+do+turismo+&ots=uuEyt1-C5Ko&sig=rxUbW9vysfF_1IuuIV17G-muhMmQ#v=onepage&q=escala%20turismo&f=false. Acesso em: 04 dez. 2022.
 28. TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Viagens e turismo: dos cenários imaginados às realidades disruptivas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo [online]*. 2020, v. 14, n. 3, pp. 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i3.2107>. Acesso em: 8 Setembro 2022
 29. VERGARA, Sylvia Constant. Tipos de pesquisa em administração. Rio de Janeiro: FGV, 1990. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12861/000055299_52.pdf. Acesso em: 30 set 2022.

SIMPLES NACIONAL: UMA ABORDAGEM DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

VICENTE, Eduarda da Silva¹, BRITES, Valéria de Oliveira²

¹Discente do Curso de Ciências Contábeis do Unifeso

eduarda.s.vicente@gmail.com

²Docente dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis do Unifeso

valeriabrites@unifeso.edu.br

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo central compreender como a literatura científica aborda o Simples Nacional. A investigação se deu por meio de bases acadêmicas de dados com o intuito de encontrar artigos relacionados ao tema. Compreendeu-se que o Simples Nacional não foi tão utilizado como objeto de estudo em si, mas foi muito comum o seu uso como aporte para outras pesquisas relativas às áreas do Direito e Economia. A partir da leitura desses artigos publicados, verificou-se que os intuitos básicos aplicados ao criar o Simples Nacional não foram, muitas vezes, atingidos. A geração de empregos, por exemplo, foi pouco, ou nada, afetada pela adoção do Simples e, dependendo do setor econômico e da empresa, nem a redução da burocracia foi observada.

Palavras-chave: Simples Nacional; Tributação; Produção Acadêmica.

ABSTRACT

The main objective of this work was to understand how the scientific literature approaches the Simples Nacional. The investigation was carried out through academic databases in order to find articles related to the theme. It was understood that Simples Nacional was not used as an object of study in itself, but its use as a contribution to other research related to the areas of Law, Economics and Accounting was very common. From the reading of these published articles, it was verified that the basic intentions applied when creating Simples Nacional were not, many times, achieved. The generation of jobs, for example, was little, if not at all, affected by the adoption of Simples; and, depending on the economic sector, the reduction of bureaucracy can even be greater than in tax regimes that, in principle, are more complex and bureaucratic than Simples.

Keywords: Simples Nacional; Tax accounting; Academic journals.

INTRODUÇÃO

O sistema tributário brasileiro pode ser entendido como o conjunto de normas tributárias utilizadas pelo governo para determinar os tributos dos contribuintes, compreendendo os tributos instituídos pela União, pelos Estados e pelos Municípios, cujas normas e princípios regulamentam o funcionamento das cobranças destes tributos (OLIVEIRA, 2009).

Por tributo, conforme descreve o Código Tributário Nacional - CTN(1966) em seu art. 3º é “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Os tributos se dividem entre impostos, taxas e contribuições com foco em melhorias. Nos artigos 16, 77 e 81 o CTN define cada um desses tributos da seguinte forma: (BRASIL, 1966):

Art. 16 - Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contri-

buinte.

Art. 77 - Taxa têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Art. 81 - Contribuição de Melhoria foi instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Existem 3 (três) regimes tributários no Brasil e, se por um lado isso aumenta a complexidade desse sistema, por outro permite que você escolha o mais indicado para a sua realidade. Cada regime tem suas características e mecanismo de tributação. A seleção do regime tributário e seu enquadramento é que determinarão a incidência e a base de cálculo dos impostos federais. Esses regimes são: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real (PAULA, 2018). Por fins de interesse

particular deste trabalho, será levantado e apresentado a respeito do Simples Nacional.

Para a Receita Federal (2022) o Simples Nacional, também conhecido como Super Simples é um regime de tributação simplificado, aplicável a microempresas e empresas de pequeno porte, com o objetivo de diminuir a carga tributária, facilitar e centralizar o recolhimento dos impostos e contribuições numa guia única. Dentre os impostos e contribuições recolhidos na guia DAS (Documento de arrecadação do Simples Nacional) estão inclusos:

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição para o PIS/Pasep, Contribuição Patronal Previdenciária (CPP), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), que possui um prazo para recolhimento até o dia 20 do mês subsequente àquele que houver sido auferido a receita bruta (RECEITA FEDERAL, 2022).

Para fazer uso da modalidade de imposto do Simples Nacional a empresa precisa possuir enquadramento na microempresa e/ou empresa de pequeno porte, ter uma receita bruta anual de no máximo R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), cumprir os requisitos previstos em lei e, fazer a solicitação de enquadramento até o último dia útil de Janeiro do ano corrente (RECEITA FEDERAL, 2022).

Levando em consideração que o Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, desde a Constituição Federal de 1988, art. 179 já existia uma previsão legal para que houvesse um regime diferenciado para Micro e Pequenas Empresas mas não existia ainda uma lei complementar para tal. Em 14 de dezembro de 2006 foi assinada a Lei Complementar 123/2006. No dia 15 de dezembro de 2006 a Lei Geral foi publicada no Diário Oficial da União e entrando em vigor em 01º de Julho de 2007, dando assim início ao Simples Nacional (SEBRAE, 2018).

Compreendendo que as microempresas e empresas de pequeno porte são consideradas fundamentais para o desenvolvimento econômico do país e que o Simples Nacional é a forma de tributação mais escolhida por essas empresas, o governo federal vem criando legislações diferenciadas para

incentivo a regularização, crescimento, com oferta a criação de novos empregos e alívio da carga tributária para que tais empresas possam assumir uma responsabilidade social ente o meio econômico (FIGUEIREDO, 2002)

Paes (2014, p. 541), em relação às micro e pequenas empresas, destaca que:

Trata-se de um grupo expressivo e que apresenta uma série de singularidades no que diz respeito à tributação. Em razão de serem pequenas, elas podem incorrer em custos econômicos superiores ao das maiores empresas. Nesse sentido, muitos países têm buscado criar mecanismos específicos de apoio às MPEs. Com o Simples Nacional, o Brasil concedeu uma série de benefícios fiscais e simplificações administrativas para as microempresas e as pequenas empresas. A arrecadação do Simples Nacional cresceu a taxas muito superiores aos demais tributos, tendo sido três vezes maior do que a taxa real de crescimento de toda a arrecadação. O valor arrecadado por estabelecimento cresceu expressivamente durante a vigência do Simples Nacional, corroborando a evidência de que houve forte crescimento das empresas optantes pelo novo regime.

Devido à importância deste benefício concedido às micro e pequenas empresas e considerando a importância dessas empresas para a economia nacional, o assunto deve estar sendo tratado e abordado pelos pesquisadores da área contábil. Desta forma este artigo quer verificar: O que os pesquisadores da área de Ciências Contábeis têm pesquisado sobre o regime de tributação do Simples Nacional nos últimos anos?

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é, levantar e apresentar quais as principais reflexões feitas pelos pesquisadores sobre o Simples Nacional, nos últimos anos. Para isto é necessário atingir os seguintes objetivos específicos: (a) apresentar a história do Simples Nacional; (b) abordar as vantagens e desvantagens do simples nacional; (c) analisar os artigos científicos sobre o simples nacional, levantando suas principais reflexões.

Justifica-se o desenvolvimento deste artigo, dado o crescimento exponencial do Simples Nacional desde sua criação, torna-se necessária a abordagem de uma produção científica sobre tais pesquisas compreendendo a sua relevância no plano tributário nacional. Cabe salientar a necessidade de pesquisas que verifiquem a relevância de tal tema na literatura científica de forma a ser um norte para novos pesquisadores acerca do assunto e ainda servir como fonte de consulta para àqueles

que necessitem de maior compreensão sobre o assunto, tanto na esfera acadêmica, como em meio empresarial.

Este artigo está organizado em cinco seções. A primeira seção é a introdução, onde se apresenta a contextualização do tema, os objetivos do estudo e sua justificativa. A segunda seção é o referencial teórico, onde o Simples Nacional tem seu histórico contextualizado, bem como a sua aplicação. A terceira seção contempla os aspectos metodológicos que guiaram a construção deste trabalho. A quarta trata acerca dos estudos relevantes encontrados acerca da pesquisa bibliográfica realizada. A quinta seção trata das considerações finais acerca deste estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

História do Simples Nacional

As microempresas e empresas de pequeno porte ganharam visibilidade com a Constituição de 1988, onde foi permitido que tais empresas realizassem sua apuração por um regime diferenciado de tributação para impostos de competência da União, Estado, Distrito Federal e Município. A intenção desse imposto é a liberação de um tratamento diferenciado e, de acordo com a Constituição do Brasil (1988) apud Sebrae (2018, s/p) ocorrendo por meio da “simplificação, redução ou eliminação de obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias”.

Considera-se Micro Empresa (ME), para efeito do Simples Nacional, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano/calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00. Considera-se Empresa de Pequeno Porte (EPP), para efeito do Simples Nacional, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00. Para fins de enquadramento na condição de ME ou EPP, deve-se considerar o somatório das receitas de todos os estabelecimentos (SEBRAE, 2018).

O Simples Nacional, que anteriormente, era conhecido como “Simples Federal” e foi instituído pela Lei nº 9.317, de 1996 que tinha como objetivo diminuir a carga tributária desses pequenos negócios para estimulá-los a regularização de seus negócios para que fosse possível avaliar a economia informal no país, tornando assim, aplicável as medidas necessárias, sócio e economicamente falando, de acordo com a necessidade do Brasil.

No entanto, o que deveria simplificar as coisas não foi bem-visto pelos estados e alguns municípios, visto que, a simplificação seria para os impostos federais e, por eles, após repassados para os estados e municípios (SEBRAE, 2018).

Os Estados não foram de acordo assim como alguns municípios, mantendo assim a descentralização dos tributos e não “simplificando” tudo como era o objetivo. Nesse período foram criados 27 (vinte e sete) tratamentos diferentes de tributação pois os estados resolveram criar seus próprios regimes de tributação, mas alguns municípios também não foram de acordo, consequentemente não gerando benefícios às micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2018).

Em 1999, a Lei 9.841/99 preconizou benefícios no campo administrativo, campo trabalhista, e ainda no processo de fomento de crédito afim do desenvolvimento empresarial, ficando limitado ao âmbito federal. Já em 2003, no Estatuto das Micro e Pequenas Empresas, o Sebrae tomou frente e levou propostas para a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (PEC nº42), onde foram abordados critérios que padronizam a pequena empresa, sistemas específicos de tributação, acessos a crédito, à possíveis novos mercados, à tecnologia e à Justiça, exportações, redução da burocracia e simplificação no momento de formalizar o negócio. Também em dezembro de 2003 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 042/2003 que resultou por alterar o regime tributário do país de forma que favorecesse as micro e pequenas empresas. Em junho de 2005 a proposta de Lei Geral foi entregue as autoridades competentes no Congresso Nacional, que em 13 de dezembro foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Após melhoras na proposta, em 22 de novembro de 2006, ocorreu a aprovação final. Em 14 de dezembro de 2006 foi assinada a Lei Complementar 123/2006. No dia 15 de dezembro de 2006 a Lei Geral foi publicada no Diário Oficial da União, entrando em vigor em 01º de julho de 2007, dando, assim, início ao Simples Nacional (SEBRAE, 2018).

Ainda em 2007, foi criada a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM que tem por objetivo simplificar o processo de registro e legalização dessas empresas. Nos anos seguintes foram ocorrendo ajustes, mudanças e implementações na Lei, como a entrada de novas atividades econômicas enquadradas no Simples Nacional. O Microempreendedor Individual - MEI passou a vigor a partir de 01º de julho de 2009 e fez com que crescesse consideravelmente o número de empreendedores no país. Em 2010 foi apresentado o Projeto de Lei Complementar - PLP nº 591/10 que, além das diversas alterações na Lei Geral, também isentava o MEI de algumas taxas, como a de abertura e funcionamento e desonerava as obri-

gações acessórias do trabalhador rural e do MEI (SEBRAE, 2018).

Em 2016, após diversas propostas de mudanças, foi aprovada a Lei Complementar nº 155/2016, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018, e está em vigência até a presente data. (SEBRAE, 2018)

Entre as principais alterações decorrentes dessa Lei, podemos destacar conforme o site do Sebrae relata no artigo do simples nacional para as mudanças de ocorreriam a partir de 2018, a alteração do teto da receita bruta anual das empresas de pequeno porte para R\$ 4,8 milhões, do MEI (Microempreendedor individual) para R\$ 81 mil e para empresas de pequeno porte que faturarem acima de R\$ 3,6 milhões o ICMS e ISS serão recolhidos por fora do Simples Nacional. A alteração das tabelas de apuração de imposto do simples, que passou de 6 (seis) anexos para apenas 5 (cinco), tornando extinto o anexo IV. Além das alterações nos anexos, também foi reduzida a quantidade de faixas de 20 (vinte) para apenas 6 (seis) faixas em cada anexo. Foi criado também o Fator R, que é a relação entre os custos com pessoal e a receita bruta da empresa, que possui um percentual fixo definido, fazendo com que quando o fator R (Folha (últimos 12 meses) / Faturamento (últimos 12 meses)) for superior a 28% (percentual fixo) a apuração será pelo anexo III, caso contrário a tributação será apurada pelo anexo V. E a permissão para que pequenos fabricantes de bebidas possam optar pelo Simples Nacional.

Apenas para compreensão de como ficaram distribuídas as faixas dentro dos anexos, conforme mencionado acima, bem como a distribuição dos percentuais de cada imposto dentro do Simples Nacional, apresenta-se o quadro 1, onde consta o Anexo que deve ser utilizado pelas empresas comerciais optantes pelo Simples Nacional.

Quadro 1: Anexo I – Comércio – Lei Complementar no. 55/2016

ANEXO I – COMÉRCIO			
	Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)	Alíquota	Valor a Deduzir (em R\$)
1ª FAIXA	Até 180.000,00	4,00%	-
2ª FAIXA	De 180.000,01 a 360.000,00	7,30%	5.940,00
3ª FAIXA	De 360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00
4ª FAIXA	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00
5ª FAIXA	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,30%	87.300,00
6ª FAIXA	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,00%	378.000,00

Fonte: Brasil (2016)

Neste anexo enquadram-se empresas do comércio em geral, onde as alíquotas nominais são progressivas de acordo com a receita bruta acumulada dos últimos 12 meses. Abaixo temos a fórmula utilizada para chegar a alíquota efetiva e um exemplo da forma de cálculo de uma empresa enquadrada no anexo I.

$$\text{Fórmula: } (\text{RBT12} * \text{Alíq.}) - \text{PD/RBT12} = \text{Alíq. Efetiva}$$

Receita bruta total dos últimos 12 meses: R\$ 1.400.800,00

Receita bruta mês atual: R\$ 200.098,32

Com base no valor da receita bruta total dos últimos 12 meses, este será calculado pela 4ª faixa do

Anexo I

$$1. 1.400.800,00 \times 10,70\% - 22.500,00 =$$

$$127.385,60 / 1.400.800,00 = 9,09\%$$

$$2. 200.098,32 \times 9,09\% = 18.196,49$$

$$3. \text{Alíquota efetiva: } 9,09\%$$

$$4. \text{Valor a pagar na guia DAS: R\$ } 18.196,49$$

Já o quadro 2 apresenta como o valor devido do imposto Simples Nacional, apurado através dos anexos, deve ser distribuído entre os impostos, e quais são os impostos unificados no Simples Nacional.

Quadro 2 – Comércio – Percentual de Repartição dos Tributos

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos					
	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	ICMS
1ª FAIXA	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
2ª FAIXA	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
3ª FAIXA	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
4ª FAIXA	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
5ª FAIXA	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
6ª FAIXA	13,50%	10,00%	28,27%	6,13%	42,10%	-

Fonte: Brasil (2016)

Neste segundo quadro, podemos ver os percentuais de repartição dos tributos de acordo com a faixa identificada para a apuração dos valores a pagar no DAS no quadro 1. Segue, como exemplo, a repartição dos tributos com base no valor apurado no exemplo do primeiro quadro.

A faixa a qual se enquadra o exemplo acima é a 4ª Faixa, portando aqui utilizaremos a mesma.

Quadro 3 – Percentual de tributos

IRPJ:	18.196,49	5,50%	1.000,81
CSLL:	18.196,49	3,50%	636,88
COFINS:	18.196,49	12,74%	2.318,23
P I S / P A - SEP:	18.196,49	2,76%	502,22
CPP:	18.196,49	42,00%	7.642,53
ICMS:	18.196,49	33,50%	6.095,82
Total:		100,00%	18196,49

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Vantagens e Desvantagens do Simples Nacional

A opção pelo Simples Nacional é capaz de reduzir a burocracia e as obrigações da empresa ao combinar diversos impostos e taxas por meio do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional). Assim, pode-se dizer que a finalidade do Simples Nacional é praticamente a mesma do Simples Federal, mas também visa abranger mais funções e, assim, atingir mais empresas. Assim, a empresa que opta pelo Simples Nacional tem direito a benefícios como a apuração de tributos com base em alíquotas progressivas mais favoráveis e a arrecadação centralizada de tributos federais, estaduais e municipais, tudo em uma guia única conhecida como DAS (PAULA, 2017).

As MPE desempenham um papel importante na economia brasileira, tanto na geração de empregos quanto na distribuição de renda. Mas com déficits governamentais crescentes, governos federais e locais passaram a promover medidas proativas para atrair investimentos na medida em que, pelo menos do ponto de vista estadual, a influência direta dessas empresas privadas pudesse aliviar esse déficit governamental crescente no curto prazo. Por meio da ampliação imediata da arrecadação de impostos que essas medidas poderiam trazer para as regiões que seriam sedes de novos investimentos incentivados (LIMA ET AL, 2019).

A mudança principal, ocorrida no ano de 2016, mas que entrou em vigor somente em 2018 acabou por gerar grandes diferenças nos valores relativos ao faturamento bruto anual e juntamente nas alíquotas que antes não chegavam a 18 % e hoje vai a 33 %. Mesmo com o rebaixo das Faixas referentes à Receita Bruta, que antes era de 20 faixas e hoje são apenas 6 faixas de valores.

Desde a sua introdução, o Supersimples trouxe muitos benefícios para as empresas que fazem parte do sistema. Seu método de cálculo, que consolida oito tributos em um guia de arrecadação, tem agradado muitos empresários que têm encontrado maior facilidade para cumprir as leis tributárias, previdenciárias e trabalhistas. O Simples Nacional mostra que é possível gerir e integrar a tributação entre o governo federal brasileiro, estados e municípios, um verdadeiro exemplo de federalismo. Além de representar uma verdadeira reforma tributária para micro e pequenas empresas, o Simples Nacional apresenta oportunidades de reforma tributária para outras empresas com base na vivência (SANTIAGO, 2010). Conforme as análises de Gularte (2022), de Miranda (2021), Andrade (2010) e Silva (2018) as vantagens e desvantagens do Simples Nacional podem ser distribuídas conforme o quadro a seguir:

Quadro 4 – Vantagens e desvantagens do Simples Nacional

Vantagens	Análise	Desvantagens	Análise
Unificação da arrecadação e facilitação da regularização	Com o pagamento de uma guia única DAS, dá ao empresário maior domínio sobre o processo de tributação, facilitando a fiscalização contábil. Sendo possível englobar portando os impostos Federais, Estaduais, Municipais e INSS patronal.		
Recolhimento com base no faturamento	O recolhimento do imposto não leva em consideração o lucro do empreendedor, apenas seu faturamento. Podendo, portanto, causar prejuízos em momentos em que o negócio não está em um bom momento		
Maior competitividade	A legislação favorece ao ingresso a licitações públicas, garantindo assim maior competitividade diante de empresas maiores.		
Limite para exportações	O limite de exportação de serviços e mercadorias é de 3,6 milhões, limitando as expansões do negócio		

Redução de carga tributária	Através da redução da carga tributária o empreendedor consegue, em tese, aumentar seus lucros.		
Sublimite para ICMS e ISS	Acima da receita anual de 4,8 milhões de reais não contempla ICMS e ISS.		
Processo trabalhista facilitado	O recolhimento de impostos não é realizado conforme o número de empregados e em caso de processos o empregador pode enviar uma representação terceirizada para cuidar do caso		
Sociedades de Propósito específico	Ao se organizarem para um fim específico como a compra ou venda de produtos, as empresas optantes pelo Simples Nacional conseguem criar maior competitividade diante de grandes empresas		
Facilidade para conseguir crédito	Diversas instituições financeiras facilitam o acesso ao crédito para empresas optantes do Simples Nacional como		
Isenção de determinadas obrigações	Isenção do SPED e SISCOSEF e a emissão de Certidões Negativas em caso de alterações contratuais		

CNPJ único	Pode-se utilizar o mesmo CNPJ, sem necessidade de inscrições estaduais e federais diferentes		
------------	--	--	--

Fonte: Gularte (2022); Miranda (2021); Andrade (2010) e Silva (2018)

Conforme apresentado no quadro anterior, se apresentam mais vantagens do que desvantagens acerca do Simples Nacional para micro e pequenos empreendedores. Facilitar a burocracia tributária garante facilidades para a fiscalização. Na prática, o empresário deixa de pagar diversos impostos e, portanto, não será afetado por muitas orientações, cálculos e prazos diferentes. Tornando assim a organização contábil mais simples e tecnicamente menos onerosa para o empresário. Outro ponto que merece destaque é a medida estabelecida pelos artigos 42 a 49 do Capítulo V da Lei nº 123/2006 que os estados, municípios e governo federal são obrigados a destinar parte do concurso público a pequenas e médias empresas na maioria dos setores comerciais, industriais. Todos esses benefícios adicionais acabam impulsionando a abertura de novas empresas no país, fazendo com que o governo arrecade mais impostos (BRASIL, 2006).

Ao que tange às desvantagens, muito se deve à tributação sobre o lucro presumido, no caso sobre o faturamento, ignorando possíveis imprevistos e sobretudo que a margem de lucro real pode se distanciar muito do que se é registrado no faturamento. Em alguns casos as empresas podem ter um imposto mais alto porque o valor que pagam costuma estar em linha com a folha de pagamento. Os menos favorecidos nesse sistema são os prestadores de serviços que têm que usar o Anexo V da lei vigente, como academias de dança e fitness, empresas de software, empresas imobiliárias. Isso porque as empresas que atuam nessas áreas têm que pagar o INSS separadamente, além de seus preços subirem devido ao baixo salário habitual (SILVA, 2018)

Durante a criação da Lei que estabelece o Simples Nacional, não era possível repassar o crédito ICMS aos clientes, sendo um ponto muito criticado. Entretanto por meio da Lei Complementar nº. 128 foi permitido que empresas pudessem transferir o ICMS para os clientes.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, leis, artigos científicos Conforme Macedo (1995) a pesquisa bibliográfica permite a fundamentação teórica de uma pesquisa, permitindo assim que o trabalho tenha uma base sólida que per-

mita a sua discussão e ainda uma representação do estado da arte de uma temática específica.

Considerando os objetivos da pesquisa, classifica-se este estudo como uma pesquisa descritiva, que conforme apontado por Silveira (2009) se trata de uma pesquisa que tem como intuito fornecer uma série de informações que possibilitem compreender o fenômeno ou uma realidade específica. A pesquisa descritiva possui dois grandes métodos: quantitativo e qualitativo. Nesta pesquisa é adotado o método quantitativo, que é compreendido por analisar procedimentos estruturados para a coleta de dados, muitas vezes havendo análise desses números de maneira estatística.

Para a realização das pesquisas foram utilizadas as bases de dados Scientific Eletronic Libraru Online – SciELO e Portal de Periódicos Capes que são plataformas online que compilam diversos periódicos científicos, permitindo assim o levantamento dos artigos científicos sobre a forma de tributação do Simples Nacional.

Para o levantamento dos artigos científicos optou-se por uma busca de termos. Os termos de busca utilizados foram: “Simples Nacional”, “Tributação no Brasil”, “Tributação Nacional” e “Supersimples”. Sendo intercalados quando necessário por meio do uso dos booleanos AND, OR e NOT que significam respectivamente E, OU e NÃO. Por meio da pesquisa nas bases de dados apontadas acima, foram encontrados 687 artigos. Com base nisso, foram criados os seguintes critérios de inclusão e exclusão:

Como critérios de inclusão tem-se:

- Trabalhos revisados por pares;
- Trabalhos em língua portuguesa;
- Trabalhos publicados entre os anos de 2002 e 2022;
- Trabalhos que contivessem um ou mais termos de busca em seu título;
- Trabalhos que contivessem um ou mais termos de busca em seu resumo.
- Trabalhos que analisassem apenas o Simples Nacional como temática central de pesquisa;
- Trabalhos publicados dentro do espectro das Ciências Contábeis

Foram encontrados 70 artigos, com base nos critérios de inclusão supracitados. Sendo necessário o estabelecimento dos critérios de exclusão abaixo a fim de garantir uma análise mais criteriosa sobre o assunto:

- Trabalhos em línguas diferentes da língua portuguesa;
- Trabalhos sem revisão de pares;
- Trabalhos publicados fora do período de 2002 e 2022;
- Trabalhos sem ligação direta com o tema “Simples Nacional”.
- Trabalhos de conteúdo apenas teórico

e/ou bibliográfico

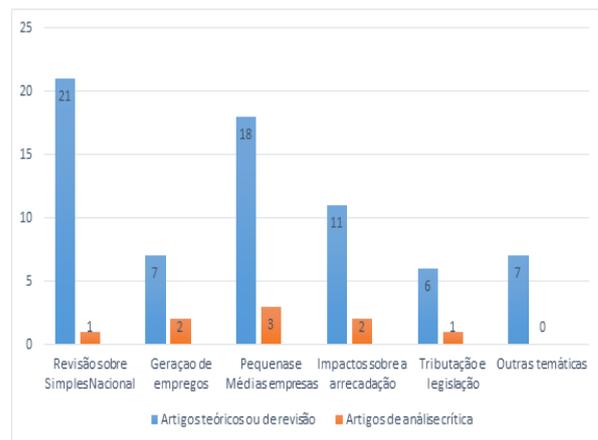
Com base em todos os critérios estabelecidos, foram encontrados nove artigos que se encaixavam totalmente. Sendo apresentados na sessão de resultados e discussões, os resultados gráficos da pesquisa, bem como o quadro contendo os artigos escolhidos para análise final.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção do artigo, são apresentados os resultados da pesquisa desenvolvida na plataforma SciELO e Portal de Periódicos Capes, considerando os artigos científicos publicados no período de 2002 a 2022, apenas sob os critérios de inclusão.

Conforme análises, os artigos se dividiram em várias áreas temáticas, conforme pode ser observado na Figura 1

Figura 1 – Temáticas publicadas a respeito do Simples Nacional



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Com base nos números de artigos apresentados, os artigos com mais enfoque, excluindo os de Revisão sobre o Simples Nacional, as temáticas mais presentes são: A geração de empregos com 9 trabalhos ao todo, sendo dois deles com análise crítica e, aplicação do Simples Nacional e Pequenas e Médias Empresas, com 21 artigos ao total, mas com três tratando a temática de forma mais prática. Com 7 artigos, tem-se a Tributação e legislação, tendo apenas 1 de análise prática. E a respeito dos Impactos sobre a arrecadação contou com um total de 13 artigos, sendo 2 de análise.

Este resultado vem de encontro ao compilado de resultados a respeito das principais vantagens e desvantagens do Simples Nacional, quando estes deixam claro que o intuito da Criação dessa modalidade de imposto foi facilitar a criação de empregos e empresas por meio da desburocratização do imposto para o empreendedor.

Após a aplicação dos critérios de exclusão, restaram um total de nove artigos que juntos,

sintetizam as principais temáticas acerca do tema e ainda garantem um olhar crítico acerca da aplicação e utilização da modalidade tributária abordada neste trabalho.

Quadro 5 – Principais artigos que tratam sobre o Simples Nacional – é em cima do quadro

Ano	Título	Objetivo	Resultados
2020	Impacto do Simples Nacional no Emprego das MPES do Estado de Pernambuco	Propõe investigar se o Simples Nacional tem implicado níveis mais elevados desemprego para as MPES, que são beneficiadas pelo regime de tributação simplificado e pelas alíquotas menores das contribuições e impostos que incidem sobre as empresas no Brasil.	Os resultados mostraram que as empresas contestadas no Simples Nacional criaram, em média, cerca de 19% dos empregos em relação ao grupo controle, e o efeito foi ainda maior para as empresas que passaram mais tempo ininterrupto no Simples.
2019	Análise Das Mudanças Ocasionadas Na Tributação Das Empresas Optantes Pelo Simples Nacional	Tem-se como objetivo apresentar os resultados, com base em uma simulação, para as empresas enquadradas nos Anexos I a V do Simples Nacional após divulgação da Lei Complementar nº 155 de 2016.	Os resultados revelaram que para alguns acréscimos e rodovias, as mudanças do Simples Nacional de 2018 levaram à redução da carga tributária, enquanto para outros foi o contrário, ou seja, aumento de custos, ressalta-se que esses resultados foram simulados e que uma aplicação real pode apresentar resultados diferentes.
2017	A Percepção da Carga Tributária nas Micro e Pequenas Empresas antes e após o Simples Nacional.	Analizou-se os reflexos da carga tributária para os pequenos negócios antes e após a vigência do Simples Nacional e, se houve mudanças significativas com a nova sistemática de tributação.	Os resultados indicam que o Simples não foi eficaz na redução da carga tributária, mas obteve alguma vantagem ao representar as MPES em uma tributação mais favorável, diferenciada e simplificada.
2017	Reflexos do SIMPLES nacional no emprego e na formalização do mercado de trabalho no Brasil	Investiga os efeitos da criação do SIMPLES Nacional sobre a formalização das firmas e sobre a criação de empregos. O objetivo é buscar evidências sobre o impacto do SIMPLES Nacional, comparando inclusive o seu desempenho com aquele apresentado pelo regime anterior, o SIMPLES.	Descobriu-se que o número de empresas que escolheram o sistema cresceu muito mais rápido do que outras empresas. As empresas que optaram também foram capazes de criar relativamente mais empregos do que aquelas que não o fizeram, e o crescimento do emprego do primeiro grupo foi maior.

2017	Efeitos da carga tributária brasileira em microempresas e Empresas de pequeno porte que utilizam o simples nacional	Captar a percepção de profissionais que atuam na área tributária em quatro escritórios contábeis, localizados no Estado do Rio de Janeiro, a respeito dos efeitos da carga tributária brasileira em microempresas e empresas de pequeno porte que utilizam o Simples Nacional.	O resultado deste estudo mostra que apesar de o Simples Nacional apresentar aspectos que necessitavam de desenvolvimento e aprimoramento, ele influenciou o crescimento dessas empresas no cenário econômico e evidenciou sua necessidade de desonerar a carga tributária.
2018	Simples nacional e planejamento tributário para microempreendedores: importância para o empresário pinheiralense, considerando contexto, práticas e conhecimento	Visou entender e elucidar a percepção do microempreendedor da cidade de Pinheiral, Rio de Janeiro, quanto a importância do planejamento tributário e sua prática, bem como se os mesmos realizam ou, pelo menos, possuem consciência de sua importância.	Aspectos contraditórios foram encontrados em diversos assuntos, sugerindo que os empreendedores possuem uma compreensão conceitual mais fundamental do assunto, mas possuem uma prática conflitante.
2018	O Simples Nacional e alterações normativas: Uma análise dos impactos tributários face às inovações à Lei Complementar nº 123/2006.	Compreender os impactos tributários diante das mudanças do Simples Nacional para o exercício de 2018.	A partir disso pode-se concluir que a contabilidade tributária é importante na tomada de decisão na hora de escolher o melhor arcabouço tributário. O estudo diz respeito à lei complementar 123/2006 para mostrar e conhecer as mudanças que ocorrerão em 2018.
2020	Uma Análise Da Qualidade Dos Gastos Tributários Com O Simples Nacional	Examinar a efetividade do “Simples Nacional”, enquanto principal gasto tributário brasileiro. Para tanto, será feita uma análise das justificativas para o tratamento diferenciado das pequenas e médias empresas (PME), assim como uma comparação do regime brasileiro com a tributação de PMEs de outros países	Embora algumas leis, e especificamente a Medida Provisória nº 1.526/1996- posteriormente alterada para a Lei nº 9.317/1996- declarassem o combate à informalidade e ao desemprego como impulso fundamental, os debates antes da vigência das diversas leis mostram, quantos argumentos se confundem, como se expressassem o sentimento de que as MPes deveriam ser obtidas de forma diferente devido ao seu tamanho menor.

2021	Fases e lados ocultos na estrutura tributária capitalista.	Buscou-se analisar os dados contábeis, estatísticos e matemáticos referentes à tributação indireta e direta destinadas às Pessoas Físicas (PF) e Pessoas Jurídicas (PJ) situadas no Brasil.	O estudo forneceu evidências de que a tributação capitalista tem seus limites. Isso porque no seio do sistema capitalista, o lucro é visto como um vínculo que não pode ser abalado por orações e súplicas, e assim a tributação não pode ameaçar o sistema, mas pelo contrário: deve ser tributação trabalhando para o capitalismo.
------	--	---	--

Fonte: Compilado pela autora

Entre os artigos encontrados, nota-se uma maior produção em 2017 (três artigos), um ano após a aprovação da Lei Complementar nº 155/2016, tendo um grande fluxo de publicações em 2018 (dois artigos), ano em que a lei entrou em vigor. Os artigos relativos a esses anos debatem em sua maioria a carga tributária para o micro e pequeno empreendedor. O tema mostra a relevância da mudança do teto da receita bruta anual que passou a valer nesse período.

Cabe considerar o instituto da criação dessa modalidade de tributação, que se baseia em simplificar as obrigações tributárias das microempresas e empresas de pequeno porte, diante dos estudos sobre a forma de tributação e seu impacto na economia, observa-se que de 19.373.257 empresas ativas no país em 2022, as micro e pequenas empresas representam 99% das empresas, sendo elas responsáveis por 62% dos empregos criados e 27% do produto interno bruto (PIB) (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2022).

Todavia, com base em estudos e pesquisas de análises orçamentárias, verificou-se que:

[...] os tributos patronais sobre a folha de pagamento (INSS, FGTS, RAT e Sistema S), sobre a receita bruta (IPI, ICMS, PIS, Cofins) e sobre o lucro (IRPJ e CSLL) podem e tendem a ser transferidos (principalmente pelas grandes corporações) total ou em frações, aos preços dos produtos – aos consumidores –, aos funcionários como minoração de seus salários e/ou utilizando os dois artifícios. (DALMOLIN, 2021, p 1058)

Já as MPEs, frente a alta monopolização, são obrigadas a reduzirem sua margem de lucro para continuar na disputa visto não ser possível repassar esses tributos aos funcionários e consumidores. (DALMOLIN, 2021, p 1058). Com isso as micro e pequenas empresas tendem a desvantagem

no auferimento da tributação.

Algumas pesquisas relatam que a criação do Simples pode não ter atingido seus principais objetivos que seriam a criação de empregos e formalização, e que estaria gerando um alto gasto tributário, uma vez que não atende o que foi proposto. E, quando atende, o custo é muito alto e a relação custo-benefício não é favorável, uma vez que pode demorar em média de 6 a 8 anos para se ter retorno (BENDÔ, 2020)

Nas pesquisas publicadas após a atribuição do simples Nacional a Pequenas e Médias Empresas em 2018 com a mudança da alíquota revelam que por mais que tenham existido mudanças burocráticas, não houve de fato uma melhora financeira. Nesse sentido, conclui-se que a classificação da empresa de acordo com a empresa pertencente à folha de pagamento beneficiou as empresas com faturamento superior a R\$ 180.000, deixando-lhes a liberdade de decidir pela redução da folha de pagamento de tal forma que leve a redução do imposto econômico em função do rendimento bruto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos estudos demonstram que o simples nacional é debatido ainda de forma muito parca dentro da literatura científica, muitas vezes servindo apenas de aporte para outros temas e não sendo diretamente analisado como objeto de estudo em si, quanto a sua efetividade. A respeito das vantagens e desvantagens, cabe notar que teoricamente o Simples Nacional, quando aplicado corretamente, tendo em vista o perfil da empresa, se torna uma boa ferramenta da desburocratização, na fiscalização contábil. Entretanto, isso vai variar conforme os objetivos e tipologias de empresa, como academias por exemplo que tem seu recolhimento de INSS separado do DAS.

A respeito da análise dos artigos mais relevantes encontrados sobre o Simples Nacional, os

resultados reais da escolha por esse tipo de tributação são controversos, uma vez que apenas em uma das pesquisas notou-se uma real elevação em índices de emprego, e mesmo quando isso acontece, se dá após um prazo médio de 6 a 8 anos, podendo assim não ter uma real relação com a adoção do Simples Nacional por parte da empresa.

Como sugestão de pesquisa, fica clara a necessidade de mais vertentes de pesquisa que tenham como objeto de estudo a efetividade do Simples Nacional, bem como os processos de redução de lucro por parte das empresas ao adotar tal sistema.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Juliana Santos de. Vantagens e desvantagens do Simples Nacional. 2010.
2. BENDÔ, Joane Alinne Paiva et al. Impacto do Simples Nacional no Emprego das MPES do Estado de Pernambuco. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 14, n. 1, p. 102-130, 2020.
3. BRASIL. Simples Nacional: Mudanças para 2018. Disponível em: <https://conteudo.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/Simples%20Nacional.pdf> Acesso em 07 Set de 2022
4. BRASIL. Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 15 de dezembro de 2006.
5. DALMOLIN. Faces e lados ocultos na estrutura tributária capitalista – 2021. p 1058 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/6q39DQ4KJbhjmNwQ8yqdxRJ/?format=pdf&lang=pt> acesso em 07 de Set de 2022 -
6. FAZENDA. Regime do Simples Nacional – 2022. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=3>
7. FIGUEIREDO, Sandra. Contabilidade: Exercício e atitudes de profissionais e clientes, PMEs optantes pelo Simples – Lei nº 9317/96. *Revista brasileira de contabilidade* N°133 Janeiro/Fevereiro 2002 p, 57-67
8. GOMES, Juliana Souza; DA SILVA, Ruth Erica Krause; DA SILVA, Ademilson Reis. A influencia do ICMS na formação de preço de venda nas empresas do simples nacional e em empresas não enquadradas no simples nacional. *Revista Científica da Ajes*, v. 11, n. 22, 2022.
9. GULARTE, Charles. Vantagens e desvantagens do Simples Nacional: conheça quais são. *Contabilizei*. Blog. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-onli-ne/vantagens=-do-simples-nacional/#:~:text=As%20principais%20vantagens%20do%20Simples,para%20a%20maioria%20dos%20casos>. Acesso em: 08 out. 2022
10. IBDT/RDT. Qualidade dos Gastos Tributários no Brasil 2a edicao – 2020. Disponível em: <https://ibdt.org.br/RDTA/wp-content/uploads/2020/08/Leonel-Alexandre-e-Daniel.pdf>
11. JUSBRASIL. Artigo 179 da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=art.+179+da+constitui%C3%A7%C3%A3o+federal+de+88>
12. LIMA, Mateus José Flauzino; SANTOS, Geovane Camilo; PARANAIBA, Alexandre Carvalho. Análise das mudanças ocasionadas na tributação das empresas optantes pelo simples nacional. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, v. 13, n. 1, p. 32-50, 2019.
13. MACEDO, Neusa Dias. Iniciação à pesquisa bibliográfica. Edições Loyola, 1995.
14. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Mais de 1,3 milhão de empresas são criadas no país em quatro meses – 2022 Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/julho/mais-de-1-3-milhao-de-empresas-sao-criadas-no-pais-em-quatro-meses#:~:text=Com%20esse%20resultado%20C%20o%20total,ao%20primeiro%20quadrimestre%20de%202022>. Acesso em 07 de set 2022.
15. MIRANDA, Izabella. Conheça as vantagens e desvantagens do Simples Nacional. *Contábeis*. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/47308/conheca-vantagens-e-desvantagens-do-simples-nacional/>. Acesso em: 08 out. 2022
16. MOURA, Rafael Braga. O Controle da Proporcionalidade na Exclusão do Simples Nacional por Débitos. *Revista Brasileira de Direito Empresarial*, v. 1, n. 1, p. 273-296, 2015.
17. OLIVEIRA, L. E. T. O planejamento tributário nas operações de reorganização societária e sua importância na criação de valor para o acionista: um estudo de caso. *Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro. 2009.
18. PAES, Nelson Leitão. Reflexos do simples nacional no emprego e na formalização do mercado de trabalho no Brasil. *Economía, sociedad y territorio*, v. 15, n. 49, p. 639-663, 2017.
- 19.
20. PAES. Simples Nacional no Brasil: o difícil balanço entre estímulos às pequenas empresas e aos gastos tributários – 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/m9QcrPVX-VKSLWnDjcRmY3qf/?format=pdf&lang=pt>
21. PAULA, Débora Giotti. O planejamento tri-

- butário como instrumento de competitividade empresarial. *Revista de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento*, v. 6, n. 7, julho/dezembro, 2018. p. 16-32
22. PAULA, Roberta Manfron de; COSTA, Daiane Leal; FERREIRA, Manuel Portugal. A percepção da carga tributária nas micro e pequenas empresas antes e após o Simples Nacional. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, v. 11, n. 1, p. 34-51, 2017.
 23. PESSÔA, Leonel Cesarino; PINTO, Alexandre Evaristo; ZUGMAN, Daniel. Uma análise da qualidade dos gastos tributários com o Simples Nacional. *Revista Direito Tributário Atual*, n. 45, pág. 593-624, 2020.
 24. PLANALTO. Lei complementar 123/06. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm
 25. RECEITA FEDERAL. Optar pelo simples: Quem pode optar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/optar-pelo-simples-nacional>. Acesso em 02 set 2022
 26. SEBRAE. Histórico da Lei Geral: Conheça a história do Estatuto da Pequena Empresa. 2018. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/historico-da-lei-geral,8e95d6d4760f3610VgnVCM-1000004c00210aRCRD>. Acesso em 30 ago 2022.
 27. SILVA, DP da; OLIVEIRA, MCS de. O Simples Nacional e alterações normativas: Uma análise dos impactos tributários face às inovações à Lei Complementar nº123/2006. *Simpósio de Produção Científica da UNIFESSPA*, 2018.
 28. SILVA, Fábio da. Vantagens e desvantagens do Regime da Substituição Tributária às micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso.
 29. SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44, 2009.
 30. TESOURO NACIONAL. Carga tributária bruta do Governo Geral chega a 33,90% do PIB em 2021 Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/carga-tributaria-do-governo-geral/2021/114?ano_selecionado=2021 . Acesso em 03 Set 2022
 31. YAMAO, Celina. Simples Nacional: um meio para o cumprimento da função social da empresa. *Administração de Empresas em Revista*, v. 2, n. 13, pág. 89-114, 2017.

BENEFÍCIOS DA APLICAÇÃO DO MÉTODO DE COMPENSAÇÕES CRUZADAS NO PAGAMENTO DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS TRIBUTOS COM BASE NA DCTFWEB

SILVEIRA, Camila Rodrigues¹, BRITES, Valéria de Oliveira²

¹Discente do Curso de Ciências Contábeis do Unifeso
camilarodrigues.contabilidade@hotmail.com

²Professora dos Cursos de Administração e de Ciências Contábeis do Unifeso
valeriabrites@unifeso.edu.br

RESUMO

Com a mudança trazida pela Lei 13.670/2018 e na Instrução Normativa RFB 2005/2021, as empresas começaram a ter a obrigatoriedade de recolher os impostos previdenciários através da DCTFWeb, uma obrigação acessória que veio para substituir a GFIP. Com essa mudança, empresas que têm créditos previdenciários oriundos de retenção de nota fiscal ficam possibilitadas a utilizar esses créditos para fazer a compensação cruzada, ou seja, compensar créditos previdenciários com débitos fazendários. Este artigo tem como objetivo geral analisar os benefícios que esta nova modalidade trouxe para uma empresa de médio porte do setor de construção civil. Trata-se de um estudo de caso que tem como objetivo realizar um levantamento de dados acerca da implantação da DCTFWeb em uma empresa de médio porte. Foi possível identificar os benefícios que a compensação cruzada trouxe para o fluxo de caixa da empresa e concluir que a possibilidade de compensação de créditos previdenciários com outros tributos foi muito benéfica para a empresa por não ter que tirar dinheiro do caixa ou ter que solicitar o ressarcimento do valor que tem o prazo de até cinco anos para o retorno.

Palavras-chave: eSocial; EFD-Reinf; DCTFWeb; Encargos Previdenciários; Compensações Cruzadas.

ABSTRACT

With the change brought about by Law 13.670/2018 and Normative Instruction RFB 2005/2021, companies began to have the obligation to collect social security taxes through DCTFWeb, an ancillary obligation that came to replace GFIP. With this change, companies that have social security credits arising from withholding invoices are able to use these credits to cross-compensate, that is, offset social security credits with tax debts. The general objective of this article is to analyze the benefits that this new modality has brought to a medium-sized company in the civil construction sector. This is a case study that aims to carry out a data collection about the implementation of DCTFWeb in this medium-sized company. It was possible to identify the benefits that cross-compensation brought to the company's cash flow and to conclude that the possibility of offsetting social security credits with other taxes was very beneficial for the company as it did not have to take money out of cash or request reimbursement of the value that has a period of up to five years for the return.

INTRODUÇÃO

As empresas precisam passar informações ao fisco, sendo essa uma forma de poder acompanhar o que ocorre nas empresas, já que não há como fazer uma fiscalização presencial. Como não tem um número suficiente de funcionários para esta fiscalização, o governo optou pelo controle mais efetivo dessas informações. Uma das medidas implantadas pelo fisco nesse sentido foi a criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que tem como finalidade promover a integração dos procedimentos de fiscalização de tributos, racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias e tornar mais veloz a identificação de ilícitos tributários (SPED, s/d).

O enquadramento tributário é composto de normas que especificam a maneira como os tri-

butos serão pagos ao governo. Os regimes tributários são: Lucro Real – Lei nº 8.541/1992, Lucro Presumido - art. 46 da Lei nº 10.637/2002 e Simples Nacional - Lei Complementar nº 123/2006.

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é um projeto do governo federal que surgiu em 22 de janeiro de 2007, a partir do Decreto nº 6.022, definido como um mecanismo que unifica atividades como: validação, recepção, armazenamento e autenticação de documentos e livros integrantes da escrituração comercial e fiscal, através de fluxo único e computadorizado de informações (SPED, 2007). O SPED é composto por módulos como: Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Escrituração Fiscal Digital (EFD), e-Social, Escrituração Contábil Digital – ECD Escrituração Fiscal Digital de Retenções

e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e).

Padoveze (2000) relata que o desenvolvimento tecnológico na contabilidade pode ser verificado no aumento do grau de automação, resultando na diminuição do fluxo de papéis e documentos da empresa, como por exemplo, as escriturações de livros fiscais e digitais.

O Decreto nº 8.373 de 11 de dezembro de 2014 institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social).

Art.3º o e-Social rege-se pelos princípios de viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas, racionalizar e simplificar o cumprimento das obrigações, eliminar a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas, aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias, e tributárias, e conferir tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte. (BRASIL, 2014)

Informado os eventos de remuneração e pagamento, a empresa poderá realizar o envio do fechamento. Conforme orientação da RFB, após o fechamento do e-Social ou da Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) poderá seguir para geração e envio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb) (MOR, 2021).

A Instrução Normativa nº 2043, de 12 de agosto de 2021 dispõe sobre a EFD-Reinf que é um módulo integrante do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). (RFB,Fazenda, 2021).

Art.3º Ficam obrigadas a apresentar a EFD-Reinf as empresas que prestam e contratam serviços realizados mediante a cessão de mão de obra – Retenção Lei 9.711/98 aquisição Produção Rural PF e PJ, comercialização Produção Rural – PJ, Patrocínio clubes de futebol, Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) – Lei 12.546/11 e Receita de Espetáculos Desportivos.

A Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras entidades e Fundos (DCTFWeb) foi instituída pela Instrução Normativa RFB nº 2005, de 29 de janeiro de 2021. Ela é uma obrigação tributária acessória decorrente do e-Social em que o contribuinte confessa débitos de contribuições previdenciárias

e de contribuições destinadas a terceiros. A RFB informa que depois de enviada as informações do e-Social e/ou EFD-Reinf a empresa poderá realizar a emissão do Documento de Arrecadação de Tributos Federais (DARF) previdenciário que passou a substituir a Guia da Previdência Social (GPS) (RFB, s/d).

Um grande avanço trazido pelo e-Social e consequentemente pela DCTFWeb é a possibilidade da “compensação cruzada” introduzida pela Lei 13.670/2018 e pela Instrução Normativa RFB 2005/2021, art. 65. Essa possibilidade se trata do aproveitamento de créditos de contribuições previdenciárias para compensação de débitos de outros tributos federais e vice-versa. Diante dessa mudança, a compensação cruzada é mais uma ferramenta para utilização de créditos previdenciários. No desenvolvimento do trabalho serão apresentadas as obrigações que uma empresa do segmento de construção civil está obrigada a enviar, focando no e-Social, EFD-Reinf, e DCTFWeb, bem como procedimentos, processo de implantação e compensações cruzadas para realização da mesma (FECOMÉRCIO, 2018).

Diante das apresentações expostas, o artigo busca responder a seguinte situação problema: Quais os benefícios da aplicação do método de compensações cruzadas no processo de pagamento dos encargos previdenciários e outros tributos em uma empresa do setor de construção civil com base na DCTFWeb?

Este artigo tem como objetivo geral apresentar os benefícios gerados com a implantação do método de compensações cruzadas de encargos previdenciários com a utilização dos créditos de retenção de INSS nos serviços prestados – Lei 9.711/98 para pagar outros tributos federais em uma empresa do setor de construção civil.

A fim de atingir o objetivo geral proposto são estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) explicar o processo de implantação do e-Social; b) explicar a EFD-Reinf bem como créditos de retenção – Lei 9.711/98; c) explicar a implantação e envio da DCTFWeb; d) descrever a forma de compensação anterior a DCTFWeb; e) analisar a partir de uma empresa do setor de construção civil obrigada a entregar DCTFWeb, os benefícios trazidos através das compensações cruzadas dos encargos previdenciários e utilização dos créditos de retenção de serviços prestados – Lei 9.711/98 para pagar outros tributos federais.

A escolha do tema justifica-se pelas mudanças trazidas pelas Leis nº 1.819/2018 e nº 13.670/2018 que alteram a forma de recolhimento dos encargos previdenciários, substituindo a GFIP e é implantada a possibilidade de realização das compensações cruzadas alimentadas pelos eventos periódicos enviados pelos contribuintes através dos módulos do Sistema Público de Escrituração

Digital (EFD-Reinf e/ou e-Social).

O tema escolhido é interessante para o meio acadêmico por ser um assunto novo e de extrema importância tendo em vista mudanças ligadas a assuntos trabalhistas e tributários envolvendo a situação de inúmeros contribuintes que possuem créditos tributários perante o Governo Federal e a ampliação de sua utilização nesse tempo de incertezas políticas e econômicas vividas atualmente, é imprescindível para seu planejamento tributário e econômico conhecer os benefícios que esta novidade vem trazendo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os assuntos a serem tratados nesta seção são referentes à DCTFWeb e as mudanças ocorridas com a implantação deste novo método de envio das informações previdenciárias e os benefícios do método de compensações cruzadas e utilização dos créditos para pagamento de outros tributos.

Conforme Mazars (2018), além de oferecer praticidade e agilidade ao processo, a DCTFWeb também permitirá que o contribuinte tenha controle da manutenção dos créditos gerados, podendo descontá-los das guias que desejar. Para isto, as empresas deverão se adaptar e avaliar as informações que deverão ser enviadas pela EFD-Reinf e pelo e-Social tendo como responsáveis envolvidos os departamentos Pessoal e Fiscal que deverão emitir, conferir e controlar o envio das declarações.

Por meio do Decreto nº 6.022/2007 o SPED foi instituído visando unificar a autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal das pessoas físicas e empresas. Para melhor atuação do fisco para com as empresas, a obrigação conforme a Lei nº 5.172/1996, art. 113, é classificada em acessória ou principal.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Para Andrade et al. (2013, p.5), as obrigações acessórias “são declarações e demonstrações exigidos pelos órgãos fiscalizadores com a finalidade de conferir, analisar e confrontar as informações prestadas pelos contribuintes, sejam

eles de personalidades físicas ou jurídicas.” O Sistema Público de Escrituração Contábil (SPED) é constituído pelo e-Social e a EFD-Reinf, já a DC-TFWeb se trata de uma declaração previdenciária baseada nas informações de dados previamente informados em ambas as obrigações citadas anteriormente.

e-Social (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas).

Com o objetivo de unificar informações, o e-Social é a plataforma que o empregador usa para alimentar todas as informações do empregado. Seja admissão, afastamento, férias, demissão, o portal quando alimentado é responsável por repassar esses dados para cada ente federativo, Ministério do Trabalho, Previdência Social, Caixa Econômica e Receita Federal. Implantado por meio do Decreto de Lei nº 8.373/2014 que indica o e-Social como instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas tendo por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição. Quando o sistema estiver implementado totalmente serão substituídos cerca de 80% das obrigações acessórias facilitando o envio das informações (MOREIRA, 2018).

Embora o Decreto de Lei da aprovação ter ocorrido em dezembro de 2014, o envio das cargas com informações para o e-Social iniciou-se somente no segundo semestre do ano de 2017, quando foi disponibilizado um ambiente de testes. Contudo, foi em janeiro de 2018 que oficialmente o e-Social entrou em vigor. Conforme portal do e-Social e Diário Oficial da União, foi publicado o início do envio das informações separadas em fase e grupo conforme quadro abaixo: (eSocial, Cronograma de implantação, 2018).

Quadro 01. Grupos e Fases eSocial

1º grupo - Empresas com faturamento anual superior a R\$78 milhões em 2016		
1ª fase	Cadastro do Empregador e Tabelas	08/01/2018
2ª fase	Eventos não periódicos	01/03/2018
3ª fase	Folha de pagamento	01/05/2018
4ª fase	Substituição GPS pela guia DARF; compensações cruzadas e dados de segurança e saúde do trabalho.	13/10/2021
4ª fase	Substituição FGTS pelo FGTS Digital	Data a definir
2º grupo - Demais empresas ou entidades		
1ª fase	Cadastro do Empregador e Tabelas	16/07/2018
2ª fase	Eventos não periódicos	10/10/2018
3ª fase	Folha de pagamento	10/01/2019
4ª fase	Substituição GPS pela guia DARF; compensações cruzadas e dados de segurança e saúde do trabalho.	10/01/2022
4ª fase	Substituição FGTS pelo FGTS Digital	Data a definir
3º grupo - Entidades sem fins lucrativos, tais como ONGs, produtores rurais, pessoa física e optantes pelo Simples Nacional		
1ª fase	Cadastro do Empregador e Tabelas	10/01/2019
2ª fase	Eventos não periódicos	10/04/2019
3ª fase	Folha de pagamento	10/05/2021
4ª fase	Substituição GPS pela guia DARF; compensações cruzadas e dados de segurança e saúde do trabalho.	10/01/2022
4ª fase	Substituição FGTS pelo FGTS Digital	Data a definir
4º grupo - Órgãos públicos e organizações internacionais		
1ª fase	Cadastro do Empregador e Tabelas	21/07/2021
2ª fase	Eventos não periódicos	22/11/2021
3ª fase	Folha de pagamento	22/08/2022
4ª fase	Substituição GPS pela guia DARF; compensações cruzadas e dados de segurança e saúde do trabalho.	01/01/2023
4ª fase	Substituição FGTS pelo FGTS Digital	Data a definir

Fonte: Adaptado do Portal e-Social (2022).

Conforme consta na Portaria Conjunta SEPRT/RFB nº 71, de 29 de junho de 2021, para cada grupo de empresas as informações enviadas deverão respeitar suas fases e os prazos específicos:

- 1ª fase: Cadastro do empregador e tabelas (cargos, funções, horários, rubricas, processos administrativos e judiciais);
- 2ª fase: Cadastros dos empregados/contribuintes/estagiários e seus vínculos empregatícios, afastamentos temporários e rescisões (eventos não periódicos);
- 3ª fase: Folha de pagamento;
- 4ª fase: Substituição da GFIP pela guia DARF, compensações cruzadas e dados de segurança e saúde do trabalho.

Classificação dos grupos:

- Grupo 1: Empresas com o faturamento superior a R\$ 78 milhões no ano de 2016;
- Grupo 2: Empresas com faturamento inferior a R\$ 78 milhões no ano de 2016;
- Grupo 3: Empresas optantes pelo Simples Nacional, empregadoras pessoa física; produtor rural e Entidades sem fins lucrativos;
- Grupo 4: Órgãos públicos e organizações internacionais.

Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência (2022), a substituição da GFIP/SEFIP para o FGTS Digital usará o e-Social como base de dados principal para realizar o processo de recolhimento do FGTS. Esta fase ainda está com data de entrega a ser definida segundo cronograma de implantação.

EFD-Reinf (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais)

Conforme informação no portal do SPED (s/d) a obrigação de entrega da EFD-Reinf junto ao e-Social abrirá espaço para outras obrigações serem substituídas, como a GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços e Informações da Previdência Social) e DIRF (Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte), bem como obrigações acessórias instituídas por outros órgãos do governo como a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

Conforme explicado no portal do SPED (s/d) a EFD-Reinf tem por objeto a escrituração de rendimentos pagos e retenções de Imposto de

Renda, Contribuição Social do contribuinte exceto aquelas relacionadas ao trabalho e informações sobre a receita bruta para apuração das contribuições previdenciárias substituídas. Assim como no e-Social, a EFD-Reinf também teve sua obrigatoriedade separada por grupos, obedecendo aos prazos para envio conforme o quadro 2 a seguir:

Quadro 02. Faseamento EFD-Reinf.

GRUPO	CLASSIFICAÇÃO	INÍCIO DA OBRIGATORIEDADE
1º	Empresas com receita anual maior que 78 milhões em 2016	01/05/2018
2º	Demais empresas ou entidades	01/01/2019
3º	Entidades sem fins lucrativos, tais como ONGs, para os produtores rurais pessoa física e as pessoas físicas (empregadores) optantes pelo Simples Nacional	01/07/2021
4º	Órgãos públicos e organizações internacionais	22/08/2022

Fonte: Adaptado do Portal SPED (2022).

Conforme Manual de Orientação EFD-Reinf (MOR, 2020) dentre as informações prestadas através da EFD-Reinf, destacam-se aquelas associadas aos serviços tomados e prestados mediante cessão de mão de obra ou empreitada que é o objeto da análise apresentada neste trabalho e às empresas que se sujeitam à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). O envio de outros dados ainda não está sendo feito pela EFD-Reinf, e também, em fase de entrega futura estão as retenções na fonte como Imposto de Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) incidentes sobre os pagamentos diversos efetuados a pessoas físicas e jurídicas; às entidades promotoras de evento que envolva associação desportiva que mantenha clube de futebol. Após serem enviadas as informações referentes ao e-Social e EFD-Reinf, a empresa poderá iniciar o envio das informações para a DCTFWeb.

Retenções – Lei 9.711/98

A Lei 9.711/98 institui a obrigatoriedade da retenção e recolhimento para a Previdência Social de um percentual sobre o valor bruto da nota

fiscal ou fatura de prestação de serviços, quando executados mediante cessão de mão de obra ou empreitada.

Art.31. A empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão de obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter onze por cento do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolher a importância retida até o dia dois do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, em nome da empresa cedente da mão de obra, observado o disposto no § 5o do art. 33.

Sob a ótica do tomador de serviços executados mediante cessão de mão de obra ou empreitada, a Retenção de acordo com a Lei 9.711/98, efetuada sobre a nota fiscal ou fatura, gera um débito a ser declarado na DCTFWeb. Por outro lado, para o prestador do serviço, a retenção sofrida gera um crédito dedutível (vinculável), também informado na DCTFWeb. Com a aplicação da DCTFWeb o crédito da Retenção Lei 9.711/98 é alocado automaticamente, de acordo com o padrão definido na Tabela de Vinculação. A aplicação importará, automaticamente, os dados da retenção informados pelo prestador de serviço na EFD-Reinf, oferecendo maior agilidade e segurança ao contribuinte. As empresas obrigadas à entrega da EFD-Reinf, a partir da publicação da Instrução Normativa da RFB nº 2055/2021, poderão fazer tanto o pedido de restituição quanto à declaração de compensação por meio do PER/DCOMP Web instituída pela Instrução Normativa SRF nº 320/2003, que é uma aplicação existente no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB) onde permite ao contribuinte realizar o pedido de restituição e a declaração de compensação do pagamento indevido ou a maior em DARF, inclusive as quotas do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). (RFB,2022). De acordo com a IN no. 2055 ano 2021, em seu art. 2º:

Art. 2º O disposto nesta Instrução Normativa aplica-se à restituição e à compensação relativas a:

I - contribuições previdenciárias:

- a) das empresas e equiparadas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço, e sobre o valor bruto da nota fiscal ou da fatura de prestação de serviços, relativamente aos serviços que lhes são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho;
- b) dos empregadores domésticos;
- c) dos trabalhadores e dos segurados fa-

cultativos, incidentes sobre seu salário de contribuição;

d) instituídas a título de substituição; e

e) referentes à retenção na cessão de mão de obra e na empreitada; e

II - contribuições recolhidas para outras entidades ou fundos.

Com a entrada da EFD Reinf e DCTFWeb, haverá maior controle sobre esses créditos referentes a Retenção Lei 9.711/98 de INSS retido e, portanto, haverá maior fiscalização (HANS MISFELDT, S/D).

DCTFWeb (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos) e Compensações Cruzadas

A DCTFWeb foi instituída pela Instrução Normativa RFB nº 2005, de 29 de janeiro de 2021. Segundo Nasajon (2019) o sistema DCTFWeb foi desenvolvido com o foco de modernizar o cumprimento das obrigações tributárias e efetuar a diminuição da ocorrência de erros, aumentando assim a segurança na prestação das informações e de acordo com o portal do e-Social, visa facilitar a declaração das contribuições previdenciárias e fiscais para a Receita Federal. A DCTFWeb em relação aos informativos enviados anteriormente, tem como diferença as informações preenchidas de forma automática, buscando os dados enviados pelo e-Social e EFD-Reinf (FECOMÉRCIO, 2018).

Na apresentação desta obrigação acessória, deverá ser avaliado o art. 13º da Instrução Normativa RFB nº 2005/2021.

Art. 13º A DCTFWEB conterá informações relativas às contribuições previdenciárias:

I – previstas nas alíneas “a” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 1991;

II – contribuições previdenciárias instituídas em substituição às contribuições incidentes sobre a folha de pagamento, inclusive CPRB de que trata a Lei nº 12.546, de 2011; e

III – contribuições sociais destinadas, por lei, a terceiros.

Vale destacar que, apesar das siglas e nomes parecidos, a DCTFWeb é uma obrigação diferente da DCTF, sendo essa última referente aos tributos e contribuições federais não previdenciários. Outra diferença é que o sistema DCTFWeb está hospedado no eCAC e está sempre atualizado por ser on-line, já a DCTF é transmitida após o vencimento dos tributos, primeiro o contribuinte

realiza os pagamentos, ou compensações, e depois são feitas as vinculações. O programa DCTF deve ser baixado no computador e atualizado quando necessário (ESCOLA CONTÁBIL, 2022).

As duas deverão ser transmitidas via certificado digital, segundo Instrução Normativa RFB nº 2005/2021, arts. 7º e 8º.

Art. 7º § 2º Para a apresentação da DCTF é obrigatória a assinatura digital da declaração mediante utilização de certificado digital válido, inclusive para as microempresas e as empresas de pequeno porte a que se refere o inciso I do § 1º do art. 5º.
Art. 8º § 1º Para a apresentação da DCTFWeb é obrigatória a assinatura digital da declaração mediante utilização de certificado digital válido.

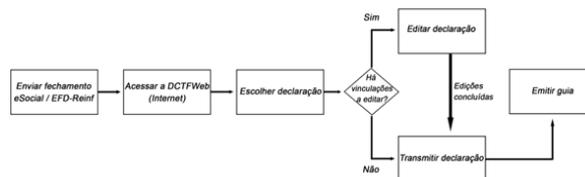
Segundo consta no Manual da DCTFWeb (2021, p. 14), devem ser declarados os seguintes tributos:

- I) Contribuições previdenciárias a cargo das empresas (incidentes sobre a folha de pagamento) e dos trabalhadores, conforme disposto nas alíneas “a” e “c”, respectivamente, do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212/91;
- II) Contribuições previdenciárias instituídas sobre a receita bruta a título de substituição às contribuições incidentes sobre a folha de pagamento, tais como a Contribuição Patronal Sobre a Receita Bruta (CPRB), prevista na Lei 12.546/2011, e as contribuições devidas pelo produtor rural pessoa jurídica, pela agroindústria e pela associação desportiva que mantém clube de futebol;
- III) Contribuições destinadas a outras entidades e fundos (terceiros), de que tratam os arts. 149 e 240 da Constituição Federal/88.

O mesmo Manual (2021) descreve a possibilidade de utilização de créditos tributários para a realização das compensações cruzadas. É dada a empresa a possibilidade de utilizar os valores de Salário Família e Salário Maternidade para deduzir automaticamente na DCTFWeb, vindas do portal e-Social e os valores de retenção conforme a Lei nº 9.711/1998, vindo por meio da EFD-Reinf.

No fluxograma (figura 1) são exibidos os passos necessários para a transmissão e emissão do documento de arrecadação.

Figura 1. Funcionamento emissão DARF



Fonte: Adaptado do manual DCTFWeb (2022)

No fluxograma acima é apresentado o processo para emissão do DARF Previdenciário que foi substituído pela GPS conforme informado no quadro 01. A guia passou a ser gerada através da DCTFWeb, onde todo o INSS da empresa será pago através desta nova guia. Segundo informação constante no portal do SPED (s/d), em perguntas e respostas, é orientado que, primeiramente devem ser enviados os eventos de fechamento/totalização da escrituração que é o e-Social e EFD_Reinf. A opção editar deve ser acessada para alterar a vinculação automática ou incluir outros créditos. Em seguida, é preciso acessar o portal da DCTFWeb e localizar a declaração gerada a partir do envio desses eventos, e por fim, deve-se transmitir a DCTFWeb, que passará para a situação “Ativa”, possibilitando a emissão do DARF.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Martins e Theóphilo (2009, p.37) a metodologia: “tem como objetivo o aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios utilizados na pesquisa”. Sendo assim é avaliada a pesquisa em questão e o enquadramento da mesma quanto aos procedimentos metodológicos.

O presente artigo consiste em pesquisa descritiva e exploratória. A pesquisa descritiva permite obter uma maior explicação a respeito do assunto abordado.

Pesquisa descritiva é aquela que analisa, observa, registra e correlaciona aspectos (variáveis) que envolvem fatos ou fenômenos, sem manipulá-los. Os fenômenos humanos ou naturais são investigados sem a interferência do pesquisador que apenas “procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características” (CERVO; BERVIAN, 1983, p.55).

Por se tratar de um assunto recente e de pouco conhecimento a pesquisa exploratória é uma alternativa para conhecer mais sobre o assunto “Explorar um assunto significa reunir mais conhecimento e incorporar características inéditas,

bem como buscar novas dimensões até então não conhecidas” (RAUPP; BEUREN, 2003, p. 81). Acerca da pesquisa aplicada, de caráter exploratório, segundo Gil (2002, p.41):

(...) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Pode envolver levantamento bibliográfico ou entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Acerca da abordagem, é classificada como qualitativa, visto que são apresentadas percepções da análise de dados. De acordo com Dias e Silva (2010) a abordagem qualitativa envolve o uso de dados qualitativos obtidos em entrevistas, documentos e observações para a compreensão e aplicação dos fenômenos. Desta forma, os dados foram coletados por meio de planilhas, enviadas por uma empresa prestadora de serviço no setor de construção civil.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e uma análise documental que tem como objetivo realizar um levantamento de dados acerca da implantação da DCTFWeb em uma empresa de médio porte a fim de verificar informações pertinentes à compensação dos tributos previdenciários antes da obrigatoriedade e depois da obrigatoriedade da DCTFWeb compensando os demais tributos. Segundo Raupp e Beuren (2003), a pesquisa bibliográfica se caracteriza pela obtenção de conhecimento a partir de informações já publicadas. O estudo/análise documental é constituído da pesquisa “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 45).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta de dados foi feita através de dados reais cedidos e autorizados pela empresa do ramo de prestação de serviço do setor de construção civil de médio porte com cessão de mão de obra, ou seja, que coloca à disposição da empresa contratante, em suas dependências ou na de terceiros, de trabalhadores que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com sua atividade fim, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação, inclusive por meio de trabalho temporário (PORTAL TRIBUTÁRIO, S/D). O nome desta empresa não será revelado, conforme solicitado pela mesma na exposição dos dados. Identificaremos como “Empresa A”. A escolha da empresa se deu por conta da facilidade de contato com o gestor e por a mesma ter valores de créditos referentes a retenção de INSS Lei nº9.711/1998 antes e depois da implantação da DCTFWeb.

Como primeiro contato, foi enviada a declaração de autorização para utilização dos

dados pelo responsável da empresa. Na segunda etapa as indagações foram feitas ao departamento pessoal, questionando como era realizada a utilização dos créditos antes da DCTFWeb quando só era possível compensar os valores dos créditos com débitos de origem previdenciária. Após a indagação com o setor de departamento pessoal, foi a vez do setor fiscal apresentar os dados enviados pela EFD-Reinf que a partir da DCTFWeb passou a caminhar lado a lado com o departamento pessoal, uma vez que os créditos não são mais informados na GFIP/SEFIP e sim vinculados automaticamente pela obrigação acessória.

Desde abril de 2019, as pessoas jurídicas podem utilizar o PERD/COMPWeb para compensar créditos oriundos de contribuição previdenciária retida na prestação de serviços (PERGUNTAS E RESPOSTAS DA DCTFWeb, 2022). Essa evolução foi disponibilizada para a empresa analisada para competência mencionada por estar enquadrada no grupo 2 (faturamento superior a R\$4,8 milhões).

O quadro abaixo apresenta o perfil da empresa analisada, bem como sua área de atuação, a quantidade de clientes e a quantidade de funcionários no período 2019 a 2021, de acordo com informações constantes na figura 2.

Figura 2. Perfil da Empresa

Data de fundação da empresa?	1982
Qual a área de atuação da empresa?	Construção Civil
Quais serviços a empresa presta atualmente?	Realização de obras de contenção de encostas, recuperação e reforço estrutural, sondagens e estudos geotécnicos.
Qual a quantidade de contratos atendidos?	Não tem como citar um número exato, pois ademanda principalmente em épocas de chuva é muito grande.
Qual a quantidade de funcionários no ano 2019?	1.348
Qual a quantidade de funcionários no ano 2020?	1.127
Qual a quantidade de funcionários no ano 2021?	936
Quais cidades ou estados atendem?	Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais
Visão	Desde o início das atividades, a empresa busca a satisfação de seus clientes e a segurança de suas obras.
Missão	Constantemente vem evoluindo em suas técnicas e métodos executivos, bem como em seus controles tecnológicos e operacionais.
Valores	Qualidade, Segurança, Credibilidade e cumprimento dos prazos sem perder a precisão e qualidade de seus serviços.

Fonte: Elaborado pela autora (informações concedidas pelo “sócio1” da “Empresa A”).

Criada em 1982, a “Empresa A” é fruto da visão empreendedora do seu “ sócio 1” e está sediada em Teresópolis, na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. O projeto desta empresa nasceu com o desejo de montar um ne-

gócio próprio, visando gerar renda para sustentar a família. No início, com recursos financeiros baixos, as atividades se desenrolavam com grande dificuldade, porém a motivação e vontade de crescer era a força para seguir a diante. A empresa foi conquistando espaço no mercado, atualmente o “sócio 1” juntamente com seus dois filhos é referência no trabalho que oferece através da sua empresa, com 825 funcionários registrados em 2022. Uma empresa consolidada, porém, em constante mudança para estar atualizada e capaz de atender as demandas dos seus clientes e, vale ressaltar, que as informações foram concedidas pelo “sócio 1” da “Empresa A”. Para apresentação dos créditos previdenciários oriundos de retenção de INSS nas notas fiscais de serviços prestados pela “Empresa A” nos anos 2019, 2020 e 2021, é demonstrado no quadro 3, a seguir:

Quadro 03. Créditos de retenção de INSS das notas fiscais de serviços prestados.

competência	créditos notas fiscais	valor total GPS	Valor compensado em SEFIP	valor DARF previdenciário	valor compensado PERD/COMP	valor compensado PIS/COFINS/IRPJ/CSLL	saldo de créditos acumulados
anterior							R\$ 776.320,61
jan/19	R\$ 26.630,78	R\$ 24.089,63	R\$ 24.089,63				R\$ 778.961,76
fev/19	R\$ 22.652,10	R\$ 27.373,42	R\$ 27.373,42				R\$ 774.140,44
mar/19	R\$ 17.103,50	R\$ 24.923,33	R\$ 24.923,33				R\$ 766.320,61
abr/19	R\$ 30.598,45			R\$ 24.590,85	R\$ 24.590,85	R\$ 26.391,00	R\$ 746.337,21
mai/19	R\$ 26.155,32			R\$ 22.036,36	R\$ 22.036,36	R\$ 10.832,47	R\$ 739.623,70
jun/19	R\$ 12.246,50			R\$ 21.975,94	R\$ 21.975,94	R\$ 11.907,21	R\$ 717.987,05
jul/19	R\$ 24.425,30			R\$ 21.004,14	R\$ 21.004,14	R\$ 10.653,68	R\$ 710.754,53
ago/19	R\$ 24.096,15			R\$ 18.180,20	R\$ 18.180,20	R\$ 15.598,68	R\$ 701.071,80
set/19	R\$ 31.507,11			R\$ 19.761,35	R\$ 19.761,35	R\$ 24.014,79	R\$ 688.802,77
out/19	R\$ 25.484,18			R\$ 16.577,65	R\$ 16.577,65	R\$ 20.079,71	R\$ 677.609,59
nov/19	R\$ 32.706,02			R\$ 16.802,29	R\$ 16.802,29	R\$ 16.580,94	R\$ 677.012,28
13º				R\$ 16.052,04	R\$ 16.052,04		R\$ 660.960,24
dez	R\$ 41.369,52			R\$ 18.736,11	R\$ 18.736,11	R\$ 37.157,37	R\$ 646.836,28
jan/20	R\$ 17.601,00			R\$ 18.368,25	R\$ 18.368,25	R\$ 16.401,68	R\$ 629.267,35
fev/20	R\$ 49.874,10			R\$ 20.787,77	R\$ 20.787,77	R\$ 62.304,89	R\$ 596.048,79
mar/20	R\$ 69.897,70			R\$ 20.721,43	R\$ 20.721,43	R\$ 83.525,57	R\$ 562.199,49
abr/20	R\$ 75.796,69			R\$ 17.681,24	R\$ 17.681,24	R\$ 46.922,53	R\$ 573.992,41
mai/20	R\$ 65.436,81			R\$ 14.314,09	R\$ 14.314,09	R\$ 63.825,19	R\$ 560.689,94
jun/20	R\$ 8.560,99			R\$ 13.365,74	R\$ 13.365,74	R\$ 77.412,52	R\$ 478.472,67
jul/20	R\$ 26.695,63			R\$ 17.215,36	R\$ 17.215,36	R\$ 13.891,52	R\$ 474.061,42
ago/20	R\$ 23.137,38			R\$ 15.908,44	R\$ 15.908,44	R\$ 9.140,66	R\$ 472.149,70
set/20	R\$ 36.440,73			R\$ 16.224,18	R\$ 16.224,18	R\$ 18.151,52	R\$ 474.222,73
out/20	R\$ 29.477,18			R\$ 16.314,75	R\$ 16.314,75	R\$ 3.002,56	R\$ 484.382,60
nov/20	R\$ 19.444,89			R\$ 15.643,60	R\$ 15.643,60	R\$ 4.859,21	R\$ 483.324,68
13º				R\$ 17.956,97	R\$ 17.956,97		R\$ 465.367,71
dez/20	R\$ 8.410,69			R\$ 15.092,73	R\$ 15.092,73	R\$ 6.247,93	R\$ 452.437,74
jan/21	R\$ 0,00			R\$ 9.787,33	R\$ 9.787,33	R\$ 0,00	R\$ 442.650,41
fev/21	R\$ 63.662,34			R\$ 11.290,97	R\$ 11.290,97	R\$ 26.941,20	R\$ 447.975,08
mar/21	R\$ 51.390,12			R\$ 31.270,52	R\$ 31.270,52	R\$ 69.783,57	R\$ 398.311,11
abr/21	R\$ 32.556,49			R\$ 32.711,91	R\$ 32.711,91	R\$ 27.379,95	R\$ 370.275,74
mai/21	R\$ 39.452,95			R\$ 32.806,64	R\$ 32.806,64	R\$ 29.621,61	R\$ 347.800,44
jun/21	R\$ 55.458,60			R\$ 29.902,13	R\$ 29.902,13	R\$ 87.016,72	R\$ 286.340,19
jul/21	R\$ 31.168,34			R\$ 25.075,42	R\$ 25.075,42	R\$ 24.732,46	R\$ 267.700,55
ago/21	R\$ 16.678,02			R\$ 12.684,24	R\$ 12.684,24	R\$ 15.692,01	R\$ 256.002,32
set/21	R\$ 32.549,44			R\$ 12.778,69	R\$ 12.778,69	R\$ 17.328,51	R\$ 258.444,56
out/21	R\$ 23.825,68			R\$ 11.845,36	R\$ 11.845,36	R\$ 21.548,96	R\$ 248.875,92
nov/21	R\$ 25.604,20			R\$ 11.396,50	R\$ 11.396,50	R\$ 8.594,24	R\$ 254.489,38
13º				R\$ 10.896,63	R\$ 10.896,63		R\$ 243.592,75
dez/21	R\$ 32.401,70			R\$ 13.632,62	R\$ 13.632,62	R\$ 97.517,75	R\$ 164.844,08

Fonte: Elaborado pela autora (informações concedidas pela “Empresa A”).

No quadro acima podemos identificar o saldo de créditos previdenciários acumulados (R\$ 766.320,61) referentes à retenção de INSS nas notas fiscais de serviços prestados pela empresa no período anterior a entrega da DCTFWeb, que ocorreu em abril/2019. Até março/ 2019 os créditos acumulados podiam apenas ser aproveitados para compensar, através da SEFIP, débitos de origem previdenciária, constantes no quadro identificado como “valor total GPS”. A partir de abril do mesmo ano, a compensação dos créditos acumulados anterior a DCTFWeb passou a ser feita através do PER/DCOMP Web no ambiente do e-CAC.

Conforme demonstrado no quadro, a partir de abril/2019 a “Empresa A” que se enquadra no grupo 02 da fase do e-Social, passou a ser

obrigada a enviar a DCTFWeb bem como a EFD-Reinf, com esse novo formato a empresa estava permitida a utilizar os créditos gerados nas notas fiscais para compensar débitos fazendários (PIS/COFINS/IRPJ/CSLL). O setor de departamento pessoal da “Empresa A” informou que é responsável por alimentar e enviar o e-Social /DCTFWeb enquanto o departamento fiscal da “Empresa A” é responsável pela entrega da EFD-Reinf e compensação dos débitos fazendários. O departamento pessoal da “Empresa A” informou que se preparou através de curso de capacitação e treinamento para se adequar a mudança trazida pela substituição da GPS para DARF Previdenciário. Para o departamento pessoal da empresa, o método veio para simplificar e evitar possíveis erros no controle dos créditos disponíveis.

O valor total dos impostos federais compensados nos anos analisados foi de R\$ 173.215,85 no ano de 2019, R\$405.685,78 no ano de 2020 e R\$426.062,98 no ano de 2021. Para a “Empresa A”, após três anos podendo se beneficiar desta nova modalidade de utilização de créditos das notas fiscais, a empresa afirma que desde o primeiro mês em que pode aproveitar dos créditos este método beneficiou, pois é possível fazer compensação previdenciária com outros tributos ao invés de tirar dinheiro do caixa ou ter que solicitar o ressarcimento do valor que tem o prazo de até 5 anos para o retorno. A empresa encerrou ano de 2021 com saldo para aproveitamento no próximo exercício de R\$ 164.844,08.

CONCLUSÃO

O intuito da abordagem do tema se deu após observar o avanço trazido pelo e-Social e consequentemente pela DCTFWeb. A possibilidade da compensação cruzada introduzida pela Lei 13.670/2018 e pela Instrução Normativa RFB 2005/2021, art. 65 possibilita o aproveitamento de créditos de origem previdenciária, para compensação de débitos de outros tributos federais. Antes da Lei, os créditos podiam ser utilizados somente com débitos previdenciários. Outra mudança explicada no trabalho foi a substituição da GPS pelo DARF Previdenciário, a guia passou a ser gerada através da DCTFWeb, onde todo o INSS da empresa será pago através desta guia.

Foram apresentadas durante o artigo todas as mudanças trazidas pelas Leis citadas à cima. Usando uma empresa do setor de construção civil como referência no artigo, o primeiro objetivo específico foi explicar o processo de implantação do e-Social através do Decreto nº 8373/2014, o segundo objetivo específico foi explicar a EFD-Reinf - Instrução Normativa nº 2043/2021, essa responsável por enviar informações da Lei 9711/98 que prevê a retenção de INSS para empresas que prestam serviços mediante a cessão de mão de

obra, esses são módulos do SPED responsáveis por enviar as informações previdenciárias à Receita Federal antes da transmissão da DCTFWeb que foi o terceiro objetivo específico dando explicação sobre o sistema que foi desenvolvido com o foco de modernizar o cumprimento das obrigações tributárias e efetuar a diminuição da ocorrência de erros. No quarto objetivo específico foi descrito a forma de compensação anterior a DCTFWeb onde os créditos eram informados em SEFIP o que foi substituído pelo PERDCOMP Web com a implantação da DCTFWeb.

Após apresentar todas as obrigações que fazem parte do dia a dia de uma empresa denominada “A” de médio porte do setor de construção civil, aplica-se um quadro com o último objetivo que é analisar os benefícios trazidos para a empresa através da possibilidade da compensação cruzada. O valor total dos impostos federais compensados com créditos previdenciários nos anos analisados foi de R\$ 173.215,85 no ano de 2019, R\$405.685,78 no ano de 2020 e R\$426.062,98 no ano de 2021. Após três anos podendo se beneficiar desta nova modalidade de utilização de créditos das notas fiscais para pagamento de outros tributos a “Empresa A” afirma que teve um efeito muito positivo em seu fluxo de caixa com a possibilidade de compensação previdenciária com outros tributos ao invés de tirar dinheiro do caixa ou ter que solicitar o ressarcimento do valor que tem o prazo de até cinco anos para o retorno. A empresa encerrou ano de 2021 com saldo para aproveitamento no próximo exercício de R\$ 164.844,08.

Com o valor referente aos tributos federais que não precisou desembolsar para pagar os referidos tributos, a empresa vem investindo em novas tecnologias para melhor prestação de seus serviços.

Como sugestão de pesquisa futura, seria interessante analisar a implantação da nova plataforma do FGTS digital que ainda está em fase de desenvolvimento e não pudemos dar maiores informações no trabalho por não ter entrado em vigor ainda.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, E.S.M. de; LINS, L.S; BORGES, V.L. Contabilidade Tributária: um enfoque prático nas áreas federal, estadual e municipal. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2013.p5.
2. BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. [S. l.], 25 out. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm. Acesso em: 7 set. 2022.
3. _____. Lei nº 13670, de 30 de maio de 2018. Altera as Leis nº s 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.457, de 16 de março de 2007, e o Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977. [S. l.], 30 maio 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13670.htm. Acesso em: 1 out. 2022.
4. _____. Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998. Dispõe sobre a recuperação de haveres do Tesouro Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a utilização de Títulos da Dívida Pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, na quitação de débitos com o INSS, altera dispositivos das Leis nos 7.986, de 28 de dezembro de 1989, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 9.639, de 25 de maio de 1998, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19711.htm. Acesso em: 7 set. 2022.
5. _____. Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências. Lucro Presumido, [S. l.], n. art.46. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110637.htm. Acesso em: 7 set. 2022.
6. _____. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Simples Nacional: Diário Oficial da União, Brasília, 15 dez. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 7 set. 2022.
7. _____. Lei nº 8541, de 23 de dezembro de 1992. Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. Lucro Real, Brasília, 23 dez. 1992. Disponível em: <http://www.pla->

- nalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8541.htm. Acesso em: 1 out. 2022.
9. _____. Decreto nº 8373, de 11 de dezembro de 2014. Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências. [S. l.], 12 dez. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm. Acesso em: 1 out. 2022.
 10. _____. Decreto nº 6022, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. Brasília, 22 jan. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6022.htm. Acesso em: 1 out. 2022.
 11. CARLOS, Luis. Compensação cruzada: pronto para usufruir deste benefício. MAZARS. Disponível em: <https://por.mazars.com.br/Pagina-Inicial/Insights/Nosso-Conte-do/Compensacao-cruzada>. Acesso em: 07 set. 2022.
 12. CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica: para uso de estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
 13. COLAUTO, Romualdo Douglas, BEUREN, Maria Ilse, Cap V. In: BEUREN, Maria Ilse (org). Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade. Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2003.
 14. DIAS, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 2010. Disponível em: http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVESPesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em: 1 out. 2022
 15. EFD-REINF Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais: EFD-Reinf - Manual de orientação do usuário. Versão 2.1.1.1. ed. [S. l.: s. n.], 06/07/2022. Disponível em: [file:///C:/Users/PC/Downloads/Nova%20pasta%20\(7\)/Manual%20da%20EFD-Reinf%20vers%C3%A3o%202.1.1.1.pdf](file:///C:/Users/PC/Downloads/Nova%20pasta%20(7)/Manual%20da%20EFD-Reinf%20vers%C3%A3o%202.1.1.1.pdf). Acesso em: 1 out. 2022.
 16. FECORMECOSP: As diferenças entre eSocial, EFD-Reinf e DCTFWeb. In: Transmissão das novas obrigações fiscais. [s/d.]. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/entenda-as-diferencas-entre-esocial-efd-reinf-e-dctfweb>. Acesso em: 1 out. 2022.
 17. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008
 18. GOV.BR: eSocial. In: Cronograma de Implantação do eSocial. [s/d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/aceso-ao-sistema/cronograma-de-implantacao>. Acesso em: 07 set. 2022.
 19. GOV.BR. Portal eSocial. Confirma o novo calendário de obrigatoriedade do eSocial, 20 abr 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/noticias/adiado-o-inicio-da-fase-de-envio-de-folhas-de-pagamento-para-orgaos-publicos-e-organizacoes-internacionais>. Acesso em: 07 set. 2022.
 20. GOV.BR: Entregar Escrituração Fiscal Digital de retenções e outras informações fiscais (EFD-Reinf). In: Serviços e Informações do Brasil. [S. l.], 25 jul. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/efd-reinf>. Acesso em: 1 out. 2022.
 21. MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais e aplicadas. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 22. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA: Cronograma de Implantação FGTS digital. [S. l.], 13 maio 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/servicos/empregador/fgtsdigital/conheca-o-fgts-digital/cronograma-de-implantacao>. Acesso em: 1 out. 2022.
 23. MISFELDT, Hans. RETENÇÃO E RESTITUIÇÃO INSS: Lei 9711/98, EFD Reinf, DCTFWEB. [s/d]. Disponível em: <https://restituicaoins.com.br/retencao-lei-971198-atualizado-com-efd-reinf-e-dctf-web>. Acesso em: 1 out. 2022.
 24. MOREIRA, Nayara Camargo da Silva. O processo de implantação do sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas – eSocial na Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE. 2018. 66 f. Monografia (Especialização em Administração Pública, Políticas e Planejamento Governamental) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2018
 25. NASAJON, SPED REINF. In: Qual é o objetivo da DCTF Web?. [S. l.], 31 jul. 2019. Disponível em: <https://atendimento.nasajon.com.br/nasajon/artigos/ca7075e6-1d21-4766-86fd-b8590d5282da>. Acesso em: 1 out. 2022.
 26. PADOVEZE, Cláudio L. Sistemas de informações contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
 27. PORTAL TRIBUTARIO: Manual das Retenções das Contribuições Sociais. In: Prestação de Serviço através de cessão de mão de obra e empreitada – Retenção de 11%. [s/d.]. Disponível em: http://www.portaltributario.com.br/guia/inss_retencao_11_ate_310802.html#:~:text=Cess%C3%A3o%20de%20m%C3%A3o%2Dde%2Dobra%20%C3%A9%20a%20coloca%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20disposi%C3%A7%C3%A3o,por%20meio%20de%20trabalho%20tempor%C3%A1rio. Acesso em: 1 out. 2022.

28. RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.
29. RECEITA FEDERAL DO BRASIL. EFD-Reinf. SPED. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1494>. Acesso em: 07 set. 2022.
30. _____. INSTRUÇÃO NORMATIVA 2043, de 12 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf). Diário Oficial da União, [S. l.], v. seção, n. 1A, p. 1, 13 ago. 2021. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=119859>. Acesso em: 7 set. 2022.
31. _____. INSTRUÇÃO NORMATIVA 2094, de 15 de julho de 2022. Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.005, de 29 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb). Diário Oficial da União, [S. l.], v. seção, n. 1-A, p. 1, 9 out. 2022. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=125060>. Acesso em: 17 set. 2022.
32. _____. Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). In: Objetivos. [S. l.], 9 out. 2021. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/967#:~:text=O%20Sped%20tem%20como%20objetivos,fiscais%2C%20respeitadas%20as%20restri%C3%A7%C3%B5es%20legais>. Acesso em: 1 out. 2022.
33. _____. Lei nº 71, de 29 de junho de 2021. Dispõe sobre o cronograma de implantação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial). (Processo nº 19964.107809/2021-34). PORTARIA CONJUNTA SEPRT / RFB: Diário Oficial da União, [S. l.], v. seção 1, p. 433, 23 out. 2020. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=118796>. Acesso em: 1 out. 2022.
34. _____. Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). In: A Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf é um dos módulos do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. [s/d.]. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1494>. Acesso em: 1 out. 2022.
35. _____. PER/DCOMP Web. In: Restituição, Ressarcimento, Reembolso e Compensação. [S. l.], 4 jan. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/restituicao-ressarcimento-reembolso-e-ccompensacao/perdcomp/perdcomp-web/perdcompweb#:~:text=O%20PER%2FDCOMP%20>
36. Web%20C3%A9,inclusive%20as%20quotas%20do%20IRPF. Acesso em: 1 out. 2022.
37. _____. INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2055, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2021. Dispõe sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Compensação Cruzada: Diário Oficial da União, [S. l.], v. seção 1, n. art. 65, p. 57, 8 dez. 2021. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=122002>. Acesso em: 1 out. 2022.
38. _____. Manual de Orientação da EFD-Reinf (MOR). [S. l.: s. n.], 02/2021. 82 p. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/estatico/10/94F741E3480D404FCC383FE8161193FB148858/Man>
39. ual%20da%20EFD-Reinf%20vers%20c3%a3o%201.5.1.pdf. Acesso em: 1 out. 2022.
40. _____. Manual de Orientação da DCTFWeb. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/manuais/manual-dctfweb/manual-dctfweb-outubro-2021.pdf>. Acesso em: 1 out. 2022.
41. _____. PERGUNTAS E RESPOSTAS DA DCTFWEB. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/perguntas-e-respostas/dctfweb/perguntas-e-respostas-dctfweb.pdf>. Acesso em: 1 out. 2022.
42. SANTOS, Natália; ESCOLA CONTÁBIL. DCTFWEB: Declaração de Débitos e Créditos Federais. In: Finalidade e Funcionalidade. [s/d.]. Disponível em: <https://escolacontabil.club.hotmart.com/lesson/oOD61dg6eP/dctfweb-tudo-o-que-voce-precisa-saber>. Acesso em: 1 out. 2022.

UM OLHAR SOBRE O DÉFICIT HABITACIONAL EM TERESÓPOLIS E SUAS IMPLICAÇÕES

A LOOK AT THE HOUSING DEFICIT IN TERESÓPOLIS AND ITS IMPLICATIONS

Matheus Rodrigues Camacho¹, Jucimar André Secchin²

¹Discente do Curso de Administração do UNIFESO

Matheusr210@gmail.com

²Mestre em Economia Empresarial e professor do Curso de Administração do UNIFESO

jucimarsecchin@unifeso.edu.br

RESUMO

O surgimento de favelas em cidades é reflexo da urbanização de países subdesenvolvidos, onde as atividades humanas não são capazes de absorver ou remunerar de forma justa a mão de obra disponível. A consequência disso é a questão da moradia, que se torna um problema para a crescente massa populacional, seja ela nascida na cidade, ou para aquela que migra. No Brasil, este fenômeno pode ser visto nitidamente ocorrendo em cidades de pequeno e médio porte, como Teresópolis, que possui o segundo maior número de pessoas vivendo em favelas no estado do Rio de Janeiro, em termos percentuais, segundo o último Censo do IBGE, realizado em 2010. Com as favelas sendo uma consequência do déficit habitacional, abre-se a questão a ser debatida, cujo o objetivo do trabalho: analisar a gestão pública no âmbito da formulação e execução de políticas públicas para minorar o déficit habitacional em Teresópolis. Para a elaboração do trabalho, foi utilizada a metodologia de cunho qualitativo, adotando as estratégias de pesquisa bibliográfica, alcançando como resultado a necessidade de se adotar a urbanização dos locais que atualmente abrigam tais moradias deficitárias, considerando a dificuldade em removê-las ou até mesmo substituí-las por novas moradias.

Palavras-chave: Regularização Fundiária. Desigualdade Espacial. Favelização. Déficit Habitacional. Direito à moradia.

ABSTRACT

The emergence of slums in cities is a reflection of the urbanization of underdeveloped countries, where human activities are not capable of absorbing or fairly remunerating the available workforce. The consequence of this is the issue of housing, which becomes a problem for the growing population, whether born in the city or for those who migrate. In Brazil, this phenomenon can be clearly seen occurring in small and medium-sized cities, such as Teresópolis, which has the second largest number of people living in slums in the state of Rio de Janeiro, in percentage terms, according to the last Brazillian Census, carried out in 2010. With the slums being a consequence of the housing deficit, the question to be debated opens up, whose objective the work: to analyze public management in the context of the formulation and execution of public policies to alleviate the housing deficit in Teresópolis. For the elaboration of the work, a qualitative methodology was used, adopting bibliographical research strategies, reaching as a result the need to adopt the urbanization of the places that currently house deficient housing, considering the difficulty in removing them or even replace them with new housing.

Keywords: Land Regularization. Spatial Inequality. Favelization. Housing Deficit. Right to housing.

INTRODUÇÃO

Os direitos à moradia e à moradia digna estão fundamentalmente garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e na Constituição Brasileira, embora hoje estima-se que haja no país um déficit habitacional de 5,8 milhões de moradias e 17,1 milhões de pessoas vivendo em favelas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020; SALLES, 2021).

As favelas constituem locais de exclusão social e territorial, não sendo capazes de proporcionar a seus moradores condições mínimas de desenvolvimento e dignidade, sendo um cenário genuíno de desigualdade. Portanto, as pessoas que vivem ali têm seu direito à moradia garantido, po-

rém sentem ausência do direito à moradia digna.

Teresópolis atualmente possui uma parcela considerável de sua população habitando em favelas, fazendo com que o município tenha destaque estadual e nacional nos indicadores relacionados ao tema: segundo maior percentual de pessoas vivendo em favelas no estado e o vigésimo primeiro com mais domicílios em favelas no país. Tal fato supracitado evidencia objeto de desafio para a gestão pública em todos os níveis federativos, especialmente o municipal (MATA, LALL & WANG, 2007; GALDO, 2011; OSÓRIO, 2013; ÁGUAS DO BRASIL, 2021).

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma trajetória da gestão pública ao ní-

vel municipal, estadual e federal, no âmbito da formulação e execução de políticas públicas voltadas à oferta de moradias populares, com intuito de minorar o déficit habitacional em Teresópolis. Para que se atinja com êxito o objetivo principal, espera-se alcançar os seguintes objetivos específicos: conceituar os termos déficit habitacional, favela e suas variações, apresentar estimativas quanto ao tamanho do déficit habitacional, apresentar as implicações do déficit habitacional em Teresópolis e apresentar as políticas públicas adotadas ao longo do tempo para minorar o déficit habitacional em Teresópolis.

Além de se fazer necessário atender à necessidade das pessoas que vivem em habitações deficitárias, se faz urgente remover, sobretudo, aquelas que estão situadas em locais considerados de grande risco, levando em consideração os recentes eventos climáticos que atingiram Teresópolis e sua região imediata.

Por ser notoriamente uma questão humanitária, governamental e social, justifica-se a execução deste artigo, tendo como foco analisar a questão do déficit habitacional em Teresópolis e suas implicações.

O artigo se estrutura da seguinte forma: na primeira seção encontra-se a introdução, contendo os objetivos e justificativa do artigo; na segunda seção, encontra-se o referencial teórico, trazendo conceitos importantes como estimativas do déficit habitacional no Brasil, favelização em Teresópolis e suas implicações ambientais, socioeconômicas e no direito à moradia; na terceira seção, encontram-se os aspectos metodológicos utilizados na construção do artigo; na quarta seção apresenta-se a análise das políticas públicas adotadas, entre as quais Sufem, Aluguel Social e Minha Casa, Minha Vida, concluindo o artigo em seguida, na quinta seção.

REFERENCIAL TEÓRICO

Definindo conceitos

O dicionário Aurélio define o termo “favela” como “conjunto de habitações toscamente construídas (por via de regra em morros) e com recursos higiênicos deficientes” (FERREIRA, 1999). A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu operacionalmente, a partir de 2002, um conceito para favela (ou “slum”, em inglês) como sendo uma “área com inadequado acesso à água potável, infraestrutura de saneamento básico e outras instalações, baixa qualidade de unidades residenciais, alta densidade e insegurança quanto ao status da propriedade” (PRETTO & MARZULO, 2013, s.p). Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denomina oficialmente as favelas brasileiras, a partir do Censo Demográfico de 2010, utilizando o termo aglomerado subnormal, sendo um “conjunto de domicílios com, no míni-

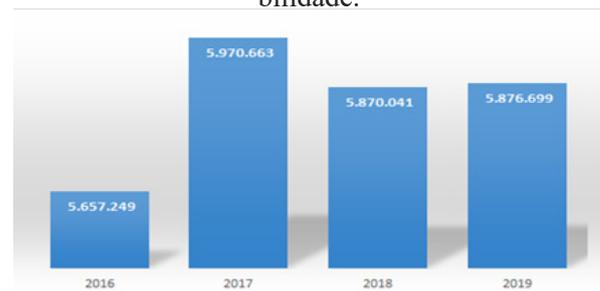
mo, 51 unidades, que ocupa, de maneira desordenada e densa, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e que não possui acesso a serviços públicos essenciais” (IBGE, 2010 apud PRETTO & MARZULO, 2013, s.p).

Segundo a Fundação João Pinheiro (2008, p. 18), o conceito de déficit habitacional está diretamente ligado às deficiências do estoque de moradias, sendo entendido como déficit por reposição de estoque aquelas moradias sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções e déficit por incremento de estoque, moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel, por exemplo, que necessitam de um incremento de moradias.

Estimativas do déficit habitacional no Brasil

O déficit habitacional no Brasil era estimado, no ano de 2019, em 5.8 milhões de moradias, apresentando uma tendência de estabilidade em relação aos anos anteriores (LIS, 2021), conforme pode ser observado na figura 1. Deste total, 5.044 milhões de domicílios estavam localizados na área urbana, enquanto 832 mil em área rural. O Sudeste foi a região do país que registrou os maiores números: 2.287 milhões. O estado do Rio de Janeiro posicionou-se como o terceiro com maior número de residências deficitárias na região: 481 mil no total (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020).

Figura 1 – Estimativas do déficit habitacional no Brasil, em milhões de moradias, no período de 2016 a 2019, mostrando uma tendência de estabilidade.



Fonte: LIS (2021) adaptado pelo autor.

De acordo com Fernandes (2018, s.p.) o principal vetor para o crescimento do déficit habitacional no país é o ônus excessivo com aluguel, sobretudo nas áreas urbanas — sendo este o principal componente. O número de residências desocupadas em virtude do alto valor do aluguel era de 3.035 milhões em 2019, tendo maior relevância na Região Sudeste, com 1.545 milhão de domicílios nesta situação — o que representa 67,6% do déficit total (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2021).

Favelização em Teresópolis

Segundo o Censo de 2010 do IBGE, Teresópolis possui oficialmente 24 aglomerados subnormais (IBGE, 2010). Nessas localidades residem 41.809 pessoas, o que representa 28,56% do total da população, sendo o segundo município com maior taxa de favelização no estado do Rio de Janeiro (MORAIS, KRAUSE e NETO, 2016). Teresópolis abrigava, ao todo, cerca de 2,4% da população favelada de todo o estado (PMT, 2006 apud SIQUEIRA, CABRAL & SILVA, 2010, p. 44). O total de domicílios particulares permanentes nos aglomerados subnormais de Teresópolis é de 12.586 unidades, sendo o 21.º município com maior número de domicílios em aglomerados subnormais no país e o 1.º no Estado do Rio de Janeiro (MATA, LALL & WANG, 2007; GALDO, 2011; OSÓRIO, 2013; ÁGUAS DO BRASIL, 2021), conforme mostra o quadro 1.

Quadro 1 – Proporção da favelização em Teresópolis, no ano de 2010

Comparação	Teresópolis	Aglomerados Subnormais	Proporção Percentual	Posição em termos percentuais
Total habitantes	163.746	41.809	26%	2º no estado do Rio
Total domicílios	53.723	12.586	23%	1º no estado do Rio e 21º no Brasil

Fontes: MATA, LALL & WANG (2007); GALDO (2011); OSÓRIO (2013); ÁGUAS DO BRASIL (2021) adaptado pelo autor.

No quadro 1, verifica-se que o município se posicionava com destaque nos indicadores estaduais e nacionais de habitantes e domicílios.

Não existe um consenso sobre o início da favelização em Teresópolis. Segundo o geógrafo Willy Ortiz, isso ocorreu durante o período de expansão industrial no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, conhecido como o “Milagre Econômico Brasileiro”, onde o país alcançou taxas de crescimento elevadas e sem precedentes (O GLOBO, 2005; FGV, 2009). No entanto, apesar do progresso econômico, o “milagre” não foi capaz de beneficiar a maior parte da população brasileira, que ganhava em média menos de dois salários mínimos durante este período, tendo seu poder de compra diminuído gradativamente visto que o salário não acompanhava o reajuste da inflação, aumentando os níveis de desigualdade social e concentração de renda (HAMMOUD, 2008; PAULINO, 2020).

Em meio ao referido período de expansão industrial, em 1965 instalou-se na região central de Teresópolis a fábrica de têxtil Dona Isabel S.A. — conhecida popularmente como Sudamtex. Para Willy Ortiz apud O Globo (2005, p. 25), após o estabelecimento da fábrica, foi registrado o surgimento das primeiras favelas em Teresópolis.

Vidor (2011, s.p.) afirma que durante a década de 1980, período em que as indústrias locais fecharam, a favelização se acentuou, com Teresópolis e as cidades da região atraindo “inúmeras famílias da Baixada Fluminense, de Minas (Zona da Mata) e de municípios pequenos próximos” e “as oportunidades de geração de emprego e renda

não evoluíram no mesmo ritmo de crescimento da população”.

Dimenstein (2004, s.p.) consolida essa afirmação, dizendo que a partir da década de 1980, municípios como Teresópolis e Petrópolis tiveram um rápido desenvolvimento “graças à indústria, ao turismo ou aos royalties do petróleo. Atrás dos empregos, chegou uma leva de migrantes sem ter onde morar”, o que acentuou o processo de favelização.

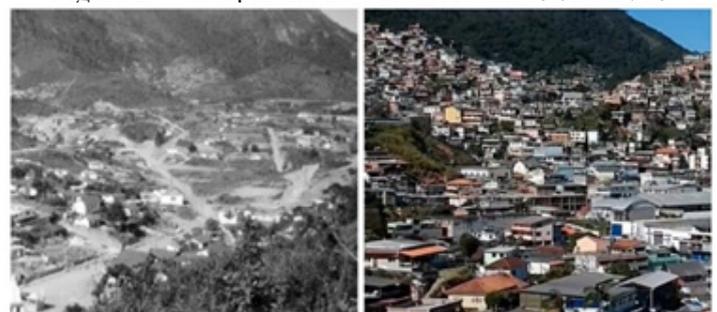
Netto (1978, s.p.) atribui o surgimento das favelas ao êxodo rural: interno em sua maioria e especialmente externo no caso das favelas que surgiram às margens da Estrada Rio-Bahia, cujo seus moradores migraram de locais como Sapucaia, Sumidouro, Nova Friburgo e Zona da Mata Mineira.

A administração pública municipal também é apontada como responsável pelo surgimento e expansão da favelização em Teresópolis. Santafé & Przewodowski (1977, s.p.) afirmam que “a flexibilidade [das administrações municipais] em aprovar loteamentos nas encostas deixaram que a topografia e ecologia locais fossem violentadas ao bel-prazer”. Willy Lacerda apud Folha de S. Paulo (2011, s.p.) diz que o problema está na forma como os políticos encorajam a ocupação: “Um dá tijolo, outro dá cimento, um faz uma escola, um faz uma creche. Isso é muita irresponsabilidade”, conclui.

Silva (2010, p. 2) atribui como fatores responsáveis pela favelização da cidade os baixos salários e a forte especulação imobiliária. Ele afirma que Teresópolis tem “maior concentração da população economicamente ativa no terceiro setor. Essas atividades econômicas não oferecem ganhos salariais que permitam a população arcar com os altos custos impostos pelo mercado imobiliário”.

Pereira (2011, p. 3) também cita a especulação imobiliária e fundiária como consequência para a formação das favelas, uma vez que em áreas planas e favorecidas como Agriões é observado crescente processo de verticalização, enquanto em áreas propícias a deslizamentos de terras e enchentes verifica-se crescente processo de favelização, conforme ilustra a figura 2, onde a ocupação das encostas é evidenciada.

Figura 2 - Vista parcial do São Pedro em 1962 e 2018



Fonte: PERES (2022); RABE (2018) adaptado pelo autor.

Retrata-se, na figura 2, o crescimento da

favelização no bairro mais populoso de Teresópolis, que atualmente conta com três aglomerados subnormais: Perpétuo, Rosário e Pimentel.

Implicações ambientais

Segundo o IBGE (2018, p. 90), no ano de 2010 Teresópolis totalizou 45.772 pessoas morando em áreas consideradas de risco, que estão sujeitas a deslizamentos de terra, enchentes e outros desastres climáticos. Essas pessoas residiam em 14.868 domicílios, posicionando Teresópolis como o 28º município com maior número de vulneráveis ao risco no país (IBGE, 2021). No período correspondente a 1991 e 2012, Teresópolis registrou 16 eventos de desastres naturais, conforme mostra o quadro 2.

Quadro 2 – Eventos de desastres naturais que ocorreram no município de Teresópolis, entre 1991 e 2012

Evento	Total de registros
Enxurrada	4
Inundação	5
Alagamento	1
Movimento de massa	6
Total	16

Fonte: UFSC (2013) adaptado pelo autor.

Através do quadro 2, verifica-se que são mais recorrentes, no período de 199 a 2012 os movimentos de massa e inundações.

De acordo com Melo (2012, p. 12) grande parte das moradias deficitárias localizam-se em locais de risco geotécnico, onde o solo possui pouca profundidade, causando afloramento das rochas. Os bairros do município, sobretudo os da área central, quase em sua totalidade, estão localizados nessas áreas de risco, o que deixa a população vulnerável aos mais variados movimentos de massa que são característicos da região, conforme mostra a figura 3. Chrispino (2007) apud Siqueira e Cabral (2007, p. 5) corrobora isso, ao afirmar que Teresópolis tem “uma área muito acidentada, então as áreas que podem ser aproveitadas para construção, são muito pequenas. A tendência é que comecem a construir, literalmente, subindo o morro”.

Figura 3 - Movimento de massa no aglomerado subnormal Perpétuo, em 2002



Fonte: O DIÁRIO DE TERESÓPOLIS (2020).

O movimento retratado na figura 3, causou a morte de 8 pessoas e deixou mais de 100 desabrigadas.

Vidor (2011, s.p.) analisa a vulnerabilidade que a região de Teresópolis possui a desastres naturais, afirmando que “pela topografia da região pode-se dizer que não há qualquer lugar absolutamente seguro e protegido das tempestades na região”.

Pereira (2019, p. 4371) analisa os impactos que o déficit habitacional tem sobre a questão ambiental em Teresópolis, afirmando que a paisagem “materializa o avanço de áreas periféricas e favelas com carência de infraestrutura [...] em locais de vulnerabilidade ambiental, com riscos de deslizamento das encostas e inundações dos rios”.

Implicações socioeconômicas

O município de Teresópolis está localizado em um dos países economicamente mais desiguais do mundo. O Brasil possui 10,8% da população vivendo abaixo da linha da pobreza, enquanto 10% da população mais rica ganha 59% da renda nacional (FERNANDES, 2021; NALIN, 2022).

O processo de urbanização que ocorreu no Brasil seguiu uma lógica que é conhecida como inclusão precária, onde a segregação espacial foi intensificada em forma de apropriação do território urbano através das elites, com ou sem participação do estado e dos agentes imobiliários (MARTINS, 1997 apud RESCHILIAN, 2004). Esse fenômeno pode ser entendido como exclusão social e territorial, que acabou sendo explicitado nas aglomerações urbanas de maior intensidade populacional, constituindo as favelas como um cenário de desigualdade (RESCHILIAN, 2004). De acordo com Ferreira (2009, s.p.) o crescimento da pobreza, causado pela incompatibilidade de oportunidades, somado ao número de novos habitantes resultou no aumento não só do número de favelas, mas também no número de habitantes das mesmas.

Historicamente, há uma associação entre pobreza, desigualdade e exclusão às favelas, tornando-as objeto de estudo (BOYER, 2012). Valladares (2005) apud Rocha (2017, p. 14) ressalta que

“a associação, quase sistemática, entre pobreza e criminalidade violenta fez da favela sinônimo de espaço fora da lei, onde bandidos e policiais estão constantemente em luta”. Além disso, existe na sociedade uma disseminação de estereótipos que representam as favelas como locais de alta periculosidade e com foco na criminalidade - isso influencia, sobretudo, a forma como os moradores dessas localidades também são representados (ROCHA, 2017).

Com as favelas sendo locais de iminente exclusão social, grande parte de seus moradores está submetido a situações de vulnerabilidade — sobretudo os mais jovens — como falta de perspectiva no mercado de trabalho, pouco acesso às redes de assistência social, evasão escolar e violência. Com isso, o tráfico de drogas é uma alternativa apresentada para aquisição de dinheiro, visto que a inserção no mercado de trabalho é desigual (SANTOS, 2018).

Segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), no primeiro quadrimestre de 2016 foram registradas 233 prisões ou apreensões por tráfico de drogas no bairro São Pedro, sendo o terceiro local no estado com maior número de ocorrências, ficando atrás apenas de Bangu e da região central da cidade do Rio de Janeiro, conforme mostra o quadro 3. Ainda de acordo com o relatório, um quarto dos capturados eram menores de idade, chegando a 60% se somados aos com idades até 21 anos (O DIÁRIO DE TERESÓPOLIS, 2017).

Integram o bairro São Pedro três aglomerados subnormais: Pimentel, Perpétuo e Rosário. Esse conjunto de aglomerados é conhecido como “Complexo PPR”, sendo um local com grande incidência de comércio ilegal de drogas (MPRJ, 2020). Metade das prisões e apreensões de drogas registradas no ano de 2016 em São Pedro foram oriundas do Complexo PPR, totalizando cerca de 100 ocorrências (O DIÁRIO DE TERESÓPOLIS, 2018).

Quadro 3 – Três locais com maiores incidências de prisões ou apreensões por tráfico de drogas no estado do Rio de Janeiro, de janeiro a abril de 2016

Local	Total de registros	Ocorrências a cada 1.000 habitantes
Bangu	559	2,30
Centro do Rio de Janeiro	262	6,36
Bairro São Pedro	233	11,40

Fonte: O DIÁRIO DE TERESÓPOLIS (2017) adaptado pelo autor.

Pedro se posiciona em terceiro lugar no total de ocorrências de prisões ou apreensões por tráfico de drogas no Estado do Rio de Janeiro e em primeiro no número de ocorrências a cada 1.000 habitantes.

Implicações no direito à moradia

De acordo com Lopes (2012, p. 277) o direito à moradia é assegurado por meio da Emenda Constitucional n.º 26, de 2000, expresso no artigo 6.º, caput da Constituição Federal, e deve ser “resguardado pelo Estado de forma positiva, através de políticas públicas visando a assegurar que todos tenham um teto sob o qual se abrigar”.

Além da Constituição Federal, Iacovini (2019, p. 202) cita a Lei n.º 10.257 de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, que assegura o direito à moradia como parte do direito à cidade, juntamente com o direito à terra urbana, ao saneamento ambiental, ao transporte, à infraestrutura urbana, ao trabalho, ao lazer, etc. O direito à moradia é garantido, também, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, enunciado no parágrafo 1 do 25.º artigo (SPINK, et al., 2020, pp. 4-5).

Além do direito à moradia, existe o conceito de habitação digna, que é definido pela ONU como aquela que “oferece condições de vida sadia, com segurança, apresentando infraestrutura básica” (DIAS, 2010, p. 69).

Para Wirti e Bernardelli (2017, p. 81) a favela expressa “a ausência do direito à habitação digna, do direito à cidade, colocada a uma parcela dos habitantes em condição de segregação socioespacial” e ainda destacam a favela tem sua origem na “transformação da terra em mercadoria, estando seu acesso mediado pela capacidade financeira individual de adquiri-la no mercado imobiliário”.

Segundo Cardoso (2010) apud Silva (2014, p. 43) o direito à moradia “depende da ação do estado para se concretizar”, sendo “estabelecido como premissa no contexto de declarações, leis e programas cujo objetivo é tornar este direito um fato”, conforme corroboram Spink, et al.(2020).

Na administração pública, despesa empenhada é o valor do crédito orçamentário ou adicional utilizado para fazer face a um compromisso assumido, sendo aplicável a todos os entes da Federação (CNMP, 2017). A habitação está entre as despesas empenhadas por função do governo municipal de Teresópolis. Entre os anos de 2015 e 2022, foi empenhado o valor de R\$ 408.380,00 em habitação, o que representa um percentual de empenho de 0,02% em relação ao total empenhado no mesmo período com as demais funções, que totaliza mais de R\$ 2.1 bilhões. No mesmo período, o total orçado com habitação foi de R\$ 12.379.656,71 (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2022), conforme mostra o quadro 4.

O quadro 3 retrata que o bairro São

Quadro 4 - Despesa orçada e empenhada em habitação no município de Teresópolis

Ano	Valor orçado	Valor empenhado	Percentual de empenho	Total da despesa empenhada
2015	R\$ 8.152.900,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 273.692.644,07
2016	R\$ 599.157,32	R\$ 408.380,00	0,18%	R\$ 221.710.703,07
2017	R\$ 159.786,77	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 230.016.845,47
2018	R\$ 170.346,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 253.365.290,48
2019	R\$ 3.273.194,61	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 283.445.972,46
2020	R\$ 10.300,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 280.705.627,44
2021	R\$ 10.712,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 314.694.964,12
2022*	R\$ 3.260,01	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 317.145.256,09
Total	R\$ 12.379.656,71	R\$ 408.380,00	0,02%	R\$ 2.174.777.303,20

* Até o mês de setembro de 2022.

Fonte: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (2022) adaptado pelo autor.

Analisando o quadro 4, no período de 2015 a setembro de 2022, pode ser evidenciado o baixo percentual de empenho da despesa com habitação.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para este artigo, o método de pesquisa utilizado é de cunho qualitativo, adotando as estratégias de pesquisa bibliográfica, sendo entendida por Gil (2002) como a leitura, análise e interpretação de material impresso, entre os quais podem ser citados livros, documentos, periódicos, imagens, entre outros. Pode ser classificada baseando-se em dois critérios: quanto aos fins, recorrendo à pesquisa exploratória, que busca estudar através de leitura de artigos, teorias que foram propostas por diferentes autores sobre o mesmo assunto, e descritiva, sendo utilizada para identificar determinadas características de determinado fenômeno, como o déficit habitacional em Teresópolis. Quanto ao gênero textual utilizado, foi o relato de caso, onde é oferecida uma fundamentação teórica robusta para o entendimento prévio do leitor quanto as propostas desta pesquisa em seus objetivos geral e específicos.

De acordo com Quintana, Secchin e Fonseca (2019), a composição de um relato de caso é formada por introdução, desenvolvimento e conclusão. Inicialmente, é definido pelo autor as questões a serem estudadas, bem como os objetivos e a justificativa, sendo seguido da metodologia aplicada. Além disso, é apresentada uma revisão bibliográfica, trazendo definições técnicas e conceitos referentes ao tema, tendo autor dever de relatar a forma como aconteceu o caso estudado.

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Superintendência de Fundos Especiais Municipais (SUFEM)

A primeira iniciativa de política pública para combater o problema do déficit habitacional em Teresópolis e as favelas que estavam crescendo em ritmo acelerado foi a SUFEM, sigla pelo qual era conhecida a Superintendência de Fundos Especiais Municipais, uma autarquia idealizada

por Omar Duarte Magalhães, 34.º prefeito municipal de Teresópolis, em 1960 (ÚTIMA HORA, 1960, p. 4). O Projeto de Lei n.º 20/1960, que instituiu a criação da SUFEM, foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Vereadores em 9 de agosto de 1960 (ÚTIMA HORA, 1960, p. 4).

Após a criação da SUFEM, teve início em Teresópolis um processo de compra, doação e desapropriação de terrenos por parte do poder público municipal. A Câmara Municipal de Vereadores aprovou um projeto, em agosto de 1960, que dispunha sobre a doação de uma área de terra que era de propriedade da Teresópolis Imobiliária Ltda. (TIL) com mais de 316 mil metros quadrados na localidade de Vidigueiras, onde hoje situa-se a parte baixa do bairro São Pedro. O projeto inicial previa dividir a área em 800 lotes que seriam vendidos a 30 mil cruzeiros cada, podendo ser financiados em até 5 anos. Além da Vidigueiras, a prefeitura apropriou-se de uma área de 286 mil metros quadrados no bairro de Fátima, doada pela também TIL. Ambas as localidades estavam destinadas à construção de bairros populares, com o objetivo principal de acabar com as favelas (ÚTIMA HORA, 1960).

Em dezembro de 1961, teve início a construção do bairro operário na Vidigueiras, que já começava a ser denominado oficialmente como São Pedro após cerimônia que contou com a presença de autoridades políticas da época, como o prefeito municipal e os membros da câmara de vereadores, conforme ilustra a figura 4. Além disso, o legislativo autorizou o prefeito a lavrar escritura pública de doação de imóveis da prefeitura em favor da SUFEM (DUARTE, 1961).

Em janeiro de 1962, foi aberto edital público de concorrência para a construção das casas populares, e o vencedor foi a construtora Wilson Construções e Imóveis, que ficou responsável pela construção de 40 casas populares no São Pedro. Em paralelo a isso, cerca de 20 famílias foram despejadas do bairro Fazendinha, sendo a primeira favela extinta de Teresópolis desde o advento da SUFEM (DUARTE, 1962, p. 5; ÚTIMA HORA, 1962, p. 10).

Além das 40 casas previamente acordadas com a construtora vencedora do edital, havia um plano de construir mais 560 unidades habitacionais no bairro São Pedro (ÚTIMA HORA, 1962, p. 10). Cerca de 100 pessoas estavam envolvidas diretamente na construção da primeira remessa de casas (ÚTIMA HORA, 1962, p. 10).

Em 20 de janeiro de 1963, através de cerimônia que contou com autoridades políticas estaduais e municipais, foi inaugurado o Bairro Operário, Prefeito Omar Magalhães, com a entrega de 70 casas — 30 a mais do que era previsto inicialmente (ÚTIMA HORA, 1963, p. 5).

Figura 4 – Obras do bairro operário na Vidigueiras



Fonte: PERES (2013).

A figura 4 retrata o então prefeito municipal, Omar Magalhães, acompanhando as obras do bairro Operário na Vidigueiras, parte da proposta idealizada pela SUFEM, política pública idealizado pelo Prefeito Omar Magalhães.

Aluguel Social

Aluguel Social é um benefício social estadual instituído pelo Decreto Estadual n.º 42.406, de 14 de abril de 2010, através do Programa Morar Seguro, criado, de acordo com Machado (2013, p. 5), como “política de governo para beneficiar a população do Estado do Rio de Janeiro que tiveram suas casas destruídas por tragédias da natureza ou que vivem em áreas consideradas de risco” sendo regulamentado em julho de 2011, por meio do Decreto Estadual n.º 43.091/2011 (LEGISWEB, 2011).

Em Teresópolis, o Aluguel Social foi utilizado para amparar as famílias vítimas da tragédia climática de 2011, que atingiu fortemente o município. O número de pessoas desalojadas foi estimado, na época, em mais de 9 mil, sendo 6 mil desabrigados. O benefício começou a ser pago em março do mesmo ano através de caráter emergencial, no valor de R\$ 500,00. (G1, 2011)

Apesar de ser um benefício social importante no âmbito do direito à moradia, Santos, Medeiros e Luft (2016, p. 228) criticam o caráter provisório do Aluguel Social, destacando que é, para os governos, “uma forma temporária de prover o direito à moradia digna enquanto não é possível uma solução definitiva” visto que “a moradia é um direito essencial amplamente garantido em nosso ordenamento jurídico”, tendo o poder público “dever de garantir que ele seja efetivado”. Medeiros e Santos (2016, p. 29) destacam a necessidade de abordar de forma mais ampla a política de aluguel social, “não apenas aplicada aos casos emergenciais, visto que pode ser implementada como política de combate ao déficit habitacional como solução definitiva”.

Segundo Cruz e Giacobbo (2021, p. 2-3), apesar de o Aluguel Social ser “importante para atender famílias em situação de desalojamen-

to temporário, não têm impacto significativo no combate ao déficit habitacional”, embora seja “capaz de mitigar alguns dos efeitos nocivos originados pela crise do urbanismo, bem como promover a garantia do direito à moradia por meio da posse segura e permanente dos imóveis, combatendo — em parte — os efeitos do déficit habitacional”. Já Trindade e Vecchi (2019, p. 52) ressaltam que o Aluguel Social é “um importante instrumento na proteção do direito à moradia”, e que é “difícil trabalhar com o tema da locação social em um país onde a cultura da casa própria foi historicamente arraigada” sendo o “sonho da casa própria” objeto de realização aos trabalhadores.

Entre fevereiro de 2011 e setembro de 2022, foram executados 179.267 pagamentos do benefício Aluguel Social em Teresópolis, com uma média de 1.265 pagamentos por mês. O valor total pago neste período foi de R\$ 89.640.000,00 (PORTAL ALUGUEL SOCIAL, 2022), conforme mostra o quadro 5.

Quadro 5 - Execução orçamentária e média de pagamentos do benefício Aluguel Social no município de Teresópolis, no período de 2011 a 2022.

Ano	Quantidade média de pagamentos/mês	Valor total
2011	2.328	R\$ 12.806.000,00
2012	2.601	R\$ 15.605.000,00
2013	1.943	R\$ 11.664.000,00
2014	1.916	R\$ 11.493.500,00
2015	1.812	R\$ 10.872.500,00
2016	1.614	R\$ 9.684.000,00
2017	1.279	R\$ 7.674.500,00
2018	593	R\$ 3.559.500,00
2019	363	R\$ 2.177.500,00
2020	279	R\$ 1.673.500,00
2021	258	R\$ 1.546.500,00
2022	196	R\$ 883.500,00
Total	15.182	R\$ 89.640.000,00

Fonte: PORTAL ALUGUEL SOCIAL (2022) adaptado pelo autor.

Através do quadro 5, é possível verificar que no período de 2011 a 2022 o pagamento de Aluguel Social totalizou a importância de R\$ 89.640.000,00 sendo nos anos iniciais, um número bem maior em quantidades e valores.

Minha Casa, Minha Vida

Minha Casa, Minha Vida foi um progra-

ma governamental de habitação federal criado em março de 2009 por meio da Lei nº 11.977, tendo como finalidade “criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00” (BRASIL, 2009).

O programa coloca em prática o que era previsto desde que o direito à moradia se tornou constitucional no país em 2000, tendo início com a Lei nº. 10.257 de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, que tem como objetivo nortear o desenvolvimento das cidades e trazer instrumentos de regularização fundiária e de democratização da gestão urbana (LAGE & MARQUES, 2021).

Para coordenar a execução das políticas públicas do Estatuto da Cidade, foi criado em 1 de janeiro de 2003 o Ministério das Cidades. No ano seguinte, foi instituída uma nova Política Nacional de Habitação, tendo como principais instrumentos o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e Plano Nacional de Habitação (PlanHab), instituídos pela Lei n.º 11.124 de 2005, que tem como finalidade combater o déficit habitacional no Brasil (SILVA, 2021, p. 189).

D’Amico (2011, p. 47-48) destaca que o programa Minha Casa, Minha Vida tem caráter social na busca de “ampliar as liberdades das pessoas pela diminuição do déficit habitacional, sobretudo das famílias das classes sociais mais pobres” e econômico, ligado ao crescimento do país, se tratando de uma “política anticíclica, para estimular o setor da construção civil, [...] que emprega grande quantidade de mão de obra de baixa qualificação e que tem uma grande participação no PIB do país”. Para Desordi (2015, p. 217) o Minha Casa, Minha Vida garante o direito fundamental da dignidade da pessoa humana, sendo “inquestionável e conclusivo que o direito à moradia não se consubstancia somente na construção de casas, mas compreende a qualidade de vida como um todo”.

De acordo com Romagnoli (2012, p. 129) o Minha Casa, Minha Vida inovou com relação às “questões ligadas ao financiamento e a instrumentalização dos recursos” apesar de deixar a desejar “em assuntos já bastante discutidos no país, como o planejamento urbano e a regularização fundiária”. O Globo (2021) destaca que o programa não conseguiu cumprir seu principal objetivo: dar moradia a quem não tem visto que o déficit habitacional permaneceu no mesmo patamar durante sua existência.

Parque Ermitage

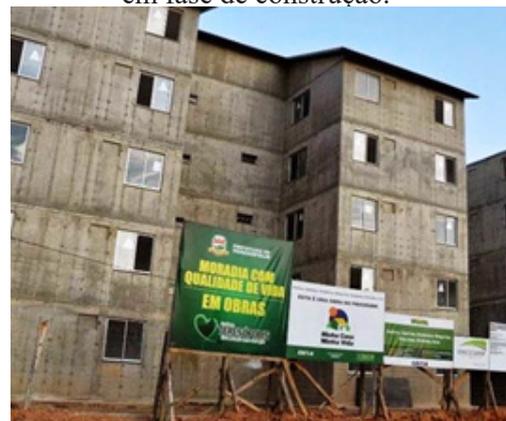
Segundo Lemos (2012, s.p.) o programa Minha Casa, Minha Vida foi responsável por financiar a construção do Conjunto Habitacional Parque Ermitage, destinado às vítimas da tragédia

climática de 2011, em um terreno de 190 hectares que era conhecido como Fazenda Ermitage, nas margens da Rodovia BR-116. O projeto inicial era de construir mais de 1.600 moradias, divididas em 72 prédios e 8 condomínios, contando ainda com quarenta unidades comerciais, parque público, duas creches e uma escola, com investimento total previsto no valor de R\$ 177,4 milhões (PORTAL TERÊ, 2012; NUNES, RITTO & OLIVEIRA, 2013; SEAERJ, 2013; WERNECK, 2018).

O início da construção do conjunto habitacional foi marcado por um longo impasse. O terreno levou mais de um ano e meio para ser desapropriado, conforme ressaltou Lemos (2012). Inicialmente, o valor da desapropriação seria de R\$ 13 milhões, porém o governo do estado conseguiu uma liminar que reduziu para R\$ 5,7 milhões. Foi planejado que as obras iniciassem em outubro de 2012, porém atrasaram (PORTAL TERÊ, 2012; NUNES, RITTO & OLIVEIRA, 2013).

As obras só tiveram efetivamente seu início em 2014, como lembra O Estado de S. Paulo (2015). No entanto, à medida que as primeiras moradias estavam ficando prontas, surgiu um novo impasse: a construção de um viaduto, para facilitar o acesso dos moradores aos condomínios. Por ser um trecho com grande fluxo de veículos, torna-se perigoso para a passagem de pedestres, sendo necessário a construção do viaduto, conforme ressaltou Leal (2015). A Caixa Econômica Federal chegou a impor a construção do viaduto como condição para entregar as moradias (VIEIRA, 2016).

Figura 5 - Conjunto Habitacional Parque Ermitage em fase de construção.



Fonte: OLIVEIRA (2019).

Na imagem, é possível observar uma placa (a primeira da esquerda para a direita) com tom publicitário feita pela Prefeitura Municipal de Teresópolis, que trata as moradias que estavam ali sendo construídas como sinônimo de qualidade de vida.

Em 2016, o Ministério Público do Rio de Janeiro expediu uma recomendação às autoridades públicas e privadas para acelerar o assentamento

das famílias no Conjunto Habitacional Parque Ermitage. O órgão ponderou que “a situação envolve riscos existenciais (relativos ao direito à moradia adequada), sociais, econômicos e ambientais” e uma das preocupações estava relacionada ao “acesso ao condomínio, próximo à rodovia BR-116, em trecho perigoso” (MPRJ, 2016).

Tendo em vista que o viaduto levaria considerável tempo para ficar pronto, com objetivo de acelerar a entrega das habitações, o governo encontrou uma alternativa: construir um túnel subterrâneo para facilitar o acesso dos pedestres (TERESÓPOLIS JORNAL, 2016). O atraso na entrega estava causando revolta nos futuros moradores, que ameaçavam invadir o local como forma de protesto (ALVES, SOUZA, et al., 2019). A solução paliativa se tornou definitiva: até hoje o viaduto não foi construído, sendo o túnel o principal meio de acesso dos moradores ao local — este mesmo túnel que apresenta condições precárias a seus usufrutos (OLIVEIRA, 2019).

A entrega das moradias ocorreu em 15 de junho de 2017, por meio do INEA, contando com a presença do secretário e funcionários do órgão supracitado, bem como os moradores do Conjunto Habitacional, que receberam suas chaves e foram autorizados a entrar em suas moradias, sem a presença da mídia (ALVES, SOUZA, et al., 2019).

Portella e Oliveira (2017, p. 502) citam Marchezini (2015) ao fazerem uma análise sobre o impasse que os atingidos pela tragédia viveram durante os anos que levaram desde o evento climático até o assentamento no Parque Ermitage, afirmando que “as forças do Estado constituem uma biopolítica do desastre, com técnicas que, no período do evento extremo em si, fazem viver e que, posteriormente, deixam morrer, ao se desconectarem das necessidades e demandas sociais de reconstrução”.

CONCLUSÃO

No presente artigo, buscou-se trazer como tema central um olhar sobre o déficit habitacional em Teresópolis e todas as implicações que envolvem tal fenômeno. Para isso, foram considerados seletos aspectos que podem ser vistos como consequências do déficit habitacional e uma análise das políticas públicas idealizadas com objetivo de minimizar, combater ou resolver o problema, trazendo a ideia principal, nível de investimento financeiro e a execução prática, com aspectos positivos e negativos, baseado na visão de outros autores.

Ao analisar as implicações do déficit habitacional em Teresópolis, logo podemos pensar no tripé da sustentabilidade, sendo composto por três aspectos fundamentais: social, ambiental e econômico. Ao ter este conceito idealizado, seu autor pensou que cada um deles precisam estar es-

tritamente integrados entre si para chegar à sustentabilidade propriamente dita. Apesar de ser pensado para o ambiente empresarial, podemos trazê-lo para analisar o fenômeno do déficit habitacional e suas implicações. Há uma clara violação em cada um dos aspectos do tripé, a começar pelo meio ambiental, onde observamos que há uma quantidade de moradias sendo construídas de maneira irregular, em áreas de risco, aumentando o desmatamento e contribuindo para eventos climáticos extremos como o mega desastre de 2011, que afetou Teresópolis e toda a sua região, sendo a maior tragédia natural da história do Brasil. No social, podemos relacionar as favelas como sendo locais sem estrutura básica para desenvolver as pessoas que vivem ali, expondo a maioria delas a situações de vulnerabilidade, como a criminalidade e as drogas, especialmente os mais jovens, sendo os principais afetados. E por fim, o econômico, visto que nesses locais residem pessoas economicamente desfavorecidas, que constroem suas residências em locais com estrutura deficiente, justamente pela falta de condição financeira.

Os fenômenos da favelização, desigualdade espacial, inclusão precária, crescimento desordenado, êxodo rural e entre outros, que ocorreram em Teresópolis e foram determinantes para o déficit habitacional, não poderiam ter sido evitados — foi uma consequência do crescimento repentino e desordenado do país — embora pudessem ter sido amenizados. Hoje, na proporção que temos de pessoas vivendo em favelas e áreas de risco, tornou-se um cenário irreversível. Não existe viabilidade real de construir casas populares para todos que moram em favelas ou locais de risco, como idealizou a Sufem nos anos 1960, quando este problema já era uma realidade, mas em uma proporção muito menor. Também, não é viável remover todas essas pessoas, pois elas irão morar aonde? O Minha Casa, Minha Vida, responsável por financiar o Parque Ermitage, maior projeto habitacional da história de Teresópolis, foi extinto, sendo substituído por um programa com investimentos muito menores e incapazes de suprir a necessidade habitacional que Teresópolis conclama atualmente. Também, não podemos continuar apoiando programas como Aluguel Social, que apesar de ser um benefício social que tem como objetivo amenizar os impactos do déficit habitacional, incentiva as pessoas a morar de aluguel, não tendo sua própria casa.

No atual cenário em que se encontra a questão do déficit habitacional, se faz urgente remover aqueles que vivem em áreas de risco, para evitar novas tragédias humanitárias. Além disso, urbanizar os locais que possuem maior precariedade estrutural (lê-se as favelas), através de ações como a construção de áreas com incentivo ao esporte, lazer e cultura, bem como investimento em

educação e saúde, além do acesso ao saneamento básico e água encanada — uma solução óbvia e proporcional ao tamanho do problema. Sendo assim, as implicações do déficit habitacional, quando não combatidas, são amenizadas em níveis onde seja sustentável garantir o desenvolvimento humano e social.

Como sugestões de pesquisas futuras temos: Déficit habitacional, Habitação em Teresópolis e Favelização em Teresópolis.

REFERÊNCIAS

1. ÁGUAS DO BRASIL. Teresópolis - Águas do Brasil. Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Teresópolis. Teresópolis, p. 234. 2021.
2. ALVES, R. S. P. et al. SOMOS MAIS QUE MEIA DÚZIA!" A luta por moradia e dignidade dos sobreviventes da tragédia de janeiro de 2011, em Teresópolis, região serrana do Rio de Janeiro. *Revista da Jopic*, 2, n. 4, 2019. Disponível em: <<https://www.unifeso.edu.br/revista/index.php/jopic/article/view/935/673>>. Acesso em: 28 Ago 2022.
3. AMARAL, C. Risco a Escorregamentos nas Encostas de Teresópolis. *Revista de Ciência, Tecnologia e Inovação*, Teresópolis, n. 1º, Outubro 2016. 27-40. Disponível em: <<https://www.unifeso.edu.br/revista/index.php/revistacienciatecnologiainovacao/article/view/376/352>>. Acesso em: 23 Set 2022.
4. ARAÚJO, F. D. S. et al. A negação do direito à moradia digna como necropolítica: pandemia, despejos e lutas nas comunidades da Favelinha e Conjunto Otacílio Holanda - Cidade Universitária, Maceió - AL. *Ímpeto - Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Maceió, n. 10, 2020. 101-111. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaimpeto/article/view/11490/7850>>. Acesso em: 9 Set 2022.
5. BORGES, L. F. R.; REBERTE, H. A.; LOCATELLI, P. A. O diagnóstico socioambiental como pressuposto de execução da regularização fundiária em área de preservação permanente: uma análise a partir da atuação do ministério público. *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo*, 9, n. 1, 19 Junho 2017. 31-51. Disponível em: <https://www.esmp.sp.gov.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/229/156>. Acesso em: 7 Set 2022.
6. BOYER, C. Pobreza e desigualdade na favela: pesquisa etnográfica em favela carioca. PUC-Rio. Rio de Janeiro, p. 12. 2012.
7. BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Planalto, 7 Julho 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm>. Acesso em: 21 Ago 2022.
8. CARVALHO, T. M. D. Pobreza e desigualdade na favela: pesquisa etnográfica em favela carioca. PUC-Rio. Rio de Janeiro, p. 6. 2009. XVII Seminário de Iniciação Científica da PUC-Rio.
9. CNMP. Empenho da despesa. Conselho Nacional do Ministério Público, 20 Março 2017. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/comissoes/comissao-de-controle-administrativo-e-financeiro/atuacao/manual-do-ordenador-de-despesas/as-responsabilidades-do-ordenador-de-despesas/empenho-da-despesa>>. Acesso em: 23 Set 2022.
10. COSTA, D. P. D. Utilização de geotecnologias na análise da transformação sócio-espacial urbana da região serrana fluminense: o estudo de caso do distrito sede de Teresópolis. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, p. 185. 2005.
11. COSTA, J. Teresópolis investe na política de regularização fundiária. Prefeitura Municipal de Teresópolis, 25 Junho 2019. Disponível em: <<https://www.teresopolis.rj.gov.br/teresopolis-investe-na-politica-de-regularizacao-fundiaria/>>. Acesso em: 4 Set 2022.
12. CRUZ, A. V.; GIACOBBO, G. E. Políticas públicas de aluguel social no Brasil e suas modalidades: desafios face ao déficit habitacional. XVIII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2021. p. 4.
13. CUNHA, A. D. O IAPI e um projeto do vereador João Smolka. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 15 Junho 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/14656>. Acesso em: 4 Set 2022.
14. D'AMICO, F. O Programa Minha Casa, Minha Vida e a Caixa Econômica Federal. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro e a Caixa - Trabalhos Premiados, Curitiba, 2011. 33-54. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtao.org.br/arquivos/image/201111291655290.LivroCAIXA_T_0.pdf#page=33>. Acesso em: 25 Ago 2022.
15. DEFESA CIVIL/RJ. Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade). Rio de Janeiro. 2012.
16. DESORDI, J. L. Direito à moradia e inclusão social: aspectos positivos e negativos do programa "Minha Casa Minha Vida". Unijui. Ijuí, p. 45. 2015.
17. DIAS, D. S. O direito à moradia digna e a eficácia dos direitos fundamentais sociais. *Revista do Ministério Público do Estado do Pará, Belém*, I, 2010. 65-76. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/data/files/23/37/61/>>

- DA/AA6C87101D91A587180808FF/Revisita%20MP-2010.pdf#page=65>. Acesso em: 14 Ago 2022.
18. DIMENSTEIN, G. Favelização avança para o interior do país. Folha de S. Paulo, 14 Maio 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd1405041.htm>>. Acesso em: 12 Set 2022.
 19. DUARTE, L. Notícias de Teresópolis. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 29 Dezembro 1961. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=76581>>. Acesso em: 11 Ago 2022.
 20. _____. Extinção das favelas com casas populares. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 12 Janeiro 1962. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=76708>>. Acesso em: 11 Ago 2022.
 21. FERNANDES, A. Gasto excessivo com aluguel pressiona déficit habitacional no Brasil. Folha de S. Paulo, 5 Maio 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/gasto-excessivo-com-aluguel-pressiona-deficit-habitacional-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 7 Set 2022.
 22. FERNANDES, D. 4 dados que mostram por que Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório. BBC News Brasil, 7 Dezembro 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761>>. Acesso em: 5 Ago 2022.
 23. FERREIRA, A. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através dos muros. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, 14, n. 828, Junho 2009. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-828.htm>>. Acesso em: 10 Set 2022.
 24. FERREIRA, B. D. H. A. Novo Aurélio – Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
 25. FGV. Milagre Econômico Brasileiro. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 2009.
 26. FOLHA DE S. PAULO. Ocupação desordenada causou a tragédia. Agora São Paulo, 14 Janeiro 2011. Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/saopaulo/ult10103u860363.shtml>>. Acesso em: 16 Set 2022.
 27. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil. Ministério das Cidades, 2008. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br/>>. Acesso em: 30 Jun 2022.
 28. _____. Déficit Habitacional no Brasil (2016-2019). Belo Horizonte, p. 173. 2020.
 29. G1. Aluguel social começa a ser pago em março em Teresópolis, diz prefeitura. G1, 9 Fevereiro 2011. Disponível em: <g1.globo.com/rio-de-janeiro/chuvas-no-rj/noticia/2011/02/aluguel-social-comeca-ser-pago-em-marco-em-teresopolis-diz-prefeitura.html>. Acesso em: 13 Ago 2022.
 30. GALDO, R. Teresópolis também sofre com favelização, Rio de Janeiro, p. 4, 22 Dezembro 2011. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/430138/complemento_1.htm?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 2 Ago 2022.
 31. GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./at_download/file>. Acesso em: 22 Abr 2022.
 32. HAMMOUD, R. H. N. Crescimento, desenvolvimento e desigualdade de renda. Análise dos Clássicos: Furtado, Cardoso e o Milagre Econômico. XI Encontro Regional de Economia - ANPEC-Sul 2008, Salvador, Dezembro 2008. 13. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-07-crescimento_desenvolvime.pdf>. Acesso em: 2 Ago 2022.
 33. IACOVINI, R. F. G. Direito à moradia adequada e urbanização de favelas – reflexões e desafios para uma nova abordagem. Revista Brasileira de Direito Urbanístico | RDBU, 5, n. 8, 2019. 201-232. Disponível em: <<http://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/631>>. Acesso em: 15 Ago 2022.
 34. IBGE. TERESÓPOLIS (3305802) - Relação de Aglomerados Subnormais. Rio de Janeiro, p. 1. 2010.
 35. _____. População em Áreas de Risco no Brasil. Rio de Janeiro, p. 96. 2018. IBGE. Teresópolis (RJ) | Cidades e Estados | IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/teresopolis.html>>. Acesso em: 9 Jul 2022.
 36. IRIB. Clipping – Prefeitura Municipal de Teresópolis - Lei federal de regularização fundiária pode solucionar situação dos moradores de Fonte Santa e Quinta Lebrão (RJ). Instituto do Registro Imobiliário do Brasil, 5 Maio 2019. Disponível em: <<https://www.irim.org.br/noticias/detalhes/clipping-undefined-prefeitura-municipal-de-teresopolis-lei-federal-de-regularizacao-fundiaria-pode-solucionar-situacao-dos-moradores-de-fonte-santa-e-quinta-lebrao-rj>>. Acesso em: 7 Set 2022.
 37. JORNAL DO BRASIL. INPS fiscaliza e evita favela em Teresópolis. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 30 Junho 1974. Dis-

- ponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/37150>. Acesso em: 4 Set 2022.
38. LAGE, R. D. O.; MARQUES, T. E. R. Estatuto da Cidade – as normas e os instrumentos trazidos pela Lei 10.257/2001. Lage e Portilho Jardim, 21 Abril 2021. Disponível em: <<https://lageportilhojardim.com.br/blog/estatuto-da-cidade/>>. Acesso em: 21 Ago 2022.
39. LEAL, L. N. Viaduto barra entrega de prédio a vítimas da chuva em Teresópolis. Estadão, 18 Maio 2015. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,viaduto-barra-entrega-de-predio-a-vitimas-da-chuva-em-teresopolis-imp-,1689219>>. Acesso em: 28 Ago 2022.
40. LEGISWEB. Decreto nº 43.091 de 20/07/2011. LegisWeb, 21 Juho 2011. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=159540>>. Acesso em: 13 Ago 2022.
41. LEMOS, R. Em Teresópolis, enfim, terreno para construção de casas populares é liberado. Veja, 10 Abril 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/em-teresopolis-enfim-terreno-para-construcao-de-casas-populares-e-liberado/>>. Acesso em: 27 Ago 2022.
42. LIS, L. Déficit habitacional do Brasil cresceu e chegou a 5,876 milhões de moradias em 2019, diz estudo. G1, 4 Março 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/04/deficit-habitacional-do-brasil-cresceu-e-chegou-a-5876-milhoes-de-moradias-em-2019-diz-estudo.ghtml>>. Acesso em: 3 Jun 2022.
43. LOPES, S. D. N. O Direito Fundamental à Moradia como Critério Inafastável de Interpretação das Normas Jurídicas e do Incremento da Função Social da Posse. Processo Civil - Procedimentos Especiais, Rio de Janeiro, Abril 2012. 275-283. Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/10/processocivil_275.pdf>. Acesso em: 14 Ago 2022.
44. MACHADO, E. M. D. S. Relatório de auditoria especial - avaliação do processo de pagamento do aluguel social. Auditoria Geral do Estado – AGE. Rio de Janeiro, p. 48. 2013.
45. MATA, D. D.; LALL, S. V.; WANG, H. G. FAVELAS E DINÂMICA DAS CIDADES brasileiras. Ensaios de Economia Regional e Urbana, Brasília, 2007. 47-64. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Cap_2_29.pdf>. Acesso em: 10 Set 2022.
46. MEDEIROS, M. MP abre caminho para regularização nas terras do INSS. NetDiário, 4 Outubro 2018. Disponível em: <<https://netdiario.com.br/noticias/mp-abre-caminho-para-regularizacao-nas-terras-do-inss/>>. Acesso em: 7 Set 2022.
47. _____. Senado analisa regularização da Quinta-Lebrão, Fonte Santa e Castelinho. NetDiário, 28 Novembro 2018. Disponível em: <<https://netdiario.com.br/noticias/senado-analisa-regularizacao-da-quinta-lebrao-fonte-santa-e-castelinho/>>. Acesso em: 7 Set 2022.
48. MEDEIROS, M. G. P.; SANTOS, A. M. S. P. Direito à moradia: entre o avanço normativo e a prática institucional. A política de aluguel social no rio de janeiro. GeoUERJ, Rio de Janeiro, 16 Dezembro 2016. 20-43. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/download/15464/19557>>. Acesso em: 14 Ago 2022.
49. MELO, N. M. D. LABOGEO: diagnóstico ambiental dos solos do município de Teresópolis-RJ. Anais do III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Goiânia, 2012. Disponível em: <<https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2012/XI-044.pdf>>. Acesso em: 9 Jul 2022.
50. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Dados revisados do déficit habitacional e inadequação de moradias nortearão políticas públicas. Governo do Brasil, 4 Março 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/dados-revisados-do-deficit-habitacional-e-inadequacao-de-moradias-nortearao-politicas-publicas>>. Acesso em: 30 Jun 2022.
51. MORAIS, M. D. P.; KRAUSE, C.; NETO, V. C. L. Caracterização e Tipologia de Assentamentos Precários: estudos de caso brasileiros. Brasília: Ipea, 2016. 548 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160718_caracterizacao_tipologia.pdf>. Acesso em: 26 Jul 2022.
52. MPRJ. MPRJ expede recomendação para acelerar ocupação de condomínio para desabrigados. MPRJ, 9 Novembro 2016. Disponível em: <<https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/35510>>. Acesso em: 28 Ago 2022.
53. MPRJ. MPRJ cumpre mandados de prisão e de busca e apreensão contra integrantes de organização voltada para a prática do tráfico de drogas em Teresópolis. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), 23 Setembro 2020. Disponível em: <<https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/92601>>. Acesso em: 8 Ago 2022.
54. NAÇÕES UNIDAS. ONU-HABITAT participa de seminário em Teresópolis (RJ) sobre regularização fundiária no Brasil. Nações Unidas no Brasil, 1 Julho 2019. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/83580-onu-habitat-participa-de-seminario-em-teresopolis-rj-so>>.

- bre-regularizacao-fundiaria-no-brasil>. Acesso em: 4 Set 2022.
55. NALIN, C. Pandemia e redução do auxílio jogam 23 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, maior nível já registrado. O Globo, 15 Junho 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/06/pandemia-e-reducao-do-auxilio-jogam-23-milhoes-de-brasileiros-abaixo-da-linha-da-pobreza-maior-nivel-ja-registrado.ghtml>>. Acesso em 4 Set 2022.
 56. NETO, F. F. D. A. et al. Reurb - Regularização Fundiária Urbana e a Lei nº 13.465, de 2017. Ministério das Cidades. Brasília, p. 11. 2018.
 57. NETTO, J. L. F. Favelas de Teresópolis crescem com o êxodo rural. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 5 Fevereiro 1978. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=118512>. Acesso em: 1 Set 2022.
 58. NUNES, B.; RITTO, C.; OLIVEIRA, P. Governo atrasa construção de casas e expõe moradores da Região Serrana a novas tragédias. Veja, 19 Março 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/governo-atrasa-construcao-de-casas-e-expoe-moradores-da-regiao-serrana-a-novas-tragedias/>>. Acesso em: 28 Ago 2022.
 59. NUNES, M. A. D. C.; JUNIOR, C. M. A. F. Regularização fundiária urbana: estudo de caso do bairro nova conquista, São Mateus – ES. Revista de Direito da Cidade, 10, n. 2, 2018. 887-916. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/31769/24081>>. Acesso em: 31 Ago 2022.
 60. O DIÁRIO DE TERESÓPOLIS. Sudamtex, um gigante adormecido em Teresópolis. Textile Industry, 21 Maio 2011. Disponível em: <<https://textileindustry.ning.com/forum/topics/sudamtex=-um-gigante-adormecido?commentId=2370240%3AComment%3A110307>>. Acesso em: 26 Jul 2022.
 61. O DIÁRIO DE TERESÓPOLIS. Bairro de São Pedro é destaque em prisões por tráfico no estado. NetDiário, 22 Agosto 2017. Disponível em: <<https://netdiario.com.br/policial/bairro-de-sao-pedro-e-destaque-em-prisoos-por-trafico-no-estado/>>. Acesso em: 6 Ago 2022.
 62. O DIÁRIO DE TERESÓPOLIS. PM atenta ao risco de migração da criminalidade. NetDiário, 21 Fevereiro 2018. Disponível em: <<https://netdiario.com.br/noticias/pm-atenta-ao-risco-de-migracao-da-criminalidade/>>. Acesso em: 8 Ago 2022.
 63. O DIÁRIO DE TERESÓPOLIS. Tragédia do Perpétuo completa 18 anos. NetDiário, 23 Dezembro 2020. Disponível em: <<https://netdiario.com.br/noticias/tragedia-do-perpetuo-completa-18-anos/>>. Acesso em: 15 Set 2022.
 64. O ESTADO DE S. PAULO. Falta de viaduto barra entrega de prédios a vítimas da chuva em Teresópolis. UOL Notícias, 18 Maio 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/05/18/em-teresopolis-falta-de-viaduto-barra-entrega-de-predios-a-vitimas-da-chuva.htm?mobile&width=600>>. Acesso em: 28 Ago 2022.
 65. O GLOBO. Nem o Dedo de Deus salva. O Globo, 2005. 16. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/36892>>. Acesso em: 2 Jun 2022.
 66. O GLOBO. O efeito positivo do Minha Casa Minha Vida. O Globo, 1 Março 2021. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/opiniao/post/o-efeito-positivo-do-minha-casa-minha-vida.html>>. Acesso em: 9 Set 2022.
 67. OLIVEIRA, M. Moradores da Fazenda Ermitage, em Teresópolis, protestam devido a condições precárias de acesso ao local. Portal Multiplix, 30 Janeiro 2019. Disponível em: <<https://www.portalmultiplix.com/noticias/cotidiano/moradores-da-fazenda-ermitage-em-teresopolis-protestam-devido-a-condicoes-precarias-de-acesso-ao-local>>. Acesso em: 28 Ago 2022.
 68. OLIVEIRA, M. L. D.; REIS, É. V. B. A regularização fundiária urbana e rural: necessidade de marcos teóricos e de políticas públicas distintos. Revista Brasileira de Políticas Públicas, 2017. 42-55. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/40428/2/A%20regulariza%3%a7%3%a3o%20fundic%3%a1ria%20urbana%20e%20rural%20.pdf>>. Acesso em: 29 Ago 2022.
 69. OSÓRIO, M. Verão e favelas. CDL Rio, 22 Janeiro 2013. Disponível em: <<http://www.cdlrio.com.br/2013/01/verao-e-favelas/>>. Acesso em: 10 Set 2022.
 70. PAULINO, A. E. L. O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. Revista Katálysis, v. 23, p. 562-571, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p562/44326>>. Acesso em: 2 Ago 2022.
 71. PEREIRA, L. A. D. S. A maior tragédia ambiental do Brasil: as consequências da falta de planejamento urbano em Teresópolis –RJ. VI Simpósio de Engenharia Ambiental do Espírito Santo & I Simpósio de Construção Civil e Urbanismo do Espírito Santo. [S.l.], p. 4. 2011.
 72. _____. Eventos naturais extremos e a falta de planejamento urbano: potencializando perdas de vidas e econômicas. Anais do 14º Encontro de Geógrafos de América Latina, Perú,

2013. Disponível em: <<http://observatorio-geograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/076.pdf>>. Acesso em: 23 Jul 2022.
73. _____. A cidade no ensino de geografia: uma proposta metodológica para o ensino médio. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2019.
74. PERES, W. A velha política da promessa de casas em Teresópolis. Blog do Wanderley Peres, 5 Abril 2013. Disponível em: <<https://wanderleyperes.blogspot.com/2013/04/a-velha-politica-da-promessa-de-casas.html>>. Acesso em: 11 Nov 2022.
75. _____. Bairros de Teresópolis: 60 anos do surgimento de Perpétuo e Rosário. Net Diário, 17 Junho 2022. Disponível em: <<https://netdiario.com.br/noticias/bairros-de-teresopolis-60-anos-do-surgimento-de-perpetuo-e-rosario/>>. Acesso em: 11 Nov 2022.
76. PLANALTO. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Presidência da República - Planalto, 25 Fevereiro 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 10 Ago 2022.
77. PLANALTO. Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021. Planalto, 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14118.htm>. Acesso em: 9 Set 2022.
78. PORTAL ALUGUEL SOCIAL. Aluguel Social - Pagamentos. Portal Aluguel Social, 2022. Disponível em: <<http://www.portalaluguel-social.rj.gov.br/Default.asp>>. Acesso em: 22 Set 2022.
79. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Execução (Despesa) - Por Função. Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Teresópolis, 2022. Disponível em: <<https://teresopolis.eloweb.net/portaltransparencia/despesa/funcao>>. Acesso em: 23 Set 2022.
80. PORTAL TERÊ. Casas populares: mais uma promessa. Portal Terê, 25 Maio 2012. Disponível em: <http://www.portaltere.com/noticias/notictere01883_120525.htm>. Acesso em: 22 Ago 2022.
81. _____. Estado tem a posse da Fazenda Ermitage. Portal Terê, 11 Setembro 2012. Disponível em: <http://www.portaltere.com/noticias/notictere01970_120911.htm>. Acesso em: 28 Ago 2022.
82. PORTELLA, S. L. D.; OLIVEIRA, S. S. S. Vulnerabilidades deslocadas e acirradas pelas políticas de habitação: a experiência do Terra Nova. Redução de vulnerabilidade para desastres: do conhecimento a ação, 2017. 499-516. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/profile/Victor-Marchezini/project/Book-Reduction-of-Vulnerability-to-Disasters-from-Knowledge-to-Action-Reducao-de-Vulnerabilidade-a-Desastres-do-conhecimento-a-acao/attachment/5a1847a6b53d2f6747c5b717/AS:564256523001856@15115>>. Acesso em: 13 Set 2022.
83. PRETTO, S. A.; MARZULO, E. P. O Conceito de Favela/Slum Segundo o IBGE e a ONU. XXV Salão de Iniciação Científica (SIC) da UFRGS, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/92016/Poster_30704.pdf?sequence=2>. Acesso em: 18 Jun 2022.
84. QUINTANA, C. L. P.; SECCHIN, J. A.; FONSECA, D. A. Relato de caso: uma proposta para trabalhos acadêmicos em administração e ciências contábeis. IV Congresso Acadêmico Científico do Unifeso, Teresópolis, n. 4, 2019. 67-74. Acesso em: 4 Out 2022.
85. RABE, R. Teresópolis (RJ) - São Pedro. YouTube, 15 Agosto 2018. Vídeo no YouTube com imagens aéreas do bairro São Pedro. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IhTvVcvydwI>>. Acesso em: 22 Set 2022.
86. RADIO FRANCE INTERNATIONALE. Política de urbanização agravou tragédia em Petrópolis, diz jornal Le Monde. Carta Capital, 20 Fevereiro 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/politica-de-urbanizacao-agravou-tragedia-em-petropolis-diz-jornal-le-monde/>>. Acesso em: 4 Ago 2022.
87. RESCHILIAN, P. R. Dinâmica urbana e pobreza: a favela como expressão da inclusão precária. Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional, v. I, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/81>>. Acesso em: 6 Ago 2022.
88. ROCHA, D. G. IMAGENS CRISTALIZADAS: a construção dos estereótipos sobre as favelas. Revista Mídia e Cotidiano, v. 11, n. 3, p. 6-24, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/download/9842/6972/40943>>. Acesso em: 6 Ago 2022.
89. ROMAGNOLI, A. J. O programa “minha casa, minha vida”: continuidades e retrocessos. Temas de Administração Pública, 4, n. 7, 2012. 1-29. Disponível em: <https://d1wqtxtslxzle7.cloudfront.net/33922042/O_programa_minha_casa_minha_vida_continuidades_inovacoes_e_retrocessos.-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1661522214&Signature=BZUBNGW0TqUowPVurntu3QneFhSz6~E0g~9SXzWD6kkFtk-g7WpVorrCosiX3zSzLN3JoZkw3BI0YSSX-zo7>. Acesso em: 26 Ago 2022.
90. ROQUE, C. G. et al. Georreferenciamento.

- Revista de Ciências Agro-Ambientais, Alta Floresta, 4, n. 1, 2006. 87-102. Disponível em: <http://www.unemat.br/revistas/rcaa/docs/vol4/10_artigo_v4_.pdf>. Acesso em: 4 Set 2022.
91. SALLES, S. Cerca de 8% da população brasileira mora em favelas, diz Instituto Locomotiva. CNN, 4 Novembro 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cerca-de-8-da-populacao-brasileira-mora-em-favelas-diz-instituto-locomotiva>>. Acesso em: 5 Nov 2022.
92. SANTAFÉ, M.; PRZEWODOWSKI, C. Nos atentados à ecologia, o destino fatal do homem. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 11 Fevereiro 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=100439_11&pagfis=42508>. Acesso em: 1 Set 2022.
93. SANTIN, J. R.; COMIRAN, R. Direito urbanístico e regularização fundiária. Revista de Direito da Cidade, 10, n. 3, 2018. 1595-1621. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/32734/26014>>. Acesso em: 7 Set 2022.
94. SANTOS, A. M. S. P.; MEDEIROS, M. G. P.; LUFT, R. M. Direito à moradia: um direito social em construção no Brasil – a experiência do aluguel social no Rio de Janeiro. Planejamento e Políticas Públicas - PPP, 5 Julho 2016. 217-242. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6575/1/ppp_n46_direito_moradia.pdf>. Acesso em: 14 Ago 2022.
95. SANTOS, T. P. D. Juventude(s) da periferia: vulnerabilidade e o tráfico de drogas. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 16, n. 1, p. 14, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22190/14698>>. Acesso em: 6 Ago 2022.
96. SEAERJ. Região Serrana - Ações e soluções. Seaerj, Outubro 2013. Disponível em: <<https://seaerj.org.br/pps/SEOBRAS.pdf>>. Acesso em: 10 Out 2022.
97. SILVA, P. S. D. A superintendência de urbanização e saneamento – sursan – do Rio de Janeiro; um estudo sobre sua formação e atuação (1957-1960). 30º Simpósio Nacional de História, Pernambuco, Julho 2019. 16. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:FUc-cp0TglvYJ:https://www.snh2019.anpuh.org/recursos/anais/8/1564270798_ARQUIVO_SILVA,Pedro.ANPUH2019.pdf&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 Ago 2022.
98. SILVA, R. P. D. Urbanização de favelas e o direito à cidade: referências de análise pela experiência da Vila DNOCS, no Distrito Federal. UNB. Brasília, p. 43-44. 2014.
99. SILVA, S. N. D. Favelização Contemporânea. Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP). São Paulo, p. 4. 2010. Para download do arquivo, requer criar uma conta no site.
100. SILVA, T. G. L. D. S. E. Os desafios para a concretização do direito à moradia no âmbito do Programa “Minha Casa Minha Vida”. Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, São Paulo, 20, 31 Dezembro 2021. 177-213. Disponível em: <https://es.mpsp.mp.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/473/340340477>. Acesso em: 21 Ago 2022.
101. SIQUEIRA, J. R. M. D.; CABRAL, I. Convergência entre a mitigação do déficit habitacional e a questão ambiental: um estudo de caso na região de Teresópolis. IX engema - encontro nacional sobre gestão empresarial e meio ambiente. Curitiba: [s.n.]. 2007. p. 17.
102. SIQUEIRA, J. R. M. D.; CABRAL, I.; SILVA, F. D. Deficit habitacional e a questão ambiental em Teresópolis: análise de um projeto de construção de casas populares, usando embalagens de polietileno. Revista de Administração Municipal, Setembro 2010. 42-51. Disponível em: <<http://lam.ibam.org.br/predownload.asp?area=4&arq=07DEFICIT.pdf>>. Acesso em: 21 Set 2022.
103. SOARES, M. T. S.; LIMA, M. H. P. A ocorrência de favelas em pequenas e médias cidades do Estado do Rio de Janeiro: o caso de Teresópolis. Anuário do Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, Volume 5, 1981. 42-55. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/article/view/5849/pdf>>. Acesso em: 2 Jun 2022.
104. SPERANDIO, L. Como o Minha Casa Minha Vida agravou nosso déficit habitacional. Caos Planejado, 30 Janeiro 2018. Disponível em: <<https://caosplanejado.com/o-programa-minha-casa-minha-vida-agravou-nosso-deficit-habitacional/>>. Acesso em: 9 Set 2022.
105. SPINK, M. J. P. et al. O Direito à Moradia: Reflexões sobre Habitabilidade e Dignidade. Psicologia: Ciência e Profissão, 40, 2020. 1-14. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/fCt3qfskYJP57ZwvjSCMMYw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 Ago 2022.
106. TERESÓPOLIS JORNAL. Obra no túnel subterrâneo é retomada. Issuu, 8 Julho 2016. Disponível em: <https://issuu.com/teresopolisjornal/docs/tj_08.07.16>. Acesso em: 28 Ago 2022.
107. TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. D. Desastres Naturais: conhecer para prevenir. 3 ed. São Paulo: Instituto

- Geológico, 2015. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/233/2017/05/Conhecer_para_Prevenir_3ed_2016.pdf>. Acesso em: 28 Jul 2022.
108. TRINDADE, P. O. L.; VECCHI, C. A locação social como alternativa à efetivação do direito à moradia no Brasil. *Coletâneas Acadêmicas Direito - 2019*, 2019. 38-57. Disponível em: <https://aluno.facha.edu.br/pdf/ebook/Coletaneas_Academicas_Direito_2019_III.pdf#page=38>. Acesso em: 14 Ago 2022.
109. UFSC. Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2012 - Volume Rio de Janeiro. Florianópolis: Centro Universitário de Estudos e Pesquisas Sobre Desastres. 2013. p. 121.
110. ÚLTIMA HORA. Teresópolis: Câmara aprova a “Sufem”. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 10 Agosto 1960. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=65563>>. Acesso em: 10 Ago 2022.
111. _____. Venda de terras para acabar com as favelas de Teresópolis! Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 19 Agosto 1960. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=65668>>. Acesso em: 10 Ago 2022.
112. _____. “Sufem” já tem diretoria. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 28 Julho 1961. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=74994>>. Acesso em: 11 Ago 2022.
113. _____. Teresópolis: IAPI tem local ideal para Cidade Operária. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 15 Abril 1961. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/386030/73735>>. Acesso em: 4 Set 2022.
114. _____. Visita de Castro Neves criará Cidade Operária. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 4 Maio 1961. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/386030/73984>>. Acesso em: 4 Set 2022.
115. _____. Bairro Operário em ritmo acelerado. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 5 Abril 1962. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=77455>>. Acesso em: 12 Ago 2022.
116. _____. SUFEM quer acabar com favelas e construir 600 casas. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 9 Março 1962. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=77175>>. Acesso em: 12 Ago 2022.
117. _____. Teresópolis - Extinta a Primeira Favela/40 casas em vez de 60. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 16 Fevereiro 1962. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=77045>>. Acesso em: 11 Ago 2022.
118. _____. Casas para favelados. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 4 Fevereiro 1963. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=92416>>. Acesso em: 12 Ago 2022.
119. _____. Teresópolis vai ter também uma “Sursan”. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 9 Agosto 1960. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=65549>>. Acesso em: 10 Ago 2022.
120. VERDELIO, A. Governo lança Programa Casa Verde e Amarela. Agência Brasil, 25 Agosto 2020. Disponível em: <<https://agencia-brasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-08/governo-lanca-programa-casa-verde-e-amarela>>. Acesso em: 9 Set 2022.
121. VIDOR, G. Seria um paraíso. Senado, 17 Janeiro 2011. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/424790/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 12 Set 2022.
122. VIEIRA, I. Cinco anos depois de tragédia, Teresópolis não consegue entregar casas. Agência Brasil, 12 Janeiro 2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/cinco-anos-depois-teresopolis-nao-consegue-entregar-casas-prontas-de-sabrigado>>. Acesso em: 28 Ago 2022.
123. WERNECK, C. R. R. Migrações intraurbanas e interações espaciais, um olhar sobre o Parque Ermitage em Teresópolis -RJ no período de 2011-2018. XIX Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa, julho 2018. Disponível em: <<http://www.eng2018.agb.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoNToiY-ToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSzVZPIjtzOjQ6IjQxNzQiO30iO3M6MT0iaC17czozM-joiOGI0MzRlMzg2OWRhZDI5ZDc2ZjQw-Y2FhMmJmY2RhNjYiO30%3D>>. Acesso em: 28 Ago 2022.
124. WIRTI, D. H.; BERNARDELLI, M. L. F. D. H. A favela cidade de deus em campo grande –ms: gênese, conflitos ea negação do direito à moradia. *Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia*, Rio Claro, 20 Fevereiro 2017. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/12084/8097>>. Acesso em: 15 Ago 2022.

DIVULGAÇÃO E APURAÇÃO DO ATIVO BIOLÓGICO SOB O OLHAR DO CPC 29: UMA ANÁLISE DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS DO SEGMENTO DE CARNES E DERIVADOS EM 2020 E 2021

SOARES, Ana Karolyna Oliveira¹, MUNIZ, Natiara P.²

¹Discente do Curso de Ciências Contábeis do Unifeso, karolynaoliv.cont@gmail.com

²Mestre em Ciências Contábeis e professora dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis do UNIFESO, natiaramuniz@unifeso.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo verificar o nível de aderência ao pronunciamento técnico nº 29 do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC 29) e do International Accounting Statement 41 (IAS 41) das companhias abertas do ramo de carnes e derivados nos anos 2020 e 2021. Para isso, foi dada ênfase ao CPC 29, que estabelece o tratamento contábil e as respectivas divulgações dos ativos biológicos e produtos agrícolas. Os documentos utilizados para a pesquisa foram os Balanços Patrimoniais, Notas Explicativas e as Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2021. A pesquisa identificou que nenhuma das empresas da amostra divulgou todos os itens exigidos pelo CPC 29 e que a empresa Minerva S.A apresentou a melhor divulgação dos seus ativos biológicos na pesquisa e atendeu a 93,75% das exigências apresentadas na tabela do tópico 4.1 deste artigo. Diante dos resultados, observou-se que o Pronunciamento Técnico CPC 29, vigente desde 2009, ainda não foi atendido integralmente pelas companhias abertas do ramo de carnes e derivados.

Palavras-chave: Contabilidade Societária. Ativo Biológico.

ABSTRACT

The purpose of this article is to verify the level of adherence to the technical pronouncement CPC 29 and IAS 41 of public companies in the meat and derivatives sector in the years 2020 and 2021. The emphasis of the article was placed on CPC 29, which establishes the accounting procedure and the respective disclosures of biological assets and agricultural products. The results revealed that none of the companies in the sample disclosed all the items required by CPC 29 and that Minerva S.A was the one that best disclosed its biological assets with 93,75% of adherence to the requirements of the pronouncement. In view of the results, it was observed that the Technical Pronouncement CPC 29, in force since 2009, has not yet been fully complied with by publicly-held companies in the meat products sector.

Keywords: Generally Accepted Accounting Principles; a biological assets.

INTRODUÇÃO

As demonstrações contábeis e financeiras em geral auxiliam na tomada de decisão de seus usuários, sejam eles, internos ou externos, pessoas físicas ou jurídicas. Para que essa tomada de decisão se tornasse mais simples e de fácil compreensão, foram criadas as IFRS- International Financial Reporting Standards, as quais são emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, órgão criado em 2001 que sucedeu ao IASC – International Accounting Standards Committee, que surgiram para consolidar e globalizar os relatórios das demonstrações contábeis e financeiras emitidos pelas empresas, sendo possível fazer comparativos e análises de empresas nacionais e internacionais, facilitando assim, as investidas nessas. (CALIMAN et al., 2019)

No Brasil, as IFRS entraram em vigor em 28/12/2007 após a aprovação de lei 11.638/2007 e teve seu ciclo concluído em 2010 após a emissão

de um conjunto completo de novas normas contábeis nacionais por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, tais normas foram referenciadas por diversos órgãos reguladores, como por exemplo, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o Banco Central do Brasil - BACEN, entre outros. Este Comitê foi criado a partir da Resolução CFC nº 1.055/05 e tem como objetivo o estudo, preparo e a emissão de documentos técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, visando à centralização e uniformização das informações respeitando os padrões internacionais instituídos pelas IFRS.

Neste artigo foi dada ênfase ao CPC 29, que tem por objetivo estabelecer o tratamento contábil e as respectivas divulgações dos ativos biológicos e produtos agrícolas. De acordo com o CPC 29, os ativos biológicos são seres vivos, animais ou plantas, que, após o processo de colheita (extração do produto ou a cessação da vida desse ativo biológico), se transforma em produto agrícola.

Tais ativos passam por uma transformação biológica, que compreende o processo de crescimento, degeneração, produção e procriação que causam mudanças qualitativas e quantitativas.

Com o surgimento do CPC 29 e IAS 41, a partir de 2010 as empresas do segmento de carnes e derivados, por exemplo, ficaram sujeitas a adotar e cumprir as exigências feitas pelo pronunciamento técnico, de forma efetiva e obrigatória. Por este motivo, é necessário analisar como essas empresas realizam a divulgação de seus ativos biológicos e neste artigo foram apresentadas cinco empresas do ramo que possuem capital aberto, e são essas: BRF S/A; JBS; Marfrig; Minerva S/A e Minupar Participações S.A. Com isso, o presente artigo tem como objetivo geral verificar o nível de evidenciação dos ativos biológicos das empresas listadas acima nos anos 2020 e 2021 e pretende-se, ao final deste, responder a seguinte problemática: Qual o nível de aderência às exigências e recomendações do IAS 41 nas demonstrações financeiras das empresas do segmento de carnes e derivados em 2020 e 2021? Para concretizar os objetivos deste artigo, foram utilizados as informações disponíveis no site da CVM, analisando as Demonstrações Financeiras divulgadas pelas empresas em 2020 e 2021, levantando os dados divulgados por elas para apresentar de forma fidedigna, utilizando também tabelas e gráficos para demonstrar os dados coletados. Os objetivos específicos foram divididos da seguinte forma: Apresentar o conceito e os aspectos contábeis sobre o ativo biológico; Identificar os itens que devem ser evidenciados pelas empresas que possuem ativo biológico; Realizar o levantamento das demonstrações contábeis; Levantar os dados apresentados pelas empresas; Tabular os resultados apurados; Apresentar o resultado da pesquisa.

Além desta Introdução, este artigo contém três outras seções: o Referencial Teórico, onde reconhecimento, mensuração e divulgação do ativo biológico são apresentados; a seção de Metodologia, a seção da Análise dos Resultados da pesquisa e, finalmente, a Conclusão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na presente seção são apresentados temas que serviram de suporte para a realização do trabalho, uma abordagem do Pronunciamento Técnico CPC 29 (2009), suas características e particularidades em relação a divulgação e mensuração dos ativos biológicos e produtos agrícolas, bem como, os estudos correlatos que contribuem com a temática estudada.

Conceito de Ativos na contabilidade

Os Ativos de forma mais básica e sem muito aprofundamento formam os bens e direitos que uma entidade possui, tais Ativos podem ser convertidos em recursos monetários através de

sua venda. No Balanço Patrimonial das empresas esses serão divididos em Ativo circulante e Ativo não circulante, dependendo de sua rapidez de conversão em meio monetário.

De forma mais conceituada, Hendriksen & Van Breda (1999:281-3), afirmam que "ativos são essencialmente reservas de benefícios futuros". E mencionam a definição do FASB, encontrada em seu referencial conceitual, no SFAC 62 : "benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma entidade em consequência de transações ou eventos passados".

Nesse raciocínio, Hendriksen & Van Breda (1999:285), analisando a necessidade de existência de direito específico a benefícios futuros, ressaltam que "o direito deve produzir um benefício positivo; os direitos com benefícios nulos ou negativos em potencial não são ativos". E apresentam elucidativo exemplo:

Se um prédio tiver perdido seu valor como gerador de utilidade, seu único valor residirá no sucateamento dos materiais de que é composto. Se o custo de remoção for igual ou superior ao valor de liquidação dos materiais, o prédio não terá valor algum, não devendo ser considerado um ativo.

Consequentemente, Iudícibus (2000:130) destaca três aspectos a serem observados na definição de ativos:

1. o ativo deve ser considerado à luz de sua propriedade e/ou à luz de sua posse e controle; normalmente as duas condições vêm juntas; 2. precisa estar incluído no ativo, em seu bojo, algum direito específico a benefícios futuros (...) ou, em sentido mais amplo, o elemento precisa apresentar uma potencialidade de serviços futuros (fluxos de caixa futuros) para a entidade; 3. o direito precisa ser exclusivo da entidade; (...).

Iudícibus (2000:131) ainda afirma, adicionalmente, que "bens incorporados por doação são ativos, da mesma forma que os adquiridos ou construídos, desde que confirmem à entidade expectativas de benefícios futuros". Martins (1972:29-30) em sua tese de doutorado, adota a seguinte definição: "Ativo é o futuro resultado econômico que se espera obter de um agente". Quanto ao termo 'agente', Martins explica que o conceito conservador é o de qualificar o agente como sendo o ativo. Assim, o autor afirma que:

O computador é um agente que presta diversos serviços, com o cálculo e

armazenagem de dados, e isso constitui o verdadeiro ativo; o computador é apenas o agente. O caminhão é o agente que proporciona o resultado transporte, e este é o ativo.

Sprouse e Moonitz, citados por Iudícibus (2000:129), no ARS no 3, do AICPA 3, de 1962, também encontram espaço, em sua definição, para dizer que os ativos representam "(...) benefícios futuros esperados, direitos que foram adquiridos pela entidade como resultado de alguma transação corrente ou passada"

Pronunciamento Técnico CPC 29: Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas

O pronunciamento contábil, CPC 29 - Ativo Biológico e Produtos Agrícola aprovado em agosto de 2009, proporcionou uma evolução técnica conceitual para a contabilidade rural e ou agrícola no Brasil, pois antes da vigência desta norma o modelo contábil da atividade agrícola era baseado no custo histórico como base de mensuração, reconhecendo o resultado (lucro ou prejuízo) somente na venda. (DA PAZ et al., 2020) Segundo Barros et al. (2012, p.46) “a mensuração dos ativos biológicos era alcançada pela NBC-T 10.14 (Entidades Agropecuárias), que avaliava por seu valor original ou custo histórico, reconhecendo o ganho (ou perda) somente no momento da realização ou venda”.

Em 2009, foi criado o pronunciamento técnico CPC 29 (2009, p.1) baseado no International Accounting Standards (IAS41), com o objetivo de “estabelecer o tratamento contábil, e as respectivas divulgações, relacionados aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas.” A partir desse momento, avanços foram notados principalmente na qualidade de informações e evidenciações, embora não ocorram mudanças no caixa das entidades, somente nas contas de balanço e resultado (BARROS et al., 2012).

O Pronunciamento determina que ativos biológicos são seres (animais ou plantas) vivos, exceto plantas portadoras, controlados desde a sua origem (plantação ou nascimento), até a sua degeneração, no momento da colheita ou abate, sendo estabelecido que após a ocorrência da colheita ou abate o ativo biológico passa a ser estoque tornando-se parte do CPC 16. (BASSINI et al., 2018)

A Norma Brasileira de contabilidade nº TSP 26, determina que essas normas devem ser aplicadas para a produção agrícola, assim considerada aquela obtida no momento e no ponto de colheita dos produtos provenientes dos ativos biológicos da entidade. Posteriormente, o CPC 16 – Estoques, ou outro Pronunciamento Técnico mais adequado, deve ser aplicado. Portanto, a normativa não trata do processamento dos produtos

agrícolas após a colheita, como, por exemplo, o processamento de uvas para a transformação em vinho por vinícola, mesmo que ela tenha cultivado e colhido a uva. Tais itens são excluídos do CPC 29 e da NBC TSP 26, mesmo que seu processamento, após a colheita, possa ser extensão lógica e natural da atividade agrícola, e os eventos possam ter similaridades.

A normativa apresenta alguns exemplos de ativos biológicos, produtos agrícolas e produtos resultantes do processamento depois da colheita, que será demonstrado a seguir:

Tabela 1: Exemplos de Ativos biológicos, produtos agrícolas e produtos resultantes do processamento após a colheita segundo o CPC 29.

Ativos biológicos	Produto agrícola	Produtos resultantes do processamento após a colheita
Carneiros	Lã	Fio, tapete
Plantação de árvores para madeira	Árvore cortada	Tora, madeira serrada
Gado de leite	Leite	Queijo
Porcos	Carcaça	Salsicha, presunto
Plantação de algodão	Algodão colhido	Fio de algodão, roupa
Cana-de-açúcar	Cana colhida	Açúcar
Plantação de fumo	Folha colhida	Fumo curado
Arbusto de chá	Folha colhida	Chá
Videira	Uva colhida	Vinho
Árvore frutífera	Fruta colhida	Fruta procesada
Palmeira de dendê	Fruta colhida	Óleo de palma
Seringueira	Látex colhido	Produto da borracha
Algumas plantas, por exemplo, arbustos de chá, videiras, palmeira de dendê e seringueira, geralmente, atendem à definição de planta portadora e estão dentro do alcance do CPC 27. No entanto, o produto de planta portadora, por exemplo, folhas de chá, uvas, óleo de palma e látex, está dentro do alcance do CPC 29. (Item alterado pela Revisão CPC 08)		

Fonte: CPC 29 (2009)

Reconhecimento e Mensuração.

De acordo com o CPC 29, a entidade deve reconhecer um ativo biológico ou produto agrícola quando a entidade controla o ativo como resultado de eventos passados, quando for prová-

vel que benefícios econômicos futuros associados como o ativo fluam para a entidade e quando o valor justo ou o custo do ativo puder ser mensurado confiavelmente.

Segundo Neto (2018, p. 22), o ativo biológico deve ser mensurado pelo seu valor justo, que nada mais é que, o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Essa mensuração deve ser ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos dispostos no item 30 do CPC 29, em que o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável. Vale ressaltar que o produto agrícola colhido de ativos biológicos da entidade também deve ser mensurado ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita. A mensuração do valor justo destes é facilitada pelo seu agrupamento, de acordo com os atributos significativos reconhecidos no mercado em que os preços se baseiam geralmente pela idade e qualidade. A entidade tem por responsabilidade identificar os atributos que correspondem aos atributos usados no mercado como base para fixar o preço.

Divulgação.

Em consonância, o livro de Contabilidade de Agronegócio de Neto (2018, p. 121 e 131), diz que a entidade deve divulgar o ganho ou a perda do período corrente em relação ao valor inicial do ativo biológico e, também, os decorrentes de mudança no valor justo menos a despesa de venda. A mesma deve fornecer também uma descrição de cada grupo de ativos biológicos, que pode ter a forma dissertativa ou quantitativa, distinguindo entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos, conforme lhe for mais apropriado. Por exemplo, a entidade pode divulgar o total de ativos biológicos passíveis de serem consumidos e aqueles disponíveis para produção por grupos. A entidade pode, além disso, dividir aquele total entre ativos maduros e imaturos e deve divulgar a base para realizar tais distinções.

Nos itens 44 e 45 do CPC 29 observam-se outras subdivisões para os Ativos biológicos, que podem ser consumíveis e de produção ou maduros e imaturos. Os consumíveis são aqueles passíveis de serem colhidos como produto agrícola ou vendidos como ativos biológicos. Exemplos de ativos biológicos consumíveis são os rebanhos de animais mantidos para a produção de carne, rebanhos mantidos para a venda, produção de peixe, plantações de milho e trigo, produto de planta portadora e árvores para produção de madeira. Os de produção, por sua vez, são os demais tipos como, por exemplo: rebanhos de animais para produção

de leite; árvores frutíferas, das quais é colhido o fruto. Ativos biológicos de produção (plantas portadoras) não são produtos agrícolas, são, sim, mantidos para produzir produtos. Os maduros são aqueles que alcançaram a condição para serem colhidos (ativos biológicos consumíveis), já os imaturos, estão aptos para sustentar colheitas regulares (ativos biológicos de produção).

De acordo com os itens 46 ao 48 da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) nº TSP 26, a entidade deve divulgar o valor justo líquido de despesas de venda da produção agrícola obtida durante o período, determinado no momento da obtenção do produto agrícola, deve-se divulgar também: a existência e o valor contábil de ativos biológicos cuja titularidade legal seja restrita e o valor contábil de ativos biológicos dados como garantia de passivos; a natureza e a extensão das restrições da capacidade de a entidade utilizar ou vender ativos biológicos; o montante de compromissos relacionados com o desenvolvimento ou a aquisição de ativos biológicos e as estratégias de gestão de riscos financeiros relacionadas com a atividade agrícola. A empresa deve apresentar a conciliação das mudanças no valor contábil dos biológicos entre o início e o fim do período corrente, tal conciliação é composta do ganho ou perda decorrente da mudança no valor justo que deve ser divulgado separadamente para ativos biológicos de reprodução e/ou produção e ativos biológicos consumíveis. Inclui também: aumentos devido a compras; aumentos devido a ativos adquiridos por meio de transações sem contraprestação; reduções atribuíveis a vendas e a classificação de ativos biológicos como mantidos para venda; reduções devidas à distribuição gratuita ou por valor irrisório; reduções devidas à obtenção do produto agrícola; aumento resultante de combinações no setor público; e etc.

ESTUDOS CORRELATOS

Para complementar este estudo, foram consultados estudos anteriores referentes ao tema tratado, que contribuem para esclarecer e demonstrar os critérios utilizados na evidência dos ativos biológicos e produtos agrícolas.

Rech et al. (2006) fizeram sua análise com base na IAS 41 aplicando seus conceitos de reconhecimento, mensuração e evidência, no segmento de pecuária de corte. O estudo verificou que o método de valor justo é aplicável à pecuária de corte pela existência de um mercado ativo, onde os produtos são homogêneos e as negociações são frequentes, facilitando a análise com base nos valores de mercado.

A pesquisa de Finatelli e Ortega (2013) teve por objetivo identificar o nível de transparência e evidência nas demonstrações contábeis, com uso do CPC 29. Indicaram em seu trabalho

que é significativa a quantidade de empresas que deixaram de evidenciar informações utilizadas na mensuração dos ativos, assim como a taxa de desconto utilizada pela empresa na realização do fluxo de caixa descontado, a inexistência de tais informações prejudicam de forma significativa a análise.

O estudo de Brito (2010) teve por objetivo estudar a subjetividade encontrada na aplicação do valor justo na mensuração dos ativos biológicos na atividade pecuária bovina no Brasil, a partir dos aspectos conceituais e as exigências determinadas pelo Pronunciamento Técnico CPC 29. Os resultados da pesquisa indicaram a aplicação do valor justo na atividade agropecuária, porém, ressaltaram que em algumas fases da vida animal, essa aplicação encontra maiores restrições e gera mais subjetividade.

Barros et al. (2012) realizaram uma análise do impacto da mensuração a valor justo dos ativos biológicos das empresas listadas na BM&FBOVESPA nos exercícios de 2008 a 2010 e enfatizaram o impacto na evidenciação dos ativos biológicos, que apresentaram valores com variação crescente no período.

Silva et al. (2012) analisaram os requisitos de divulgação do CPC 29 nas empresas de capital aberto e fechado do setor de agronegócio. A pesquisa concluiu que a utilização do valor justo como base de mensuração foi utilizado em grande parte da amostra estudada, porém, os autores enfatizam a precariedade das demais informações, inclusive das premissas do método adotado.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos, a pesquisa se caracteriza como descritiva. Essa metodologia, segundo Silva & Menezes (2000, p. 21), descreve as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, envolvendo o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. E de acordo com Raupp e Bauren (2004, p.81), a pesquisa descritiva caracteriza-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda. Neste contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.

Para a pesquisa se fez necessário o uso de procedimentos documentais, pois os dados utilizados foram coletados por meio da análise de relatórios e documentos contábeis divulgados pelas empresas no período de 2021 e 2022, constando as demonstrações financeiras anuais de 2020 e 2021, essas demonstrações serviram de base sólida para apresentação dos resultados. De acordo com Gil (2002, p. 62-3), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de

dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes.

Caracteriza-se ainda como pesquisa qualitativa em se tratando da problemática do artigo. De acordo com o estudo de Raupp e Beuren (2004, p.92), em relação a pesquisa qualitativa pôde-se verificar que “concebem análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último.”

A população utilizada para a realização da pesquisa foram as empresas do segmento de carnes e derivados que possuem capital aberto e evidenciam seus ativos biológicos por meio dos relatórios contábeis. Para isso, foram selecionadas cinco empresas para fazer parte da amostra, são elas: BRF S/A; JBS; Marfrig; Minerva S/A e Minupar Participações S.A.

Para realizar a análise de dados será utilizado um check-list adaptado de Kruger, S. D.; et al. (2014), com intuito de identificar o nível de aderência às exigências e recomendações do CPC 29, no que se refere ao item divulgação de ativos biológicos. Os documentos utilizados para a pesquisa foram os Balanços Patrimoniais, Notas Explicativas e as Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2021, de cada uma das empresas. Todos os dados foram extraídos do site da Comissão dos Valores Mobiliários (CVM).

RESULTADO DA PESQUISA

Após a análise e coleta de dados das demonstrações divulgadas pelas empresas nos anos 2020 e 2021, através de um checklist adaptado de Kruger, S. D.; et al. (2014), foram identificadas as seguintes situações, divididas em 22 itens e seus subitens. Vale ressaltar que, o resultado dos anos 2020 e 2021 foram idênticos, sendo assim, a pesquisa será apresentada de forma unificada.

Resultado da pesquisa consolidado

Tabela 2 – Listagem de itens de divulgação determinados pelo CPC 29								
ANOS:	2020				2021			
	Sim	%	Não	%	Sim	%	Não	%
Itens do CPC 29 referentes à divulgação de ativos biológicos e produtos agrícolas								
1) Há divulgação de ganho ou perda do período em relação (apresentação dos saldos inicial e final do período):								
a) ao valor do ativo biológico?	5	100,00%	0	0,00%	5	100,00%	0	0,00%
b) ao produto agrícola?	1	20,00%	4	80,00%	1	20,00%	4	80,00%
c) à mudança no valor justo, menos a despesa de venda dos ativos biológicos?	2	40,00%	3	60,00%	2	40,00%	3	60,00%
2) Há descrição de cada grupo de ativos biológicos e produtos agrícolas?								
5	100,00%	0	0,00%	5	100,00%	0	0,00%	
3) Há distinção entre os ativos biológicos:								
a) consumíveis e de produção?	4	80,00%	1	20,00%	4	80,00%	1	20,00%
b) maduros e imaturos?	2	40,00%	3	60,00%	2	40,00%	3	60,00%
4) Há divulgação da natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos?								
5	100,00%	0	0,00%	5	100,00%	0	0,00%	
5) Há divulgação de mensurações ou estimativas não-financeiras de quantidade físicas:								
a) de cada grupo de ativos biológicos no final do período?	4	80,00%	1	20,00%	4	80,00%	1	20,00%
b) da produção agrícola durante o período?	2	40,00%	3	60,00%	2	40,00%	3	60,00%
6) Há informações sobre o método e as premissas significativas aplicados na determinação do valor justo de cada grupo de produto agrícola no momento da colheita e de cada grupo de ativos biológicos?								
3	60,00%	2	40,00%	3	60,00%	2	40,00%	
7) Há divulgação do valor justo, menos a despesa de venda do produto agrícola colhido durante o período, determinado no momento da colheita?								
0	0,00%	5	100,00%	0	0,00%	5	100,00%	
8) Há informação sobre:								
a) a existência e o total de ativos biológicos cuja titularidade legal seja restrita?	1	20,00%	4	80,00%	1	20,00%	4	80,00%
b) a existência e o total dos produtos agrícolas cuja titularidade seja restrita?	0	0,00%	5	100,00%	0	0,00%	5	100,00%
9) Há divulgação do montante de ativos biológicos dados como garantia de exigibilidades?								
2	40,00%	3	60,00%	2	40,00%	3	60,00%	
10) Há informações sobre o montante de compromissos relacionados com o desenvolvimento ou aquisição de ativos biológicos?								
3	60,00%	2	40,00%	3	60,00%	2	40,00%	

11) Há divulgação das estratégias de administração de riscos financeiros relacionadas com a atividade agrícola?	3	60,00%	2	40,00%	3	60,00%	2	40,00%
12) Há conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente?	3	60,00%	2	40,00%	3	60,00%	2	40,00%
13) Se, sim, a conciliação inclui:	2	40,00%	3	60,00%	2	40,00%	3	60,00%
a) ganho ou perda decorrente da mudança no valor justo menos a despesa de venda?								
14) Se, sim, a conciliação inclui:								
a) aumentos devido às compras?	2	40,00%	3	60,00%	2	40,00%	3	60,00%
b) reduções atribuíveis às vendas e aos ativos biológicos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos mantidos para essa finalidade?	2	40,00%	3	60,00%	2	40,00%	3	60,00%
c) reduções devidas às colheitas?	2	40,00%	3	60,00%	2	40,00%	3	60,00%
d) aumento resultante de combinação de negócios?	0	0,00%	5	100,00%	0		5	100,00%
e) diferenças cambiais líquidas decorrentes de conversão das demonstrações contábeis para outra moeda de apresentação?	0	0,00%	5	100,00%	0		5	100,00%
f) e, também, do oposto, ou seja, de conversão de operações em moeda estrangeira para a moeda de apresentação das demonstrações da entidade?	2	40,00%	3	60,00%	2	40,00%	3	60,00%
15) Há divulgação separada do total da mudança no valor justo menos a despesa de venda dos ativos biológicos decorrentes de mudanças físicas e de alterações de preços no mercado, incluído no resultado?	2	40,00%	3	60,00%	2	40,00%	3	60,00%
16) Se, sim, as informações são por:								
a) grupo/conta/tipo de ativo?	2	40,00%	3	60,00%	2	40,00%	3	60,00%
17) A entidade mensura ativos biológicos pelo custo, menos qualquer depreciação e perda no valor recuperável acumuladas?	1	20,00%	4	80,00%	1	20,00%	4	80,00%
18) Se, sim, divulga:								
a) descrição dos ativos biológicos e/ou produtos agrícolas?	1	20,00%	4	80,00%	1	20,00%	4	80,00%
b) explicação da razão pela qual o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável?	1	20,00%	4	80,00%	1	20,00%	4	80,00%
c) se possível, uma faixa de estimativas dentro da qual existe alta probabilidade de se encontrar o valor justo?	1	20,00%	4	80,00%	1	20,00%	4	80,00%
d) o método de depreciação utilizado?	1	20,00%	4	80,00%	1	20,00%	5	80,00%
e) a vida útil ou a taxa de depreciação utilizada?	1	20,00%	4	80,00%	1	20,00%	1	80,00%
f) o total bruto e a depreciação acumulada (adicionada da perda por irrecuperabilidade acumulada) no início e no final do período?	0	0,00%	5	100,00%	0		5	100,00%

g) ganho ou perda reconhecido sobre a venda de ativos biológicos mantidos pelo custo?	1	20,00%	4	80,00%	1	20,00%	4	80,00%
h) perdas irrecuperáveis?	0	0,00%	5	100,00%	0	0,00%	5	100,00%
i) reversão de perdas no valor recuperável?	0	0,00%	5	100,00%	0	0,00%	5	100,00%
j) depreciação?	1	20,00%	4	80,00%	1	20,00%	4	80,00%
19) A menção de ativos biológicos previamente mensurados pelo custo, menos qualquer depreciação e perda de valor recuperável que se tornaram mensuráveis pelo valor justo?	0	00,00%	5	80,00%	0	00,00%	5	80,00%
20) Se, sim:								
a) Há uma descrição dos ativos biológicos?	0	00,00%	5	100,00%	0	00,00%	5	100,00%
21) Se, sim:								
a) há uma explicação da razão pela qual a mensuração do valor justo se tornou mensurável de forma confiável?	0	00,00%	5	100,00%	0	00,00%	5	100,00%
22) Se, sim:								
a) há informações sobre o efeito da mudança?	0	00,00%	5	100,00%	0	00,00%	5	100,00%

Fonte: Adaptado de Kruger, S. D.; et al. (2014)

Inicialmente o item 1 que trata sobre a divulgação de ganho ou perda do período em relação ao valor do ativo biológico, produto agrícola e à mudança no valor justo menos a despesa de venda dos ativos biológicos, que nada mais é que a apresentação dos saldos inicial e final do período, tiveram os seguintes resultados, respectivamente: 5/5 empresas, com 100,00%; 1/6 empresas, com 20,00% sendo que este subitem não deve ser levado em consideração visto que a coleta de dados foi apenas em empresas com ativo biológico e coincidentemente uma delas possui produto agrícola em sua atividade e para o último subitem foram 2/5 empresas, com 40,00%.

O item 2 questiona se há descrição de cada grupo de ativos biológicos e produtos agrícolas que tiveram um resultado de 5/5 com 100,00%. Em relação ao item 3 que compreende há distinção entre os ativos biológicos consumíveis e de produção 4/5 empresas fizeram essa divulgação sendo 80,00% da amostra, por outro lado se houve distinção entre maduros e imaturos, apenas 2/5 empresas cumpriram, sendo 40,00%. No item 4 temos a divulgação da natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos, que obtivemos um resultado de 5/5 empresas divulgando tal informado sendo 100,00% da amostra.

Relacionado ao item 5 temos a mensuração ou estimativas não-financeiras de quantidade físicas de cada grupo de ativos biológicos ao final do período e sobre esse item apenas 4/5 empresas fizeram essa apresentação sendo 80,00%. No que

se refere ao item 6 temos o questionamento sobre o método e as premissas significativas aplicados na determinação do valor justo de cada grupo de ativos biológicos, em que apenas 3/5 ou 60,00% das empresas realizaram a divulgação dessas informações em suas notas explicativas. Em seguida temos o item 7 que trata sobre a divulgação do valor justo, menos a despesa de venda do produto agrícola colhido durante o período, este item não foi divulgado por nenhuma das empresas no período informado, visto que a maioria possui apenas ativos biológicos.

Para o cumprimento do item 8 as empresas precisam informar em suas notas explicativas ou nas observações das demonstrações se existe ou o total de ativos biológicos cuja titularidade legal seja restrita e apenas uma das cinco empresas divulgaram essa informação, sendo 20,00%. Trata-se da Minerva S.A. que mesmo não possuindo ativos biológicos na situação descrita acima, fez a divulgação informando justamente que no período não haviam ativos biológicos com titularidade restrita, nestes casos a omissão de informação não pode ser considerada a não existência de algo.

No item 9 é questionado se nas demonstrações existe divulgação do montante de ativos biológicos dados como garantia de exigibilidade, que obtivemos uma fração de 2/5 empresas sendo 40,00%. Já o item 10 indaga se há informações sobre o montante de compromissos relacionados com o desenvolvimento ou aquisição de ativos biológicos, tivemos um resultado de 3/5 compa-

nhas realizando essa divulgação, sendo 60,00% da amostra. Em contrapartida, no próximo item de número 11 temos a divulgação das estratégias de administração de riscos financeiros relacionadas com a atividade agrícola, em que 3/5 empresas cumpriram com as solicitações deste item, com percentual de 60,00%.

De acordo com o item 12, apenas 3/5 empresas fizeram a conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente, que corresponde a 60,00% das companhias da amostra. O item 13 é uma continuação do 12, onde questiona se em tal conciliação está incluído a divulgação do ganho ou perda decorrente da mudança no valor justo menos a despesa de venda, que dessas 3 empresas, apenas 2 informaram. O item 14 por sua vez, também é uma continuação do 12, indagando se em tal conciliação está incluso o aumento devido às compras; reduções atribuíveis às vendas e aos ativos biológicos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos mantidos para essa finalidade; reduções devidas às colheitas; aumento resultante de combinação de negócios e as diferenças cambiais líquidas decorrentes de conversão das demonstrações contábeis para outra moeda de apresentação e também do oposto, ou seja, de conversão em moeda estrangeira para a moeda de apresentação das demonstrações da entidade. Para estes, tivemos os seguintes resultados, respectivamente: 2/5, sendo 40,00%; 2/5, sendo 40,00%; 2/5, sendo 40,00%; 1/5 sendo 20,00%; 0/5, sendo 0,00%; e por fim 2/5, sendo 40,00% das empresas.

O item 15 demanda se há uma divulgação separada do total da mudança no valor justo menos a despesa de venda dos ativos biológicos decorrentes de mudanças físicas e de alterações de preços no mercado, e sobre este item apenas 2 das 5 empresas incluíram em seu resultado tal informado, sendo um percentual de 40,00%. Por sua vez, o item 16 é uma continuação do 15 e questiona se essa informação está dividida por grupo, conta e tipo de ativo, e ambas as 2 empresas que cumpriram com o 15 fizeram o mesmo com o item 16.

Os itens 17 ao 22 são destinados às empresas que mensuram seus ativos biológicos pelo custo, que no caso da amostra temos apenas uma empresa nesta situação, que é a JBS S.A. e serão comentados a seguir.

O item 17 questiona justamente se a empresa mensura ativos biológicos pelo custo, menos qualquer depreciação e perda no valor recuperável acumuladas, e para este temos a fração de 1/5 companhias, sendo 20,00%. No item 18 temos uma continuação do item 17, em que serve apenas para as empresas que mensuram os ativos biológicos pelo custo e faz as seguintes indagações: Se a empresa divulga a descrição dos ativos biológi-

cos mensurados pelo custo; a explicação da razão pela qual o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável; se possível, uma faixa de estimativas dentro da qual existe alta probabilidade de se encontrar o valor justo; o método de depreciação utilizado; a vida útil ou a taxa de depreciação utilizada; o total bruto e a depreciação acumulada no início e no final do período; o ganho ou perda reconhecido sobre a venda de ativos biológicos mantidos pelo custo; perdas irrecuperáveis; reversão de perdas no valor recuperável; e a depreciação. Para estes quesitos, foram encontrados os seguintes resultados, respectivamente: Dos quesitos um ao cinco do item 18 obtivemos o mesmo resultado de 1/5 sendo, 20,00% das empresas; 0/5 sendo 0,00% da amostra; 1/5 sendo 20,00%; 0/5 sendo 0,00%; 0/5 sendo 0,00%; e 1/5 sendo 20,00% das companhias.

No que se refere aos itens 19 ao 22, nenhuma das empresas fizeram a divulgação dos mesmos, sendo as descrições dos itens referente às empresas que mensuram seus ativos biológicos pelo custo menos qualquer depreciação acumulada, que tinham as seguintes solicitações, respectivamente: Menção de ativos biológicos previamente mensurados pelo custo, menos qualquer depreciação e perda de valor recuperável que se tornaram mensuráveis pelo justo; Se há uma descrição dos ativos biológicos; Se há uma explicação da razão pela qual a mensuração do valor justo se tornou mensurável de forma confiável; e se há informação sobre o efeito da mudança.

Resultado por empresa

Neste tópico é apresentado o resultado da pesquisa por empresas através de uma tabela, referente aos itens apresentados no tópico anterior. Visto que os resultados de 2020 foram os mesmos de 2021, será apresentado apenas uma tabela para os dois anos.

Tabela 3: Cumprimento dos itens por empresa

Empresas	Itens divulgados	Quantidade	%
Minerva	1;2;3;4;5;6;8;9;10; 11;12;13;14;15;16	15/22	68,18%
Minupar	1;2;3;4;5	5/22	22,72%
Marfrig	1;2;4;9;11	5/22	22,72%
Brf	1;2;3;4;5;6;10; 11;12;15	10/22	45,45%
Jbs	1;2;3;4;5;6;10;12; 13;14;17;18	12/22	54,54%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Observando a tabela acima podemos verificar que a empresa que melhor divulgou seus ativos biológicos em 2020 e 2021 foi a Minerva S.A. com 68,18% de aderência às exigências do

CPC 29, sem levar em consideração que os itens 17 ao 22 eram específicos apenas para as empresas que mensuram seus ativos pelo custo menos qualquer depreciação acumulada, desconsiderando estes itens a empresa estaria com 93,75% de aderência às exigências, visto que a mesma mensura seus ativos biológicos pelo valor justo menos as despesas de venda, trazendo um percentual excelente em relação às demais empresas da amostra.

Outro destaque que temos em relação à tabela acima é para as empresas que tiveram o pior desempenho entre as empresas da amostra, trata-se da Minupar Participações S.A e da Marfrig, que cumpriram apenas cinco exigências das vinte e duas elencadas na tabela que se encontra no tópico 4.1 deste, nos anos de 2020 e 2021, que foi feita com base no pronunciamento técnico CPC 29. Apesar de terem a mesma quantidade de exigências cumpridas, tiveram itens que uma fez a divulgação e a outra não, itens esses que são de extrema importância para que seja realizado a melhor divulgação e apuração dos ativos biológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por objetivo verificar o nível de aderência, às exigências e recomendações do Pronunciamento técnico CPC 29 - Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas, das companhias abertas do segmento de carnes e derivados, nos anos 2020 e 2021. Através das demonstrações financeiras e notas explicativas, identificaram-se os critérios de evidência e mensuração dos ativos biológicos das companhias da amostra, a fim de verificar se estes atendem as exigências do pronunciamento.

Observou-se por intermédio da pesquisa que, todas as empresas da amostra divulgaram os saldos inicial e final do período em relação ao valor do ativo biológico e também descreveram cada grupo de ativos biológicos e a natureza das atividades envolvendo cada um desses grupos conforme orienta o CPC 29. Porém, essas foram as únicas exigências que todas as empresas cumpriram nos respectivos anos de pesquisa deste.

Constatou-se que, apenas 20% das companhias mensuram seus ativos biológicos pelo custo menos qualquer depreciação e perda no valor recuperável acumuladas. O que chama atenção é que essa empresa divulgou também, de forma correta, o motivo pelo qual o valor justo não poderia ser mensurado de forma confiável, a descrição desses ativos e ainda o método da depreciação utilizada e a vida útil desses ativos biológicos, de acordo com o solicitado pelo IAS 41 e CPC 29.

Contudo, verificou-se que 80% das empresas não informaram em suas notas explicativas a existência e o total de ativos biológicos cuja titularidade legal seja restrita, em que o fato de não ter, não é justificada para que o mesmo não seja in-

formado. Visto que, a única empresa que cumpriu essa exigência no referido período não possuía ativo biológico cuja titularidade legal seja restrita, porém, informou em suas notas explicativas que no momento não tinha ativos com a situação descrita acima, fazendo assim, o devido cumprimento ao que é exigido pelo CPC 29.

Diante dos resultados, observa-se que o Pronunciamento Técnico CPC 29, vigente desde 2009, ainda não foi atendido integralmente pelas companhias abertas do ramo de carnes e derivados. Apesar do resultado geral não ter sido muito ruim, ainda existem alguns detalhes do pronunciamento que essas empresas precisam se atentar e realizar a devida divulgação dos mesmos.

Recomenda-se que sejam realizados novos estudos na área envolvendo empresas do mesmo ramo nos anos seguinte, dando mais ênfase nos itens que deste as companhias deixaram de divulgar, para que seja verificado a evolução destas ao longo dos anos seguintes, visto que neste trabalho não houve evolução em relação a 2020 para 2021, visto que os dados da pesquisa foram idênticos nos dois anos.

REFERÊNCIAS

1. AUGUSTO, Cleiciele Albuquerque; DE SOUZA, José Paulo; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; CARIO, Silvio Antonio Ferraz. - Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/zYRKvNGKX-jbDHtWhqjxMyZQ/?lang=pt>
2. BARROS, C. C.; SOUZA, F. J. V.; ARAUJO, A. O.; SILVA, J. D. G.; SILVA, M. C. - O impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5345/3949>
3. BASSINI, Jessica Aline; ZANIN, Antônio & DE CAMARGO, Tiago Francisco - EVIDENCIAÇÃO DE ATIVOS BIOLÓGICOS DE ACORDO COM O PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 29 EM EMPRESAS LISTADAS NA B3. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/congressocont/index.php/IIIContUFRGS/IIIContUFRGS/paper/download/94/60>.
4. BRITO, E. Um estudo sobre a subjetividade na mensuração do valor justo da atividade da pecuária bovina. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2010.
5. CALIMAN, Iara Gagno; JÚNIOR Antônio Carlos Brunozi & SANT'ANNA Victor Souza - Ativo Biológico e Produto Agrícola: Análise do Disclosure de Empresas de Capital Aberto

- Listadas na B3. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/19UspInternational/ArtigosDownload/1331.pdf>
6. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC.Pronunciamento Técnico CPC 29, de 07 de agosto de 2009. Ativo biológico e produto agrícola. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 41. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>
 7. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC.Pronunciamento Técnico CPC 46, de 7 de dezembro de 2012. Mensuração do valor justo. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 13. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=78>
 8. Consulta de Documentos de Companhias - Disponível em: <https://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx?TipoConsult=c>
 9. DA PAZ, Khristóferon Teixeira; NUNES, Rodolfo Vieira; SALES, George André Willrich. - Impactos da Alteração da Norma CPC 29 - Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas, Aplicado na Indústria Sucoenergética do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/1929.pdf>
 10. DE SOUZA Fabricio Afonso; COSTA Mônica de Oliveira; MARIANO Farana de Oliveira & MONTE Aline de Souza - Ativo Biológico e Produto Agrícola: Uma Análise da Aderência das Empresas de Papel e Celulose à IAS 41 no Período de IFRS Obrigatória. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos152015/264.pdf>
 11. FERREIRA Luiz Felipe & ARAUJO Alessandra Rodrigues Machado - ATIVOS BIOLÓGICOS: UM ESTUDO SOBRE A APLICABILIDADE DO CPC 29 EM SOCIEDADES COOPERATIVAS. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/221.pdf>
 12. FINATELLI, J. R.; ORTEGA, G. R. Ativos biológicos: nível de transparência e evidência nas demonstrações contábeis. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 196, v.XX, p. 66-79,2013
 13. GOULART, A. M. C; O Conceito de Ativos na Contabilidade: Um Fundamento a ser Explorado*. Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, n. 28, p. 56 - 65, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/6GQJvJjSLm3NsZR7fh45CFg/?format=pdf&lang=pt>
 14. HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDA, Michael F. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999. Tradução da 5ª edição americana por Antonio Z. Sanvicente.
 15. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade, 6.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
 16. IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
 17. KRUGER, Silvana D.; BORDIGNON, Andrea; MAZZIONI, Sady; GUBIANI, Clésia Ana. - Tratamento contábil dos ativos biológicos e produtos agrícolas em cooperativas de Santa Catarina. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/150/pdf>
 18. MARTINS, Eliseu. Avaliação de Empresas: da Mensuração Contábil à Econômica. In Caderno de Estudos, São Paulo: Fipecafi e EAC/FEA/USP, n.24, v.13, p.28-37, jul./dez. 2000.
 19. MAZETTO Nathaniel Antônio; KRUGER Silvana Dalmutt; DOMENICO Daniella Di; BUGALHO Diones Kleini-bing & BUGALHO Francieli Morlin - Ativos biológicos: evidência e conformidade ao CPC 29 em empresas listadas na B3. Disponível em: <https://www.sustenere.co/index.php/rbadm/article/download/CBPC-2179-684X.2020.004.0018/2360/11213>.
 20. Metodologia. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9443/9443_4.PDF
 21. Metodologia. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9443/9443_4.PDF
 22. NETO, José M. S. Contabilidade de Agronegócio. Atena Editora, 2018. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2018/09/E-book-Contabilidade-do-Agroneg%C3%B3cio.pdf>
 23. PIANA, Maria Cristina - A construção da pesquisa documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-05.pdf>
 24. RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 76-97.
 25. RECH, I. J.; PEREIRA, I. V.; CUNHA, M. F.; PEREIRA, C. C. IAS 41 - Agriculture: um estudo da aplicação da norma internacional de contabilidade às empresas de pecuária de corte. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 6.. 2006. São Paulo-SP. Anais... São Paulo. FEA/USP, 2006. CD-ROM.
 26. SILVA, R. M.; FIGUEIRA, L.; PEREIRA, L.; RIBEIRO, M. S. Processo de convergência às normas internacionais de contabilidade: Uma Análise dos Requisitos de Divulgação do CPC 29. Social Science Research Network. (Feb, 2012). Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2012705>.
 27. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PLANEJAMENTO DE CAPACITAÇÃO DOS ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR – UMA ANÁLISE A LUZ DO METODO PDCA SOBRE OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNIFESO

TRAINING PLANNING FOR HIGHER EDUCATION STUDENTS – AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF THE PDCA METHOD ON UNIFESO'S ADMINISTRATION AND ACCOUNTING COURSES

Glasiere Ferreira da Silveira¹, Rafael Cezar Menezes²

¹Discente do Curso de Administração do UNIFESO, glasi.dos3@gmail.com

²Mestre em Logística-Sistema de Transporte e professor do Curso de Administração do UNIFESO, rafaelmenezes@unifeso.edu.br

RESUMO

Na busca de uma melhor formação dos estudantes universitários dos cursos de Administração e Ciências Contábeis do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), Teresópolis – RJ, o presente trabalho tem o objetivo de avaliar o planejamento de capacitação dos estudantes dos cursos supracitados, à luz da metodologia ciclo PDCA, através do qual busca-se melhorar o desempenho dos discentes com a realização do Projeto Egresso organizado pelos docentes participantes – Núcleo Docente Estruturante (NDE) juntamente com a Coordenação dos cursos. Trata-se de uma pesquisa aplicada, exploratória e qualitativa, na qual fez-se necessário um estudo de caso, tendo sido coletado dados por meio de realização de entrevista que permitiu chegar à conclusão do que se trata e como funciona o projeto de capacitação dos discentes da Instituição, o Projeto Egresso, e a partir da discussão dos dados foram sugeridas melhorias através do método PDCA, por meio do qual uma avaliação crítica foi feita seguindo os 4 (quatro) passos desta metodologia de qualidade, atingindo-se, portanto, o objetivo geral deste trabalho.

Palavras-chave: Ciclo PDCA. Qualidade. Ensino Superior.

ABSTRACT

In the search for a better training of university students in the Business Administration and Accounting courses at Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), Teresópolis – RJ, this paper aims to evaluate the training planning of students in the aforementioned courses, in the light of the PDCA cycle methodology, through which it is sought to improve the performance of students with the completion of the Egressd Project organized by the participating teachers - Structuring Teaching Nucleus (NDE) together with the Coordination of the courses. This is an applied, exploratory and qualitative research, in which a case study was necessary, data having been collected through interviews that allowed reaching the conclusion of what it is about and how the training project for employees works. students of the Institution, the Egressed Project, and from the discussion of the data, improvements were suggested through the PDCA method, through which a critical evaluation was made following the 4 (four) steps of this quality methodology, reaching, therefore, the general objective of this work.

Keywords: PDCA Cicle. Qualily. University education.

INTRODUÇÃO

Apresentação do tema

Quando se trata de um sistema de gestão centrado na busca da qualidade educacional, tal sistema deve ser pautado na pertinência e no cumprimento da missão. Assim, há uma exigência aos agentes da Instituição de Ensino Superior (IES) para que desenvolvam um sistema de pesquisa de qualidade que deve conter o cerne do sistema de gestão das instituições de ensino superior. É importante que os atores envolvidos na avaliação da qualidade negociem e se coloquem conforme os critérios de qualidade, objetivando tomar decisões que visem introduzir melhorias (UNESCO, 1999

apud LINS; TEIXEIRA; BARBOSA, 2005).

As IES têm a função de promover, simultaneamente, três dimensões relacionadas entre si: ensino, pesquisa e extensão (COLOMBO, 2004 apud MACHADO; KALNIN; MORAES, 2020). Assim, as universidades devem trabalhar para o desenvolvimento da sociedade de forma efetiva, e tal desenvolvimento se refere à promoção de “[...] processo teórico-crítico de ideias, de opiniões, de posicionamentos e também um espaço capaz de gestar propostas concretas [...]” (FAVERO & SGUISSARDI, 2012, p. 63).

Para tanto, pode-se mencionar o estatístico norte-americano, Deming, que desenvolveu

um método denominado ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Act) capaz de propiciar melhoria contínua a processos, produtos e serviços (RIBEIRO et al., 2008 apud SAMPAIO, 2014). Dessa forma, para que as empresas obtenham desenvolvimento em um processo qualquer das atividades desempenhadas, a aplicação do PDCA pode ser essencial na busca de se alcançar resultados dentro de um sistema de gestão organizacional (SAMPALIO, 2014).

Diante das informações expostas concernentes à relevância da educação superior promover um ensino de qualidade e também da necessidade de o processo de entrega de ensino e seu consequente aprendizado pelo estudante ser cada vez mais melhorado qualitativamente, através de um instrumento estratégico para auxiliar na gestão das IES, a saber, o método PDCA, faz-se importante levar em consideração o quanto o ensino de nível superior acarreta profissionalmente os egressos. Stadllober (2010), em seu trabalho de tese de doutorado, ao redigir sobre o impacto social dos egressos, ressalta o desafio que as universidades têm de preparar o acadêmico para o “mundo real”, isto é, mercado de trabalho, para onde ele precisa ter adquirido, ao longo da graduação, bagagem e bom desempenho, de forma que sua colocação no mercado de trabalho seja incluída.

De forma conclusiva: “A educação é uma construção humana constituída por mudanças, processos e percursos de formação no nível de saberes, capacidades técnicas, comportamentos e valores, práticas e atitudes” (MAGALHÃES, 2004 apud NADAL et al., 2019, p. 4).

Considerando essas colocações introdutórias, serão apresentadas, a seguir, os objetivos, a justificativa da realização deste trabalho acadêmico, a metodologia utilizada, bem como sua estruturação.

OBJETIVO

Objetivo geral

O objetivo do presente trabalho é avaliar o planejamento de capacitação dos estudantes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), Teresópolis – RJ, à luz da metodologia ciclo PDCA – Plan, Do, Check, Act, com a qual pretende-se aprimorar a qualidade do desempenho dos estudantes através da realização do Projeto Egresso, sendo este instrumento de avaliação que tem finalidade de preparação para o mercado de trabalho e para provas de concurso público e exames de suficiência.

Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral deste trabalho, busca-se realizar os seguintes objetivos intermediários:

- Reunir dados atuais sobre o desempenho do processo de ensino dos cursos supracitados;
- Analisar o processo atual do curso referente às estratégias de transmissão de ensino ao estudante;
- Verificar como o corpo docente desenvolve, estrategicamente, os conteúdos de ensino e material de apoio, de forma que se atinja o maior engajamento possível dos estudantes no projeto de capacitação do discente por meio da realização do Projeto Egresso. Para tal verificação, será necessário entrevistar o corpo docente do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

JUSTIFICATIVA

A pesquisa tem relevância na sua realização para a melhoria do desempenho dos discentes por meio do Projeto Egresso, especialmente para os cursos de Administração e Ciências Contábeis do UNIFESO, na busca do compromisso da Instituição em capacitar os mesmos para um mercado de trabalho cada vez mais concorrido. Logo, o benefício será para a Instituição, meio acadêmico, para a comunidade de modo geral e parte da sociedade que deseja ingressar em uma universidade com qualidade de ensino.

Camelo e Marcião (2017) explicam que somente as IES capacitadas estão com chances de sobrevivência e de crescimento, como é de praxe de mercado de forma geral, com diferentes setores. Para tanto, em casos de possibilidade de troca de gestores, não necessariamente a realiza, mas sim qualifica-os com devidas técnicas de gestão e condutas comportamentais. Ou seja, o que vale é o quanto de conhecimento eles possuem na área de gestão, sem se tratar de qual é a formação originária do dirigente universitário.

As Instituições de Ensino são cada vez mais empreendedoras, os serviços prestados por elas são aprimorados, buscam ser proativas nas suas ações estratégicas, com o interesse de se manterem sustentáveis no mercado pela exigência que este impõe e por ter a característica de ser cada vez mais seletivo (MARQUES, 2008 apud COSTA, 2013).

Sobre a qualidade, Martins (2007) apud Bobbio, et al. (2018, p. 9) afirma que “em todas as visões de qualidade, indicam que o foco está direcionado principalmente à satisfação dos clientes e mercados e, consecutivamente, à melhora dos resultados empresariais”.

Diante disso, depreende-se que é fundamental o exercício das universidades no compromisso de capacitar os estudantes para o mercado de trabalho, bem como para provas de concurso público e exames de suficiência, garantindo benefícios mútuo na relação IES-egresso-mercado de trabalho, sendo tais benefícios, respectivamente,

uma melhor avaliação dentre outras Instituições, capacitação propriamente dita e melhorias no mundo empresarial quantitativa e qualitativamente; tendo-se, portanto, uma sequência bem-sucedida, promovendo qualidade socioeconômica.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Com base em Gil (2017), para o cumprimento dos objetivos da presente pesquisa, esta pode ser classificada segundo a área de conhecimento das Ciências Humanas, na qual os cursos de Administração e Ciências Contábeis estão inseridos. Tem como finalidade de pesquisa aplicada, pois a mesma é voltada à aquisição de conhecimentos através da avaliação da aplicação do ciclo PDCA. Os propósitos mais gerais se valem de pesquisa exploratória, visto que para fomento do estudo, a coleta de dados se faz necessária por meio da entrevista com utilização de questionário, sendo a entrevista uma técnica de coleta de dados, tendo por modalidade aberta, isto é, questões que permitem aos docentes responderem com ampla liberdade. E, por fim, pode ser classificada segundo os métodos empregados de pesquisa qualitativa e estudo de caso, que são os delineamentos propostos para a concretização deste trabalho.

Existem algumas limitações para o emprego da entrevista como técnica de pesquisa, levando em consideração a amostragem da coleta de dados, isto é, não serão observados todos os cursos de Administração e Ciências Contábeis do Brasil, mas somente do UNIFESO, abrangendo o atual corpo docente, porém não se pode garantir que será o mesmo grupo de professores vigente na próxima realização do Projeto Egresso. Quanto ao enfoque pretendido será a estratégia para otimizar o desempenho dos discentes no Projeto Egresso, focando no grupo de professores que assessoraram no planejamento de material e sua aplicação, a fim de extrair informações que culminarão na conclusão da análise dos dados e consequente interpretação.

A metodologia desenvolvida pode ser compreendida por meio de etapas, quais sejam:

► Etapa 1: Entrevista via e-mail e presencial através de gravação em áudio ao corpo docente do Núcleo Docente Estruturante (NDE) composto por 6 (seis) participantes, com aplicação de questionário e coleta dos dados;

► Etapa 2: Após coleta dos dados obtidos com a entrevista, foi feita a análise e interpretação dos mesmos;

► Etapa 3: Com a análise e interpretação feitas, permitiu-se chegar à conclusão das informações, de forma que o estudo foi processado, e sugestões de melhorias foram formuladas.

Estrutura do trabalho

A estrutura deste trabalho se dá pela di-

visão de cinco capítulos com finalidades distintas. A introdução é o primeiro capítulo que apresenta uma breve contextualização do tema, os objetivos propostos, a relevância da execução da pesquisa e a metodologia; o segundo capítulo é o da fundamentação teórica na qual este trabalho pode-se fundamentar teoricamente através de livros e artigos; o terceiro capítulo é o estudo de caso que se mostra como o objeto de estudo proposto, sendo, desta forma, o “coração” deste trabalho; e, por fim, o quarto e último capítulo abordado são as considerações finais da autora, exibindo a opinião formada pelo estudo feito.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Qualidade em serviços

Em primeiro lugar, deve-se entender o conceito de serviços: são atos, ações, desempenho, dando enfoque a parte intangível que acompanha ou não algum bem, igualmente objeto de uma transação comercial (LAS CASAS, 2019).

“O produto final de um serviço é sempre um sentimento. Os clientes ficam satisfeitos ou não conforme suas expectativas são atendidas e/ou superadas. Portanto, a qualidade do serviço é variável de acordo com cada pessoa.” (LAS CASAS, 2019, p. 6)

Qualidade em serviços é quando um fator, como experiência, pode proporcionar satisfação, isto é, quando uma necessidade é satisfeita, um problema é resolvido ou é gerado benefícios a alguém (ALBRECHT, s/d apud LAS CASAS, 2019).

Já Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985; 1988 apud EBERLE; MILAN; LAZZARI, 2010) e Zeithaml, Parasuraman e Berry (1990 apud EBERLE; MILAN; LAZZARI, 2010, p. 4) definem qualidade em serviços como “[...] a amplitude da discrepância entre as percepções (desempenho percebido) e as expectativas dos clientes”.

No contexto da educação superior, Joseph e Joseph (1997 apud EBERLE; MILAN; LAZZARI, 2010) identificaram 7 (sete) elementos de medição da qualidade quando se deseja escolher uma Instituição de Ensino Superior (IES), são eles: reputação acadêmica, oportunidades de carreira, programação dos cursos, tempo de duração e custos dos cursos, aspectos físicos, localização da Instituição e indicação de terceiros. Já Sohail e Shaikh (2004 apud EBERLE; MILAN; LAZZARI, 2010) afirmam que os fatores determinantes de maior influência no quesito qualidade de uma IES são os professores, as evidências físicas e a reputação das IES.

Nesse sentido, não basta agradar o consumidor, mas sim encantá-lo, superar sua expectativa em relação ao serviço prestado pela empresa. É superar as expectativas vale para satisfazer as necessidades, resolver problemas ou fornecer be-

nefícios a alguém (LAS CASAS, 2019).

Qualidade no Ensino Educacional

Segundo Lovelock (1983 apud MILAN et al., 2014), o serviço educacional é classificado como um serviço entregue de forma contínua a pessoas, estabelecendo-se um alto contato pessoal e formado pela organização de serviço e o aluno. Por sua vez, Morales e Calderón (1999 apud MILAN et al., 2014, p. 295) afirmam, através de definição, que as instituições de ensino “[...] são fornecedoras de serviços em todas as dimensões e que não devem se resumir apenas à atividade de ensino e aprendizagem”.

De acordo com a abordagem sugerida por Gröonroos (1984 apud EBERLE; MILAN; LAZZARI, 2010), este considera duas dimensões acerca da qualidade em serviços educacionais, dimensões estas de resultados (técnica) e processos (qualidade funcional). Nesse entendimento, Siqueira e Carvalho (2006 apud EBERLE; MILAN; LAZZARI, 2010) sugerem que, a respeito da educação superior, a dimensão técnica é referente aos conteúdos, à pesquisa e à extensão, enquanto a dimensão funcional diz respeito ao conhecimento dos professores, dos pesquisadores ou orientadores e à infraestrutura oferecida aos discentes, abrangendo prédios, laboratórios e equipamentos.

Um estudo desenvolvido pelo Souza (2005 apud GOUVÊA et al., 2016) sobre a necessidade de avaliação da qualidade, realizado em uma Instituição de Ensino Superior como trabalho de Iniciação Científica, revelou quatro forças que podem indicar a necessidade de avaliação da qualidade dos serviços:

a. novos tipos de organização entrantes no mercado, ou seja, novas ofertas de serviços educacionais com preços diferenciados, facilidade proporcionada pela abertura de novas Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas;

b. mudança do tipo de consumidor e do serviço, ou seja, mais exigente quanto à qualidade, atenção, disponibilidade, tempo e preço acessível;

c. diversidade de serviços educacionais, ou seja, cursos superiores, sequenciais, entre outros;

d. inovação do processo educacional, como por exemplo, o uso de cursos com a utilização da Internet (CARDIM, 2004, p. 228 apud SOUZA, 2005).

Sendo assim, a qualidade educacional traz uma avaliação subjetiva e sujeito a múltiplas avaliações.

Cada instituição poderá adotá-la e/ou focalizá-la de forma diferente [...] Jacob (2003) analisou cinco diferentes concepções de qualidade e sua importância para a educação superior: qualidade como fenômeno excepcional (qualidade é algo especial, é excelência, é satisfação dos envolvi-

dos); qualidade como adequação a especificações e requisitos; qualidade como ajuste a um propósito (atender necessidades); qualidade como relação custo-valor (ou custo-benefício); qualidade como transformação do cliente - mudança qualitativa (MAINARDES; DOMINGUES; DESCHAMPS, 2009, p. 21).

Qualidade no Ensino Superior

É bastante provável que qualidade é uma das palavras mais empregadas nos trabalhos e pesquisas no ensino superior nos últimos tempos. No entanto, tal termo é subjetivo, pois depende das concepções de mundo e de educação superior de quem o transmite (BERTOLIN, 2009 apud LOURENÇO, 2013).

Na atuação profissional prima-se pela competência indispensável para que se possa ingressar no mercado de trabalho. Competência pode ser conceituada como a capacidade de articular saberes, informações, capacidades etc., com vistas a solucionar com fundamento e eficácia variadas atividades (PERRENOUD, 2001 apud LIMA; ANDRIOLA, 2018).

Nessa perspectiva, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o ensino superior no Brasil possui finalidades dentre as quais é a de “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira” (BRASIL, 1996, art. 43, inciso II apud LIMA; ANDRIOLA, 2018).

Levando-se em consideração que as IES têm o compromisso de promover capacitação aos discentes de forma que atenda com qualidade as necessidades de caráter social e, então, possuem pertinência considerável na sociedade, segundo Dias Sobrinho (2005),

A pertinência é, portanto, o compromisso social da educação superior no que concerne o desenvolvimento humano sustentável da região e de sua população, em articulação com a promoção dos valores que tendem à universalidade. As dimensões científicas, técnicas, éticas, estéticas, políticas, econômicas que constituem a complexidade da vida social devem ser fundadas em valores democráticos, tais como cooperação e a solidariedade, que são constitutivos da comunidade social (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 13 apud LIMA; ANDRIOLA, 2018, p. 106).

Qualidade no curso de Administração

Com relação à qualidade no curso de Administração, o administrador Aktouf (1996, p. 13) afirma que percebeu, algumas vezes, o “[...]”

quanto era profundo o fosso entre a realidade concreta e as teorias aprendidas.”. Para Bennis e O’Toole (2005), a educação administrativa perdeu seu rumo, havendo desconexão de conhecimentos e habilidades necessárias à prática gerencial. De acordo com Paes de Paula (2001), existe “uma desatualização generalizada dos conteúdos e a adoção ‘despudorada’ de fórmulas prontas e modismos administrativos.” Vergara (2007, p. 2) afirma que “[...] o ensino de administração parece estar desconectado da realidade organizacional ou, pelo menos, não dar conta dela.” (LOURENÇO, 2013, p. 84 e 85).

A percepção da autora Lourenço (2013, p. 85) é de que, de acordo com os trabalhos estudados por ela, a conclusão é que “a principal crítica está relacionada à falta de conectividade entre o que se ensina nas IES e o que se pratica nas organizações, ou seja, a relação teoria-prática.”

Existe uma ideologia gerencialista incutida nas matrizes curriculares da maioria dos cursos de graduação em Administração no Brasil. Com isso, o resultado é um crescente contingente de recém-formados que, relativamente, podem atender às necessidades do mercado, mas com pouca capacidade de raciocínio (KOPELKE, BOEIRA, 2014 apud SILVA; CAEIRO, 2016). Para tanto, busca-se dos administradores a capacidade de ter habilidades originais concernentes à criatividade (AUGIER; TEECE, 2009; HELFAT; PETERAF, 2014 apud BOAVENTURA et al., 2018).

A formação dos administradores tem sido orientada por formação tecnicista e eficientista, isto é, meramente instrumental. Dessa forma, o fazer e o executar são priorizados no desenvolvimento de capacidades instrumentais em detrimento da relevância capacidade de pensar e criar do profissional de administração no seu ofício (PINTO et al., 2017 apud SILVA et al., 2019).

Consoante Paes de Paula (2001),

conhecer conteúdos de caráter técnico é importante para que se aprenda Administração, no entanto, o destaque tecnicista soberbo em um cenário de mudanças tecnológicas desenfreadas acarretará um desgaste prematuro dos administradores. Ressalta-se então, que mesmo sendo disciplinas de caráter mais técnico, os conteúdos devem também privilegiar discussões sociais, uma vez que estas permeiam a realidade do administrador no qual estão inseridas todas essas rotinas (TEIXEIRA; SILVA; MAFRA, 2011 apud SILVA et al., 2019, p. 170).

Em suma, é importante que o professor busque estimular a formação social do aluno como sujeito, de forma que nele seja instigado uma tomada de consciência sobre o contexto no

qual vive e sobre as possibilidades que este pode lhe impor (SILVA et al., 2019). Dessa forma, constrói-se uma educação viva que é ligada à realidade; flexível, ou seja, que reconhece o dinamismo do conhecimento e, por último, educação plural que aceita a diversidade cultural do país (BOAVENTURA et al., 2018).

Gestão da qualidade

De acordo com Duarte, Rieg e Scramim (2019) a gestão da qualidade vem evoluindo ao longo do tempo. No começo era uma área de responsabilidade de alguns poucos técnicos, porém com o tempo ganhou importância e passou a ser responsabilidade de todos dentro da organização. Ou seja, migrou de uma visão puramente operacional e técnica para uma visão mais estratégica, com ênfase na gestão propriamente dita.

Conforme Braga e Monteiro (2005, p. 150 apud SAMPAIO, 2014, p. 7), a gestão estratégica “[...] é um processo administrativo que visa dotar a instituição da capacidade de antecipar novas mudanças e ajustar as estratégias vigentes com a necessária velocidade e efetividade sempre que for necessário.”

A partir da evolução da gestão da qualidade, esta área passa a ganhar status de filosofia e surge, então, o movimento do Total Quality Management (TQM). Tal filosofia reforça o “total” da TQM (SLACK; BRANDON-JONES; JOHNSTON, 2018) e coloca a busca pela melhoria da qualidade como foco nas ações da empresa, de forma central, em todas as suas áreas (DUARTE; RIEG; SCRAMIM, 2019).

O TQM, segundo Todorut (2013), “[...] pode ser entendido como o gerenciamento das práticas, sistemas, processos e metodologias que afetam a qualidade do produto ou serviço.” (BOBBIO et al., 2018, p. 5). Os clientes, sob a ótica da educação superior, são: os alunos, os funcionários da Instituição, órgãos reguladores, os pais etc. Referente às premissas da Gestão da Qualidade Total, o conceito de qualidade deve ser definido pelas expectativas dos clientes, “[...] pois eles são os responsáveis pelas decisões finais a respeito da satisfação ou não com o que está sendo ofertado”. Desta forma, é fundamental que a Instituição utilize todos os canais possíveis para poder pesquisar e entender as necessidades dos seus clientes (SALLIS, 2002; MEDEIROS et al., 2017 apud BOBBIO et al., 2018, p. 5).

Para as instituições de ensino atingirem a excelência em seus serviços por meio de um sistema de gestão da qualidade, existem características fundamentais que podem direcioná-las para tal. São elas:

- foco centrado em seu principal cliente — o aluno;
- forte liderança

dos dirigentes; • visão estratégica (valores, missão e objetivos) claramente definida e disseminada; • plano político-pedagógico oriundo de sua visão estratégica e definido pelo consenso de sua equipe de trabalho; • clima positivo de expectativas quanto ao sucesso; • forte espírito de equipe; • equipe de trabalho consciente do papel que desempenha na organização e de suas atribuições; • equipe de trabalho capacitada • planejamento, acompanhamento e avaliação sistemáticos dos processos; e • preocupação constante com inovações e mudanças (LONGO, 1996, p. 3 apud SAMPAIO, 2014, p. 11).

Ciclo PDCA

O ciclo PDCA, ciclo de Shewhart, ciclo da qualidade ou, ainda, ciclo de Deming (QUINQUIOLO, 2002 apud PACHECO et al., 2012), pode ser definido como “[...] uma abordagem sistemática usada para entender e eliminar as raízes dos problemas identificados nos processos” (DUARTE; RIEG; SCRAMIM, 2019, p. 98).

Foi criado por Walter Shewhart, porém tornou-se conhecido pelo W. Edwards Deming o qual introduziu o método PDCA no Japão no período pós-Segunda Guerra Mundial no início da década de 1950 e tem por princípio tornar os processos mais claros e ágeis na execução da gestão (SILVA, 2019). A utilização do método nas empresas japonesas se tornou um sucesso, vindo a ser, pois, difundido mundialmente (DUARTE; RIEG; SCRAMIM, 2019).

Arruda (1997 apud ZANDAVALLI et al., 2013) explica que o PDCA propicia níveis elevados de melhoria contínua de desempenho, sendo, assim, implementado constantemente em um processo de trabalho. Para Silva (2019), repetir ou girar o ciclo PDCA permite chegar-se à aproximação maior do objetivo, do funcionamento e do resultado correto.

É importante que haja envolvimento de todos na aplicação do PDCA em um processo e que tenham entendimento e visão do processo em questão, “[...] como a identificação clara dos insu- mos, dos clientes e das saídas que estes adquirem, além dos relacionamentos internos que existem na organização.” (TACHIZAWA, SACAICO, 1997 apud PACHECO et al., 2012, p. 3). Tais relacionamentos internos são identificados como clientes-fornecedores internos (PACHECO et al., 2012, p. 3).

Ainda de acordo com Duarte, Rieg e Scramim (2019) o ciclo PDCA, como o próprio nome revela, possui 4 (quatro) fases ou etapas, a saber:

· Planejar (Plan): Inicialmente, identifica-se e quantifica-se o problema. Com isso, levantar as hipóteses, analisar os dados e definir as

causas a serem trabalhadas. Enfim, deve-se definir o plano de ação.

· Fazer (Do): Nessa etapa é executado o plano de ação, preferencialmente na forma de um piloto, testando em pequena escala. Executa-se o plano com firmeza e com a convicção de que ele está atacando as causas levantadas na etapa de planejamento - primeira etapa.

· Checar (Check): Aferir a eficácia do teste realizado e analisar se essa solução testada poderia ser melhorada. Nesta etapa, verifica-se o atingimento dos objetivos planejados e, caso necessário, é retornada à primeira etapa e refaz-se o planejamento.

· Agir (Act): Caso haja êxito nos resultados, o novo processo é padronizado e os funcionários são treinados para garantir que o problema não volte a ocorrer. Assim, o ciclo é reiniciado de forma a melhorar ainda mais o processo.

De forma ilustrativa, o ciclo PDCA pode ser compreendido, assim:

Figura 1 – O ciclo PDCA



Fonte: Doxplan, 2019 adaptado pela autora

A implementação do PDCA operacionaliza as diretrizes da organização. Essas diretrizes são entendidas como o conjunto de metas e suas medidas, as quais fazem parte de um planejamento estratégico em que é composto por plano de médio prazo - 3 anos -, plano de longo prazo - 5 a 10 anos - e plano anual. No plano de longo prazo são definidas estratégias que alcancem a visão do futuro da empresa; no plano de médio prazo estabelecem-se metas sobre as estratégias do plano de longo prazo e são feitas projeções financeiras; no plano anual “[...] é feito um detalhamento do primeiro ano dos planos de longo e médio prazos”. A metodologia PDCA é usada, portanto, no desdobramento das diretrizes da organização, diretrizes essas que iniciam a partir do presidente da empresa, seguida da área estratégica até a área operacional. Para a efetivação do PDCA, quanto mais envolvimento e comprometimento de pessoas dos vários níveis da organização, mais fácil torna-se a colocação da estratégia em prática (CAMPOS, 1996 apud ZAN-DAVALLI et al., 2013, p. 81).

É possível, ainda, que o ciclo PDCA seja desdobrado em etapas ou passos, sendo conhecido como Método de Análise e Solução de Problemas (MASP) que é utilizado para resolução de problemas. O termo problema pode ser entendido como “[...] todo efeito indesejado de um processo”. Diferenciando problema de meta, esta última já é entendida “[...] como o resultado desejado de um processo, ou seja, problema é uma meta não alcançada” (MARSHALL et al., 2008 apud ZAN-DAVALLI et al., 2013, p. 81).

Em suma, o ciclo PDCA é um método fundamental que pode ser implementado em qualquer organização que preze pela qualidade como fator-chave na gestão com a finalidade de alavancar os resultados organizacionais (SILVA, 2019). Nessa perspectiva, sob o olhar da educação superior, o PDCA serve como um canal, um auxílio na tentativa de aprimorar a qualidade do ensino dos cursos de graduação, e é neste ponto que o presente trabalho se apoia para construção de conhecimento, chegar a conclusões e sugerir melhorias.

PROJETO EGRESSO: AVALIANDO-O POR MEIO DO CICLO PDCA

Este capítulo aborda a efetuação do estudo de caso. Segundo Gil (2017, p. 34), estudo de caso é uma modalidade de pesquisa que consiste em um estudo aprofundado e minucioso de um ou mais poucos casos, de maneira que se chegue ao conhecimento amplo e detalhado, com vistas a “[...] proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados”.

Coleta dos dados

Os dados apresentados neste trabalho são dados qualitativos recolhidos em agosto e setembro de 2021, os quais foram obtidos de entrevistas executadas com aplicação de questionário que foi idealizado e fundamentado no método PDCA. A entrevista foi realizada por meio eletrônico, sendo via e-mail, bem como presencialmente através de gravação em áudio, com participação de 6 (seis) professores dos cursos de Administração e Ciência Contábeis somada à participação do Coordenador dos referidos cursos, os quais são integrantes do NDE.

Conforme foram sendo recebidos os questionários respondidos, os mesmos começaram a ser analisados com a finalidade de se ter uma ideia prévia para que, por sua vez, começasse efetivamente a discussão dos dados, com exceção de um respondente que foi entrevistado presencialmente por meio de gravação em áudio. As questões formuladas foram as seguintes:

Quadro 1 – Questionário aplicado

Planejar (Plan)	Fazer (Do)	Verificar (Check)	Agir (Act)
1) O que é o Projeto Egresso e seu funcionamento?	1) Como funciona o cronograma da execução do plano elaborado? Para tal, responda fundamentando-se na ferramenta 5W2H:		1) Caso as metas não forem atingidas, ou seja, não houver resultados esperados em alguma parte do planejamento feito, por exemplo, se em simulados nos quais as médias dos estudantes ficarem abaixo do estabelecido, como proceder para reverter o quadro?
2) Como é feito o planejamento do Projeto Egresso?	What (o que) é feito Why (por que) é feito	1) Como tem sido a análise feita, até então, dos indicadores e metas estabelecidos no planejamento?	
3) De quanto em quanto tempo o estudante é avaliado?	Where (onde) é feito When (quando) é feito – tempo		
4) Como é feito o feedback aos estudantes?	Who (quem) por quem é feito – responsabilidade		
5) Quais são os indicadores para medir a performance do estudante?	How (como) é feito – método How much (quanto custa)		
6) Existe um Plano declarado que serve como instrumento-guia ao Projeto Egresso? Se sim, poderia ter acesso ao mesmo?			

Fonte: Elaboração própria

Análise e interpretação

A partir dos dados é possível iniciar a interpretação dos mesmos comparando-se e correlacionando-se as respostas de cada um dos entrevistados. Para tanto, o confronto das respostas é verificado a seguir:

Quanto às questões da etapa de planejamento:

○ Questão 1: O que é o Projeto Egresso e seu funcionamento?

Primeiramente, vale explicar brevemente o surgimento do Projeto Egresso e sua finalidade. Iniciou-se no ano de 2018 no UNIFESO, tendo como um de seus objetivos “[...] ampliar a assertividade dos estudantes na resolução de questões

objetivas/discursivas e realizar oficinas com diferentes temáticas.” (UNIFESO, s/d).

Nesta primeira questão, a conclusão que se permite chegar é que o Projeto Egresso é um projeto de capacitação ao universitário que o beneficia através de realizações de provas institucionais construídas semelhantemente às provas como exame do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), Exame de Ordem da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), concursos públicos e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Tal projeto visa, portanto, não somente capacitar os discentes para tais provas, mas sobretudo qualificá-los para o mercado de trabalho, tendo em vista que o egresso, dependendo dos seus objetivos, terá de ser submetido a provas que são requisitos para conquistar a ingressão no emprego almejado. A capacitação e qualificação desse programa são viabilizados por uma empresa de consultoria, a qual realiza oficinas para fomento do aprimoramento do estudante à realização de provas citadas anteriormente, de forma que o discente entenda como uma determinada questão foi elaborada e, dessa forma, facilita o entendimento do que essa questão requer dele e, então, a resolução pode ser efetuada de forma mais apurada.

○ Questão 2: Como é feito o planejamento do Projeto Egresso?

Nesta segunda questão, depreende-se que o planejamento do Projeto Egresso é feito anualmente a partir da coordenação da Reitoria que passa todo o planejamento e suas diretrizes às Direções de Centro, coordenações dos cursos e de Ensino à Distância (EAD), bem como ao corpo docente do NDE para traçar estratégias e verificar necessidades. Dessa forma, as coordenações dos cursos solicitam aos professores para formular questões, sobretudo para o Teste de Progresso (TP), com vistas à capacitação dos discentes avaliando-os na sua evolução no processo de ensino-aprendizagem do curso. Para tal planejamento, este é executado observando as necessidades do mercado de trabalho que, para tanto, são feitas reuniões com empresários e representantes de relevantes instituições da cidade onde o UNIFESO está inserido, a fim de identificar as demandas dessas instituições que são convertidas em estratégias de ensino para formulação de questões que estarão presentes nas provas de caráter capacitativas para o mercado de trabalho. Ademais, esse planejamento também é realizado pensando nas oficinas às quais os estudantes participam como forma de treinamento e fornecimento de dicas para realização das avaliações formativas, e que simultaneamente o NDE e demais professores passam pelas oficinas de forma a serem qualificados e capacitados também pela empresa que prestou a consultoria na elaboração de questões.

○ Questão 3: De quanto em quanto tem-

po o estudante é avaliado?

Entende-se que a periodicidade da avaliação do discente se dá anualmente com a aplicação do Teste de Progresso continuamente. Além do Teste de Progresso, uma novidade que foi implantada no ano de 2021/2, a plataforma QSTIONE, que também é um instrumento que possibilita avaliar o universitário conforme está descrito nos planos de ensino e planos de aula os objetivos de aprendizagem estabelecidos; esta plataforma de avaliações irá se fundamentar, enquanto construção, em exames de suficiência e concursos públicos. Por fim, somam-se ao TP e às avaliações do QSTIONE a promoção de eventuais simulados, e apresentação de seminários e jogos empresariais etc. como atividades avaliativas de sala de aula. Portanto, tais avaliações são instrumentos que garantem uma constante avaliação do discente durante todo o curso.

○ Questão 4: Como é feito o feedback aos estudantes?

Nesta questão, compreende-se que o feedback é feito ao estudante por meio da divulgação de gabaritos comentados do Teste de Progresso, da avaliação do QSTIONE, dos simulados, das oficinas virtuais ministradas pela empresa de consultoria as quais possibilitam resolução de questões discursivas e dissertativas no momento da oficina e o retorno das respostas e dicas são fornecidas logo em seguida, e também de vistas de prova, pois desde a sua entrada na instituição o mesmo é avaliado pelas avaliações das disciplinas cursadas, ou seja, não somente as avaliações capacitativas são levadas em consideração, mas também as avaliações aplicadas tradicionalmente pelos docentes.

○ Questão 5: Quais são os indicadores para medir a performance do estudante?

Os indicadores para medir a performance do discente, conforme entendimento geral, são indicadores estatísticos que são o percentual de acerto de questões discursivas e nota de questões dissertativas. O próprio Teste de Progresso fornece uma análise detalhada, permitindo ao estudante acompanhar o seu progresso durante os semestres cursados. Além disso, os simulados também permitem os discentes analisarem o resultado e observarem a nota obtida, bem como nas oficinas da empresa de consultoria são demonstradas a correção das questões trabalhadas.

○ Questão 6: Existe um Plano declarado que serve como instrumento-guia ao Projeto Egresso? Se sim, poderia ter acesso ao mesmo?

Diante da maioria das respostas, entende-se que não existe ou não tem conhecimento de um Plano-guia ao Projeto Egresso. No entanto, um entrevistado forneceu a informação de que existem documentos formais, porém ainda estão em fase de consolidação sob responsabilidade da Reitoria.

Quanto à questão da etapa de execução:

○ Questão 1: Como funciona o cronograma da execução plano elaborado? Para tal, responda fundamentando-se na ferramenta 5W2H.

O cronograma do Projeto Egresso obedece, primeiramente, ao planejamento passado da Reitoria para as direções dos cursos e direção de EAD e, por sua vez, é repassado a todo o corpo docente, incluindo NDE e Coordenação, que se reúne para planejamento e preparação das oficinas com o professor da empresa de consultoria, simulados, Teste de Progresso etc.; posteriormente, implementa-se o Programa, de forma que esta seja monitorada, verificada e avaliada constantemente. Por fim, faz-se o processo de retroalimentação, analisando os resultados com a finalidade de planejar ações a serem trabalhadas com o próximo grupo de discentes que participarão do novo ciclo do Projeto. O custo desse Programa, na realidade, é um investimento efetuado pela Instituição, desde a contratação de empresa para prestação de serviço, até a remuneração fornecida aos professores-supervisores que fazem a compilação das questões, nesse caso para o Teste de Progresso. Ou seja, são envolvidos custos diretos e indiretos; no entanto, depreende-se que o Projeto Egresso como um todo é um investimento.

Quanto à questão da etapa de verificação:

○ Questão 1: Como tem sido a análise feita, até então, dos indicadores e metas estabelecidos no planejamento?

Os professores integrantes do NDE junto com o Coordenador dos cursos e demais professores discutem com a direção de centro e analisam os resultados através de relatórios estatísticos que contém as taxas de acerto relativas às áreas de conhecimento que mais necessitam de desenvolvimento por parte dos estudantes, resultados esses, por exemplo, do Teste de Progresso. Através dessa análise de pontos positivos e negativos referentes aos conteúdos das disciplinas são traçadas estratégias de melhoria para os discentes pensando na melhor capacitação dos mesmos para o mercado de trabalho.

Quanto à questão da etapa de ação:

○ Questão 1: Caso as metas não forem atingidas, ou seja, não houver resultados esperados em alguma parte do planejamento feito, por exemplo, se em simulados nos quais as médias dos estudantes ficarem abaixo do estabelecido, como proceder para reverter o quadro?

Sobre esta última etapa do ciclo PDCA, a compreensão conseguida pelas respostas dos entrevistados é que caso as metas não forem atingidas, a ação a ser executada pelo NDE, coordenação e demais professores será rever o planejamento em

busca de se alinhar ações estratégicas traduzidas em inclusão ou alteração de ferramentas de ensino/avaliação.

Diante das informações obtidas, é possível perceber que cada respondente buscou responder de acordo com o conhecimento que tem sobre o Projeto Egresso. De forma geral, portanto, tal Projeto tem sua significância bastante considerável, sobretudo para os discentes, bem como para o UNIFESO, o que corrobora com a justificativa dada no capítulo 1, no que se refere à importância da capacitação aos estudantes para o mercado de trabalho, de igual modo para a Instituição concernente ao seu status, refletindo sua qualidade de ensino para a sociedade, vide potenciais discentes a ingressarem na Instituição.

Sugestões de melhoria à luz do método PDCA

Na seção da discussão dos dados, a interpretação foi feita mediante o objetivo das questões e, dessa forma, as informações dos entrevistados foram incorporadas, enriquecendo o entendimento de cada questão.

Entretanto, foram verificados alguns pontos que podem ser melhorados, o que se entende por lacunas percebidas em algumas etapas do Projeto Egresso. Para tanto, com a bibliografia conseguida no referencial teórico sobre o ciclo PDCA, é possível através deste método sugerir melhorias para que todo o corpo docente responsável pelo Projeto possa aprimorar a execução das atividades dirigidas aos estudantes.

Os pontos de melhorias sugeridas são os seguintes:

- Fase de planejamento (Plan)

● Propõe-se a elaboração de documentos que explicitem todo o funcionamento do Programa, sua definição, objetivos, eventos a serem realizados, custos dispendidos etc., de forma que se tenha um escopo bem detalhado e possa servir de guia e conhecimento de todos os responsáveis e participantes do Projeto;

● Plano-guia ao Projeto Egresso: Elaborar esse instrumento para somar-se como auxílio no planejamento do processo de trabalho é fundamental para que a condução seja melhor respaldada e planejada na íntegra;

● Observa-se que não existem metas definidas previamente e, conseqüentemente, nem resultados previamente esperados. Portanto, pode-se sugerir que se estude e crie metas a fim de monitorar o progresso de desempenho do estudante. Desse modo, reavaliar a fase de planejamento será necessária para que no momento da implementação (fase agir) dos simulados e Teste de Progresso, por exemplo, se possa obter um retorno de resultados esperados.

- Fase de ação (Do)

• Diante do novo contexto de pandemia da Covid-19, sugere-se - fazendo-se um planejamento de custos estruturado – a implementação de oficinas, pelo menos, a cada dois meses do ano letivo, sendo nas modalidades virtual e/ou presencial, dependendo do cenário da pandemia, e permitindo, desta forma, uma frequência maior de treinamento aos estudantes, capacitando-os de maneira mais robusta. De igual modo para os professores, sendo também capacitados nas questões que terão de aplicar aos estudantes nas avaliações formativas – avaliações e atividades de sala de aula e do Projeto Egresso;

• Oferecer palestras com egressos e profissionais locais para auxiliar e nortear o estudante no segmento que pretende seguir na carreira profissional.

- Fase de verificação (Check)

• Havendo a continuidade da(s) disciplina(s) e sua(s) respectiva(s) área(s) de conhecimento que apresenta(m) maior dificuldade de aprendizagem concernente à resolução de questões por parte dos discentes, propõe-se rever o planejamento, aplicando com mais frequência essas questões em avaliações tradicionais de sala de aula, buscando enfatizar a explicação de tais áreas através de estratégias de ensino, tais como exercícios, atividades individuais e em grupo, sugestão de vídeos que possam ajudar ou complementar o entendimento do estudante, e até mesmo ampliar o cronograma dos Planos de Curso dessas áreas disciplinares no sentido de planejar mais quantidade de aulas para esses conteúdos, de forma que os resultados em próximas avaliações do Projeto Egresso, bem como em avaliações tradicionais, saiam como esperados.

- Fase agir (Act)

• Caso os resultados saiam como esperados, sugere-se padronizar o novo processo de trabalho (constante na fase de verificação), treinar o corpo docente e, quaisquer problemas a serem diagnosticados posteriormente, buscar sempre a melhoria contínua, isto é, rodando o ciclo PDCA constantemente de forma que o aprimoramento permaneça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se bastante relevante o quão fundamental é uma universidade que prepare os estudantes para o mercado de trabalho a partir de um planejamento de capacitação bem consolidado, de forma que os egressos, diante de provas importantes, sejam de concurso público, exame de suficiência, até mesmo o ENADE etc., obtenham grande êxito no resultado, garantindo-lhes facilidade na ingressão no mercado.

Nesse sentido, o UNIFESO tem um programa de capacitação chamado Projeto Egresso,

o qual busca-se desde 2018 capacitar os discentes com o objetivo de melhorar o desempenho dos mesmos resolvendo questões objetivas e discursivas sob modelos de provas citadas anteriormente, sendo tais questões resolvidas em avaliações formativas, sobretudo o Teste de Progresso e os simulados aos quais são submetidos e desafiados a aplicarem todo o conhecimento e dicas adquiridos nas oficinas disponibilizadas por uma empresa de consultoria, bem como ao longo do curso por meio do processo de ensino-aprendizagem em sala de aula.

Para atingir o objetivo geral, todos os objetivos intermediários foram alcançados, o que possibilitou a concretização do estudo de caso, isto é, a reunião de dados atuais sobre o desempenho do processo de ensino dos cursos, sua análise e verificação de tais dados de como o corpo docente desenvolve, estrategicamente, os conteúdos de ensino e material de apoio concernente ao Projeto Egresso.

Diante da análise dos dados, a interpretação e, portanto, os resultados obtidos, revelam a definição e todo o funcionamento do Projeto Egresso, isto é, todo o cronograma deste, desde o planejamento até a execução. Seus resultados permitem ter a compreensão do que é efetivamente o Projeto. Após à discussão dos dados, foi possível fornecer algumas sugestões de melhoria com base no instrumento PDCA, no qual criticou-se de forma analítica alguns pontos reconhecidos como merecimento de melhorias futuras, seguindo tal instrumento metodológico para melhoria contínua do processo de capacitação dos discentes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis do UNIFESO.

Isto posto, se o Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO) fosse aplicar o ciclo PDCA no projeto de capacitação dos discentes - o Projeto Egresso - a equipe responsável poderia utilizar esse instrumento avaliativo com o intuito de estar continuamente em melhoria de desempenho, neste caso é o desempenho alcançado pelos estudantes; mas não invalida o processo de trabalho efetivado pelos responsáveis. Com base na fundamentação teórica, a implementação do PDCA operacionaliza as diretrizes da organização, diretrizes essas entendidas como o conjunto de metas e suas medidas, as quais fazem parte de um planejamento estratégico (CAMPOS, 1996 apud ZANDAVALLI et al., 2013).

O método PDCA, portanto, pode servir de grande valia para preencher as lacunas verificadas na análise e interpretação dos dados. Dessa forma, sua implementação nos cursos mencionados nesta pesquisa, especialmente para o de Administração, serviria como um instrumento bastante pertinente frente aos problemas que precisam de atenção, planejamento mais apurado e, por conse-

guinte, a resolução dos problemas enfrentados, garantindo-se uma qualidade melhor de ensino para todos os estudantes.

É possível prosseguir o desenvolvimento deste trabalho por futuros autores que se incumbirem de dar continuidade às etapas do ciclo PDCA para futuros projetos referentes aos cursos de Administração e Ciências Contábeis do UNIFESO, e/ou que este trabalho sirva de base para melhorias na implementação de eventuais programas da Instituição.

REFERÊNCIAS

1. BOBBIO, Vitor Pinheiro et al. Gestão da Qualidade Aplicada a Instituições de Ensino Superior. *Research, Society And Development*, São Paulo, v. 9, n. 7, p. 01-32, 2018. Mensal. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/issue/view/74>. Acesso em: 08 dez. 2020.
2. BOAVENTURA, P. S. M.; SOUZA, L. L. F.; GERHARD, F.; BRITO, E. P. Z. Desafios na formação de profissionais em administração no Brasil. *Revista de Administração: Ensino e Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p.1-31, 2018. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/775/pdf>. Acesso em: 06 ago. 2021.
3. CAMELO, M. R.; MARCIÃO, M. I. R. A gestão da qualidade aplicada às instituições de ensino superior. In: CONFERÊNCIA FORGES, 7., 2017, Maputo, Anais eletrônicos... Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 2017. Disponível em: https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/22-MCame-lo_MMarciao_A-Gestao-da-Qualidade-Aplicadas-as-IES.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.
4. COSTA, S. P. A. Passos para a implementação de um sistema de gestão da qualidade numa instituição de ensino superior. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão da Qualidade) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Fernando Pessoa. Porto. 2013. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4018/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20V.%20Final%20SC%206%20x%20cor%20so%20frente%20%2b%203%20cds.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.
5. DOXPLAN. Ciclo PDCA, uma ferramenta imprescindível ao gerente de projetos. 2019. Disponível em: <https://www.doxplan.com/Noticias/Post/Ciclo-PDCA,-uma-ferramenta-imprescindivel-ao-gerente-de-projetos#>. Acesso em: 18 maio 2021.
6. DUARTE, André Luís de Castro Moura; RIEG, Denise Luciana; SCRAMIM, Fernando Cezar Leandro. Administração da produção e operações: uma abordagem inovadora com desafios práticos. São Paulo, Empreende Fazendo Acontecer. 2019. 1 recurso online ISBN 9788566103199.
7. EBERLE, L.; MILAN, G. S.; LAZZARI, F. Identificação das dimensões da qualidade em serviços: um estudo aplicado em uma instituição de ensino superior. *RAE eletrônica*, São Paulo, v.9, n. 2, art. 7, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/FKTVvYsn-VdzDRJdTthG3HBw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2021.
8. FÁVERO, M. L. A.; SGUISSARDI, V. Quantidade/qualidade e educação superior. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 42, n. 28, p. 61-88, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4053/3320>. Acesso em: 18 ago. 2021.
9. GOUVÊA, Maria Aparecida et al. Qualidade e lealdade ao curso no ensino superior. *Rev. Adm. Ufsm*, Santa Maria, v. 9, n. 1, p. 26-45, 2016. Trimestral. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2734/273445396003.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.
10. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. Rio de Janeiro, Atlas. 2017. 1 recurso online ISBN 9788597012934.
11. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, casos práticos. 7. Rio de Janeiro, Atlas. 2019. 1 recurso online ISBN 9788597023404.
12. LINS, Maria Teresa Gomes; TEIXEIRA, Rivanda Meira; BARBOSA, Jenny Dantas. Gestão da qualidade em instituição de ensino superior: percepção das ações estratégicas e operacionais pelos discentes, docentes e gestores. In: V COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICA DEL SUR, 5., 2005, Mar del Plata. Poder, Gobierno y estrategias en las Universidades de America del Sur. Mar del Plata: Unesco, 20051. p. 1-17. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96975/MARIA%20TERESA%20GOMES%20LINS.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 11 maio 2021.
13. LOURENÇO, Cléria Donizete da Silva. Formação ou instrução: reflexões sobre qualidade no ensino superior de administração. *Race*, Chapecó, n., p. 81-120, 2013. Mensal. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5160907>. Acesso em: 31 mar. 2021.
14. LIMA, L. A.; ANDRIOLA, W. B. Acompanhamento de egressos: subsídios para a avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES). *Revista de Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 104-125, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/thtJxftVXVGK4MMVCKGb6Dy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2021.

15. MILAN, Gabriel Sperandio et al. Atributos de qualidade dos serviços prestados por uma IES e os fatores que impactam na satisfação dos alunos do Curso de Graduação em Administração. *Revista Gual*, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 291-312, 2014. Mensal. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3193/319332709016.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.
16. MAINARDES, Emerson Wagner; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza; DESCHAMPS, Marcelo. Avaliação da qualidade nos serviços educacionais das instituições de ensino superior em Joinville, SC. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 17-32, 2009. Trimestral. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36659/39380>. Acesso em: 02 jun. 2021.
17. MACHADO, M. R.; KALNIN, G.; MORAES, M. C. B. Planejamento estratégico no ensino superior: uma análise do monitoramento estratégico em instituições de Santa Catarina. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*. Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 210-231. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/72491>. Acesso em: 16 ago. 2021.
18. NADAL, Juliana Moletta; KOVALESKI, João Luiz; PILATTI, Luiz Alberto; PICININ, Claudia Tania; FRANCO, Luciane Silva. Gestão da Qualidade Total e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: implantação de um sistema em uma instituição de ensino superior. *Brazilian Journal Of Development*, [S.L.], v. 5, n. 11, p. 25468-25486, 2019. *Brazilian Journal of Development*. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv5n11-209>.
19. PACHECO, Ana Paula Reusing et al. O ciclo PDCA na gestão do conhecimento: uma abordagem sistêmica. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://issbrasil.usp.br/artigos/ana.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2021.
20. SAMPAIO, Kleber Rocha. A gestão da qualidade nas instituições de ensino superior. *Faculdades Cearenses, Fortaleza*, v. 8, n. 2, p. 1-17, 2014. Disponível em: <https://www.faculdadescearenses.edu.br/revista2/edicoes/vol8-2-2014/artigo1.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.
21. SLACK, Nigel; BRANDON-JONES, Alistair; JOHNSTON, Robert. *Administração da produção*. 8. São Paulo, Atlas. 2018. 1 recurso online ISBN 9788597015386.
22. SOUZA, Valdinei Costa. Qualidade na educação superior: uma visão operacional do conceito. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 332-357, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772017000200004>.
23. SILVA, J. F.; CAEIRO, M. O ensino de Administração no Brasil: uma reflexão sobre a gestão simplista e palpável decorrente do pop-management. *Revista de Administração da UNIFATEA*, Lorena, v. 12, n. 12, p. 7-153, 2016. Disponível em: <http://unifatea.com.br/seer3/index.php/RAF/article/view/750/763>. Acesso em: 06 ago. 2021.
24. SILVA, C. R. M. (org.). *Elementos de Administração 4*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. E-book. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/8321>. Acesso em: 08 ago. 2021.
25. SILVA, K. A. T.; ARANTES, I. C. S.; FREITAS, R. C.; CAMPOS, R. C. Ensino de Administração: reflexões críticas sobre a formação do Administrador. *Revista FOCO*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 161-178, 2019. Disponível em: <https://revistafoco.emnuvens.com.br/foco/article/view/22>. Acesso em: 06 ago. 2021.
26. STADTLOBER, C. S. Qualidade do ensino superior no curso de administração: a avaliação dos egressos. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/3642/1/422042.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.
27. UNIFESO. *Oficinas e Simulados do Projeto Egresso*. S.d. Disponível em: <https://unifeso.mrooms.net/course/view.php?id=17977>. Acesso em: 23 set. 2021.
28. ZANDAVALLI, Carla et al. O PDCA como ferramenta de apoio à implementação do planejamento estratégico em uma instituição de ensino. *Revista Gual*, Florianópolis, vol. 6, núm. 4, p. 68-91, 2013. Mensal. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3193/319329765006.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2021.